

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NARRATIVAS DAS  
DIFERENÇAS POLÍTICAS DE SUJEITOS SURDOS**

Flaviane Reis

**Uberlândia – MG  
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FLAVIANE REIS

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NARRATIVAS DAS  
DIFERENÇAS POLÍTICAS DE SUJEITOS SURDOS**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Dra. Arlete Aparecido Bertoldo Miranda  
Co-Orientadora: Dra. Gladis Perlin

**Uberlândia**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

R375d      Reis, Flaviane, 1977-  
2015      A docência na educação superior : narrativas das diferenças políticas  
de sujeitos surdos / Flaviane Reis. - 2015.  
278 f.

Orientadora: Arlete Aparecida Bertoldo Miranda.  
Coorientadora: Gladis Perlin.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Educação.  
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Professores universitários - Teses. 3.  
Resiliência (Traço da personalidade) - Teses. 4. Liberdade - Teses. 5.  
Surdos - Educação - Teses. I. Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo. II.  
Perlin, Gladis. III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de  
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

FLAVIANE REIS

**A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NARRATIVAS DAS  
DIFERENÇAS POLÍTICAS DE SUJEITOS SURDOS**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em  
Educação, da Faculdade de Educação da Universidade  
Federal de Uberlândia como requisito integral para  
obtenção do título de Doutorado em Educação.

Área de concentração: saberes e práticas educativas

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Arlete Aparecida Bertoldo Miranda

Universidade Federal de Uberlândia

Orientadora

---

Profa. Dra. Lázara Cristina da Silva

Universidade Federal de Uberlândia

---

Profa. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva

Universidade Federal de Uberlândia

---

Profa. Ana Cláudia Balieiro Lodi

Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Silvia Andreis Witkoski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná de Curitiba

Aos meus pais e meu filho Clóvis que me deixaram toda auto-estima e se orgulharam me vendo produzindo essa Tese em todas as horas..

# Agradecimentos

Agradeço á Deus, por sempre me dar forças em todas as horas, até conseguir chegar a mais esta conquista.

Aos meus pais, por sempre me apoiar, ajudar e paciência pela nossa distância entre Uberlândia e Goiânia, com certeza me ensinaram a ser quem sou hoje a ter humildade, sabedoria e esperanças de alcançar meus sonhos.

Ao meu filho adorado, por ser tão querido, paciência, amor e humildade. Obrigada pela sua compreensão pela nossa distância! Você é o amor da minha vida!

À minha companheira, Graciete, por me incentivar em todos os meus momentos de estudo de doutorado. Obrigada pela sua força e pelo amor!

Ao meu irmão Leandro, que sempre reclama de nossa ausência de encontro, mas sempre dava um jeito para te ver e brincar com meus sobrinhos Marcos Paulo, Júlio Cesár, principalmente, Giovana grudada em mim o tempo todo...

Ao meu sogro Ahygo Azevedo de Oliveira, In memoriam, que mesmo convalescente discutiu comigo sobre a Tese e deixou um vazio enorme.

Á minha avó Anéria, que com todos os seus problemas de saúde, se preocupava comigo e meus projetos.

Às minhas amigas e meus amigos íntimos, pela amizade, presença, carinho e por verem nos momentos difíceis através das nossas conversas no aparelho para surdos de Viável, Skype e Facebook.

Á minha co-orientadora Gladis Perlin, por ter me recebido na sua casa com todo amor e paciência pela sua orientação e discussão em torno da construção da tese. Também pelo carinho de refeições preparadas por seu esposo cubano banhadas a licor que deixaram saudade.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que compreenderam minhas dificuldades sem intérpretes de Língua de Sinais Brasileira nos primeiros semestres, e que contribuíram ricamente para minha formação e a realização deste sonho do doutorado.

À querida orientadora, Arlete Aparecida Bertoldo Miranda. Obrigada por me aceitar, por assumir a orientação desta tese, pela paciência que fui sua primeira

orientanda surda e mesmo com as dificuldades devido a línguas diferentes, agradeço pelo esforço e compreensão de minha característica.

Agradeço às professoras Lázara e Ana Lodi, pelas ricas orientações e pela participação em minha banca de qualificação e defesa com significantes contribuições a esta tese.

Minha gratidão aos intérpretes Keli, Wander, Kátia e Cristiane Lima que interpretaram durante as aulas de doutorado, pelo trabalho de tradução e interpretação bem árduo!

À Faculdade de Educação da UFU, pela concessão da licença para estudos que culminou nesta tese de doutorado. E a todos meus colegas de trabalho pela força e por acreditar na possibilidade desta conquista.

Um grande agradecimento aos professores surdos que participaram da pesquisa com vontade de apoio e pela abertura à pesquisa tão valioso! Muito obrigada pelas entrevistas

Muito obrigada aos tradutores de Língua de Sinais Brasileira para a Língua Portuguesa que fizeram a tradução das entrevistadas em Língua de Sinais Brasileira, pela tradução e pela disponibilidade em compartilhar nessa tradução que não foi nada fácil, e obrigada Kátia e Adriana que revisaram o português desta tese com profissionalismo e atenção.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente torceram por mim nesta caminhada, principalmente, no I Encontro Nacional de Surdos e Surdas ocorrido em Goiânia (GO) onde fui coordenadora, vinte dias antes de minha defesa.

*Já está na hora de ouvir o povo surdo,  
sobreviventes das políticas surdas, já  
percorridas por muitos anos e anos de luta  
contra a opressão de cultura surda e dos  
valores linguísticos na educação!*

KARIN STROBEL



# Resumo

REIS, Flaviane. **A docência na Educação Superior: Narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos**, 2015, p. 278. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

A presença dos professores surdos na Educação Superior provoca uma série de reações devido às diferenças culturais. Estes sentem o mal estar. A diferença cultural desafia as relações de poder estabelecidas. Dai surgem os espaços de negociação com seus constantes embates sobre problemas que afetam a participação do professor surdo. A tese perpassa pelas praticas, resistência, resiliência e pensamento político do professor surdo na Educação Superior. Alguns autores como: Foucault (2004), Hall (2009), Bhabha (1998), Touraine (2009) e Veiga-Netto (2010) embasam o conceito das relações de poder que permeia o estudo. Perlin (2003); Ladd (2002) subsidiam com o enfoque cultural. A investigação partiu da questão: Como os professores surdos se posicionam politicamente nas relações de poder estabelecidas para a construção de suas narrativas na Educação Superior? Teve o objetivo de identificar e mapear as narrativas dos professores surdos na Educação Superior. Partindo da abordagem qualitativa do tipo entrevista-narrativa constituiu-se um *corpus* com as narrativas coletadas. Estas narrativas foram identificadas a fim de se conseguir um mapeamento temático expresso no último capítulo onde se desenrolam os fatos constantes dos embates nos espaços de negociação da Educação Superior. Os resultados apontam uma infinidade de debates. Os professores surdos não só apresentam condições iniciais de angústia, dúvida e dificuldade, na Educação Superior, mas também disposição de discutir mais as redes de poderes cotidianas, travadas pelos espaços de negociação. A identificação das narrativas foi de vital importância para confirmar o valor do reconhecimento cultural e linguístico como estratégia de novas políticas para as estruturadas relações de poder no contexto universitário.

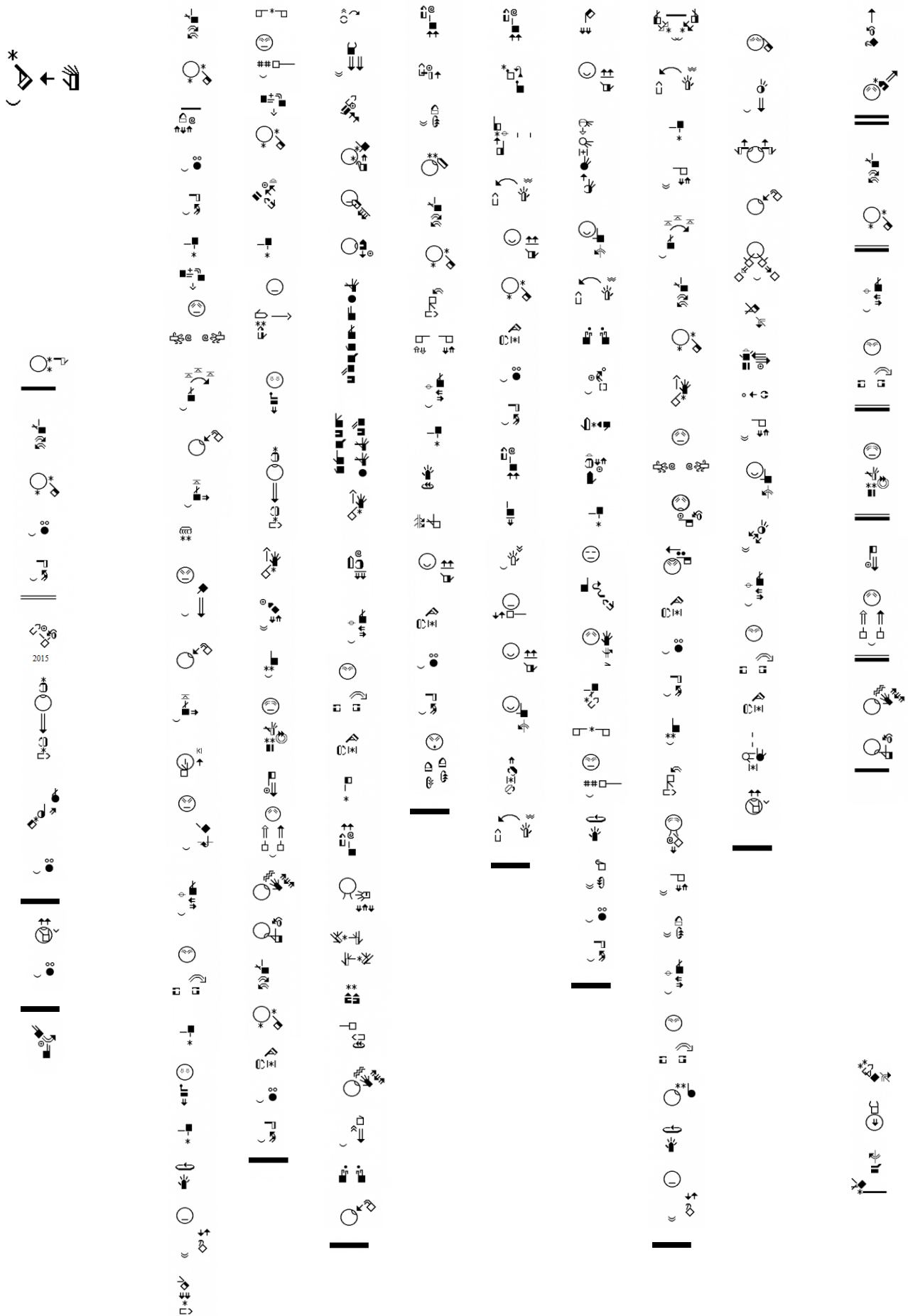
Palavras-chave: Professores Surdos; Relações de Poder; Resistência; Resiliência; Pensamento Político.

# Abstract

REIS, Flaviane. Teaching in Superior Education: Narrative of Differences are subject policies Deaf, 2015, p.278. Thesis (Education Doctorate) - Education School, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Deaf teachers presence at superior education triggers a series of reactions due to cultural differences. They feel the discomfort. The cultural difference defies the established power relations. From that emerge the trading spaces with their constant shocks about problems that affect the deaf teacher participation. The thesis goes through practice, resistance, resilience and political thinking of the deaf teacher at the Superior Education. Authors like: Foucault (2004), Hall (2009), Bhabha (1998), Touraine (2009) and Veiga-Netto (2010) underlie the concept of power relations that permeate this study. Perlin (2003); Ladd (2002) subsidize with the cultural focus. The investigation came from the question: How deaf teachers make their political stands in power relations established to the construction of their narratives at Superior Education? It had the goal of identify and chart the deaf teachers narratives at Superior Education. Leaving from the interview-narrative qualitative approach it was constituted a corpus with the collected narratives. These narratives were identified in order to achieve a thematic map express in the last chapter where the constant facts of the trading spaces of Superior Education shocks unfolds. The results point to an infinity of debates. The deaf teachers do not only present initial conditions of distress, doubt and difficulty at Superior Education, but also the disposition to discuss more the everyday power chains, waged by trading spaces. The identification of the narratives was vitally important to confirm the value of cultural and linguistic recognition as strategy for new politics to the structural power relations at the university context.

Key-Words: Deaf Teachers; Power Relations; Resistance; Resilience; Political Thinking.



## Lista de abreviaturas e siglas

ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística

ASG – Associação dos Surdos de Goiânia

CEAL – Centro Educacional de Audio e Linguagem

CCE – Centro de Comunicação e Expressão

CED – Centro de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

GELES – Grupo de Estudo Linguagem e Educação de Surdos

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua de Sinais Brasileira

MEC – Ministério da Educação

PGL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

PROLIBRAS – Proficiência em Língua de Sinais Brasileira

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFPE – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

# SUMÁRIO

Introdução .....	15
Trajetória Histórica Cultural - Meu ser se constrói em meio à cultura surda e nasce a minha Língua de Sinais Brasileira.....	15
<b>CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR SURDO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA CULTURAL.....</b>	<b>24</b>
1.1 1997 - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Primeiro Professor Surdo.....	29
1.2 1999 – Documento: Que Educação Nós Surdos Queremos .....	33
1.3 2001 - Formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores .....	36
1.4 2002 – Criação da Lei de Língua de Sinais Brasileira .....	38
1.5 2003 - Mestrado e Doutorado: UFRGS e UFSC .....	40
1.6 2005 – Criação do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira .....	43
1.7 2006 - Criação do Curso de Letras/Libras.....	47
1.8 1997 a 2015 - Concursos Públicos: A entrada dos professores surdos .....	51
<b>CAPÍTULO II - METODOLOGIAS E POSICIONAMENTOS NA PESQUISA .</b>	<b>59</b>
2.1 Suas perguntas chave.....	62
2.2 Justificando a escolha do tema de pesquisa.....	63
2.3 Construção da pesquisa: escolha do arrolamento teórico.....	64
2.4 Os procedimentos de pesquisa.....	65
2.5 A entrevista narrativa.....	67
2.6 Narrativas como constitutivas de aparatos culturais.....	68
2.7 Preparando a entrevista.....	73
2.8 Arrolamentos de pesquisa: A entrevista .....	75
2.9 Os sujeitos de pesquisa e seu perfil .....	75
2.10 A transcrição das narrativas.....	78
2.11 A identificação das narrativas.....	79
2.12 O mapeamento das narrativas com vistas ao arrolamento teórico.....	82
<b>CAPÍTULO III– LEGADO TÉORICO NA CONSTITUIÇÃO DE POLITICAS PARA O PROFESSOR SURDO ATUAR NA UNIVERSIDADE</b>	
3. O trabalho conceitual e Político da Teoria .....	86
3.1 O trabalho conceitual e político da Teoria: Os Estudos Culturais sob enfoque do Pós-estruturalismo e dos Estudos Foucaultianos .....	93
3.2 Estudos Culturais, Pós Estruturalismo e Estudos Foucaultianos e seu legado teórico para o desenvolvimento dos Estudos Surdos.....	99

3.3 Desenvolvimento de teoria política a partir de Estudos Foucaultianos: Resistência, Resiliência, Cultura e Língua de Sinais Brasileira .....	102
3.4 Os tempos teóricos a partir do poder simbólico e as provações da cultura surda: o espaço de negociação.....	115

## **CAPÍTULO IV – POLÍTICA: PORQUE O PROFESSOR SURDO NÃO DEVEIA ESTAR INTERESSADO?**

4.1 Relações de Poder mola do diálogo político para o professor surdo na Educação Superior .....	126
4.1.1 Forças de Poder: O português escrito como Língua 1 .....	127
4.1.2 Forças de Poder: Português Falado .....	131
4.1.3 Forças de Poder: Identidades Unificadas.....	133
4.1.4 Forças de Poder: Necessidades Culturais Universais .....	135
4.1.5 Forças de Poder: Olhares Subalternizadores .....	138
4.2 O espaço de negociação na Educação Superior: Professor Surdo e a Política de Resistência.....	143
4.2.1 Posicionamentos de Resistência: Concurso Público estratégias de entrada dos professores surdos na Educação Superior .....	144
4.2.2 Posicionamentos de Resistência: Posição dos professores surdos na Educação Superior .....	149
4.2.3 Posicionamento de Resistência: Espaço de negociação no ensino, pesquisa e extensão .....	155
4.3 Rumo á Resiliência.....	166
4.3.1 Resiliência, uma questão: as diferenças entre os professores surdos .....	167
4.3.2 Condição do Mal-Estar na Educação Superior.....	173
4.3.3 Narrativas de Liberdade.....	176
4.4 Presença e Reconhecimento da Cultura Surda na Educação Superior .....	180
4.4.1 Enfatização da Cultura Surda .....	181
4.4.2 Contradições e Conflitos .....	185
4.5 Narrativas Políticas: Pensando de outro modo .....	190
4.5.1 Apagando o discurso dominante.....	191
4.5.2 Reconhecendo as políticas defensivas .....	194
4.5.3 Política dos professores surdos como intelectuais.....	197
4.5.4 Com novas luzes e narrando de outro jeito .....	206
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>212</b>
<b>Referências .....</b>	<b>216</b>
<b>Anexos</b>	
Apêndice 1 -Termo de Consentimento livre e esclarecido.....	228
Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista.....	230
Apêndice 3 – Transcrição das entrevistas dos professores surdos .....	231

## INTRODUÇÃO

### **Trajetória Histórica Cultural - Meu ser se constrói em meio à cultura surda e nasce a minha Língua de Sinais Brasileira<sup>1</sup>**

Apresento-me, o meu ser nasce com a Língua de Sinais Brasileira e se constrói em meio à Cultura Surda, como sendo um ser que começa a se construir com a Língua de Sinais Brasileira, independente dos ouvidos, construindo o ser surdo com competente intelectualidade adquirida por experiências visuais<sup>2</sup> que surge com a construção da Cultura Surda. Assim, me denomino ativista<sup>3</sup> por estar engajada politicamente, em favor dos movimentos e causas da comunidade surda brasileira na qual atrelo minhas vivências. Assim, é com minhas experiências de ser surda, usuária da Língua de Sinais Brasileira e usuária da Língua Portuguesa como segunda língua, ativista e engajada politicamente entrei e mergulhei na produção acadêmica, base fundamental para a docência no contexto acadêmico.

Essa tese reflete minhas inquietações como ativista surda, inserida nos movimentos em prol da Educação de Surdos, no espaço acadêmico, inquietações que me desafiaram ao perceber as relações de poder entre os professores surdos universitários.

Essa tese reflete minhas inquietações, como ativista surda inserida nos movimentos sociais em prol da educação de Surdos desafiada no espaço acadêmico, ao perceber as relações de poder entre os professores surdos universitários.

Essas inquietações me afetaram profundamente, pois, como professora surda universitária também reflete sobre as relações de poder neste contexto por dividir

---

<sup>1</sup>Uso esse termo Língua de Sinais Brasileira como especificidade esclarecedora em relação de uma forma linguística, como nos casos de outra Língua de Sinais, por exemplo: LSF - Língua de Sinais Francesa, LSB – Língua de Sinais Britânica, etc.. De acordo com a Lei n 10.436 de 24 de abril de 2002 usa o termo “Língua Brasileira de Sinais”, aconteceu que antes de criar a Lei, existiam poucos linguistas que tinham poucos conhecimentos para discutir de uma forma correta com a sigla para constar na Lei, e por isso constou como a Língua Brasileira de Sinais.

<sup>2</sup>Cada movimentação, cada nova significação, como as ondas sobre o lago, movimentam a cultura surda. (Perlin, 2003, p. 27).

<sup>3</sup>Manter o olhar atento para tentar entender porque as coisas são de determinados modos e não de outros, para entender os efeitos das verdades que são inventadas sobre a vida de cada um de nós;

espaço com os professores ouvintes e ter que conviver com as nossas diferenças, subjetividades, intelectualidade e nossa cultura surda que se encaixa em nossa Língua de Sinais Brasileira, onde representa a nossa resistência surda.

As inquietações dizem respeito a mim, professora surda, na relação de poder que divide espaço com professores ouvintes onde nossas diferenças linguísticas, subjetivas e intelectuais marcadas por uma cultura Surda e o uso da Língua de Sinais Brasileira que representam nossa resistência Surda.<sup>4</sup>

Para compreender minha formação, ou seja, minha trajetória no âmbito acadêmico, faço um retrospecto das minhas experiências de ser professora surda no campo universitário o que vigorosamente me impulsionou na produção desta tese onde reflito minha trajetória histórica cultural confrontado as relações de poder diante do meu Espírito ativista.

Neste texto, proponho apresentar tecer um pouco da minha trajetória e algumas experiências antes de entrar no ambiente acadêmico. Nasci surda e foi à natureza que me pôs aqui nesse mundo e me fez o que sou, tanto na vida pessoal como na vida profissional. Convivi com a imposição do oralismo e assim se deu até os meus quinze anos de idade, mas tive alguns momentos na infância até os nove anos de idade onde escondida no intervalo das aulas, usava a Língua de Sinais Brasileira para me comunicar com os colegas surdos. Não tinha fluência em Língua de Sinais Brasileira até então, pois, a instituição Centro Educacional Áudio e Linguagem (CEAL) localizada em Brasília seguia o método oralista. Estudei em uma sala de aula com uns dez colegas surdos. Depois, somente aos meus quinze anos de idade que voltei ao mundo dos surdos, na cidade de Goiânia - GO. Mesmo ali, onde nasci e convivi utilizando a língua oral com a família. Encantei-me ao reencontrar a minha língua natural, a Língua de Sinais Brasileira que perdi contato desde os nove anos de idade. Renasci e me construí em meio à cultura surda. Foi na Associação dos Surdos de Goiânia (ASG), que tive a oportunidade de entender como a comunidade surda era constituída, participando nos campeonatos e nos encontros ali realizados. Na Universidade Católica de Goiás (UCG hoje em dia com nome de PUC) onde me formei em Pedagogia, dividia espaço com

---

<sup>4</sup> Fernandes (2009), utiliza a palavra com “S” em maiúsculo caracterizando aos surdos conscientes de sua particularidade e das lutas subjacentes a ela.



outros alunos ouvintes e ao mesmo tempo convivia com a comunidade surda fora da universidade. No âmbito profissional, atuava como instrutora de Língua de Sinais Brasileira na Escola Estadual Especial Maria Lúcia de Oliveira situada na cidade de Goiânia onde tive a experiência de atuar também por cinco anos com crianças surdas na sala de aula e, simultaneamente, comecei a trabalhar na diretoria da Associação dos Surdos de Goiânia.

Atuar nesse espaço só fez aguçar em mim a curiosidade de entender como é a política surda atrelada aos movimentos surdos, assim, atuei como Conselheira Fiscal e Diretora Administrativa da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS). Foram oito anos de luta em defesa das causas da comunidade surda<sup>5</sup>, isso me fez atuar politicamente em causas surdas e viver lutando em prol do povo surdo<sup>6</sup>. Após tanto empenho consegui chegar aos estudos de Mestrado e Doutorado tendo como foco a Língua de Sinais Brasileira na área de Educação. Em 2004 fui aprovada para o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram momentos encantadores onde pude entender as bases teóricas voltadas ao campo de Estudos Surdos. Tive contato com vários autores como Skliar, Perlin, Miranda, Stumpf, Quadros, Lopes, Lodenir, etc. dos quais me apaixonei, pois, suas reflexões se encaixavam perfeitamente aos Estudos Surdos.

Ao mesmo tempo em que cursava o mestrado, me tornei professora temporária das disciplinas de Ciências e História, na Instituição Federal de Santa Catarina (IFSC) na cidade de Florianópolis-SC no curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) havia uma sala exclusiva onde havia somente jovens surdos, o que me proporcionou uma experiência gratificante como professora surda e pude mostrar aos alunos minha vivência como ativista pelas causas da comunidade surda e o meu empoderamento como sujeito surdo.

Durante meu mestrado, aprofundei meus conhecimentos tendo como foco o professor surdo no ensino fundamental, a partir de sua transgressão pedagógica nas

---

<sup>5</sup>As causas surdas são políticas surdas, pedagogia surda, manifestação em favor da educação bilíngue para surdos, política linguística em uma defesa em Língua de Sinais Brasileira na inclusão social.

<sup>6</sup>Denominar povo é uma estratégia de poder, de identidade. O que constitui este povo: As associações, organizações locais, nacionais e mundiais de surdos, as lutas, a cultura, das políticas. É uma representação simbólica não como uma simples comunidade a quem podem impor regras mas como uma estrutura forte que se defende, impõe suas regras, seus princípios. (REIS, 2006, p. 19).

escolas de surdos do Rio Grande do Sul, discutindo e compreendendo as inquietações das narrativas dos professores surdos que me incentivaram nessa pesquisa de mestrado.

Antes de entrar para a universidade, ficava me perguntando sobre como ocorria à formação dos professores surdos. Depois de concluir o mestrado, que teve como foco o trabalho do professor surdo nas escolas de surdos, trabalho realizado junto à escola Hellen Keller situada na cidade de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2005, entendi alguns aspectos desta formação que, no entanto, estava muito relacionada com a profissionalização.

Em função de minha aprovação em concurso público na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para o cargo de professora de Língua de Sinais Brasileira, na área de Educação Especial e Libras em 2008, percebi que tinha uma nova chance de aprofundar meus estudos nessa área.

Atualmente sou professora concursada, em efetivo exercício já por sete anos na UFU. O ambiente acadêmico me proporcionou inúmeras experiências, no entanto, algumas delas, por vezes, me fizeram sentir excluída, quando algumas colegas optavam por convidar professores ouvintes, como participantes e organizadores de livros, coordenadores de alguns cursos de extensão, professores de algumas disciplinas referentes à educação de surdos ou educação especial. Senti que a maioria dos professores surdos tem somente o papel de serem professores de Língua de Sinais Brasileira e mais nada. Não digo isso de todas as universidades, mas isso me fez refletir a respeito do meu ser, algo que me inquietava. Ser professor surdo em uma Universidade, sentindo-se inferior aos outros professores em virtude das relações de poder, onde a negociação não é fácil pelo fato de não entenderem que sou diferente<sup>7</sup>, assim negam a nossa diferença cultural materializada em uma grade curricular focada no não surdo.

Atualmente, durante os estudos do meu doutorado na UFU vivi momentos angustiantes, por refletir que o ambiente que me cercava não me proporcionava

---

<sup>7</sup>Do mesmo modo a diferença que na minha posição se atrela mais ao aspecto cultural e a identidade, as formas de se fazer o eu prevalecer diferente pelas situações da sua constituição nas diferentes tramas de poder social. Um corpo que se move pelo diferente na construção da alteridade. Um corpo que entra na fixação da alteridade, como signo da diferença cultural/histórica. Um corpo que se insere nas modalidades da cultura para constituir aí sua representação válida que o identifica como diferente. (PERLIN, 2002, p.7).

compartilhar experiências com outros doutorandos surdos que tinham as mesmas experiências visuais e um entendimento de mundo diferente dos alunos ouvintes, pois, era a única aluna surda da minha universidade acompanhada apenas por uma intérprete de Língua de Sinais Brasileira.

O que me ajudou a continuar a ser uma aluna de doutorado esforçada e comprometida foi participar de congressos, cursos, encontros com acadêmicos surdos. Outro fator importante foi à troca de ideias e experiências com outros mestres e doutores surdos, meus incentivadores nessa caminhada, discutindo questões relacionadas à minha tese e a minha história de vida profissional, sempre em caráter de pesquisa nunca envolvendo o lado profissional.

Lendo as muitas narrativas surdas atuais vejo muitos pesquisadores surdos se ocupando em evidenciar em vários livros, temas importantes e complexos, revelando o que é ser surdo, aceitar ser surdo, viver no mundo dos surdos, o nosso jeito de ser, etc., isso mostra uma preocupação com a problematização e com o fato de tornar público, especificamente às diferenças surdas. Entretanto, fiquei fascinada com vários livros ao discutirem temas tais como é ser surdo, o sentimento de igual para igual com que os autores surdos que narram histórias sobre como é ser professor surdo e sobre os outros devido às relações de poder.

Os professores surdos na Educação Superior estão a discutir sobre as relações de poder nas universidades, geralmente nas nostalgias, dramas profissionais, aflições, conquistas, alegrias, resistências e resiliências etc. Todavia essas angústias dos professores surdos têm a ver comigo embora tenhamos trajetórias diferentes em diversos assuntos nossas inquietações são similares.

As histórias narradas pelos professores surdos me empolgaram para a realização desta pesquisa sobre os professores surdos nas universidades aproximando as relações de poder e tendo como base a diferença cultural característica dos sujeitos surdos.

A minha experiência em ser professora surda na universidade, às vezes, me fazia sentir angustiada, submissa, excluída, às vezes não fui ouvida, ou ainda, sentia que há certa preferência em se ter ouvintes como professores de Língua de Sinais Brasileira, pois, assim, não há necessidade de intérpretes no espaço acadêmico. Um fato relacionado a este último aspecto citado e que me chocou nessa história e que me marcou, foi quando uma professora ouvinte foi aprovada em concurso público para ser

professora de Língua de Sinais Brasileira, em uma assembleia geral onde foram convocados professores ouvintes e alguns surdos quando a diretora da Faculdade de Educação parabenizou-a pela sua posse e disse em público a seguinte frase: “Parabéns pela aprovação, temos uma nova colega na universidade e ainda bem que ela não precisa de intérpretes”. Senti-me ofendida nessa história como se eu estivesse dando trabalho para a universidade ao cobrar e exigir que se cumprisse o direito de se ter vários intérpretes no espaço acadêmico.

Essas ofensas me desafiaram a entrar nas relações de poder e conquistar respeito nesse espaço, tenho atitude de enfrentamento, desde que tomei posse na UFU tenho percebido desacordo nas relações de poder e em como os outros professores surdos enfrentam esta questão.

Compreender com essa tese discutir as narrativas dos professores surdos e mostrar às universidades como ocorrem as relações de poder entre os professores surdos na Educação Superior foi meu principal desejo. Foram momentos sofridos, mas de muitas experiências significativas que me fizeram chegar ao que sou hoje, professora surda na Educação Superior, uma pessoa esforçada, ativista e pesquisadora acadêmica.

Agora, entretanto, pretendendo especificamente, estudar a atuação profissional do professor surdo na Educação Superior. Quero entender as relações de poder estabelecidas no espaço universitário entre os professores surdos, a partir de impasses gerados pelo olhar ouvinte para com os surdos e de como os surdos se comportam a partir daí.

Imersa neste universo, essa reflexão sobre relações de poder estabelecidas entre os professores surdos no espaço universitário com os professores ouvintes, bem como, distorções entre visão dos ouvintes sobre surdos e como isso referendava as relações de poder estabelecidas no cotidiano profissional, as negociações, o espaço intelectual, resiliência e de resistência, etc. Tais reflexões mexeram muito comigo. O que está latente no discurso movido pelo meu “ser surdo”, no qual esboça o desejo de ser reconhecido em nossa diferença. Somos diferentes! Essa é uma realidade que precisa ser entendida: o meu “ser surdo” precisa ser reconhecido e compreendido em suas múltiplas dimensões.

Dessa forma, com os presentes questões se torna possível emergir em um conjunto de mapeamentos do problema. Estes mapas diversos delineados requerem que

tenhamos objetivos claros com relação aos mesmos. Diante de fatos que ficaram evidentes sobre a política do professor surdo nas relações de poder surgiu à geração de meu problema de pesquisa: **Como os professores surdos se posicionam politicamente nas relações de poder estabelecidas para a construção de suas narrativas na Educação Superior?**

Partindo desta pergunta que mantém vivo o interesse sobre o tema, o meu objetivo geral é: Compreender as estratégias de enfrentamento nas relações de poder travadas pelos professores surdos na Educação Superior a fim de identificar sua política em instituições públicas em que atuam.

Desta forma, tenho alguns objetivos específicos visando compreender, a partir das narrativas de professores surdos, que atuam na Educação Superior:

- a) Averiguar as relações de poder dos professores surdos na Educação Superior;
- b) Identificar e relacionar as políticas, nos movimentos de lutas, de resistências e resiliências destes profissionais com vistas à negociação de sua formação e defesa do espaço na Educação Superior;
- c) Identificar o posicionamento dos profissionais frente às relações de poder estabelecidas na construção de sua política na Educação Superior;
- d) Relacionar as negociações usando a cultura surda ocorrida durante as práticas na Educação Superior no espaço profissional nas referidas instituições;
- e) Identificar e mapear as narrativas a partir de histórias pessoais dos professores surdos que os levam viver às sombras e narrar novas luzes na Educação Superior

Durante a escrita desta tese estas e outras questões são vívidas enquanto reflito e escrevo.

Os capítulos são organizados em quatro partes. No capítulo 1 trata a construção do professor surdo: trajetória histórica cultural para compreender a história da construção dos professores surdos a partir dos anos de 1997 a 2015 discutindo as conquistas nas relações de poder, e consequentes à rede de poderes em que vivemos.

O capítulo 2 enfoca uma metodologia e posicionamento que foram adotados na pesquisa no que se refere à coleta de dados usando as narrativas dos professores surdos como nos discursos científicos, de uma história de relações de poder pelos intelectuais dos professores surdos. Meu campo de pesquisa foi discutido, desafiado e desenvolvido

na pesquisa subjacente a esta tese. Foram tantas de várias reflexões de metodologias, sujeitos de pesquisa; o modo que fiz nessa investigação sobre os professores surdos na Educação Superior. Foi um bom percorrido nas trilhas e me embarcei nas entrelaças de questionamentos inquietantes: Como as narrativas acerca dos professores surdos constituem nas relações de poder estabelecidas para a construção de suas narrativas na Educação Superior? Como questionar e identificar os pensamentos políticos e intelectuais dos professores surdos e narrativas sobre o espaço de negociação? Identificar e mapear as narrativas dos professores surdos na Educação Superior? O que são as narrativas? Como os discursos de resistência e resiliência dos professores surdos se processam?

O capítulo 3 aborda uma discussão teórica mais densa sobre Estudos Culturais sob o enfoque do Pós-Estruturalismo aproximando nos Estudos Foucaultianos, o que identifiquei nessa base teórica ligado com o campo de Estudos Surdos que compreende as relações de poder, resistência, cultura, resiliência surda, pensamento político e negociação para além da identificação com os professores surdos, que até então havia privilegiado em sua narrativa dos professores surdos como intelectuais no desenvolvimento de teoria política a partir dos Estudos Foucaultianos, única incursão de Foucault na contemporaneidade em termos de pesquisa, bem como o aprofundamento sobre os professores surdos na Educação Superior. Foi à possibilidade com a abordagem foucaultiana para as complexas “relações” na Educação Superior, rumo a uma reflexão sobre superação de um olhar subalternador da diferença iniciada por Foucault, na qual aparecem as narrativas de resistência, resiliência, pensamento político, negociação, que desembocam nas noções de relações de poder e de cuidado de si e dos outros.

O capítulo 4, apresenta as coletas de dados como fiz as identificações e mapeamento das narrativas dos professores surdos, de entender a constituição de narrativas dos professores surdos na Educação Superior, a partir de entender as relações de poder rumo à resiliência surda. É neste espaço de negociação fortalece á nossa resistência e à nossa resiliência. Essas narrativas dos professores surdos ajudam a identificar à Língua de Sinais Brasileira carregadas de política linguística do povo surdo.

Nas considerações finais, junto com as narrativas dos professores surdos que mostram nosso ir, do além, a nossa constituição de ser professor surdo na Educação

Superior. A conclusão está indicando e pressupõe que a questão não está pronta, necessita de longo prazo e enfrenta muitos desafios. As narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos acontecem nas realidades complexas e nas diferentes posições dos professores surdos.

Enfim, segue minha pesquisa vivida e pensada na luta por traduzir em sentido nesta outras línguas complexa e misteriosa, tentando transpor a resistência e a promover resiliência das diferenças políticas que os professores surdos realizam.

## **CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR SURDO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA CULTURAL**

Este discurso movido pelo ser surdo em nós requer o acolhimento da diferença ou, simplesmente, compreender nosso ser surdo. Definir nossa subjetividade de alto a baixo na decisão de ser surdo, uma decisão de quem pode realmente dizer: eu sou surdo. (PERLIN E REIS, 2012).

A trajetória histórica e cultural que o professor surdo construiu ao longo do tempo é descrita nesse capítulo, o qual explica a trajetória histórico cultural discutindo as relações de poder e consequentemente, à rede de poderes em que vivemos. Foucault (2004) entende “poder” como uma prática social atrelada ao conjunto de relações sociais. Essas relações de poder não se restringem ao governo, mas a toda sociedade através de um conjunto de práticas essenciais à manutenção do estado, moldando assim no professor surdo, seus comportamentos, atitudes e discursos.

Esse capítulo discute “a história cultural de Michel Foucault”, em que busco mapear e identificar a construção que os professores surdos moldaram, pois, poderá acontecer uma transformação da história cultural na Educação Superior, tentando a partir de Foucault construir uma interpretação da história, o importante é perceber: a relação entre Foucault e os professores surdos; conquistas e fracassos de resistência e resiliência; a influência de Foucault – e a perspectiva narrativa cultural sobre os professores surdos na Educação Superior.

Ao analisar a minha trajetória histórica e cultural nos últimos dez anos, a partir das minhas vivências de lutas, percebo que no começo da minha inserção na associação dos surdos em 1992 e que até hoje perdura o mesmo discurso sobre cultura, identidade e diferença, entendo que isso ocorreu alicerçado nos Estudos Culturais, História cultural, Antropologia Cultural e na Sociologia da Cultura. Assim, Burke (2001) assinala que haveria, hoje, um momento de efervescência dos chamados Estudos Culturais, no entanto, aponta para a fragmentação desses estudos e para a dificuldade em definir o



que é “cultura”. Nesse capítulo, apresento como o professor surdo construiu sua trajetória histórica cultural. Vê-se que a história sempre foi atrelada à cultura, era considerada uma riqueza e pairava no ar enquanto uma unidade transcendente, deslocada da economia, da política e das relações de poder que constituiu o sujeito surdo como diferente na história cultural, segundo Chartier (1990), uma história cultural que busca o confronto, localizar as lutas discursivas e de poder no campo do saber.

Entendo que Foucault (1999) já tenha nos alertado para a positividade das relações de poder e, também, para a possibilidade de resistência aos processos de sujeição, bem como, nos mostra a noção de poder como repressão, e opressão de uma classe sobre outra. Hall (2005) também assinala que não podemos classificar os processos de discriminação a partir de uma única categoria: gênero, raça ou classe. Uma mulher pobre branca pode exercer domínio sobre uma mulher pobre negra; um homem branco rico não letrado pode ser humilhado por um outro homem branco rico letrado; um adolescente europeu pode sentir-se superior a um latino, mesmo que pertencentes à mesma classe social. As relações não são determinadas, em primeira instância, por uma esfera unicamente econômica. No entanto, falar de uma determinação cultural ou social seria, ainda, permanecer em um ponto de vista causal.

Além de Foucault e Hall têm se preocupado com a questão da singularidade, que poderíamos dizer que é a marca unificadora dos estudos culturais na atualidade. No entanto, em nenhum momento, Foucault (1984) propôs uma análise histórica cultural dos processos de subjetivação determinista. Ele nunca afirmou que a cultura era uma entidade metafísica, pairando acima dos homens. A subjetivação é uma prática concreta, imanente às práticas de poder e às discursivas. Foucault (1984) não pensou as práticas culturais isoladas das práticas econômicas, políticas, sociais e das históricas. O outro autor Hall (2004), em nenhum momento, falou da singularidade enquanto uma essência; não afirmou uma política da diferença como identidade alternativa. O que o autor afirma é a existência de um processo de subjetivação constante, de diferenciação, de produção de modos de existência (Deleuze, 2000).

Este é o desafio que nos é colocado hoje, como afirma o autor:

A subjetivação apresenta-se historicamente porque ela se embaraça nos poderes e saberes. [...] De um modo geral, pode-se dizer que os processos de subjetivação dependem, antes de mais nada, da maneira como a linha de

subjetivação escapa às relações de poder e aos arquivos do saber (CARDOSO JR., 2002, p. 192).

A trajetória histórica cultural escapa ao controle, os caminhos escoam pelos lados, ou seja, o processo de modelação é constante. Somente acreditando no fazer acadêmico, podemos mover novos acontecimentos.

É claro, que neste movimento de reconhecimento da subjetivação, há necessidade de haver espaços de negociação dos professores surdos com os ouvintes. Estes precisam reconhecer e valorizar o jeito cultural, por exemplo, espaço para surdos utilizarem a Língua de Sinais Brasileira como a primeira língua de instrução, de comunicação e desenvolvimento humano.

Os surdos desejam instaurar um espaço de escolarização pautado no bilinguismo, no qual, a Língua de Sinais Brasileira e Português escrito ocupem o espaço universitário para surdos acadêmicos. No entanto, as relações de poder existentes agem no sentido de destituir as condições de empoderamento<sup>8</sup> do grupo de profissionais surdos. Sendo possível perceber estas situações na medida em que existe um movimento no qual se continua duvidando das condições de saber acadêmico presentes em nossa atuação profissional, como afirma a pesquisadora surda:

A situação ocorrida tem a mesma natureza motivadora de preconceitos a qual aconteceu com a Dra. Gladis Perlin, quando, ao receber um convite em conjunto com a Dra. Ronice Quadros para uma palestra, por uma instituição de São Paulo, e no tratamento dirigido para as duas foi feita uma distinção, evidentemente de caráter discriminatório, em que a primeira foi referida apenas como “Senhora” e a segunda como “Doutora”, sendo que as duas possuem exatamente o mesmo nível de formação: a diferença é que a primeira é surda e a segunda ouvinte (REZENDE JUNIOR; PINTO, 2007). É evidente que o reconhecimento perpassa outras instâncias além das oficiais. E a formação pode ser questionada apenas porque o sujeito que a possui é surdo. (ANDREIS-WITKOSKI, 2011, p. 26-27).

---

<sup>8</sup>Empoderamento é uma palavra que deriva da palavra “poder”. É um conceito muito importante para surdos, pois nós, os surdos precisamos de empoderamento em relação à língua de sinais, identidade, cultura, comunidade, movimentos surdos. Conforme Chaveiro; Barbosa (2004, s/p), a LIBRAS se torna uma ferramenta de empoderamento que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas identidades frente as imposições (culturas e outras) do ouvinte. Como eles observam, a LSB permite aos surdos adquirirem melhor a linguagem, facilitando a compreensão, a obtenção de informações, que vai permitir o empoderamento dos surdos. (SILVEIRA, 2006, p. 38).

Fica a dúvida se os surdos ao passar pela universidade assimilaram os conhecimentos que lhes foram apresentados como aos demais alunos. Como se houvesse garantias de que um grupo pudesse se sobrepôr ao outro. Para entender estas relações e encontrar algumas respostas nas quais as razões para estas compreensões sejam expostas há que se perguntar para os professores ouvintes. Há elementos nesta situação que justifiquem a nossa resistência, resiliência ou nossa intelectualidade? Como aparecem nos discursos dos professores ouvintes as questões relacionadas com as relações de poder existentes entre profissionais surdos e ouvintes neste contexto? Como devemos fazer para construir neste espaço as negociações devidas para a construção de nosso ser professor universitário surdo?

Por isso, ao iniciar a minha vida profissional como professora, sendo surda, na universidade me senti imersa nessa relação complexa com os ouvintes. Sempre me sinto obrigada a seguir com os padrões estruturais curriculares definidos pela universidade, mas, onde se encontra presente neste contexto a visão cultural dos surdos<sup>9</sup> e dos que pensam diferentes? Por exemplo, a possibilidade ou garantia de utilização, pelos professores surdos da Língua de Sinais Brasileira como primeira língua nas atividades nas quais os mesmos estejam envolvidos, seja, no campo da Graduação e /ou na Pós-Graduação, bem como, em qualquer outra área como a extensão, pesquisa, participação em eventos, etc.

Com essa garantia da possibilidade de utilização, como no decreto 5.626 de 2005 já está previsto o direito a Língua de Sinais, como no caso da extensão, somente o edital e o relatório final é de praxe entregar em Língua Portuguesa, mas no desenvolvimento do projeto o professor surdo tem a mesma autonomia de que o professor ouvinte para desenvolvê-lo, podendo ser todo em Língua de Sinais Brasileira. E a questão do relatório, vejo como justificável, pois precisa-se prestar conta em relação especialmente aos custos para o desenvolvimento do projeto. E considero que diante da realidade atual, se os relatórios fossem entregues em Língua de Sinais Brasileira, como

---

<sup>9</sup> É um novo campo de saber, os estudos surdos em que se desenvolvem novas teorias sobre a cultura, a linguística, a diferença, a alteridade, a narrativa, a política, o povo, a pedagogia, entre outros artefatos culturais surdos e neste campo de saber enquadra a pesquisa de minha tese.

a maioria não sabe esta língua, como poderiam ter acesso às informações sinalizadas? É provável que a pessoa responsável, chamasse um intérprete para fazer a tradução, contudo, como o pesquisador surdo, autor do projeto, teria certeza que a tradução foi feita de forma correta. Desta forma, a entrega do relatório escrito, seja redigido pelo próprio professor surdo ou por um intérprete com a supervisão do mesmo, constitui-se uma segurança para o professor surdo.

Esta, porém, não é uma situação existente apenas na UFU, mas com certeza encontra-se presente na maioria das instituições do país. Há desconhecimento das produções existentes nas diferentes áreas, tais como: Educação, Linguística e Tradução voltada para Língua de Sinais Brasileira e os processos de escolarização de Surdos, Estudos cujo foco trabalhado é Língua de Sinais Brasileira como pesquisa científica, artigos publicados em Língua de Sinais Brasileira, como acontece na UFSC, na área de Linguística no curso de Letras/Libras<sup>10</sup>.

As outras universidades, porém, não avançam ao usar o espaço dos surdos, nos quais os professores surdos se encontram imersos. Seguem o padrão que impõe o Ministério da Educação (MEC), como no caso, da Educação Especial. Como os professores surdos se sentem no espaço universitário, pois apenas ensinam a disciplina, Língua de Sinais Brasileira? Por que a maioria não atua, como os outros profissionais, sendo coordenadores dos projetos, curso de extensão, pesquisa e no ensino de outro componente curricular?

---

<sup>10</sup>Nesse curso faz-se a utilização de materiais didáticos disponíveis em um ambiente virtual de aprendizagem. Nesse ambiente parte dos textos bases de estudo estão traduzidos para a Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Os atores que fazem a filmagem dos conteúdos em Língua Brasileira de Sinais, em sua maioria, são surdos e alguns são intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. Curso esse que tem professores surdos ministrando aulas para alunos surdos. É um espaço do curso de Letras/ Língua Brasileira de Sinais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – o primeiro curso de graduação em Libras oferecido no País. Os alunos do Letras Libras receberam a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores dessa língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma o professor para o ensino da Libras como primeira língua, ao lecionar para alunos surdos, e como segunda língua, ao lecionar para falantes do Português.

## **1.1 1997 - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Primeiro Professor Surdo**

Anterior a Lei 10.436 de 2002 que reconhece a língua como segunda do país e o Decreto em 2005 que regulamenta a lei da Língua de Sinais Brasileira, no ano de 1997 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) efetivou em seu quadro funcional o primeiro professor surdo para ministrar a disciplina de Língua de Sinais Brasileira na Faculdade de Letras – departamento de Linguística e Filologia, uma história marcante para a nossa comunidade surda e que não pode ser esquecida.

A vaga para professor de libras, ocupada pela pioneira professora surda na UFRJ foi fruto do trabalho da professora Lucinda Ferreira Brito<sup>11</sup>, que naquela época era coordenadora pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), coordenadora do grupo de linguagem e surdez da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em letras e linguística (ANPOLL) e do grupo de estudo linguagem e educação de surdos (GELES). Naquela ocasião, a professora Lucinda tinha grande prestígio e era a pioneira dos estudos linguísticos sobre as línguas de sinais no Brasil.

A professora Lucinda, com base em sua pesquisa, fundamentou o pedido para a obtenção de uma vaga de docente e a UFRJ por sua vez, entendeu a relevância do pedido e todo o trabalho de pesquisa continuou com a entrada da primeira professora surda para o quadro de professores efetivos da UFRJ.

Ressalto que a UFRJ foi pioneira no Brasil e implantou em 1997 a disciplina optativa “estrutura e funcionamento da Língua de Sinais Brasileira” nas grades curriculares dos cursos de letras e fonoaudiologia. Me sinto motivada a pensar nas condições em que as relações de poder estabelecidas entre professores surdos e ouvintes atuam no movimento de negociação ocorrido neste espaço acadêmico.

---

<sup>11</sup>Doutora em linguística, departamento de linguística e filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a primeira linguista a pesquisar sobre Língua de Sinais Brasileira no Brasil e iniciava seus importantes estudos linguísticos em 1982 sobre a língua de sinais dos índios Urubu-Kaapor da floresta amazônica brasileira.

Nesta pesquisa da tese, no entanto, para aprofundar e ampliar o conhecimento da relação de poder entre os professores surdos e ouvintes nas universidades pretende-se realizar um estudo de análise desta realidade no Brasil. Como este espaço se constitui? Como são as relações de poder estabelecidas entre profissionais surdos e ouvintes neste espaço?

Como ocorre o espaço de negociação sobre a visão dos professores surdos relacionando com as relações de poder, de resistência, resiliência, pensamento político e negociação na produção do próprio discurso político dos profissionais surdos?

Ao introduzir esta reflexão, apresento este tema que considero de suma importância, pois se referem aos professores surdos na Educação Superior. Busco objetivar nessa pesquisa, as narrativas dos professores surdos na Educação Superior, e, assim compreender como são estabelecidas as relações de poder entre surdos e ouvintes no espaço universitário.

Durante minha trajetória de trabalho, atuando em palestras em vários congressos no exterior, muitas inquietações surgiram a respeito das políticas de inserção dos surdos na Educação Superior no Brasil, e que conquistaram avanços importantes no campo dos Estudos Surdos. Porém, de todas elas a que mais me motiva a investigar é a intrigante luta política, as resistências e as redes de poderes estabelecidos pelos profissionais surdos e ouvintes para perceber se os professores surdos na Educação Superior receberam uma marca de representação estereotipada na história da Educação em performances<sup>12</sup> da sua subjetividade.

É no espaço intelectual que os professores surdos se situam na universidade. Existem professores surdos se politizando para conquistar o espaço acadêmico universitário. Enquanto surdos e consequentemente, intelectuais, demanda entender-se na reflexão de si mesmo, de ser surdo diante do mundo. Há que se demonstrar a necessidade de compreender que somos diferentes sob a perspectiva cultural, que é um

---

<sup>12</sup> A performance é uma arte híbrida que rompe as fronteiras com as demais artes<sup>40</sup>. A performance ou “*performance art*”, apesar de não apresentar um conceito estável, poderia ser entendida como uma manifestação artística que se vale da literatura, teatro, música, dança, arquitetura, pintura, cinema, fotografia, narração etc. e que pode ocorrer em qualquer lugar que acomode atuentes e espectadores (MASUTTI, 2007, p.84).

processo de tornar-se e manter-se surdo em todos os espaços que utilizamos somente como sujeitos leitores<sup>13</sup>.

O que senti naquele momento ao encontrar os professores surdos, momento de perceber as narrativas referentes aos professores surdos, momento de identificação em relação ao espaço universitário que funciona como o espaço de negociação, de resiliência e de resistência, bem como, entender como relacionamos uns com os outros em nossas diferenças e as relações de poder, tudo isso me lança uma inquietação: Como se movem os professores surdos na Educação Superior em relação à diferença organizadora do totêmico<sup>14</sup> relacionando com as políticas, nas lutas, nas resistências com vistas à negociação de sua formação e defesa de sua intelectualidade? Ao se aliar o totêmico, quer dizer que há algo natural de atração entre surdos, reflito no sentido de compreender a ligação dos professores surdos na Educação Superior. Existe alguma forma pela qual se atraem naturalmente a partir da sua diferença que, aliás, se reflete no uso da Língua de Sinais Brasileira que sinalizam e leem no ar e não no ser de si mesmo, mas nada de aprofundar sobre o totêmico, apenas relaciono com as políticas.

A performance dos professores surdos, no espaço das Universidades, atuam como representações culturais para facilitar a Língua de Sinais Brasileira, esclarecer possíveis dúvidas no momento de aprendizagem e de estudos dos alunos surdos e

---

<sup>13</sup>Em pesquisa antecipadamente realizada, em conjunto com Perlin (2012), referente aos surdos serem tomados com “sujeitos leitores” palavra utilizada por Silva e Davis (1997). Entendemos que sujeito leitor segue em Estudos Culturais com vistas a diferença e sob este aspecto adotamos também o termo: sujeito auditor quando nos referimos aos ouvintes. Experiência visual é o outro termo que no nosso ver refere a um aspecto mais complexo.

<sup>14</sup>O totêmico é um organizador como é citado por escritores em algumas áreas do conhecimento. O totêmico constitui o aspecto natural, não é o sujeito em si. O totêmico representa aqui o natural que agencia, identifica e une ao natural. Assim as forças de atração surdo-surdo podem se constituir em forças do “organizador totêmico”. Trata-se de um agenciador simbólico. Desta forma como usuários da visão vamos constituindo os signos por ela captados e nos constituímos em leitores por excelência de acordo com Lennard J. Davis, professor na Binghamton University of New York, (1996). Sendo o totêmico, segundo o conceito definido é aquilo que nos puxa para uma direção, para o natural, e em nosso caso, para o ser surdos. O totêmico não é o surdo em si. Eu não posso dizer que o surdo é um sujeito totêmico. Mas, posso dizer que o totêmico atrai o surdo para os grupos de pessoas que sinalizam e lêem no ar. Grupos de pessoas que não usam a audição e/ ou que não a possuem. O totêmico sempre estará presente para nós, quer queiramos, quer não. Significativamente ele é uma consequência de não sermos ouvintes, não uma maldição, como poderiam supor, mas uma benção, um mundo novo para nós, ele é um agenciador de grupos, de marcas de diferença, porque contém o simbólico, porque é heráldico, é cultural, isto é a origem, o agenciador de uma cultura diferente. O deslize totêmico foi analisado por Freud diante do fato de um filho ser excluído do clã pelo pai e adotar um animal como companheiro para suavizar sua exclusão. (PERLIN E REIS, 2012, p. 30)

ouvintes, como também elevar os surdos à condição de intelectuais. No entanto, esta ruptura histórica está produzindo uma nova política cultural, como afirma autor:

(...) ela abre-se a estudos os mais variados como a 'cultura popular', a 'cultura letrada', as 'representações', as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de 'cultura'. (BARROS, 2004, p.55).

Por conseguinte, a política educacional para a formação dos professores surdos na Educação Superior é considerada uma nova ruptura em que se faz referência ao povo surdo dando lugar à sua cultura, a seus valores, hábitos, Língua de Sinais Brasileira e não mais a valorização problemática da história registrada sob as visões do colonizador:

Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2005, contracapa)

Essa cultura reflete a luta da política educacional para registrar o aspecto da política em si, de uma representação e prática discursiva dos professores surdos, mas também, envolve aspectos sociais e culturais que complexificam ainda mais as mudanças nas histórias e narrativas de uma forma que foram mascaradas o sentimento que compartilham os surdos do Brasil durante o processo de aprendizagem nas universidades.

Com essa reflexão sobre as relações de poder, resistências, resiliências, pensamento político e negociação para os professores surdos surgem a partir da exploração nos discursos realizados pelos professores surdos através dos artigos publicados, palestras e aulas de algumas disciplinas voltadas na área de educação de surdos e estudos linguísticos em Língua de Sinais Brasileira nos momentos históricos dos movimentos da comunidade surda com suas lutas e conquistas.



## **1.2 1999 – Documento: Que Educação Nós Surdos Queremos**

Comunidade Surda que teve início junto às lideranças surdas no III Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para surdos<sup>15</sup> em parceria da FENEIS E UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos dias 19 e 20 de abril em 1999 realizado em Porto Alegre, o qual contou com a participação de surdos de todo o Brasil que foi posicionado com o tema central de “Identidade, Cultura e Educação” em que foi cumprido o Regimento do evento. Foi destinado um espaço para o debate coordenado por quatro profissionais Surdos como: ANDRÉ REICHTER, GISELE RANGEL, GLADIS PERLIN, MARIANNE STUMPF E WILSON MIRANDA, que organizaram os três temas centrais que discutiram os seguintes temas: 1) Políticas e Práticas Educacionais para Surdos; 2) Comunidades, Culturas e Identidades Surdas; 3) Profissionais Surdos. Todos temas pertinentes aos surdos, sua comunidade e sua cultura. Amplamente discutida pela própria comunidade surda uma vez que o congresso, nos grupos ou na plenária, havia também outro grupo, este sem direito a voz e voto. Eram participantes ouvintes ali presentes, entre eles profissionais e familiares com participação restrita à assistência e à observação, em respeito às discussões dos problemas relacionados aos Surdos. Contamos com 300 representantes surdos de diversos estados brasileiros e também do estrangeiro onde se destacaram os observadores surdos Ben Bahan dos Estados Unidos e José, do vizinho Uruguai. No congresso houve uma discussão longa e cheia de detalhes em cada um dos grupos temáticos com o objetivo de elaborar o documento “Que educação nós surdos queremos?”<sup>16</sup>(FENEIS, 1999), respeitando os seus direitos linguísticos, culturais, educacionais e sociais bem como sobre as necessidades de políticas educacionais e os possíveis novos desafios à educação dos surdos frente às prescrições de uma política educacional bilíngue para surdos. Nesse sentido, o documento insere entre suas

---

<sup>15</sup>É um espaço utilizado a fronteira de língua em duas línguas como a Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, mas respeitando ao utilizar uma nova metodologia de ensino como a nossa primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais.

<sup>16</sup>Um documento como referência para a discussão nas políticas educacionais para surdos e para os professores surdos.

demandas a formação profissional dos professores surdos (FENEIS, 1999, Seção 3 – Formação do profissional surdo). Aqui destacamos alguns dos itens que constam no referido documento:

### EDUCADORES SURDOS

114 - Buscar a formação de profissionais surdos a nível acadêmico, nas áreas afins, tendo em vista o direito que os surdos têm em serem educados na sua própria Língua.

115 - Recomendar ao professor surdo a reflexão sobre a representação de sua identidade surda, uma vez que ele é, fundamentalmente, um modelo de identidade para a criança surda.

117 - Assegurar que no curso de formação para os professores surdos exista currículo específico sobre todas as implicações da surdez (educacionais, culturais, vocacionais...), bem como sobre língua de sinais (estrutura, morfologia, sintaxe...).

118 - Considerar que a formação específica e o trabalho do professor surdo, enquanto profissional, são necessários. É importante que o professor surdo esteja engajado nas lutas da comunidade surda.

119 - Incentivar na comunidade surda a escolha pelas carreiras de licenciatura.

### OS SURDOS UNIVERSITÁRIOS

138. Lutar para que a comunidade científica das universidades reconheça a Língua, a cultura e a comunidade surda.

140. Caso seja aceito pela comissão organizadora, discutir a estrutura das provas do vestibular, levando em conta as especificidades da comunidade surda.

145. Nas universidades que acolhem surdos, lutar para que seja organizado um centro de apoio onde possam ser divulgadas informações referentes à surdez, para a comunidade universitária.

146. Dentro das universidades e cursos de graduação, assegurar a criação de uma disciplina que informes aspectos gerais que fazem parte da comunidade surda.

O documento, primeiramente foi entregue ao MEC sem cerimônia, pois nos vimos frente aos seus representantes que solicitaram uma cópia do mesmo. Também, foi

entregue uma cópia ao Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra pelo presidente da FENEIS Antônio Campos de Abreu depois de uma passeata com aproximadamente 2000 pessoas que estavam presentes no III Congresso, que culminou em uma nova mudança, uma nova realidade, uma nova transformação, uma nova oportunidade para a nossa comunidade surda brasileira, principalmente, no que se refere à importância da capacitação dos professores em Língua de Sinais Brasileira foi um grande momento e um grande avanço onde as universidades abriram espaço para a formação dos professores surdos, para discussões e deixando de lado a visão tradicional da educação especial no campo da educação de surdos privilegiando, assim, uma visão cultural. Esses avanços abriram oportunidades para que mais professores surdos conquistassem espaços nas universidades como professores, que até o momento desta pesquisa, somam mais de 174 professores surdos efetivados por meio de concurso público, espaços dados, instrumentos e períodos já estão explicados na parte do capítulo sobre concurso público, provocando grandes mudanças, movimentos e discussões principalmente nos congressos voltados para área de professores surdos nas universidades.

Podemos começar a contar da nossa história de experiência dos movimentos dos professores surdos na Educação Superior com as possibilidades de mostrar uma forma de significação e de representações dos professores surdos depois de luta pelo documento reconhecido em 1999.

Esse documento leva-nos a acreditar que os casos de sucesso nas universidades narrados pelos professores surdos podem trazer os resultados muito mais valorizados para proporcionar políticas educacionais e linguísticas que tenham garantido sua permanência nas universidades. Suas experiências nas universidades, mostram seus resultados, marcas que impressionam nas lutas e também nas discussões nos Congressos e que posteriormente foram materializados no Documento, como temos mostrado. Desde a realização do III Congresso até hoje, alguns dos itens apresentados acima, referentes aos profissionais surdos, foram conquistados no espaço universitário, mas a luta continua para que a formação dos professores surdos seja reconhecida.

Através desse documento muitas conquistas foram alcançadas o que nos levou a caminhar objetivando a formação dos profissionais surdos para atuarem no ensino de Língua de Sinais Brasileira, o primeiro passo para essa realidade aconteceu com o curso de formação dos instrutores e agentes multiplicadores.

### **1.3 2001 - Formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores**

Desde o documento do Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue<sup>17</sup> se foi construindo o que é uma identidade surda, diferente da estigmatizada, que lhes tem sido imposta há séculos, como “deficiente auditivo” – aquela na qual a falta de audição precisa ser superada. Desde então vem conseguindo o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira em municípios e estados brasileiros e os surdos mostrado em várias áreas de atuação a sua capacidade e eficiência.

Já por anos a FENEIS vem lutando, trabalhando, e através do Grupo de Pesquisa<sup>18</sup> capacitaram os surdos para serem professores de Língua de Sinais Brasileira e estes recebem todo o material didático a que faz referência é a Libras em Contexto para essa atividade.

A segunda parte desta história foi à realização do curso de Formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores. Foram momentos incríveis e inovadores de aprendizado e aquisição de conhecimentos indispensáveis para ampliar e melhorar as metodologias de ensino que vinham sendo desenvolvidas por há anos pelo Grupo de Pesquisa em Língua de Sinais Brasileira/FENEIS. Foi um grande desafio para os professores surdos e favoreceu grandes oportunidades para que esses profissionais se sentissem valorizados para atuar nas escolas, nos cursos profissionalizantes ou mesmo em universidades.

Esboçarei agora uma pequena história sobre esse curso que aconteceu nos dias 13 a 17 de agosto de 2001 na cidade de Brasília com objetivo de capacitar os 76 representantes Surdos de todos os estados brasileiros, para que estes se tornassem Instrutores e Agentes Multiplicadores. Nesse curso, as aulas aconteciam das 8 da manhã às 17h da tarde com os professores surdos Paulo André Martins Bulhões, Myrna Salerno Monteiro e as ouvintes Emeli Marques e Tanya Amara Felipe, onde os

---

<sup>17</sup> V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos – 1999 – Porto Alegre.

<sup>18</sup> Não especificamos o nome do Grupo de Pesquisa, iniciado em meados de 1991 em função de não se pensar à época nesta possibilidade. O grupo se reunia na sede da FENEIS/RJ para formulação e discussão da proposta de educação pelos surdos, que assumiam aulas sem preparo acadêmico, o estudo foi finalizado no ano de 2001 com a elaboração do livro LIBRAS EM CONTEXTO.

representantes dos professores surdos tiveram suas dúvidas esclarecidas traçaram estratégias conjuntas para que a Língua de Sinais Brasileira pudesse ser efetivamente, a língua prioritária da Educação dos Surdos Brasileiros.

O Projeto Capacitação de Instrutores de Língua de Sinais Brasileira através de Agentes Multiplicadores é um Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Língua de Sinais Brasileira: o idioma que se vê. O objetivo desse projeto de capacitação era a divulgação de informações e conhecimentos na área de Educação de Surdos, bem como a profissionalização de jovens e adultos surdos para atuarem como instrutores de Língua de Sinais Brasileira. Após o término do curso houve um melhor reconhecimento da postura dos instrutores surdos nas escolas, universidades e instituições onde estavam inseridas. As instituições estavam carentes de profissionais qualificados com domínio em Língua de Sinais Brasileira, materiais didáticos, informações e esclarecimentos sobre as comunidades surdas.

Um grande desafio foi apresentando aos professores surdos, desenvolver métodos de ensino e materiais didáticos que oferecessem aos alunos surdos uma educação de qualidade, outro desafio apresentado a toda sociedade é a divulgação da garantia de ingresso dos professores surdos nas universidades em igualdade de condições com os ouvintes. A maioria dos instrutores surdos que ensinavam a Língua de Sinais Brasileira ainda precisava ter uma formação acadêmica mínima de Graduação para aprimorar seus conhecimentos e metodologia de ensino, era preciso também desenvolver materiais didáticos e informativos teóricos referendados nos Estudos Surdos em Educação de Surdos e nos Estudos Linguísticos em Língua de Sinais Brasileira. Saliento que esta época foi um grande marco na minha vida, momentos de aprendizado, pesquisas em conjunto com outros profissionais da educação que nos fizeram perceber que a nossa língua é complexa como qualquer língua e que precisávamos ter conhecimentos linguísticos para entender e trabalhar mais adequadamente, e não ensinar somente o léxico, como eu fazia.

Ao final do curso, formaram-se os trinta instrutores surdos de todos os estados brasileiros, que atuariam ensinando a Língua de Sinais Brasileira a professores da rede pública que lecionavam para alunos surdos.

Além destes, formaram-se oito instrutores surdos como Agentes Multiplicadores (eu fui uma das oito) para atuarem na capacitação de outros novos instrutores. Nas

disciplinas do curso para Instrutores de Língua de Sinais Brasileira, o material didático estava disponível em Língua de Sinais Brasileira e em Língua Portuguesa. Alguns dos objetivos do curso eram o ensino do idioma a pessoas ouvintes; divulgar a Língua de Sinais Brasileira e Cultura Surda; contribuir para o rompimento de bloqueios de comunicação entre surdos e ouvintes; estimular o debate científico na área de Surdos e da Cultura Surda e Intensificar a integração entre os surdos brasileiros.

Este momento transformou a minha vida, fui aprovada como Agente Multiplicadora, aprendi e entendi como seria o trabalho na área de ensino da Língua de Sinais Brasileira. Uma valiosa, porém pesada responsabilidade de ser professora surda, este foi o primeiro passo na construção da minha formação profissional. Logo comecei a pesquisar as bases teóricas relacionadas ao mundo dos surdos, bem como metodologias para o ensino da Língua de Sinais Brasileira em aulas práticas para ouvintes, isso me desafiou e me motivou a preparar-me melhor para ministrar minhas aulas valorizando-me enquanto professora surda.

Tive pleno êxito em minha missão, de formar professores ouvintes da rede pública e os novos instrutores surdos de Língua de Sinais Brasileira pela secretária da Educação no estado de Goiás.

Devido ao avanço da formação dos instrutores surdos em vários estados do Brasil, 2001 foi marcado como ano nacional de reconhecimento do instrutor surdo, o que abriu novas oportunidades para desenvolvermos outras atividades até que pudéssemos nos preparar para ingressar nas universidades como professores de Língua de Sinais Brasileira, principalmente no que se refere à formação de professores surdos para atuarem no Ensino Fundamental, Médio e na Graduação, utilizando as disciplinas de Língua de Sinais Brasileira como a língua de instrução reconhecida pelas comunidades surdas, e foram às conquistas e reconhecidas pelo MEC em que foi criada a lei de Língua de Sinais Brasileira após da realização da formação dos instrutores e agentes multiplicadores surdos.

#### **1.4 2002 - Criação de Lei de Língua de Sinais Brasileira**

A luta pela oficialização da Língua de Sinais Brasileira foi um marco histórico extremamente importante para os movimentos surdos que aconteciam naquele momento

no estado do Rio Grande do Sul, na qual se iniciou com a elaboração do documento em 1999. Outra notável contribuição foi o reconhecimento profissional dos Instrutores e Agentes Multiplicadores realizado em Brasília, a partir daí percebeu-se a importância de oficializar a Língua de Sinais Brasileira no Brasil. O pedido de oficialização foi encaminhado ao Senado pela senadora Benedita da Silva (PT - RJ), que se encarregou da tramitação do mesmo junto a Brasília, foi à realização de um sonho para os surdos brasileiros!

Todos estes momentos históricos são registros do passo a passo de nossa luta pela causa surda, e é por meio dela que hoje nós temos a Lei que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, isso garantia os nossos direitos linguísticos na sociedade, seja em instituições públicas ou privadas. Essa Lei é um instrumento que defende o direito dos surdos a comunicação. Neste sentido, algo muito importante nos chama a atenção, os professores surdos que atuam em instituições públicas podem ensinar utilizando a Língua de Sinais Brasileira diversas disciplinas voltadas para área de Educação de Surdos, Estudos Linguísticos ou Estudos para a formação de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Brasileira. O professor surdo não precisa ater-se somente ao ensino da Língua de Sinais Brasileira ele pode ir além, assumir disciplinas como Português, Matemática, História, Ciências, Geografia em escolas de surdos ou escolas bilíngues, ou ainda outras disciplinas acadêmicas em universidades.

Com a oficialização da lei que reconhece a Língua de Sinais Brasileira, e sua regulamentação por meio do decreto 5.626/05 surgem inúmeras oportunidades no âmbito acadêmico tanto na Graduação como na Pós-Graduação, mas, antes mesmo da Lei entrar em vigor, alguns graduandos surdos já se beneficiavam do direito ao intérprete, no entanto, foi somente depois da promulgação da lei do decreto de 2005 que este direito de fato foi expandido a todos os surdos, criando assim mais oportunidades de ingresso nas universidades em diversas áreas do conhecimento. Alguns surdos possuem graduação, no entanto sonham em fazer uma Pós-Graduação e almejam que outras Universidades abram espaço para que os surdos possam cursar mestrado e doutorado, assim como as pioneiras, UFRGS e UFSC. Muitos são os avanços na formação de professores surdos, mas se faz necessário continuar essa luta pela busca de mais profissionais surdos e que estes possam se qualificar como Mestres e Doutores.

## **1.5 2003 - Mestrado e Doutorado: UFRGS e UFSC**

Historicamente, a luta pela criação da Lei que oficializa a Língua de Sinais Brasileira foi à realização do sonho de todos os professores surdos. No ano de 1990, na UFRGS, Carlos Skliar coordenava grupos de pesquisadores ouvintes e surdos, com o objetivo de orientar os surdos no programa de Pós-Graduação em Educação, tais pesquisadores tinham como interesse objetivo desenvolver investigações e estudos no campo da Educação Especial, essas pesquisas ganharam espaço no meio acadêmico e por fim passaram a integrar o Programa de Pós- Graduação em Educação, daquela universidade.

Com a inclusão de tais pesquisas no campo da Educação Especial possibilitou que muitos outros surdos pudessem ingressar no mestrado e doutorado, entre estes podemos citar, Gladis Perlin na área da Educação, e algum tempo depois Marianne Stumpf na Informática, Wilson Miranda e Gisele Rangel na Educação, todos militantes políticos<sup>19</sup> em prol das causas da comunidade surda. A linha de pesquisa que mais se fortaleceu foi a de pesquisa em Estudos Culturais em Educação que já fazia parte do programa de Pós-Graduação em Educação. Com isso abriram-se novos espaços para a entrada da comunidade surda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que facilitou o desenvolvimento de pesquisas, publicações científicas, cursos sobre Educação e Língua de Sinais Brasileira ministrados em todo o Brasil, fóruns de discussões, eventos nacionais e internacionais, assessorias às escolas brasileiras, participação na construção de política educacional para surdos etc.

O fortalecimento dos pesquisadores surdos e ouvintes propiciou a criação do campo de Estudos Surdos que passou a ser a base teórica indispensável na área de educação dos surdos. Foi um momento histórico de conquistas na UFRGS em torno da identidade e da cultura surda, bem como da educação de surdos, e que abriu espaço para que estes pudessem cursar mestrado e doutorado, propiciando seu envolvimento com a

---

<sup>19</sup>Militância política: práticas discursivas que correm o risco de, em nome da diferença, generalizar uma categoria, reproduzindo práticas de normalização (ainda que em nome de uma identidade) justamente para poder afirmar o direito a uma diferença).



formação de professores, pesquisadores, e com a educação de surdos, no entanto os progressos não param por aí, em 2003 foi à vez da UFSC. Na UFSC, as lutas em prol das causas surdas tiveram início com Ronice Quadros no campo de Educação, primeiramente a luta foi para que fosse realizado um concurso público para professor surdo na UFSC, concurso esse que teve o cargo ocupado pela então Doutora surda, Gladis Perlin em 2004. Seu ingresso nessa instituição foi de extrema importância, pois, agora a Universidade contava com uma professora surda efetiva para orientar alunos surdos no mestrado e doutorado, além do ensino de Língua de Sinais Brasileira nas Licenciaturas e em alguns cursos de Bacharelado. Através da dedicação e empenho de Ronice e Gladis foi possível abrir a linha de pesquisa Estudos Culturais e Estudos Surdos no Programa de Pós-Graduação, finalmente Ana Regina Sousa e Campello e Rodrigo Rosso Marques foram primeiros surdos a ingressarem no Doutorado em Educação na UFSC no segundo semestre do ano de 2004, juntamente com mais três surdos na área de Mestrado em Educação, sendo estes Flaviane Reis, Karin Strobel e Carolina Hessel e as ouvintes: Silvana Aguiar dos Santos e Mauren Medeiros no segundo semestre do mesmo ano. Em 2005 entraram mais alguns doutorandos: Patrícia Rezende (surda); Paulo e Vilmar Silva (ouvintes) e no mestrado adentraram os surdos: Mariana Campos, Fabiano Souto, Simone Silva, Fábio Silva, Dionísio Schmidt.

Atualmente Ana Regina é professora concursada na faculdade de educação bilíngue vinculada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e pesquisadora e professora colaboradora; Rodrigo Rosso é professor concursado na UFSC, subchefe do departamento de artes e Libras e leciona as disciplinas do curso de Letras/Libras; Karin Strobel, professora concursada na UFSC, coordenadora do curso EAD de letras/libras, leciona as disciplinas do curso de Letras/Libras; Carolina Hessel professora concursada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) leciona a disciplina de Língua de Sinais Brasileira na área de licenciatura; Patrícia Rezende professora concursada de educação bilíngue do INES; Mariana Campos concursada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAr) leciona a disciplina de Língua de Sinais Brasileira nas licenciaturas; Fabiano Souto professor concursado na Universidade Federal de Pelotas (UFPE) leciona a disciplina de Língua de Sinais Brasileira na área de licenciatura na educação à distância; Simone Silva professora concursada no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) no campus bilíngue de Palhoça; Fábio Silva professor

concurado na IFSC no campus bilíngue de Palhoça e Dionísio Schimdt professor concurado na UFSC, primeiro surdo linguista do Brasil.

A entrada de professores surdos concursados no ambiente universitário fortaleceu a comunidade surda, mostramos a que viemos, provamos que podemos ser mestres e doutores, temos professores e orientadores bilíngues em algumas disciplinas e em outras utilizamos intérpretes de Libras bem qualificados. Através dos Estudos Surdos entendemos quem nós realmente somos independente do olhar clínico. Inúmeros debates sobre questões relacionadas à educação foram realizados além de cursos ministrados aos alunos surdos do mestrado e do doutorado. Estes cursos contaram com a presença de professores surdos e ouvintes da Universidade de Gallaudet, uma universidade organizada por e para surdos com sede nos Estados Unidos. Esses surdos doutores tornaram-se um exemplo para a comunidade surda, mostrando que outros também podem concorrer a uma vaga em concursos públicos nas universidades. Isso motivou também outros surdos a empenhar-se pela sua qualificação e buscar uma graduação, mesmo antes do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira nós já articulávamos os primeiros passos como mestrands e doutorandos em favor de metodologias adequadas para ensinar o idioma. Muitas mudanças na comunidade surda iniciaram a partir da entrada desses profissionais nos cursos de mestrado e doutorado. Isso propiciou a formação de professores e de pesquisadores surdos junto à comunidade científica.

Atualmente o Brasil têm três surdos com pós-doutorados, dez doutores surdos, vinte e quatro mestres surdos, além daqueles que ainda estão cursando o mestrado e doutorado. A Lei 10.436/2002 apenas reconhece a Língua de Sinais Brasileira como segundo idioma do país, e foi somente através dessa movimentação em torno da formação dos surdos em diversas universidades como a UFSC, UFRGS, UFSM, UFSCAR, UFAM, UFBA, UFU entre outras que foi possível à conquista do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, garantindo a formação dos professores surdos e formação dos tradutores intérpretes de Língua de Sinais Brasileira.

## **1.6 2005 – Criação do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira**

Com a criação do decreto 5626/2005 que regulamenta a lei 10436/02 onde a Língua de Sinais Brasileira ficou garantida a formação de professores nas Universidades públicas e ou privadas e a formação dos tradutores intérpretes ficou a cargo da comunidade surda através da Feneis e as Associações dos Surdos.

A Feneis participou desse movimento de luta mobilizou reuniões desde criação da Lei que oficializa a Língua de Sinais Brasileira para que fosse possível a criação do Decreto para regulamentar a Língua de Sinais Brasileira, esse foi um projeto aprovado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir a formação dos professores de Língua de Sinais Brasileira. Foi uma luta árdua junto ao Ministério da Educação, mas que se tornou um registro histórico para os pesquisadores:

Os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil. Os surdos gaúchos, em parceria com pesquisadores da área da Educação de Surdos, mobilizaram-se e engajaram-se nas lutas que, naquele momento, privilegiavam a necessidade de reconhecimento da Língua de Sinais como primeira língua dos surdos. Várias mobilizações, como passeatas, atos públicos em parlamentos e nas ruas, articuladas por associações e escolas de surdos marcavam os calendários das escolas e entidades representativas de surdos, familiares e educadores. A oficialização da Língua de Sinais Brasileira (Libras), primeiramente em alguns municípios e Estados, serviu de estratégia para o fortalecimento do movimento surdo no sentido de chegar ao Congresso Nacional, no ano de 2002, para a promulgação da Lei de Oficialização da Libras em todo o território nacional. (THOMA e KLEIN, 2010, p. 110).

O Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2005, entre os muitos artigos que constam ali, selecionei aqueles que se relacionam com a minha pesquisa, tal decreto mostrou-se ser um documento valioso, pois, trata da formação dos professores de Língua de Sinais Brasileira e do Instrutor de Língua de Sinais Brasileira nas instituições, ele destaca a importância da formação dos professores:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser

realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput<sup>20</sup>.

O decreto traz alguns esclarecimentos acerca dos professores de Língua de Sinais Brasileira, mas, meu foco nessa pesquisa são os professores surdos onde na maioria das universidades, trabalham com a Língua de Sinais Brasileira e também em algumas disciplinas na área de Educação e Linguística, como diz no artigo 4: vamos refletir a importância da formação dos professores para o ensino de Língua de Sinais Brasileira em nível superior em cursos de graduação de licenciatura plena em: Letras/ Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua, vamos analisar e esclarecer quanto à formação não somente na área de Letras/Libras, mas em diversas áreas da Educação já que o decreto deixa claro que ensino da Língua de Sinais Brasileira deve ficar a cargo das licenciaturas e não da Linguística como a maioria das pessoas pensam.

Esse decreto é um instrumento importante para que a comunidade surda entenda como se constitui os espaços acadêmicos, as relações de poder, e mostra também que a intelectualidade independe do ouvido e que nós surdos somos tão intelectuais quanto os ouvintes, e o que nos difere são questões linguísticas, de identidade e cultural. Assim, o decreto é um dispositivo legal a favor dos professores surdos, contudo, entendo que no decreto não existe a afirmação de que a intelectualidade independe do ouvido. Neste sentido, vejo que o Decreto dá respaldo aos surdos em várias frentes, como a prioridade para ensinar Língua de Sinais Brasileira, no entanto, neste é mantida distinção entre os surdos e deficientes auditivos via perda auditiva, de modo que, no Capítulo 1, Art. 2, afirma que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. E no parágrafo único, define: “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).

---

<sup>20</sup>Onde encontra o documento de Decreto 6.626/2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 em anexo.

Este decreto nos permite transitar por espaços antes inacessíveis e também nos dá a oportunidade de discutirmos nossas diferenças linguísticas com outros pesquisadores.

Dessa forma, deixamos claro que somos usuários da Língua de Sinais Brasileira e que podemos atuar não pela imposição de um modelo ouvintista<sup>21</sup>, mas, atuamos por sermos capazes, intelectuais e que podemos transitar por todos os espaços na academia como, na pesquisa, no ensino e na extensão.

O decreto foi aprovado em 2005 e somente depois de dez anos, conforme diz o artigo 7º da obrigatoriedade de ter os professores surdos com formação em licenciatura em Letras/Libras ou de outras áreas afins é que conseguimos um número expressivo de professores surdos. Atualmente, já temos mais de um mil e quinhentos professores formados de Letras/Libras, assim, o decreto beneficiou a comunidade surda. É como se a comunidade surda estivesse presa, trancado em um baú e depois libertado para conhecer uma nova perspectiva, o mundo acadêmico. Essa pesquisa me faz refletir nas diferentes representações dos professores de Língua de Sinais Brasileira que circulam nos diversos espaços acadêmicos que constituem seu modo de ser e agir, visando sua construção profissional docente. No artigo 7º do decreto destaca o perfil do profissional, dessa forma precisamos mostrar, pensar e refletir quem é este professor de Língua de Sinais Brasileira responsável apenas por essa disciplina? É claro que o foco da minha pesquisa são os professores surdos, incumbidos de ensinarem somente a disciplina de Língua de Sinais Brasileira. Neste contexto como acontecem as relações de poder e o espaço de negociação e resistência surda entre tensões nas universidades? Que tensões podem acontecer entre os professores surdos e a universidade?

O decreto não fala que é somente os professores surdos que podem atuar no ensino da língua, no entanto o decreto é claro em dizer os surdos têm prioridade para atuarem nos curso de formação de professores no ensino, pesquisa e extensão, como diz

---

<sup>21</sup> Segundo Skliar (1998:15), esse termo se refere “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos (...) a partir do qual o surdo está obrigado a olhasse e narrasse como se fosse ouvinte”. Com esse termo, se faz uma analogia ao colonialismo—colonialista.

o artigo 7 “nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras”.

O decreto em seu artigo 8º inciso 3 salienta que o exame de proficiência em Língua de Sinais Brasileira deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Língua de Sinais Brasileira, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de Educação Superior, no entanto, resguardar esse direito aos professores surdos nas universidades se transformou em uma luta nada fácil para os professores porque em algumas situações há bancas examinadoras em que alguns de seus membros não possuem conhecimento acerca da Língua de Sinais Brasileira não respeitando assim o decreto. Tal situação tem gerado polêmica na comunidade surda, pois, seus direitos linguísticos deixam de serem respeitados quando alguns dos avaliadores não possuem domínio do idioma para avaliar os professores de Língua de Sinais Brasileira, é claro que há alguns surdos que compõem essas bancas, no entanto falta representatividade da comunidade dos professores surdos nesses espaços acadêmicos. São eles que detêm o melhor conhecimento do idioma. Ademais, está narrando acontecimentos reais entre algumas universidades onde não há um cuidado criterioso ao selecionarem os membros das bancas ao usarem tradutores intérpretes para auxiliarem esses que não detêm conhecimentos da Língua de Sinais, me parece um tanto quanto contraditório, pois, é totalmente contrario ao que o decreto diz.

Ao rever o artigo 10º do decreto entendemos que as instituições de Educação Superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, assim, esse artigo é de extrema importância, pois, dá respaldo legal aos professores surdos em seu trabalho, permite a comunidade surda entender através da experiência dos professores surdos como se posicionam nas relações de poder e negociações estabelecidas na construção de sua intelectualidade na Educação Superior conquistando o espaço da Língua de Sinais Brasileira como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para que tenhamos respeitada a nossa Língua de Sinais Brasileira. E também estimular tradutores e intérpretes de Língua de Sinais Brasileira se aprofundarem no campo da tradução e interpretação no ambiente acadêmico auxiliando os professores surdos em palestras, reuniões e em aulas teóricas.

Atualmente há vários cursos de pós-graduação voltados para a área de Língua de Sinais Brasileira, pois, já tínhamos professores surdos formados em Pedagogia ou Letras/Libras em cumprimento ao decreto, um ano após sua publicação. O estudo desse decreto acerca da formação dos professores surdos e o compromisso e responsabilidade ao usar o ensino, pesquisa e extensão ligadas aos interesses públicos ao qual se destinam culminou em outra grande conquista, a criação do curso de Letras/Libras.

### **1.7 2006 - Criação do Curso de Letras/Libras**

A Universidade Federal de Santa Catarina numa parceria entre o Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e o Centro de Educação (CED) criaram o curso de licenciatura em Letras/Libras na modalidade de Educação à distância, como diz os autores e pesquisadores:

A licenciatura em Letras Língua Brasileira de Sinais – Libras – é um curso de graduação que passa a fazer parte do rol de licenciaturas únicas em Letras oferecidas pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, a saber, português, alemão, espanhol, inglês, francês e italiano que tem por objetivo formar professores qualificados para atuar no ensino de línguas. Os alunos do Letras Libras receberão a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores desta língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma o professor para o ensino da Libras como primeira língua ao selecionar para alunos surdos e como segunda língua ao lecionar para falantes de português. É um curso que está sendo oferecido na modalidade à distância. A modalidade à distância visa à democratização desse processo de formação. Diferentes regiões do país estão tendo a oportunidade de formar professores de Língua de Sinais dispondo da competência pedagógica e técnica de um grupo de profissionais com excelência na área, o que visa garantir o êxito do programa que atenderá a comunidade surda. O curso está sendo oferecido em nove polos brasileiros: a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Brasília, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Goiás, a Universidade de São Paulo, o Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Santa Catarina. Os convênios foram firmados com todas as instituições de ensino e instaurou-se o processo seletivo. O curso de Letras Libras é uma ação da Universidade Federal de Santa Catarina juntamente com essas instituições conveniadas e com o MEC, por meio da Secretaria de Educação à Distância e a Secretaria de Educação Especial. Cada instituição tem 55 alunos e no polo UFSC são 60 alunos. O curso está organizado na forma de rede, integrando 9 polos em diferentes regiões do país, totalizando 500 vagas. (QUADROS, CERNY & PEREIRA 2008, p.33).

Dada a importância dessas políticas educacionais para os professores surdos na Educação Superior, considero pertinente atentar para observações e pesquisas políticas, e perceber como os surdos usuários da Língua de Sinais Brasileira conseguiram conquistar o espaço educacional nas Universidades.

Compreender a história de luta dos professores surdos é um processo complexo, dinâmico e inédito, principalmente quando há um esforço do movimento surdo a fim de conseguir avanços nas políticas públicas atreladas a Educação Superior o que está provocando uma marca da representação de luta dos professores surdos.

Ao entrarem nessas lutas, os Professores Surdos tornaram-se os principais agentes nas equipes do Curso de Letras/Libras no Brasil, cuja filosofia nas historiografias, ou seja, linguísticas culturais, é que estes têm contato em Língua de Sinais Brasileira, e que tal afirmação era possível de ser comprovada, já que possuem uma marca de representação dos professores demonstrando assim, a importância da identificação de ser surdo e da história para outros países.

As identidades dos professores surdos são importantes para que todos os alunos se identifiquem com as mudanças educacionais, históricas, linguísticas e culturas, para a produção de discursos, construção de conhecimentos e para a heterogeneidade e naturalização das Línguas de Sinais.

As lutas das representações dos professores surdos estão em constante processo de mudanças históricas, o que ocorre, no entanto, ocorre por uma força local provocada pela luta por políticas educacionais na Educação Superior. Esses professores, não necessariamente, estão conscientes de que tais mudanças históricas estão ocorrendo, pois, uma fonte externa à comunidade surda está influenciando a história cultural e provocando uma modificação nessa comunidade. Essa fonte atua sobre o desempenho da representação e da subjetividade dos professores surdos do curso de licenciatura em Letras/Libras. Para estabelecer uma ruptura com essa forma de “ver” a história da construção de subjetividade dos professores surdos é necessário compreender que esses são os agentes principais e fluentes na Língua de Sinais Brasileira, mas que estabelecem uma relação bastante complexa de representações dos professores surdos na Educação Superior.



Para cada luta histórica há uma mudança da realidade da visão clínica<sup>22</sup> para a visão cultural de novas relações e questões a serem levantadas relacionadas com a nova posição dos professores surdos. Não existem diferenças padronizadas, mas podem acontecer, recebendo o modelo de luta dos professores surdos ao longo da história, influenciando a partir da Língua de Sinais Brasileira para ter um contato visual no espaço educacional no curso de Letras/Libras.

Nesse sentido, é importante verificar e entender a luta e a política educacional para formação dos professores surdos na Educação Superior em contato com os alunos surdos nas Universidades, a partir da influência da nossa primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira, e perceber se há mudança com relação à utilização de Língua de Sinais Brasileira. É fundamental analisar como essa representação do professor surdo chegou ao campo universitário, e abordar as especificidades históricas políticas de representações de significação social e cultural.

Entendo que alguns autores como Lázara Cristina (2011); Arlete Aparecida (2011) nesta pesquisa na área de Políticas, Saberes e Práticas Educativas estão começando a influenciar o modelo de luta da representação dos professores surdos nas Universidades, o contato com os alunos surdos são recentes, por isso proponho essa pesquisa, que acredito ser relevante para o desempenho dos professores surdos na Educação Superior e que também acredito ser bastante relevante na esfera internacional da educação de surdos.

A importância de analisar a questão da representação e práticas narrativas é a de dar um primeiro passo na compreensão dos processos históricos e políticos dos professores surdos, permitindo visualizar se nessas produções culturais, de luta da comunidade surda por políticas que resguardem o direito linguístico, cultural e social do sujeito surdo nas Universidades, há um compromisso de mudança, de romper com as dificuldades de comunicação no momento dos estudos na Universidade, e que podem mudar de uma forma natural, de onde vem à luta dos professores surdos nas

---

<sup>22</sup>Na visão clínica-médica os surdos são encarados como pessoas com deficiências e doentes, isto é, a surdez é considerada uma doença e, portanto, deve ser “curada”. Nessa visão, todo recurso tecnológico que procure minimizar os efeitos da surdez são extremamente valorizados, ea oralização, os aparelhos auditivos e o implante coclear, por exemplo, adquirem status de “cura”e/ou de minimização da “doença”, com forte incentivo à “normalização” dos indivíduos surdos. (REIS; SILVA; SOUZA, 2012, p.3).

Universidades. Esse estudo poderá contribuir para o entendimento de como as políticas públicas são organizadas no sentido de contribuir ou não para os avanços dos estudos surdos na Educação Superior e que pode enriquecer a pesquisa no campo das políticas públicas na Educação Superior no que tange a essa área do conhecimento.

Como já argumentamos anteriormente, o Documento “Que Educação nós Surdos Queremos” e as articulações dos movimentos dos professores surdos transgrediam uma nova mudança política e na legislação, como a oficialização da Língua de Sinais Brasileira através da Lei 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005 incentivara as conquistas dos surdos na Educação Superior e na formação de professores surdos em cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, e também ainda institui-se como disciplina obrigatória ensino de Língua de Sinais Brasileira nas áreas de Licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia, e no Letras/Libras para formar profissionais para o ensino e para a tradução/interpretação (Bacharelado) na Educação Básica e na Educação Superior.

Esse documento defende a perspectiva da formação dos professores surdos e vem se constituindo como discurso hegemônico nas políticas de educação e linguísticas de surdos. É um grande desafio nos espaços acadêmicos, uma vez que é importante que nós tenhamos práticas favoráveis para aquisição e desenvolvimento da Língua de Sinais Brasileira como a nossa primeira língua. Ainda estamos em processo de construção e criação de várias disciplinas como no caso do curso de Letras/Libras, especificamente, na área de linguística para surdos, provando assim que a Língua de Sinais Brasileira deve ser valorizada e que todos precisam entender que os professores surdos utilizam suas experiências visuais, isso é significativo para a comunidade surda, um desafio a ser transposto, a criação de políticas para garantir que professor surdo possa atuar numa perspectiva bilíngue dentro dos espaços acadêmicos.

É notável que nos últimos anos os professores surdos estejam conquistando seu lugar no espaço universitário em várias áreas. Do grupo de professores surdos brasileiros, alguns se consideram, ativistas na comunidade surda, profissionais com a titulação de doutorado atuam em nível acadêmico no curso de Letras/Libras envolvidos no ensino da disciplina de Língua de Sinais Brasileira, não somente esta, mais também várias disciplinas voltadas para a área de Linguística.

Ao meu entender com a base teoria de Estudos Culturais vinculado com os Estudos Foucaultianos já está funcionando diante da política que ilumina a comunidade

surda, principalmente relacionada à estratégia política, tema problema nesse capítulo, tornando-se referência para o debate contemporâneo que vem criando o legado teórico na constituição política para os professores surdos atuarem na Educação Superior.

## **1.8 1997 a 2015 - Concursos Públicos: A entrada dos professores surdos**

Antes de tudo gostaria agradecer a Deus e Nossa Senhora Aparecida por iluminar meus caminhos. Mas não estaria aqui sem o apoio da minha família, amigos e também da UFSC pelos maravilhosos professores que tive durante o curso de Letras Libras. Mais um sonho conquistei: Professora Federal (Thaís Abreu, Status do Facebook, 2015).

No comentário feito pela professora Thaís, percebemos a alegria descrita por ela com base em sua conquista em ser aprovada em concurso público para PROFESSORA FEDERAL. Podemos definir concurso público como um processo seletivo que permite o acesso a cargo público de modo amplo e democrático. É um procedimento impessoal onde é assegurada igualdade de oportunidades a todos interessados em concorrer para exercer as atribuições oferecidas pelo Estado, a quem incumbirá identificar e selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos, como diz no dicionário Wikipédia.

Os concursos públicos para área de Língua de Sinais Brasileira são conquistas inovadoras para a comunidade surda, os primeiros concursos iniciaram no ano de 1997 mesmo antes da Lei que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, no início eram poucos professores surdos, e depois os concursos públicos tiveram um grande aumento de professores.

O concurso público na área de Língua de Sinais Brasileira é um concurso que objetiva contratação efetiva de professor de Língua de Sinais Brasileira. Esta tese tem mostrado a valorização do professor surdo na Educação Superior, atualmente vários professores surdos são efetivos nas universidades na área de Educação e Linguística no campo de ensino, pesquisa e extensão voltada para Língua de Sinais Brasileira.

Fiz um levantamento para saber quantos professores surdos estão nas universidades, foi realizada através de conversa pelo recado do facebook com professores surdos engajados nas lideranças dentro das universidades contemplando os dados atuais de efetivações em concurso público federal para professores surdos com as seguintes perguntas: Quantos professores surdos efetivos na Universidade? Quando

tomaram a posse? Segue a tabela dos professores surdos do Brasil incluindo mês e ano da posse:

## CIDADES

## POSSE

### ALAGOAS

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL</b>	
ARAPICARA	1- Março/2015

### AMAZONAS

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE AMAZONAS - UFAM</b>	
MANAUS	1- Março/2010
	2- Janeiro/2011
	3- Abril/2015
	4- Abril/2015
	5- Abril/2015

### AMAPÁ

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP</b>	
MACAPÁ	1- Junho/2013
	2- Setembro/2014
	3- Setembro/2014

### BAHIA

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB</b>	
AMARGOSA	1- Dezembro/2013

### CEARÁ

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE CEARÁ – UFC</b>	
FORTALEZA	1- Julho/2011
	2- Setembro/2011
	3- Setembro/2011
	4- Fevereiro/2013
	5- Novembro/2013
	6- Novembro/2013
	7- Dezembro/2013
	8- Julho/2014
	9- Julho/2014
	10- Julho/2014
	11- Julho/2014
<b>INSTITUTO FEDERAL DE CEARÁ – IFCE</b>	

LIMOEIRO DO NORTE	12- Setembro/2014
ACARAU	13- Setembro/2014
IGUATU	14- Setembro/2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI – ÁRIDO - UFERSA</b>	
CARAÚBAS	15- Julho/2014
	16- Julho/2014
	17- Setembro/2014

## **DISTRITO FEDERAL**

<b>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB</b>	
BRASÍLIA	1- Julho/2011
	2- Julho/2011
	3- Setembro/2014
	4- Setembro/2014
<b>INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB</b>	
GAMA	5- Agosto/2013
TAGUATINGA	6- Agosto/2014
ASA NORTE	7- Outubro/2014

## **ESPÍRITO SANTO**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE VITÓRIA – UFV</b>	
VITÓRIA	1- Março/2014

## **GOIÁS**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG</b>	
GOIÂNIA	1- Abril/2010
	2- Maio/2011
	3- Maio/2011
JATAÍ	4- Julho/2014
CATALÃO	5- Outubro/2014

## **MATO GROSSO**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT</b>	
CUIABÁ	1- Março/2013
	2- Junho/2014
BARRA DO GARÇAS	3- Outubro/2015

## **MATO GROSSO DO SUL**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL – UFMS</b>	
CAMPO GRANDE	1- Agosto/2014
CORUMBÁ	2- Agosto/2014

<b>INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – IFMS</b>	
COXIM	3- Abril/2015
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD</b>	4- Maio/2015

## MINAS GERAIS

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU</b>	
UBERLÂNDIA	1 - Outubro/ 2008
	2 - Junho/ 2011
	3 - Junho/ 2011
	4 - Junho/ 2011
	5 - Outubro/2013
	6 - Outubro/ 2013
	7 - Outubro/ 2013
ITUIUTABA	8 - Abril/2015
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE TRIANGULO MINEIRO – UFTM</b>	
UBERABA	8- Março/2013
	9- Março/2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REY – UFSJ</b>	
SÃO JOÃO DEL REY	10- Julho/ 2014
	11- Julho/ 2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF</b>	
JUIZ DE FORA	12- Janeiro/2015
	13- Agosto/2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV</b>	
VIÇOSA	14- Agosto/2013
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL</b>	
ALFENAS	15- Fevereiro/2015
	16- Abril/2015

## PARÁ

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA</b>	
CASTANHAL	1-Julho/2009
BELÉM	2- Junho/2014
	3-Junho/2014
	4-Setembro/2014
	5-Setembro/2014

**PARAÍBA**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA - UFPB</b>	
JOÃO PESSOA	1- Agosto/ 2011
	2- Maio/2013
	3- Maio/2013
BANANEIRAS	4- Maio/2013
AREIA	5- Maio/2013
CUITÉ	6- Agosto/2014

**PARANÁ**

<b>UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DE PARANÁ –UTFPR</b>	
CURITIBA	1- Novembro/2012
	2- Fevereiro/2014
	3- Fevereiro/2014
	4- Fevereiro/2014
	5- Fevereiro/2014
	6- Fevereiro/2014
	7- Abril/2014
TOLEDO	8- Novembro/2012
PONTA GROSSA	10- Setembro/2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARANÁ - UFPR</b>	
PALOTINA	9- Fevereiro/2014

**PERNAMBUCO**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE</b>	
RECIFE	1- Julho/2014
	2- Junho/2014
	3- Agosto/2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE</b>	
RECIFE	4- Maio/2014
SERRA TALHADA	5- Maio/2014
CABO	6- Maio/2014
<b>INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO – IFPE</b>	
RECIFE	7- Agosto/2012
VITORIA	8- Agosto/2012

**RIO GRANDE DO NORTE**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN</b>	
NATAL	1- Março/2015
	2- Abril/2015
	3-Março/2015

	4- Março/2015
--	---------------

## RIO GRANDE DO SUL

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL</b>	
PELOTAS	1- Janeiro/ 2010
	2 - Maio/2010
	3 - Novembro/2014
<b>INSTITUTO FEDERAL DO SUL - IFS</b>	
PELOTAS	4 - Agosto/2010
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE – FURG</b>	
RIO GRANDE	5- Agosto/ 2010
	6- Fevereiro/2011
	7- Setembro/ 2012
	8- Agosto/ 2013
	9- Agosto/2014
<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO – IFRS</b>	
RESTINGA	10-Novembro/2005
PORTO ALEGRE	11- Maio/2011
ALVORADA	12- Fevereiro/2015
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS</b>	
PORTO ALEGRE	13- Fevereiro/2011
	14- Maio/2014
	15- Maio/2014
	16- Maio/2014
	17- Maio/2014
ALEGRETE	18-Novembro/2013
URUGUAIANA	19-Novembro/2013
SÃO BORJA	20-Novembro/2013
SANTANA DO LIVRAMENTO	21-Novembro/2013
DOM PEDRITO	22-Novembro/2013
SÃO GABRIEL	23-Novembro/2013
CAÇAPAVA DO SUL	24-Novembro/2013
ITAQUI	25- Julho/ 2014
BAGÉ	26- Julho/2014
	27- Julho/2014
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM</b>	
SANTA MARIA	28- Setembro/2009
	29- Fevereiro/ 2014
	30- Junho/ 2014

## RIO DE JANEIRO

<b>FACULDADE PEDAGOGIA</b>	
----------------------------	--



<b>BILÍNGUE – INES</b>	
RIO DE JANEIRO	1- Junho/2008
	2- Agosto/2010
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ</b>	
RIO DE JANEIRO	3- Agosto/1997
	4- Abril/2011
	5- Junho/2011
	6- Agosto/2014
	7- Maio/2014
	8- Maio/2014
	9- Maio/2014
MACAÉ	10-Novembro/2013
	11-Novembro/2013
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ</b>	
RIO DE JANEIRO	12- Janeiro/2014
	13- Janeiro/2014
	14- Janeiro/2014
	15- Fevereiro/2014

## RONDÔNIA

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR</b>	
PORTO VELHO	1- Maio/ 2014
	2- Maio/ 2014
	3- Maio/2014
	4- Janeiro/2015

## SANTA CATARINA

<b>Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC</b>	
FLORIANÓPOLIS	1- Julho/2004
	2- Março/2007
	3- Março/2010
	4- Março/2010
	5- Julho/2010
	6- Agosto/2013
	7- Agosto/2013
	8- Agosto/2013
	9- Setembro/2013
	10- Setembro/2013
	11- Setembro/2013
	12- Setembro/2013
	13- Setembro/2013
	14- Setembro/2013
	15- Setembro/2013
	16- Agosto/2014

<b>INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC</b>	
FLORIANÓPOLIS	17- Outubro/2007
	18- Novembro/2007
CHAPECÓ	19 - Novembro/2007
SOMBRIÓ	20- Agosto/2014
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	21- Agosto/2014

### **SÃO PAULO**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR</b>	
SÃO CARLOS	1- Fevereiro/ 2013
	2- Julho/2014
	3- Março/2015
SOROCABA	4- Maio/2014

### **SERGIPE**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFSE</b>	
ARACAJU	1- Março/2010

### **TOCANTINS**

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS – UFT</b>	
TOCANTINÓPOLIS	1- Outubro/2013
ARRAIAS	2- Outubro/ 2013
PALMAS	3- Agosto/2014

Portanto, é importante reconhecer e considerar a atualização dos professores surdos na Educação Superior. A maioria está atuando sozinho no ambiente universitário, poucos têm a oportunidade de trabalhar em conjunto com outros professores surdos na mesma universidade, para um aumento no número de professores surdos são necessários mais concursos públicos. Acrescento ainda a título de conhecimento sobre os números apresentados e também para mostrar a expansão dos professores surdos na Educação Superior.

## CAPÍTULO II

### METODOLOGIAS E POSICIONAMENTOS DE PESQUISAS

Palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso.

LARROSA (2001)

Este capítulo tem por objetivo mostrar como tenho construído a ideia de pesquisa levando em consideração à escolha do referencial teórico dos Estudos Culturais, Estudos Foucaultianos sob o enfoque pós-estruturalista e Estudos Surdos, bem como tenho procedido à escolha metodológica de entrevistas-narrativas junto aos professores surdos de nível superior. A identificação e o mapeamento de narrativas dos professores surdos como perspectiva a um tema restrito com foco nas relações de poder. Apresento aqui os caminhos teóricos investigativos, as metodologias escolhidas para construir a minha investigação.

Minha escolha teórica se relaciona aos Estudos Culturais, pois, estes oferecem a oportunidade de escolher entres diferentes metodologias a partir do objeto de investigação em questão, neste caso, do professor surdo, bem como para o pesquisador poder tecer seus próprios caminhos investigativos. De acordo com Wortmann (2005, p.46), “Os Estudos Culturais valem-se de procedimentos e de metodologias que não lhes são próprios ou particulares, mas dos quais se apropriam em determinadas

circunstâncias e em função de propósitos específicos”. Já a minha outra escolha os Estudos Foucaultianos são estudos que permitem questionar a política da diferença como relações de poder, nesse sentido, são possíveis mostrar que existem relações de poder. Os Estudos Surdos por sua vez conectam a identidade surda e se apresentam como instrumento necessário para fazer acontecer o diálogo cultural.

Enquanto pesquisadora entendo que este estudo, como apresentado na introdução é resultante das inquietações diante da minha realidade profissional, como diz a pesquisadora:

A pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que, em algum momento, julgamos inabaláveis. (BUJES, 2002, p. 14)

Escolhi este objeto, em decorrência de inquietações profissionais que me levaram a problematizar no espaço universitário, as construções ocorridas no exercício profissional dos professores surdos, por meio de suas narrativas, em que aparece desconforto ou mal-estar sentido durante as relações de poder estabelecidas no ambiente acadêmico. É importante destacar em algum momento neste processo que a presença destes professores surdos na Educação Superior é uma conquista do Povo Surdo, fruto de sua luta política, que nos dias de hoje, foi, em parte, traduzida em forma de Lei, como por exemplo, a Lei de Libras<sup>23</sup> nº 10.436/2002, e o Decreto nº. 5.626/2005. Com essa conquista, foi possível a criação de cursos de nível superior para a formação de professores licenciados em Letras/Libras em nosso país.

Na tese, tinha como objetivo obter dados a serem identificados nas narrativas<sup>24</sup> dos professores surdos na Educação Superior relacionando com a cultura e com as relações de poder nas políticas, nas lutas, nas resistências, resiliências e pensamento

---

<sup>23</sup>Lei de Libras n 10.436/2002- foi aprovada no dia 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua de Sinais Brasileira - Libras e dá outras providências e o Decreto n 5.626/2005 que foi aprovado no dia 22 de Dezembro de 2005 onde regulamenta a Lei n que dispõe sobre a Língua de Sinais Brasileira – a Libras, e o art. 18 da Lei n 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

<sup>24</sup>Escolhi narrativas por conterem aspectos culturais. No momento deixei de lado a palavra discursos, pois entendo, que, conforme Foucault está constituído por um “conjunto de enunciados que se apoiam numa formação discursiva” (Foucault, 1986, p. 135). O discurso está em relação às praticas discursivas.

político referente ao espaço de negociação em defesa de formação, posição e de intelectualidade.

O maior obstáculo para concretizar esse estudo foi achar tempo na agenda dos professores surdos de várias regiões para encontros, discussões, diálogos, com vistas à temática. No início, foi difícil articular o tempo para os encontros fora da minha cidade; a dificuldade desapareceu quando houve entendimento da proposta de pesquisa e articulação do meu tempo com a vontade dos professores surdos. Embora saibamos que essa é a realidade dos professores surdos na Educação Superior, a falta de compreensão para reflexões em torno de políticas surdas bem como de posições constituídas na Educação Superior em torno da causa do professor surdo faz com que os procedimentos relativos à Educação Superior demorem a compreender os embates em espaços de negociação.

Fui tecendo a metodologia, marcando o posicionamento de pesquisa, pois as muitas narrativas dos professores surdos na Educação Superior me desafiaram, considerando que pensar e agir politicamente é possível correlacionar à atuação dos professores surdos com os acontecimentos políticos. Neste processo de construir e reconstruir, a metodologia foi pensada e repensada, muitas questões e compreensões foram debatidas e rebatidas através dos e-mails e presença com a co-orientadora, pois não existem respostas prontas, para um pesquisador, sempre circulam novas ideias, transformações, produções, construções, olhares e discussões. Outras questões surgiram através de análises dos estudos realizados por outros pesquisadores enquanto investigam o campo da educação voltada para formação dos professores surdos. A metodologia deste estudo foi construída e reconstruída ao longo da pesquisa sobre a melhor forma de entender: como os professores surdos se posicionam nas relações de poder e negociações estabelecidas na construção do pensamento político na Educação Superior.

Em vista desta pesquisa, notei e captei algumas narrativas de alguns professores surdos atuantes em algumas universidades e deste modo identifiquei e mapeei para produzir algumas reflexões que se desencadearam no fio desta tese. Elas contribuíram para o melhor entendimento de minhas inquietações com o fenômeno das produções do pensamento político dos professores surdos na Educação Superior, ou seja, a nova maneira de pensar.

Espero que o mapeamento teórico neste capítulo permita aos que me leem

ultrapassar ideias levando a ter outras concepções, outros entendimentos de pesquisa, percebendo soluções para problemas que muitas vezes não estão visíveis e se escondem na Educação Superior.

## **2.1 - Suas perguntas chave**

Além desta questão-problema outras questões de cunho histórico, político e contextual relevantes surgiram. Estas serão tomadas como recorte a ser explorado durante a elucidação teórica.

Buscando aproximar o objeto de estudo da visão da realidade, desafios foram lançados a um grupo selecionado de professores surdos atuantes na Educação Superior com entrevista-narrativa para a construção de narrativas para esse estudo:

- a) O que é ser professor surdo na Educação Superior?
- b) Qual é a sua base argumentativa em relação a si mesmo e seu ser na diferença?
- c) Qual o recorte histórico do surgimento de professores surdos na Educação Superior?
- d) Como os professores surdos, se comportam diante da sua inserção na Educação Superior?
- e) O que é exigido dos professores surdos na Educação Superior, as suas atribuições são semelhantes ou diferentes as exigências requeridas dos professores ouvintes?
- f) Como dizer que os professores surdos têm alguma política através do saber histórico das lutas?
- g) Quais são as críticas do plano político enquanto professores surdos na Educação Superior?
- h) Que significa ao professor surdo estar diante da política educacional na Educação Superior buscando a sua formação enquanto acontece o movimento de luta dos professores surdos na Educação Superior?
- i) Como podemos contribuir com a política do MEC para atuar na formação destes professores surdos na Educação Superior?

j) Para melhor compreender as estratégias políticas dos professores surdos que atuam na Educação Superior, qual o melhor argumento sobre a nossa competência linguística e didática para o ensino da Língua de Sinais Brasileira?

k) Qual é a nossa estratégia política para garantir mais vagas nas universidades? Qual é a nova exigência dessa atribuição para professor surdo?

l) Existe diferença no reconhecimento do professor surdo como pesquisador e como produtor de ciência que somos? Que relações de poder surgem disto?

m) Que novas narrativas têm o professor surdo nas relações de poder?

Estas questões inquietantes foram lançadas para serem repensadas na entrevista-narrativa serão como um suporte orientador do problema de pesquisa.

## **2.2 - Justificando a escolha do tema de pesquisa**

A escolha desse tema de pesquisa propiciará o estudo e o entendimento a respeito das políticas da comunidade surda, que vem conquistando o seu espaço na Educação Superior, além disso, compreender as representações e as práticas narrativas dos professores surdos nas universidades. Entender os caminhos que os mesmos trilharam e trilham no sentido de conquistarem espaço, bem como captar seu pensamento político se constitui em novidade no momento. O campo dos Estudos Surdos na Educação Superior ampliou-se gradativamente com as pesquisas em Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos como o ensino de Língua de Sinais Brasileira em diferentes cursos, a criação da faculdade para surdos, o curso de licenciatura/bacharelado em Letras/Libras e o curso de Pedagogia Bilíngue. Além dos inúmeros estudos e pesquisas e suas produções a partir das mudanças educacionais, históricas e de seus artefatos culturais<sup>25</sup>. As políticas acadêmicas públicas que proporcionaram tais avanços nos respectivos campos na Educação Superior.

---

<sup>25</sup> É o elemento cultural, ou seja, a diferença, a alteridade, a narrativa, a política, o povo, a pedagogia, a história, a literatura, etc. Para a pesquisadora afirma: a experiência visual, linguística, literatura surda, vida social, esportiva, artes, políticas e outros. 44 “[...] o conceito ‘artefatos’ não se refere apenas a materialismos culturais, mas àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo”. (STROBEL, 2008a, p.35)

Este imenso mundo requer várias reflexões. Um arrolamento de teorias, de metodologias, sujeitos e objetos de pesquisa, e desencadear investigação sobre os professores surdos na Educação Superior e suas políticas a partir do espaço de negociação.

Sendo que a isto se seguem necessidade de trazer a tona estudos visando adentrar o complexo campo dos professores surdos na Educação Superior e para poder alcançar estes objetivos procedi à escolha da metodologia de pesquisa com a qual me propus dar andamento nessa tese. Fiz a opção por utilizar narrativas dos professores surdos que me permitem enunciar suas estratégias de agir, suas políticas, lutas, resistências e resiliências. Um estudo que usa narrativas captadas "cruas" de acordo com a questão a que se referem e por sua vez que recebam o processo de interpretação de acordo com a questão vigente e a questão teórica que se fizer necessário.

O inovador nessa pesquisa são as narrativas em Língua de Sinais Brasileira contendo as histórias dos professores surdos, suas resistências e resiliências políticas. Procedo de modo a deixar as narrativas dos professores surdos, como Silveira, (2005) afirma: “deixando-as falarem por si e desta forma elas conseguem trazer todo o aparato cultural de que se servem”.Tendo em vista uma pesquisa descritiva como um modo e representação cultural dos professores surdos nas universidades, a partir da sua negociação nos espaços de poder que é sua principal estratégia narrativa.

### **2.3 - Construção da pesquisa: escolha do arrolamento teórico**

Meu contato com a teoria de Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos me fez ampliar o conhecimento sobre as relações de poder no espaço da Educação Superior, de como é o olhar subalternizador dos ouvintes sob os professores surdos, o desejo ouvintista de normalização do surdo, o controle do sujeito surdo pelos ouvintes, meu referencial teórico são os autores: Foucault (2004); Thompson (2005); Hall (2009); Bhabha (1998); Tourraine (2009); Veiga-Netto (2010); Silva (2009); Perlin (2003); Bujes (2002); Skliar (1998); Silveira (2005),tais estudos me incentivaram a usar a pesquisa narrativa como instrumento de pesquisa. Vê-se que, aproximando-nos do campo de Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos, utilizando a metodologia de entrevista narrativa, há também a possibilidade de investigar as experiências a partir do olhar, do vivenciar, do ponto de vista do sujeito e é desta forma que posso captar e



identificar as questões propostas com a presença dos Estudos Surdos para entender como é na prática a política do professor surdo, sua resistência e resiliência e sua produção de um pensamento diferenciador. Nada mais gratificante nessa pesquisa, que o desafio de refletir de que é importante envolver a pesquisa à luz da teoria dos Estudos Culturais, Estudos Foucaultianos, com enfoque pós-estruturalista e Estudos Surdos a partir dos olhares sobre a prática política do professor surdo nas universidades para obter o espaço nesse contexto, que têm condição de ampliar questões em referência aos aspectos culturais que se impõem nas questões de governamentalidade<sup>26</sup>, de ser e do cuidado de si.

*Pesquisar é um processo de criação e não de mera constatação. A originalidade da pesquisa está na originalidade do olhar. Os objetos não se encontram no mundo à espera de alguém que venha estudá-los. Para um objeto ser pesquisado é preciso que uma mente inquiridora, munida de um aparato teórico fecundo, problematize algo de forma a constituir-lo em objeto de investigação. O olhar inventa o objeto e possibilita as interrogações sobre ele. Assim, parece que não existem velhos objetos, mas sim, olhares exauridos. ( COSTA, 2002, p. 152 ).*

E eu como pesquisadora, neste encontro com a construção de pesquisa, que requer arrolamento teórico em vários autores coerentes com a linha de pesquisa de Estudos Culturais, Estudos Foucaultianos, e de construção pós-estruturalista, bem como os Estudos Surdos. Estes estudos que objetivam as minhas reflexões iniciais e me possibilitam adentrar pelos terrenos onde poderia representar as diferenças culturais, as relações de poder e espaço de negociação, a partir da resistência, da política, lutas, cuidado de si, resiliência e identificação de novo pensamento, bem como cultura e a Língua de Sinais Brasileira entre os professores surdos na Educação Superior.

## **2.4 - Os procedimentos da pesquisa**

A minha escolha metodológica para esta investigação no campo educacional, refere-se a abordagem qualitativa fundamentada em leituras de autores especializados

---

<sup>26</sup>Governamentalidade: É a arte de governar sobre o poder soberano, disciplinas, normalização, regulamentação, governamentalização. (PERLIN E REIS, 2012, p. 29).

em metodologia como Jovchelovitch & Bauer (2008), Costa (2002), Corazza (2002).

Pesquisei como utilizar essa metodologia de maneira que eu pudesse mapear as narrativas dos professores surdos de uma forma estratégica para entender como eles se descrevem, suas lutas e suas histórias. O meu foco nessas narrativas é a questão das relações de negociação conectadas às políticas no contexto universitário, para que sob perspectivas culturais possamos dar o ponto de partida para novas políticas.

O enfoque da minha pesquisa não é fazer uma pesquisa aplicada, mas sim uma pesquisa básica segundo o arquétipo de que ela deve produzir novos conhecimentos e que satisfaçam a mim como pesquisadora surda e que tragam respostas à minha questão de pesquisa: **Como os professores surdos se posicionam politicamente nas relações de poder estabelecidas para a construção de suas narrativas na Educação Superior?** Quanto à abordagem do problema de pesquisa vou fazê-lo com vistas à pesquisa qualitativa. Este modo de abordagem considera que existe uma relação entre os sujeitos da pesquisa e sua participação nas relações de poder, sua resistência, resiliência e política e isto não pode ser traduzido em números durante a escolha das narrativas, precisam ser mapeadas em entrevista para constituir o corpo do texto.

Para realizar essa pesquisa qualitativa e descritiva, segui no caminho investigativo difícil e cheio de possíveis desvios, como diz a autora embasada pela pesquisa qualitativa:

Ao assumir tal modo de investigar- ambíguo e desconfortável-, é visível que os Estudos Culturais efetuam importantes rupturas nos cânones da pesquisa acadêmica. Porém, Nelson, Treicher e Grossberg ( 1995 ) afirmam que a escolha metodológica caracteriza-se como “pragmática, estratégica e auto-reflexiva” (ibidem, p. 9), a qual fica na dependência das questões formuladas; enquanto estas questões dependem de seus contextos materiais específicos e são, necessariamente, conectadas a “problemas sociais e políticos reais” (ibidem, p.18), tais como os de subjetividade, política, gênero e desejo. (CORAZZA, 2002, p. 122).

Não pretendo problematizar as narrativas, nem analisá-las, pretendo captá-las, identificá-las, mapeá-las. Também não pretendo interrogá-las ou problematizá-las, mas deixá-las falarem por si.

Assim essas narrativas se fazem necessárias nesta tese, é preciso mapear as narrativas dos professores surdos na Educação Superior para ter uma amostragem das políticas de resistências e resiliências nas relações de poder e o objetivo da minha

observação é registrar sem interferência o pensamento dos professores surdos nas universidades.

## **2.5 - A entrevista narrativa**

Acredito que a entrevista narrativa é a melhor escolha metodológica, pois, mapeia fatos importantes, relevantes e carregados de significado que delineiam o mundo e tornam transparente onde se desenvolve a política do professor surdo. Além disso, tais narrativas nos permitem entender que não podemos ficar aprisionados e mascarando a nossa história, pesquisador salienta que:

Na entrevista narrativa, pede-se ao informante que forneça, em uma narrativa improvisada, a história de uma situação interesse de que o entrevistado participou [...] A tarefa do entrevistador é fazer com que o informante conte a história da área de interesse em questão como uma história consistente a partir de todos os acontecimentos relevantes, desde o início, até o fim. (HERMANNNS, 1995, p. 183).

Este aspecto da entrevista narrativa é instigante por que: por vezes a narrativa envolve um acontecimento da vida profissional ou mesmo das experiências do próprio sujeito como intelectual e em outro momento a narrativa gira em torno da vida profissional como professor. Em outros momentos, narram-se relações de poder e estratégias em campos de poder, ou ainda situações de seu interesse que tenha participado. A pesquisa narrativa me auxiliará a mergulhar em questões propriamente de pesquisa, como afirma a pesquisadora:

Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar em que encontramos, elas serão narradas desde outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente nossas possibilidades de desconstruir os saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos. (COSTA, 2002, p. 94).

Utilizo as entrevistas como estratégia para mapear os argumentos que se concretiza nos fatos históricos, acontecimentos, relações de poder, um espaço de negociação nos quais se representa de uma forma cultural mais conectada, de cunho

social e cultural como práticas culturais cotidianas nas universidades que apontam contradições e conflitos.

## **2.6 - Narrativas como constitutivas de aparatos culturais**

E entender como se faz a representação da prática narrativa dos professores surdos, como salienta a pesquisadora:

Assumir tal compreensão exige, então, que, ao se realizarem análises culturais, atente-se para o modo como o discurso constrói, de forma sistemática, versões do mundo social e natural e para o modo como ele posiciona os indivíduos nas relações de poder, dimensão que os trabalhos acima citados têm considerado. Por outro lado, admitir isso implica, também, complexificar a noção de representação. Como destaca Hall, em uma abordagem analítica que utilize semiótica, as representações atuam, essencialmente, na produção de significados- a preocupação analítica direciona-se como da representação-, a sua poética; já tem em uma abordagem discursiva, “os significados e as práticas significativas são vistos como construídos no discurso” (1977, p. 45), deslocando o interesse “para os efeitos e conseqüências da representação- a sua política” (idem, p.6). (WOORTMAN, 2002, p. 85).

Quando se coloca a temática do presente trabalho, necessariamente remete-se a percepção de políticas culturais da diferença, "de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político"( HALL, 2001, p. 115 ).

O trabalho acadêmico e o ativismo político estão intimamente entrelaçados, não há como fugir desta ligação, e para um trabalho como este é preciso ser um intelectual específico que, no sentido político, faz uso de seu saber, de sua competência, de sua relação com a verdade nas lutas políticas, ou seja, segundo o pesquisador:

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Como uma produção política se incluem as narrativas dos professores surdos nas universidades de acordo com as relações de poder e suas reações são as mais variadas.

O desafio foi analisar as narrativas deles relacionando com as questões a serem elucidadas como evidência do interesse nas relações de poder como obstáculos ao desenvolvimento profissional no espaço acadêmico como no caso que não foi enquadrado nas regras do discurso cultural nas universidades, no entanto, o sistema burocrático não se interessa pelas suas histórias culturais? Ou vemos como uma marca de uma cultura surda que não encontra espaço de negociação, enfim, uma consciência a partir de sua produção da verdade.

Podemos refletir sobre os apontamentos nas narrativas desses professores surdos que incomoda agora de repente os alunos de qualquer área das licenciaturas e bacharelado trazer para dentro de sala de aula o uso da Língua de Sinais Brasileira no ambiente acadêmico.

De acordo com a produção das narrativas é importante compreender melhor os conceitos utilizados por cultura, Língua de Sinais Brasileira, relações de poder, resistência, resiliência, pensamento político e negociação<sup>27</sup>, já que várias são as orientações teóricas que giram em torno dessas questões.

Como já tive oportunidade de manter ou escrever noutras ocasiões relacionadas com a posição dos professores surdos<sup>28</sup> que tem como base a construção da identidade cultural, como diz a pesquisadora Coracini (2003), porém, a identidade se constitui na base do sujeito, no caso dos professores surdos a partir de sua perspectiva cultural como pertencente à um grupo que utiliza a Língua de Sinais Brasileira e ao mesmo tempo em que se distinguem de outros indivíduos do mesmo grupo que, por sua vez, se distinguem dos de outros grupos tais como as identidades sociais, profissionais, religiosa, etc., mas com confiabilidade científica como diz Coracini sobre o poder:

Esse sujeito – e, da mesma forma, a língua – poderia ser definido como ser totalizante capaz de reunir em si um saber idealmente completo, de que decorre o seu poder (Foucault, 1979), ou melhor, a sua confiabilidade, a sua competência. (CORACINI, 2005, p. 38).

---

<sup>27</sup>Os conceitos detalhados serão utilizados a partir do capítulo III.

<sup>28</sup>Como já foi publicado na minha dissertação de Mestrado: “Professor Surdo: A política e a poética da transgressão pedagógica” sobre a posição dos professores surdos em prelo de 2006.

Entretanto, é do ponto de vista cultural que abordo a identidade, como resultante de um conjunto de professores surdos ou representações que conferem ao sujeito surdo características de um ser totalizante, capaz de reunir em si um saber intelectual a partir das suas narrativas. O que os sujeitos, os professores surdos são capazes de narrar sobre si e que é necessariamente construído a partir do outro adquire como uma produção de verdade, ainda que estas não passem de ideologias, de estereótipos que são constituídos a nossa maneira de ser e de ver o mundo e tudo o que nos rodeia. Por essa razão, é melhor conhecer a maneira como atuam os professores surdos nas universidades, portanto, com base nas narrativas coletadas, as relações de poder são evidentes, habitam o professor surdo e constituem fortemente a sua subjetividade.

O que está deferindo a essa abordagem de mapear as narrativas quando se usa a teoria de Estudos Culturais se envolvendo com a metodologia de pesquisa? O método de narrativa frequentemente trata de colher dados narrativos em Língua de Sinais Brasileira feitos pelos professores surdos capazes de entender a realidade da Língua de Sinais Brasileira, identidade e identificação cultural sejam para universalizar seu sentido dentro do seu próprio discurso acadêmico e cultural, seja para acentuar sua crítica interna da universidade, do sujeito surdo. Esta é uma realidade familiar do conhecimento teórico, em que, tendo-se aberto à diferença cultural, metáfora da alteridade<sup>29</sup> dos professores surdos deverá conter os efeitos da diferença.

Para observar as narrativas como envolvimento nas relações de poder como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural inclua a visão do Outro; a diferença, alteridade e intelectual tornam-se assim a fantasia de certo espaço cultural sobre a perspectiva ouvintista. De forma narrativa, posso entender que o lugar cultural dos professores surdos pode tornar-se mero fantasma para os outros professores que se envolvem no mesmo espaço principalmente nas discussões em reuniões em que ele próprio não terá espaço ou poder.

Ao aproximar a ideia do pesquisador e amante da cultura, o pesquisador salienta:

A narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O Outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu

---

<sup>29</sup>Neste caso a alteridade surda capturada nas artimanhas do ouvintismo, mas existe também o momento em que o surdo narra o outro surdo uma alteridade do outro, o igual. (PERLIN, 2001).

desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. (BHABHA, 1998, p. 59).

Embora a narrativa se mostre como algo que possa ser conhecido de forma impecável, mesmo que ela seja representada de uma forma política cultural que é o nosso caso, ela não nos permite maior abertura para conhecer melhor a teoria de o que é ser surdo e as exigências que recaem sobre nós.

É possível usar abordagem de narrativa dos professores surdos e produzir, transgredir, transformar, compreender a tensão do interior da teoria que se envolvem nas universidades. Pois, a universidade é um lugar de narrativa, mas é também local de demonstrar como atuam os professores surdos nas relações de poder, em meio à dominação cultural dentro da universidade.

Essas narrativas podem ajudar tornar mais claro o fato que já vivemos nas ideias pós-estruturalistas que são opostas a ideia de pós-dominação, podemos sair da modernidade para a pós-modernidade e deixar claro que nós professores surdos muitas vezes somos rejeitados por sermos ativistas e intelectuais. Por outro lado podemos entender as relações de poder e as transformações de valor como parte da modernidade.

Esses temas são importantes hoje, temos vários professores surdos efetivos em algumas universidades aqui do Brasil que são pesquisadores<sup>30</sup> em prol dos movimentos surdos na luta pelos direitos dos surdos, o reconhecimento dos professores surdos, as políticas de identidade e tantas outras mobilizações em prol de novas conquistas na Educação Superior.

Colhi os dados com respeito a quantidade de professores surdos efetivos nas instituições de Educação Superior por contato virtual ou em alguns casos fui pessoalmente às universidades de diversos estados brasileiros para obter os dados, meus registros contam desde o ingresso dos primeiros professores surdos nessas instituições em 1997 até os dias de hoje.

Embora não seja objeto da minha pesquisa, pretendo mostrar as quantidades de professores surdos efetivos nas Instituições Federais de Ensino Superior em cada estado

---

<sup>30</sup>Por exemplo, cito uns 3 professores surdos que são pesquisadores que tem publicações sobre o tema que faz referência como a Dra. Gladis Perlin sobre a política de identidade e reconhecimento dos professores surdos como no caso da pedagogia surda; Ms. Shirley Vilhalva na luta pelos direitos dos surdos e Dra. Marianne Stumpf como nas novas conquistas na Educação Superior.

brasileiro, como demonstração de que as instituições públicas têm espaço para professores surdos na área de Educação e Linguística:

#### QUANTIDADES DOS PROFESSORES SURDOS EM CADA ESTADO

Amazonas	5
Roraima	0
Amapá	3
Pará	5
Rondônia	4
Acre	0
Tocantins	3
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	14
Rio Grande do Norte	7
Paraíba	6
Pernambuco	8
Alagoas	1
Sergipe	1
Bahia	1
Goiás	5
Distrito Federal	7
Mato Grosso	3
Mato Grosso do Sul	4
Minas Gerais	17
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	15
São Paulo	4
Paraná	10
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	30

FONTE: Flaviane Reis, 2015.

De acordo com a pesquisa feita, são 174 professores surdos efetivos na Educação Superior, sejam em grandes capitais ou no interior os professores surdos tem conquistado seu espaço. Até o dia da defesa de minha tese serão 174 professores surdos efetivos, mas depois de minha defesa caso sejam abertos concursos públicos tenho certeza que este número irá crescer ainda mais.

O pesquisador traz os seguintes argumentos em relação as narrativas surdas:

Ao adotar as narrativas como processo relacional, os surdos colocam em circulação um conjunto de enunciados sobre a sua vida que pode transformar o seu presente. As experiências que ouvimos e narramos têm o potencial de desestabilizar, atualizar e fazer emergir indagações sobre nós mesmos,



tencionando sentidos e certezas que guardamos. Portanto, as narrativas que ouvimos e narramos cotidianamente ressignificam as experiências passadas, a partir do ponto de vista do presente. Ao narrar um acontecimento que aconteceu no passado, o sujeito o faz à luz de novas vivências, de outros conhecimentos que adquiriu, de outros significados que foram posteriormente estabelecidos. Isto é, ele narra o acontecimento a partir de novas reflexões sobre a experiência passada. As narrativas, por esse ponto de vista, são processos permanentes de ressignificação. (SILVA, 2009, p. 52).

De acordo com o autor as narrativas surdas levam a perceber que os professores surdos narram suas histórias de acordo com as suas visões narram suas histórias envolvidas no campo universitário, como é o caso do curso de Letras/Libras, curso de Pós-Graduação em Educação, Linguística e Tradução, bem como os cursos onde ensinam a Língua de Sinais Brasileira relacionando essas atuações com as forças de poder, posicionamentos de resistências, cultura surda, rumos a resiliência e novas formas de pensar. As histórias contadas pelos professores surdos são visíveis de uma perspectiva cultural sem dominação cultural no campo universitário nos quais as suas subjetividades os constroem como novos indivíduos, tendo como a primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira, e demonstrando através de suas experiências que temos potencial para exercer nossas atividades.

## **2.7 – Preparando a entrevista**

As narrativas enunciadas sobre os professores surdos na Educação Superior baseiam-se nas elaborações da entrevista-narrativa, em momento algum foi feita identificação de professores surdos, o objetivo era realizar uma entrevista para coleta de narrativa como uma produção de pensamento e identificar a forma como eles se veem.

A entrevista foi relevante para contar as experiências de cada professor surdo, realizadas durante a formalidade das entrevistas-narrativas com as questões que seguem:

- 1) Como você se sente como professor universitário e como se estabelecem suas relações com a instituição e com os demais docentes?
- 2) Como você negocia com os professores ouvintes sobre as suas provações de cultura surda na Educação Superior?
- 3) O que significa ser um professor surdo? Qual o significado do discurso político para vocês nesse contexto?

- 4) Hoje, já existem muitos professores surdos efetivos na Educação Superior, para vocês qual o significado de ser professor surdo na Educação Superior? Esse ativismo que está dentro do movimento na educação de surdos, também está dentro da universidade? Como é que seria isso para vocês?
- 5) O decreto e a lei surgiram em o resultado de luta ou não? Como surgiram os professores surdos na Educação Superior antes da criação da Lei e do Decreto, apesar de vários discursos políticos dos professores surdos?
- 6) Como você negocia ou como você enxerga o papel dos professores surdos? Como àquele que fomenta um diálogo a cultura surda com a dos ouvintes?
- 7) Como você vê a presença da cultura surda na Educação Superior com o ingresso dos professores surdos na Universidade?
- 8) Como você vê a ruptura radical na diferença subalterna e mostrando sua nova representação a partir da sua narrativa política?
- 9) Você não acha que você também deve ser pesquisador? Como continuar sendo intelectual se você não continuar fazendo pesquisa? Tudo muda rápido como você vê a sua contribuição na pesquisa?
- 10) Que outras estratégias políticas você acha que podem ser adotadas para dar maior visibilidade cultural à Língua de Sinais Brasileira dentro das Universidades?
- 11) Como fica essa questão da política do professor surdo em prol do povo surdo?

Nesse momento da entrevista narrativa com as questões formuladas, como pesquisadora, proponho identificar e mapear as práticas narrativas que transcorram dessas histórias, bem como as narrativas sinalizadas, para cada professor surdo com seus dizeres sobre espaço de negociação e sobre a política envolvendo a Língua de Sinais Brasileira, enunciações que ele produziu e produz na constituição do campo da Educação Superior.

Assim, mostro os arrolamentos da pesquisa bem como foi feita à elaboração da entrevista.

## **2.8 - Arrolamentos de pesquisa: A entrevista**

Num primeiro momento, captei algumas narrativas feitas pelos professores surdos que apontam para a presença da narrativa na universidade e para as representações que mostram como os profissionais se sentem a esse respeito, para, num segundo momento, trazer as narrativas ligadas à base teórica pós-estruturalista aproximando dos Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos, bem como a questão tão atual da política cuja perspectiva tem fortes repercussões na sociedade em geral e na universidade em particular.

Para a realização da entrevista utilizei uma filmadora com captação de imagem e som, a filmagem para captar as narrativas em Língua de Sinais Brasileira, pois, é uma língua visual<sup>31</sup> e nos permite registrar a voz dos intérpretes para facilitar o processo de tradução simultânea para a transcrição de Língua de Sinais Brasileira para a Língua Portuguesa escrita para constar na tese, me permitindo analisar as filmagens por meio em Língua de Sinais Brasileira e as transcrições para o português escrito, estas transcrições foram feitas por intérpretes de Língua de Sinais Brasileira de forma remunerada. A importância das entrevistas filmadas consiste no fato de que essa é a maneira de registrarmos e expressarmos a nossa língua, o que mostra respeito pela cultura surda e é essencial para as entrevistas com os professores surdos.

## **2.9 - Os sujeitos de pesquisa e seu perfil**

Quem são os professores surdos na Educação Superior, sujeitos do estudo nesta tese? Que fatores influenciaram a escolha destes professores em estudo? Quais os critérios adotaram para selecioná-los? O que pretendo fazer com os sujeitos surdos nessa pesquisa?

A pesquisa qualitativa como uma abordagem de pesquisa no campo na Educação Superior, no meu caso, envolve conhecimento dos sujeitos de pesquisa para a produção de narrativas, daí minha seleção inicial de quais professores surdos teriam perfil para

---

<sup>31</sup>Cabe ressaltar que, atendendo às questões éticas da pesquisa, foi elaborado um Termo de Consentimento Informado a ser assinado pelos participantes (em anexo à dissertação).

fornecer narrativas culturais dos espaços de negociação, narrativas das relações de poder defendendo política de atuação ou seja de como usar as estratégias de enfrentamento das relações de poderes relacionando com as políticas, nas lutas, nas resistências, nas resiliências com vistas à negociação.

Escolher bem o perfil destes professores para buscar a narrativa, e entender como são as suas estratégias políticas ao atuarem como professores surdos e suas histórias pessoais, de acordo com a pesquisadora:

Mas se essa é uma grande batalha, está longe de ser uma batalha perdida. A história continua, e narra sobre *novos* sujeitos, *novos* movimentos sociais, *novos* gêneros sexuais, e tantas outras identidades quantas os *óculos* deixarem ver, as possibilidades de interpretação permitirem compreender, e a flexibilidade cultural, social e política puder admitir. (COSTA, 2002, p. 18).

Percebe-se que é importante captar as informações e os interesses de cada professor surdo, suas experiências envoltas em histórias pessoais, pelas narrativas contadas.

Convém observar, desde já, que o ato de sinalizar sobre si é, de algum modo, é a construção de uma história, uma narrativa, uma realidade que se torna pela discursividade uma verdade, melhor dizendo, uma realidade, uma formação discursiva conforme afirma Foucault (1969), pois o discurso está sempre em movimento, sempre em mudança, sempre em formação.

Relacionando o sujeito da pesquisa campo com os Estudos Surdos e Estudos Culturais a pesquisadora argumenta:

Existem no mundo contemporâneo, várias formas de poder especialmente os conflitos entre culturas dominantes e várias subculturas e os Estudos Culturais estão mais voltados para a ênfase destes espaços de forma a valorizar os espaços intersticiais bem como a produção cultural. (KENNETH THOMPSON, 2005, p. 16).

Assim, percebe-se que os professores surdos estão sempre associados a uma narrativa, pois a imagem passa por alguém que a produz e a reconhece, como afirma Backes (2000).

Selecionei os sujeitos da pesquisa são os cinco professores surdos com mais de cinco anos de experiência que atuam na Educação Superior, são profissionais efetivos no serviço público com formação de especialização, mestrado e doutorado, sendo dois

deles doutores na área de educação, uma doutora na área de informática, uma doutoranda em educação e uma mestranda em Linguística, tais profissionais atenderam às minhas necessidades de coleta de dados nessa pesquisa, obtive sucesso porque nós somos representantes dos professores surdos na comunidade surda.

Essa pesquisa me ajudou na busca pelos cinco professores surdos mais experientes para produzirem as narrativas que utilizarei na minha pesquisa.

Após a escolha esses cinco professores surdos da Educação Superior responderam as questões referentes às relações de poder e questões sobre resistência, resiliência, pensamento político e negociação. Destes cinco professores temos quatro mulheres e um homem.

Transcrevi uma descrição do perfil de cada professor surdo correlacionado ao seu campo de atuação na educação e/ou linguística para somente então identifiquei narrativas que foram usadas ao longo da tese.

Para melhor diferenciá-los eu os nomeei usando nomes de deuses gregos, visto que não queria numerá-los nem identificá-los por alguma letra ou outros nomes fictícios. Também notei que o perfil dos deuses gregos pode ser atribuído aos professores, pois alguns são muito resilientes, outros pendem para a não resiliência.

- 1- **Professora Afrodite:** tem 40 anos, cinco anos de experiência, leciona a disciplina de Pedagogia Bilíngue, da região do Rio de Janeiro. É impetuosa, expõe seu ponto de vista, não negocia, é atuante politicamente na comunidade surda, em manifestações ou frentes ativistas que exigem mudanças.
- 2- **Professor Apolo:** Tem 44 anos, cinco anos de experiência, leciona a disciplina de literatura geral e surda, didática geral e educação de surdos, psicologia geral e educação de surdos, Libras e Fenomenologia, da região de Santa Catarina. É forte, expõe seu ponto de vista, exigente, atuante politicamente em prol dos professores surdos no campo universitário, usando os poderes e as resistências exigindo um futuro melhor para os outros professores surdos.
- 3- **Professora Deméter:** tem 41 anos, nove anos de experiência, leciona a disciplina de Escrita de Sinais, Sinais Internacionais, Estudos Linguísticos, psicolinguística e disciplina de pós-graduação em Linguística, da região de

Santa Catarina. É uma grande negociadora e na busca de seus projetos, sempre foi lutadora, professora atuante que contribui muito para a comunidade surda com as suas publicações e pesquisas acadêmicas.

- 4- Professora Atena:** dezoito anos de experiência, leciona a disciplina de Língua de Sinais Brasileira, da região do Rio de Janeiro. É iniciante no espaço acadêmico, expõe seu ponto de vista, contadora de história, é uma pessoa que gosta de apresentar a identidade surda para a comunidade nos cursos da formação, nas aulas ou em reuniões onde é necessário posicionamento e entendimento do ser surdo.
- 5- Professora Ártemis:** tem 45 anos, dez anos de experiência, leciona a disciplina de Língua de Sinais Brasileira, na região do Sul. É insegurança, expõe seu ponto de vista, sensível e submissa, mas muito habilidosa é especialista na área de Educação de Surdos e carrega o peso por ser protetora da cultura surda.

Este é o perfil que tracei destes professores surdos escolhidos para participar do estudo, por sentir e perceber que tais perfis se enquadravam ao meu problema de pesquisa da tese.

## **2.10 - A transcrição das narrativas**

Após a realização das entrevistas, foi necessário o serviço de um tradutor intérprete que transcrever as filmagens em Língua de Sinais Brasileira para o português escrito, tais transcrições das narrativas se fizeram necessárias para atender a exigência de registro.

Assim, combinei com dois tradutores intérpretes de Língua de Sinais Brasileira que exercem sua profissão no âmbito acadêmico há muitos anos e em trabalhos com a comunidade surda, possuem experiência em trabalhar na tradução da Língua de Sinais Brasileira para a Língua Portuguesa. Foram necessários dois intérpretes para fazer a transcrição para a Língua Portuguesa, afinal, utilizei-a nas entrevistas a Língua de Sinais Brasileira como primeira língua, porém, transitar pelos dois idiomas é uma experiência bastante difícil. Compreendo que se trata do uso do bilinguismo, ou seja, das duas

línguas, a Língua de Sinais Brasileira e a Língua Portuguesa, mas é necessário se fazer traços de identificação que permite compreender como se constitui outra língua, como sempre acontece no momento híbrido.

Com a complexidade existente entre nossas línguas, que são bastante diferente uma da outra, idiomas que são marcados por traços culturais em conflito, e como eu não poderia fazê-lo, sendo assim, lancei mão do auxílio dos profissionais tradutores intérpretes para traçar essa transcrição, pois, dominam a Língua Portuguesa como idioma materno.

Precisamente foram gravadas cinco entrevistas (de aproximadamente uma hora cada), com os professores surdos que trabalham na Educação Superior. Os intérpretes foram remunerados para analisarem os vídeos com as entrevistas em Língua de Sinais Brasileira e realizarem a transcrição para o Português escrito, e assim fazer a identificação e mapeamento das narrativas.

Portanto, depois de realizada a transcrição tornou-se mais fácil à apreensão da língua em processo de pesquisa, facilitou à leitura, reflexão e mapeamento das narrativas, considerando o conjunto de estruturas da língua foco comparável às da outra língua.

## **2. 11 - A identificação das narrativas**

As minhas investigações são sobre as narrativas dos sujeitos de pesquisa: os professores surdos na Educação Superior onde se envolvem e produzem nas relações de poder.

Esta pesquisa foi desenvolvida buscando identificar narrativas dos professores surdos após a transcrição feita pelos intérpretes, lendo e relendo várias vezes o texto de transcrição das narrativas com a finalidade de identificar seus relatos, sublinhei e escolhi aquelas que mais se aproximam do meu trabalho. Primorosos relatos carregados de elementos viáveis para a identificação e mapeamento das narrativas.

Para iniciar a abordagem das narrativas, inicialmente sublinhei o que me interessava. Dai agrupei por subtítulo, desta forma rascunhei o subtítulo ao lado da narrativa, na margem da página das entrevistas.

Ao sublinhar e identificar cada narrativa referente às temáticas abordadas nessa tese foi possível atuar numa vertente de produção de textos e realizar o estudo sobre a presença de narrativas focalizando a pesquisa que atendem ao novo conceito de relações de poder, nas resistências e nas resiliências surdas. Para tanto, busquei os referenciais teóricos vinculados aos Estudos Foucaultianos, os demais estudos culturais e estudos surdos, assim, uma escolha na base argumentativa para identificação e mapeamento das narrativas.

Com a intenção de selecionar as ideias para o mapeamento fiz uma seleção de temas, a identificação das narrativas e o reconhecimento das mesmas me indicaram por onde pesquisar, referencial aos espaços de negociação. Este exercício de identificar narrativas fez com que eu encontrasse as chaves para o mapeamento da temática. Criei também uma série de subtítulos a fim de organizar as narrativas.

As escolhas dos subtítulos foram feitas na base argumentativa com elementos condizentes com as forças de poder, posicionamentos de resistências, cultura surda, rumo à resiliência e novas formas de pensar.

Para a identificação das narrativas, tomei por base os conceitos definidos como fundamentais sobre os professores surdos na Educação Superior, demonstrando as considerações a propósito dos professores surdos no contexto da instituição pública e das suas implicações para o profissionalismo desses professores.

Desse modo, a identificação bem produzida facilitou o mapeamento das narrativas e ofereceu as pistas para as questões que pretendia abordar. Desta forma tornou-se relativamente fácil construir as análises onde mapeio os embates nos espaços de negociação e interpreto o mapeamento com a posição, a forma e a dimensão em que estão inseridos os dados das narrativas, bem como possíveis conexões entre elas.

Ao usar a identificação das narrativas, compreendo o que os pesquisadores querem dizer:

Somers e Gibson (1994) referem que as narrativas não se resumem a uma mera cronologia de acontecimentos, antes constituem histórias públicas ou particulares com as quais nos identificamos e que integramos na nossa percepção e cognição sobre o mundo. Estas histórias constituem referenciais que condicionam a interpretação que realizamos sobre os acontecimentos e as relações sociais, orientando as nossas ações e atitudes. (PEREIRA, 2009, p. 09).



Essas narrativas formam-se a partir de diferentes textos e discursos, sem que a lógica da relação que os unifica numa mesma narrativa seja explicitada em qualquer deles. Entendo que a identificação da narrativa é determinante para o seu impacto na produção das resistências, das resiliências, e no novo jeito de pensar.

Porque não usamos discursos e sim narrativas?

Relacionando a teoria com as entrevistas narrativas na construção de uma história, destaco o conceito de narrativa:

A narrativa está presente no mito, fábula, conto, novela, epopéia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura (pensemos na Santa Úrsula de Carpaccio), vitrais de janelas, cinema, história em quadrinho, notícia, conversação. Além disso, sob esta quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar, em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa. Não se importa com boa ou má literatura, a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural: ela está simplesmente ali, como a própria vida. (ROLAND BARTHES, 1993, p. 251-2).

Podemos perceber que o conceito de narrativa pode nos ajudar a refletir nas questões relacionadas aos professores surdos na Educação Superior, ao narrarem suas histórias colocando as suas experiências é possível entender como constroem as relações de poder em um espaço de negociação nas universidades tornando evidente o confronto com as nossas diferenças. E por fim, ainda a narrativa nos permite usar os procedimentos analíticos assim como Foucault orientou e seguir com a coleta de dados como instrumento de transcrição das narrativas relacionando com as questões teóricas que devem ser feitas sobre relação entre narrativas e realidade, todas elas referentes às conexões entre o discurso e o mundo que está além dele. (Sandra Jovchelovitch & Martin W. Bauer, 2008).

O conceito de discurso se refere provavelmente a um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema discursivo: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva.” (FOUCAULT, 1986, p. 135).

Assim, se poderiam pensar sistemas de formação de discursos como sendo: o discurso institucional; os discursos que sustentam a ideia sobre o professor surdo como menos capaz, discurso que vem da educação especial; se atrela também no discurso

econômico sobre o professor surdo, pois gasta mais com intérprete e recursos visuais, etc. O discurso é diferente da narrativa, pois, está em conjunto com as práticas discursivas.

As práticas discursivas se reúnem no conjunto de técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos modos de transmissão de valores verbais (ouvintes) e nas estratégias de suas interpretações de acordo com o “eu” presente e perceptível nas tendências pedagógicas, etc.

Todo discurso contém um elemento estratégico de poder. Responde a uma contingência. Parte da operação poder-saber universal. Ao tratar do discurso, Michel Foucault cita algumas ferramentas conceituais de discursos como: conjunto de enunciados; blocos teórico-discursivos que apostam em uma essência; formação discursiva: Prática e discurso andam juntos e podem gerar novas práticas.

E também compreendo o modo de usar a narrativa conectada com a invenção, criação e estabilidade das práticas culturais assim como identidades e representações produzidas por essa prática diferente do modo de usar o discurso, como a pesquisadora afirma:

Já quando falo em “narrativa”, estou entendendo-a como um tipo de discurso que se concretiza em textos nos quais se representa uma sucessão temporal de ações apresentadas como conectadas – de alguma forma – entre si, com determinados personagens ou protagonistas, em que haja uma transformação entre uma situação inicial e final e/ou intermediárias. Existem inúmeras abordagens da narrativa – umas de cunho mais estruturalista, outras mais conectadas com a enunciação, outras de cunho mais social e cultural. (SILVEIRA, 2005, p. 198).

Essa identificação foi a chave para mapear as narrativas sobre as práticas dos professores surdos da pesquisa, sobre como é ser professor surdo e em pensar sobre a luta nos espaços de negociação das políticas educacionais nas Universidades.

## **2.12 - O mapeamento das narrativas com vistas ao arrolamento teórico**

O mapeamento das narrativas foi feito aproximando-as do referencial teórico.

Minha busca por princípios metodológicos para a pesquisa dessa tese, permitiu o melhor entendimento sobre os professores surdos na Educação Superior. E também

identifiquei e reconheci traços constantes frente ao tempo, ao espaço, à formação, dentre outros.

Além disso, essa delimitação nos permitiu ultrapassar entendimentos, enxergando soluções para problemas que muitas vezes não estão explícitos ou evidentes no contexto universitário. E continuar seguindo com outro olhar, outra concepção sobre o conhecimento, outro entendimento mais aprimorado da Educação Superior.

Apresento alguns pontos relativos do mapeamento como princípio metodológico para a pesquisa.

Esclarecer sobre o conhecimento e a identificá-lo do estudo das narrativas requer estabelecer relações metodológicas que permitam considerar como os indivíduos em relação ao meio tornaram-se mais experientes. Isto é, captar e mapear a extensão em que esse conhecimento que está inserido para, em seguida, estudar os traços vinculados com possíveis influências, como: tempo, espaço, relações históricas e questões culturais.

Embora, seja preciso entender a palavra mapeamento relacionando-a as narrativas. Desta forma:

O mapeamento faz-se presente desde coisas simples do cotidiano a complexas das mais diversas áreas do conhecimento. No cotidiano, por exemplo, fazemos mapeamento ao esboçar para alguém um caminho para se chegar a determinado lugar, constando distâncias, referências, tempos, ou ainda, ao relatar nossas histórias, nossas experiências, nossos tempos de vida significativos, resgatando os caminhos trilhados por nossos familiares, encontros e desencontros, cruzando tempos escolares, tempos de trabalho com pessoas, fatos e histórias. (BIEMBENGUT, 2000, p. 2 - 3).

Os mapeamentos permitem estabelecer nas narrativas o sentido escondido nas diversas informações, discutindo coisas que tem a ver com a pesquisa por meios menos densos, por permitir dialogar com a narrativa.

Nesta pesquisa, usei o mapear por se tratar de um conjunto de ações que têm início com a identificação das narrativas dos professores surdos envolvidos, para em seguida, tornar mais aparentes as questões a serem reconhecidas como referência da história, da cultura, dos valores, das crenças e das ideias dos professores surdos de acordo com suas narrativas.

Portanto, a identificação nas narrativas dos pontos comuns de pensamento de professores surdos na pesquisa é a chave do mapeamento. Consistem em identificar

questões e raízes das narrativas que serão classificadas e abordadas nessa tese, de forma que permita elaborar um sistema de justificação.

Além do mais, o importante na narrativa é que ela permite o mapeamento para compreender o seu contexto e influências na Educação Superior, deixar que eles falem de si mesmo, nada bem estruturado, mas no geral, uma familiaridade de narrativas, com trajetórias e experiências diversas mas, que deixa transparecer uma nova construção, novos conceitos, afinal, a narrativa do professor surdo se refere a um tempo de vida e de significados apropriados para situações múltiplas na Educação Superior.

Conduzir o processo de análise percebido nas narrativas e a identificação das questões abordadas não foi fácil. Tornar compreensível a posição e identificar as narrativas bem como possíveis conexões entre elas foi um desafio, como diz o pesquisador:

Tanto o método como à teoria estão presentes na identificação científica dos objetos a analisar, mas os métodos predominam no processo de detecção, ao passo que as teorias predominam de reconhecimento. (SANTOS, 2001, p. 235).

Assim com ajuda do corpus do referencial teórico e do referencial delineado pelos professores surdos universitários, através de suas narrativas, pretendi e elucidei a questões que envolvem meu tema de pesquisa com vistas ao conhecimento em torno da temática destes profissionais.

Deixei os professores surdos falarem para sugar do seu discurso o tema, como diz a pesquisadora Fischer (2002, p. 66): “operar com discursos e práticas”. E estes discursos e práticas constantes apresentados nas narrativas querem fluir intensivamente. Reuni as informações de forma coerente com a teoria deixando assim o discurso dos professores dar curso à minha pesquisa, como um caminho para buscar os traços verifiquei alguma afinidade aos pontos abordadas na tese, então, essa identificação de traços facilitou a compreensão.

Falando nisso, vivemos num mar de histórias e, tal como peixe será (segundo provérbio) o último a descobrir a água, temos as nossas dificuldades em perceber o que é nadar em histórias como diz o Bruner (2000, p.194).

Enfim, identificar e mapear as narrativas dos professores surdos na Educação Superior foi introduzi-los nos grandes legados teóricos na constituição para o professor

surdo. Atuar na universidade favorece que continuem se constituindo em grande parte através das pequenas histórias acontecimentos, tensões e causas.

## **CAPÍTULO III - LEGADO TÉORICO NA CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA O PROFESSOR SURDO ATUAR NA UNIVERSIDADE**

### **3. O TRABALHO CONCEITUAL E POLÍTICO DA TEORIA**

O caminho do pensamento relacionado à atividade política nos desafia como professores surdos. O filósofo Foucault, deixa explícito o seu interesse pelo político e se sobressai como um pesquisador que manteve vivo o interesse pelas questões políticas, quando perguntado sobre o porquê deste interesse, sua resposta é outra pergunta: e porque não? Vê-se que ele desejava produzir conhecimentos capazes de explicar o caminho para a política no debate com o linguista Chomsky com a pergunta feita sob a mediação de Elder, sobre o porquê Foucault se interessa mais pela política do que pela filosofia. Foucault começa sua resposta com uma reação: “Eu jamais me ocupei com a filosofia.” E imediatamente acrescenta:

Mas esse não é o problema. Sua pergunta é: “Por que eu me interesso tanto pela política? “Para responder de modo muito simples, eu diria: por que eu não deveria estar interessado? Que cegueira, que surdez, que densidade de ideologia teria o poder de me impedir que eu me interessasse pelo assunto, sem dúvida o mais crucial da nossa existência, isto é, a sociedade na qual nós vivemos, as relações econômicas segundo as quais ela funciona, e o sistema que define as formas regulares, as permissões e as interdições que regem regularmente nossa conduta? A essência da nossa vida é feita, afinal, do funcionamento político da sociedade na qual nos encontramos. Assim, eu não posso responder à pergunta “por que eu deveria me interessar por ela?” posso apenas responder-lhe perguntando “por que eu não deveria estar interessado?” (FOUCAULT, 1984, p. 493).

De acordo com essa citação de Foucault (1984), embora, saliente que existe o caminho para o pensamento político para ser utilizado no caso dos professores surdos, permite perceber que o caminho político é possível e o mais referido na Educação Superior.

O que acontece quando a narrativa antropológica da cultura, que surgiu com o ganho do debate entre a alta e a baixa cultura, esgotou suas forças de poder na

demonstração da validade da cultura surda desde Stokoe<sup>32</sup> em 1960. A cultura desempenhou, há seu tempo, um papel decisivo. Ela, como sistema de ideias, de signos e símbolos expressivos, garantiu o deslizar para os caminhos do poder político. O que se segue a isto é a demonstração viva e vigorosa do poder político presente e atuante de que se serve o professor surdo. Diante disto este consegue uma política para impor um basta ao discurso imperativo dominante.

Assim, diante do poder político nos sentimos no desvio do imperativo dominante e nos reportamos ao sujeito neoliberal que passa da concepção e cuidado de si para a compreensão política como resiliência. A compreensão de ser a partir da cultura para o poder político decorrente.

Primeiramente, eu gostaria de mostrar o fato de que esse discurso da luta dos professores surdos seria algo que pertence ao discurso da comunidade surda que estabelece a relação política do sujeito com o sujeito, onde não há sujeito neutro, e sim sempre uns com os outros, onde nós estamos unidos nessa mesma batalha mas são capacidades, possibilidades, potências no sentido político de sua intelectualidade com a condição da existência de relações de poder nas universidades.

O professor surdo, bem como o ser surdo, pratica o ato de diferenciação de que, no legado teórico na constituição, tomando como base a teoria de Skliar (1998), a partir da sua diferença, que é não só um momento de se envolver nas políticas dos professores surdos sobre atuação no espaço universitário, mas também uma tentativa de ser, assim que entra no processo de construção de si na busca de ter sua resiliência reconhecida.

Se há um professor surdo sem o qual a discussão sobre atuação na universidade torna-se superficial, para não dizer sem nada de importância, ao menos ele é professor surdo, professando sua diferença. E isso acontece não só com relação ao que ele pensa a respeito da constituição de políticas, das conquistas nos espaços nos quais as universidades foram disciplinadas, formatadas, regulamentadas, normalizadas, governamentalizadas, mas também, ao fato de que a noção da política do professor

---

<sup>32</sup>William Stokoe: O Linguista americano ao descobrir que a Língua de Sinais Americana possui a estrutura gramatical tanto quanto as outras línguas, e foi aprovada em 1960.

surdo tem uma marca cultural<sup>33</sup> relacionada com o legado teórico no campo de Estudos Culturais, a partir das suas diferenciadas relações.

Além disso, o debate contemporâneo tem abarcado a questão da competência linguística, educação e história até a didática para o ensino da Língua de Sinais Brasileira de maneira privilegiada, relacionando esses aspectos com a cultura, a política, diferentemente de outros filósofos, sob a perspectiva de “igualdade” como nos exige de uma forma de política como no caso de governamentalidade diante da sociedade, talvez não seja exagerado afirmar isso, que, em se tratando de política, todos os caminhos passam por Foucault, a partir do pós-estruturalismo com os novos paradigmas voltados aos professores surdos na Educação Superior.

Vê-se a existência de um problema que me preocupa: como as universidades públicas estão incentivando o professor universitário a desenvolver projetos, orientar pesquisas, formar novas pessoas seguindo com atribuições que não se restringem apenas a dar aula, mesmo exigindo o uso da nossa segunda língua, a língua portuguesa<sup>34</sup>. Também acontece que a nova legislação<sup>35</sup> acaba atrapalhando a vida dos professores surdos universitários por meio de uma exigência nas atribuições no concurso, no trabalho realizado, no campo de estudo, no campo de pesquisa, no projeto, no campo de formação relacionados com a pesquisa, extensão e ensino utilizando por meio da escrita a segunda língua para surdos, neste caso uso da língua portuguesa.

Quais estratégias podemos desenvolver para garantir essas vagas para os surdos mesmo com a lei obrigando o uso do português escrito? Qual é a nova exigência dessa atribuição para professor surdo? Porque o governo não dá a devida atenção com relação ao fato de que nós, os professores surdos, temos a nossa primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira, e que se deveria exigir dele uma boa formação nessa língua,

---

<sup>33</sup>Uma marca cultural é algo onde tem seu grupo social sobre a sua perspectiva cultural como no caso de surdos, nós temos uma marca cultural como usuário da libras, com identidade surda e cultura surda.

<sup>34</sup>A segunda língua para surdos é a língua portuguesa.

<sup>35</sup>A lei 10.436/02 estabelece que esta seja a primeira língua e o português como segunda língua, no entanto existe a ambivalência de quando exige que a Língua de Sinais Brasileira não substitua o português. Embora o parágrafo único desta lei determine que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, há no decreto 5.626/05 em seu artigo 13 a prerrogativa de oferta de ensino da língua portuguesa como segunda língua o que ainda não ocorre nas formações de alunos da educação infantil ao ensino superior e sequer se tem notícias da alteração curricular nas grades de cursos de formação de professores relativas a esta modalidade.



desenvolvimento de projetos e pesquisas, com orientações sendo registrados em Língua de Sinais Brasileira como a primeira língua?

Como acontece com o edital completo em Língua de Sinais Brasileira da UFSC em que, de acordo com a exigência legal<sup>36</sup>, todas as funções são atribuídas a todos os docentes, isso quer dizer que todos os professores tanto surdos como ouvintes precisam de uma sólida formação como pesquisadores, como orientadores, como criadores e administradores de projetos para poder assumir todas as funções que são atribuídas a qualquer docente.

Vê-se que, como acontecia em certos discursos que alegavam que os docentes surdos não possuíam formação acadêmica como mestrado e doutorado, mas apenas graduação e assim se tornava um fator impeditivo, atualmente alguns não são mais exigidos, sendo imperativo o conhecimento linguístico dos mesmos. Mas qual é a nossa estratégia política para garantir essa vaga?

O que é ser professor surdo na Educação Superior? Qual é a sua base argumentativa? Como as universidades públicas exigem que os professores surdos, a partir das suas resistências, sigam com as suas atribuições em comparação aos dos professores ouvintes? Por outro lado, sem comparar os dois públicos, mas sim considerando a questão do espaço dos professores surdos através da sua competência linguística tem-se o ensino da Língua de Sinais Brasileira envolvendo a cultura, a história e constituição da Língua de Sinais Brasileira apenas no ato de dar aula. Claro que não! É preciso sim respeitar o nosso jeito de se ensinar, de se produzir, de fazer projeto, de orientar registrando em Língua de Sinais Brasileira.

Há cerca de quinze anos veio uma onda estruturalista, que impulsionou a pensar, de outros modos, a vida e a política surda, as grandes instituições científicas no âmbito das ciências humanas e outras instituições passaram a ser questionadas em seus compromissos com o status linguístico e com o status educacional, por efeito de uma aliança entre os saberes docentes surdos e certas tendências teóricas “experts” com vários autores como no caso da Gladis Teresinha Taschetto Perlin, Marianne Rossi Stumpf, Karin Lilian Strobel, Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Ana Regina e Sousa

---

<sup>36</sup>Edital completo em Libras nº 123/DDP/2014.

Campello, Rodrigo Rosso Marques, entre outros professores surdos, como a pesquisadora que relatou o seu registro histórico:

Com as conquistas surdas e as “descobertas” em torno da língua de sinais, professores começam a reivindicar, juntamente com linguistas, historiadores, antropólogos e psicólogos, outras condições de ensino e de vida para as pessoas surdas. As lutas pelo reconhecimento da língua de sinais nas escolas, pelo reconhecimento da comunidade surda e pelo fim de práticas oralistas nos trabalhos com sujeitos surdos ocuparam o cenário educacional com mais expressão acadêmica, social e política só a partir do final da década de oitenta e início de noventa do século XX. (LOPES, 2007, p. 25).

A partir de toda essa movimentação intelectual e política que resultou pensar de outro jeito, no Rio Grande do Sul, em 1999, surgiu um novo campo de formação dos professores surdos, de pesquisas, com a abertura de uma linha de pesquisa com base teórica relacionada aos Estudos Culturais e que defende à cultura surda, desde os quais, o povo surdo pode desenvolver sua própria cultura, sendo caracterizados nos Estudos Surdos e procedendo à diferenciação que lhe eram adequados, a partir de uma abordagem teórica política do professor surdo.

Como os professores surdos, que têm a nossa política através do saber, do cuidado de si, da resistência e resiliência no histórico das lutas, se percebem? Quais são as suas críticas do nosso plano, sob a nossa perspectiva? Qual é o nosso desejo da política? E aos dilemas que estimulam os cientistas a refletirem em relação ao tipo de saber relacionando com o sujeito, como aponta o pesquisador:

Quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: “eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista? Qual vanguarda teórica-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber? (FOUCAULT, 1999, p. 15).

De fato, se há política para o professor surdo na universidade, não significa que seja contra a os outros, e sim, partindo da elaboração de uma visão dos professores surdos ao atuarem levando em consideração a questão da sua diferença, condição histórica e cultural, à criação de possibilidades para uma política como discurso ativista que deve ser assegurado para que possa se dar corretamente e não se produzam efeitos negativos, e sim, efeitos positivos resilientes, para que possa acontecer, o nascimento da

política dos professores surdos nas universidades a partir da constituição dos seus discursos como produção intelectual respeitando o seu jeito de pensar de uma forma cultural característica por sua experiência visual, de uma forma diferenciada e linguisticamente marcada.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade embasada na escrita de Foucault (1999), para expor, o que nos desafiou a refletir sobre a política como uma posição estratégica, no seu pensamento e nas suas investigações, que ele poderia afirmar que a *política é a guerra continuada por outros meios* (FOUCAULT, 1999). Esse trecho me fez refletir que nós, professores surdos, somos políticos nas universidades, e porque não? Não pensamos em matar, e sim gerar a vida de uma forma positiva, quando nós usamos a Língua de Sinais Brasileira dentro das universidades, e de como podemos produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano por meio de nossa cultura surda.

Para Foucault (1975), o que é a política enquanto emergência nas relações de poder? Tratava-se de uma questão teórica nas relações de poder, nas diferenças de poder em que há uma questão da política justamente aquela a qual nós queremos na Educação Superior. Pode tratar-se de uma investigação política do poder nas universidades, relativa aos professores surdos, digamos, de cunho liberal, do como se apresenta nas relações de poder, mas também do enfrentamento das lutas e das forças que nós professores surdos temos ao mesmo tempo no exercício do poder político dos temas relacionados a nós mesmos.

Nós podemos voltar a afirmar uma questão do poder político como explica o pesquisador:

É mesmo extremamente da guerra que se deve falar para analisar o funcionamento do poder? As noções de “tática”, de “estratégia”, de “relação de força” são válidas? Em que medidas o são? O poder, pura e simplesmente, é uma guerra continuada por outros meios, por meios que não são as armas e as batalhas? Sob o tema que se tornou agora corrente, tema, aliás, relativamente recente, de que o poder tem a incumbência de defender a sociedade, temos ou não de entender que a sociedade em sua estrutura política é organizada de maneira que alguns possam se defender contra os outros, ou defender sua dominação contra a revolta dos outros, ou simplesmente ainda, defender sua vitória e perenizá-la na sujeição? (FOUCAULT, 1975-1976, p. 18).

Não é uma questão como um ato político, mas de um instrumento da política na continuação das relações políticas, uma realidade por meio dos outros como acontece nas universidades públicas, não como guerra e política, é porém, uma forma estratégica para integrar nas relações de poder como força e tensão. Simplesmente defender a nossa vitória cultural dentro do Ensino Superior como aconteceu com a Reitoria da UFSC, que tentou se comunicar através da escrita com os professores e estudantes surdos sem intérprete no momento da Greve que ocorreu em defesa do reposicionamento dos Intérpretes como técnicos do Nível “E”. Isso foi um desafio para a Reitoria, que entendeu o que é a provação da nossa cultura sentindo na própria pele, quero dizer que esse fato configurou-se como uma estratégia política que eles fizeram naquele momento. Isso é um poder político dos professores surdos como uma guerra continuada por meio dos outros, simplesmente um contraponto, a nossa luta nas relações de poder.

Demonstramos, a nossa luta nas relações de poder, mas não pensamos como uma guerra, e sim um embate político, ideológico, uma vitória, uma resiliência, um poder, não um poder que nos torna melhores que os demais e sim pensamos como pessoas que nas relações de poder estão sempre presentes nas relações humanas, é preciso notar a conduta do outro, como afirma o Foucault (1994). O que mostro é o significado das relações de poder, segundo o entendimento de que todos nós somos livres em qualquer lugar, portanto, as relações de poder nos acompanham em qualquer lugar e em vários níveis conforme afirma o pesquisador:

Essas relações de poder são relações móveis, isto é, elas podem se modificar, não são dadas uma vez por todas. [...] Essas relações de poder são, portanto móveis, reversíveis, instáveis. E temos de observar também que só pode haver relações de poder na medida em que os sujeitos são livres. Se um dos dois estivesse completamente à disposição do outro e se tornasse sua coisa, um objeto sobre o qual ele pudesse exercer uma violência infinita e ilimitada, não haveria relações de poder. É necessário, portanto, para que se exerça uma relação de poder, que haja sempre dos dois lados pelo menos e uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente podemos dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode exercer-se sobre o outro na medida em que resta ainda a este último a possibilidade de se matar, de saltar pela janela, ou de matar o outro. Isso quer dizer que, nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência, porque se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de astúcia, de estratégias que invertem a situação – não haveria de modo algum relações de poder. [...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade em todo lugar. (FOUCAULT, 1994, p. 720).

Essas relações de poder nos fazem refletir bastante em relação à posição dos professores surdos nas universidades, principalmente, no que diz respeito à nossa liberdade de expressar o que nós pensamos sobre essa possibilidade de política que nós temos por aí. Sem política dos professores surdos não há incômodos, nem problemas a resolver. O que podemos entender sobre a concepção política quando há relações de poder impostas, subjugantes, por exemplo, a posição das relações de poder entre os professores surdos e seus pares ouvintes nas universidades? Como podemos negociar quando há relações de poder se tem política dos professores surdos nas universidades?

Vê-se que podemos entender o pensamento político dos professores surdos para atuar nas universidades como sendo algo que podemos negociar a partir da construção de uma intelectualidade, porém, nós temos um discurso histórico e político que foi construído historicamente de como se abriu espaço para os professores surdos atuarem na universidade desde 1997. Portanto, a partir dessa base teórica pretendemos entender e conceituar a política da teoria a partir dos Estudos Culturais encaixando com o Pós-Estruturalismo e os Estudos Foucaultianos.

### **3.1 O trabalho conceitual e político da Teoria: Os Estudos Culturais sob enfoque do Pós-estruturalismo e dos Estudos Foucaultianos**

No campo dos Estudos Culturais aproximando com os Estudos Foucaultianos se referem à posição dos professores surdos como um momento de transgressão histórica da comunidade surda, demonstração do engajamento e o comprometimento de cada professor surdo como um marco de construção de “ser professor surdo”, reforçando o nosso sentimento político em relação à política até agora aplicada nas universidades.

O que nos leva a mais discussões sobre o caráter político dos professores surdos, mas não com foco na didática, por isso, fomos levados a refletir sobre a base teórica específica sobre as relações entre Foucault e Educação para aproximar do enfoque de Pós-Estruturalismo para que haja uma nova produção neste campo de investigação e nem sempre é fácil de entender para quem não está familiarizando com o pensamento de Foucault.

Entretanto, é necessário estabelecer um entendimento ao conceituar os Estudos Culturais neste trabalho relacionando com a cultura para encaixar as relações de poder no campo de Estudos Foucaultianos. Há referências bibliográficas fundamentais que servem tanto para aprofundar o conhecimento sobre os Estudos Culturais, dentro deles são os autores: Ecosteguy (2002), Richard Hoggart (1957) e Stuart Hall (2000).

Os Estudos Culturais ao surgir no campo teórico, mostrou-se grande importância da cultura, segue o texto do autor:

Este campo de estudos surge, então de forma organizada, através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra de pós-guerra. Inspirado na sua pesquisa, “As utilizações da cultura” (1957) Richard Hoggart funda, em 1964, o Centro. Este surge ligado ao departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, constituindo-se num centro de pesquisa de pós-graduação dessa mesma instituição. As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais compõem seu eixo principal de pesquisa. (ECOSTEGUY, 2004, p. 138).

Entender sobre os Estudos Culturais que se aproximam de minha pesquisa, pode ajudar bastante a refletir sobre o que nós envolvemos, vivemos, experienciamos e compreendemos, que os Estudos Culturais são como se enfatizasse a nossa corrente de vida, porque, nós vivemos com a cultura, com a cultura surda, mas também, acontecem com os professores surdos com a mesma situação, não digo, como a única cultura, mas de vários jeitos dos professores surdos de se ensinar nas Universidades devido à nossa diferença cultural, por usarmos a Língua de Sinais Brasileira.

Os Estudos Culturais nasceram como uma forma demarcada de ter cultura onde todos os grupos têm costumes, valores, crenças e tradições próprias. Compreender como nós vemos o mundo como nos casos dos índios, ciganos, negros, minorias linguísticas, surdos, os latinos viventes nos Estados Unidos entre outros grupos.

O que pode possibilitar que essa teoria possa embasar o argumentar de outras maneiras de questionar o sujeito do professor surdo acadêmico, motivando nossa construção, nossa língua de sinais e nossa crítica para poder contribuir para a busca de novas práticas de liberdade de ser professor surdo sob a perspectiva cultural e linguística para o entendimento das relações entre universidade e sociedade, entre uma

linguística, cultura e a subjetividade moderna para outra pós-moderna, entre o jeito de ser dos sujeitos diferentes dos professores surdos na sua atuação sobre o controle da soberania.

Dentro dos Estudos Culturais estão os estudos cuja discussão teórica se ocupa de cada cultura e investiga<sup>37</sup>o que envolve seus espaços e a significação deles. Hoje, estes estudos são transformados em um fenômeno internacional e pesquisadores se interessam pela investigação e formações culturais, onde elas se desenvolvem, onde devem ser vistas tanto sob o ponto de vista político, na tentativa de constituição de um novo projeto, quanto sob o ponto de vista teórico, para construir um inédito campo de estudos.

Nos Estudos Culturais, sob o ponto de vista político, tendo em vista as relações de poder estabelecidas no espaço da Educação Superior. Ao social podemos entender como uma forma de correção política, esta identificada com a política cultural que não está recebendo a atenção que deveria como menciona o pesquisador:

Na crítica que fazem das relações de poder numa situação cultural ou social determinada os Estudos Culturais tomam claramente o partido dos grupos em desvantagem nessas relações. Os Estudos Culturais pretendem que suas análises funcionem como uma intervenção na vida política e social. (SILVA, 2002, 134).

Compreendo que esta pesquisa explica as práticas culturais que envolvem esse campo dos Estudos Culturais, mas com as relações de poder também, principalmente, no meu foco de pesquisa na Educação Superior no que se refere a não observação ou valorização dos surdos neste espaço justificam a estar aproximando dos Estudos Foucaultianos ao Pós-Estruturalismo.

Em análise à teoria foucaultiana, supondo uma aproximação com os Estudos Culturais, trabalhei nessa pesquisa envolvendo as relações de poder. Em sua teoria Foucault defende novas maneiras de ver, descrever, problematizar, compreender e analisar e de dar sentido ao mundo acadêmico onde às perspectivas tentam se aproximar.

---

<sup>37</sup>Thompson explica que os Estudos Culturais surgiram no momento em que se propuseram a investigar o desaparecimento de uma cultura sendo substituída por outra menos rica de valores culturais. (2005)

A filosofia de Foucault tenta se afastar da tradição sistemática e identifica-se muito mais com a postura filosófica que conceitua de maneira edificante, uma postura:

[...] manter o espaço aberto para a sensação de admiração que os poetas podem por vezes causar – admiração por haver algo de novo debaixo do sol, algo que não é uma representação exata do que já ali estava, algo que (pelo menos no momento) não pode ser explicado e que mal pode ser descrito. (RORTY, 1998, p. 286).

Isso me fez aprofundar o estudo buscando referências bibliográficas para avançar mais e compreender os Estudos Foucaultianos onde o estou situando como um pós-estruturalista, por isso, vou deixando muitas pesquisas, exemplos, sugestões e referências para os professores surdos refletirem e pensarem foucaultianamente a Educação como uma nova posição de ser professor surdo na Educação Superior diante das relações de poder, demonstrar que somos professores e intelectuais no campo de investigação envolvido na cultura, na construção de Pós-Estruturalismo de que nós somos produtivos, ao pensar e problematizar a educação a partir de tais conceitos e das relações entre a política e intelectualidade.

Para entender e conceituar o pós-estruturalismo queremos esclarecer o quanto nós podemos desconstruir e construir as redes de poderes no campo universitário, explicar porque nós usamos essa base teórica do pós-estruturalismo, e vamos tentar nos entender aos demais esperando que compreendam o que nós queremos dizer.

Porque usamos esse conceito de pós-estruturalismo nessa pesquisa? Não estamos mostrando a existência acabada, e sim complexa. Pretendo mostrar o discurso da política que nós temos no pós-estruturalismo, algo que nos move, que nos transforma, que nos faz avançar diferentemente, que provoque mudanças na Educação Superior diante das relações de poder. Podemos mostrar o “reconhecimento” da relação da política com a teoria, assim como acontece no pós-estruturalismo. Vamos entender e olhar para as significações ditas mais simples, aquelas que nos foram fornecidas pelos dicionários, para o conceito de “pós-estruturalismo”. No Dicionário Houaiss (2001):

Pós-estruturalismo é definido como: “conjunto de investigações filosóficas contemporâneas que, negando ou transformando os princípios teóricos do estruturalismo, além da forte influência Nietzsche, propõem um pensamento de recusa aos fundamentos tradicionais da filosofia...”.



Podemos perceber uma definição mais restrita, mas que necessariamente não muda o sentido anterior, pois aqui ainda é algo que transforma a filosofia tradicional pela filosofia da contemporaneidade.

É bem simples que encontrarmos o conceito “pós-estruturalismo” empregado pela referência a uma recente política nas redes de poderes entre os professores surdos na cena filosófica como as narrativas discutidas nessa pesquisa relacionando com a teoria política. Do enunciado “pós-estruturalismo” escuta-se referências não muito localizáveis, ideias gerais como tudo é poder, ou tudo é desejo.

Desse modo, há no entorno outra palavra. Todo um discurso é decorrente da “potência pós-estruturalista”, que alimentou novos discursos políticos na teoria política, na história cultural, em discursos políticos sobre as tensões entre os professores surdos na Educação Superior na área de Educação e Linguística. O legado desta potência, o modo de reflexão para o campo universitário seria como se posicionam nas relações de poder estabelecidas e enfrentadas no espaço político na Educação Superior, ao visarem comporem-se como os ativistas os professores surdos, refutam algo que nos reduzem.

Vê-se que ao tecer esse conceito, soando quase reconhecível, o que se baseia tornar-se como heterogênea, de que todos são discursos diferentes diante das relações de poder, por isso, devemos entender que as repercussões positivas inauguradas pelas teses de Foucault, Deleuze, Lyotard, Derrida e vários outros, ao serem encaixados num mesmo movimento de tensões que não perderiam sua potência, isto é, não se reduziram ao serem restritas em um mesmo lugar, conforme realiza esta designação?

Aliás, qual seria o proveito da importação deste conceito, de sua utilização para as relações de poder, já que é um conceito oriundo da teoria política? Assim, vamos refletir essas questões, avaliar, entender e compreender estes teóricos da política, uma riquíssima rede de poderes e cruzamentos que se derivam do contato entre Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos se aproximando no pós-estruturalismo do pensamento político.

Para que possamos nos situar sobre o modo com os quais se caracteriza no pensamento político o termo pós-estruturalismo, partamos pela obra de Veiga-Neto (2010). Este autor, em Foucault: Filosofia & Política, busca definir o conceito seguindo com a trajetória política entre as bases teóricas tanto com as relações de poder quanto do

próprio estruturalismo, e seguindo com o encaminhamento da desconstrução para a construção no espaço político para os professores surdos caminharemos.

O que posso perceber é algo positivo na medida em que, sua teoria, causa uma relação de poder do que é dito acerca do pós-estruturalismo. Não confunde o conceito de pós-modernidade tanto quanto do pós-estruturalismo, mas algo que apresentam algumas afinidades entre ambas.

Segundo Peters (2000, p.28), entender que o pós-estruturalismo estaria apoiando e fechando como algo que “vem depois e que tenta ampliar o estruturalismo, colocando-o na direção certa”. A fim de lhe construir algo que nos permite entender de que e como são as relações de poder por uma dimensão vivida da própria história política dos professores surdos na Educação Superior que eram ausentes nas reflexões estruturalistas de até então.

Esta argumentação, a exemplo do que vamos perceber nas narrativas, ao contar uma história política que segue aos exemplos contidos nos dados, ou seja, o corpus para este trabalho como um dos aspectos relevantes nessa base teórica.

Primeiramente, vamos compreender como são as perspectivas dos Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos através do pensamento político, algo que não é tomado como uma evolução contínua, sendo capaz, efetivamente, de mudar de natureza ao mudar a natureza do pensamento.

O que se é possível fazer com relação ao pensamento político na perspectiva dos Estudos Culturais incentivando e unindo com a perspectiva dos Estudos Foucaultianos sob o enfoque de uma nova construção de uma perspectiva de Pós-Estruturalismo que ajuda a construir esse conceito dentro de sua subjetividade de que somos surdos e intelectuais, e o que acontece me motivou a repensar, refletir, discutir, buscar inspiração em algumas ideias relacionadas com a posição de ser professor surdo no espaço acadêmico diante da relação de poder, negociação e discussão.

Vê-se que Foucault (1999) argumenta ainda relacionado com o termo relações de poder devido à política que está por trás, como no caso de governamentalidade a qual controla todos os professores para ser igualitária, mas e o professor surdo com a diferença e o reconhecimento de professor surdo na área científica em que nós estamos? Será que é alguma relação de poder? Com relação a isso, o autor argumenta:

Insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição, sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico toma corpo numa universidade ou, de um modo geral, num aparelho pedagógico, [...] no fundo pouco importa. É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (FOUCAULT, 1999a, p. 14).

Assim, podemos entender que é preciso usar como um espaço de negociação o que me possibilitou fazer um mapeamento sobre o que Foucault fala e que é importante mostrar de que somos diante das relações de poder para que nós, como professores surdos inseridos nos âmbitos que são científicos e intelectuais, diferentes como explica o pesquisador Skliar (1999), para que se compreenda que não é porque usamos a Língua de Sinais Brasileira, como a primeira língua, que devemos apenas ensinar tal língua, mas vários conteúdos podem ser explicados, de qualquer disciplina voltada à área dos estudos linguísticos como curso de Letras/Libras e Educação, ou curso de Pedagogia Bilíngue, atuar na pós-graduação em Educação de Surdos voltada para a base teórica sob a perspectiva de Estudos Culturais onde se aproxima com a cultura surda.

Além disso, a seguir, mapeio nesse campo de investigação sob o enfoque de pós-estruturalismo e Estudos Foucaultianos, pensado como a possibilidade de negociação a partir de uma nova transgressão no espaço acadêmico para professores surdos voltados para Língua de Sinais Brasileira no campo de Estudos Surdos.

### **3.2 Estudos Culturais, Pós Estruturalismo e Estudos Foucaultianos e seu legado teórico para o desenvolvimento dos Estudos Surdos.**

Ao aproximarmos dos Estudos Culturais, Pós-Estruturalismo e Estudos Foucaultianos para o desenvolvimento no campo de Estudos Surdos acontece algo que nos incentiva a celebrar a vitória pelas conquistas no campo da Educação Superior para os professores surdos, porém, temos as estratégias para introduzir um modo de olhar diferenciado exatamente por sermos professores surdos na Educação Superior.

Eu escolhi estes estudos como referência para o delineamento desta pesquisa porque, nas narrativas que foram construídas, elas estão conectadas nos Estudos Surdos que pretendem mostrar como serão os legados teóricos de estudos científicos relacionados aos professores surdos na Educação Superior. Ao trazê-las para o contexto

desta discussão, apresento uma trajetória investigativa que procura entender as narrativas como conhecimento, que se apresentam como científicos universais e neutros, bem como a cultura dos professores surdos e, por isso, começo aprofundar a entender o que nós estudamos sobre os Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos que nos traz o desenvolvimento dos Estudos Surdos.

Podemos conceituar os Estudos Surdos como:

Os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas Surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político. (SKLIAR, 1998, p. 5).

Nos Estudos Surdos, temos artefatos culturais como a Língua de Sinais Brasileira que é uma experiência visual dos surdos constituindo a cultura surda, arte surda, literatura surda, política surda, etc. que devem funcionar como ponto de partida para colocar em discussão. A base argumentativa que nós, professores surdos, estamos envolvidos com os artefatos culturais, em um mesmo argumentativo como a política dos professores surdos, que podem desdobrar dos temas relacionados aos Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos: algumas articulações, que sejam de produtividade teórica política da articulação entre Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos no campo de Estudos Surdos no pós-estruturalismo, em sua confluência com os professores surdos na Educação Superior, e o processo que venho chamando de: as tensões das relações de poder entre os professores surdos na Educação Superior, que esta abordagem teórica me possibilita ‘entender’, no contexto das investigações que venho desenvolvendo no campo de Estudos Surdos.

Os Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos contribuem para acentuar nossos valores culturais. Entre eles os aspectos culturais da política surda, eles enfatizam a cultura motivando para a identificação do jeito do ser professor surdo, como diz a autora e pesquisadora surda a respeito de ser surdo:

Não estou me referindo ao geral de surdos/as, mas á identidade surda, à alteridade surda e à subjetividade surda que, quando presentes com toda a sua força, gera uma política - a política da identidade surda que hoje faz transparecer essa cultura suavemente rica, particularmente com a presença de língua própria, um de seus pontos mais fortes. (PERLIN, 2004, p. 81)

O que podemos perceber na subjetividade do professor surdo em toda a sua força, gera uma política, a política da identidade surda que pode mostrar na Educação Superior, a partir do momento que nós, professores surdos fazemos rompimento com a modernidade, seguindo os exemplos de como os sujeitos surdos e seus múltiplos jeitos de ser professor surdo dentro do processo histórico mostram a maneira de seu jeito de viver no momento da modernidade do pós-estruturalismo, acontece uma desconstrução para uma nova construção de ser professor surdo na Educação Superior.

É o que acontece na visão dos campos teóricos dos Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos que, aproximando dos espaços investigativos dos Estudos Surdos, aí surge uma nova política dos professores surdos, uma nova posição que enfatiza as nossas relações de poder, a nossa resistência, a nossa intelectualidade, a nossa negociação no espaço do Ensino Superior ao reconhecer da nossa diferença.

No campo de Estudos Culturais, Estudos Foucaultianos e Estudos Surdos se observam que se entrecruzam as relações de poder em que está envolvido no campo do Ensino Superior. Também se divisam os aspectos políticos que se constituem como relações de poder estabelecidas do espaço político na Educação Superior sob a visão dos surdos.

Então, surge uma abertura de questionamentos sobre esta questão nos Estudos Surdos sob a visão dos professores surdos. Há necessidade de intervenção do espaço político na Educação Superior por parte dos surdos em que se questiona sobre as estratégias de enfrentamento das redes de poderes travadas pelos professores surdos na Educação Superior na sua constituição política. Outra questão a ser refletida é sobre como fazer com que as relações de poder se identifiquem no espaço político na Educação Superior, tendo em vista que a questão é tornar mais efetiva uma contribuição de valores por parte de Estudos Surdos.

Os Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos desafiam o seu legado teórico para o desenvolvimento dos Estudos Surdos com as seguintes reflexões: Como os professores surdos podem ter relações de poder através do espaço político, enquanto a

sua formação continua celebrando a resistência do ouvintismo<sup>38</sup>? Como os professores ouvintes e surdos são influenciados pelos padrões culturais na Educação Superior?

Deste ponto de vista, poderia enumerar muitas outras questões sobre como os Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos podem contribuir no campo dos Estudos Surdos. Nesse sentido, quero discutir questões em torno das relações de poder no espaço político na Educação Superior.

Portanto, os Estudos Foucaultianos possibilitam entender as diferentes estratégias políticas em relação às posições de poder nos campos de luta na Educação Superior.

Neste campo teórico há possibilidade de entender as transcrições das narrativas das produções de significados dos professores surdos, situados em diferentes posições de poder. Estes professores surdos lutam por uma política melhor. Desta forma me valho deste campo teórico para discutir as relações de poder estabelecidas no espaço político na Educação Superior para investigar uma variedade de observações relacionadas à política dos professores surdos. Ele me possibilita transitar pelos seus labirintos. No entanto, vou mergulhar a teoria política a partir de Estudos Foucaultianos, a possibilidade de entender a resistência surda, cultura surda e Língua de Sinais Brasileira na Educação Superior.

### **3.3 Desenvolvimento de teoria política a partir de Estudos Foucaultianos: Resistência, Resiliência, Cultura e Língua de Sinais Brasileira.**

O desenvolvimento da questão de teoria política, a partir de Estudos Foucaultianos aproximando na questão da resistência, resiliência, cultura e Língua de Sinais Brasileira retomando certa crítica feita à discussão que Foucault nos questiona quanto às estratégias de enfrentamento das redes de poderes, e que se mantém, no meu ponto de vista, a atualidade da nossa resistência em um campo de Estudos Foucaultianos. Foi assim que abriu o espaço para o surgimento da comunidade surda

---

<sup>38</sup>Ouvintizar, ouvintismo, ouvintização: constituem neologismos para descrever práticas colonialistas dos ouvintes que fazem com que os surdos sejam obrigados a narrar-se, julgar-se e pensar-se como se fossem ouvintes. É nessa prática, justamente, em que muitos surdos se vêem a si mesmos como deficientes, incompletos, pseudo-ouvintes, etc. (Skliar, 1998, p.15).

como saber, que irá se conquistar do espaço educacional na Educação Superior, onde os professores surdos o habitam.

Portanto, os Estudos Foucaultianos é uma prática social, vinculada ao pensamento político que vai determinando o surgimento e consolidação de um novo saber e um novo objeto de resistência, mas com uma nova disciplina com pretensões científicas que se solidifica relacionando com as relações de poder.

Compreender em Foucault a ideia de generalizar a lei física conhecida como resistência, uma concentração de suas análises sobre as relações de poder é nosso objetivo.

Para nós, as estratégias de enfrentamento das redes de poderes são forças contra as injustiças, resistência à destruição como um fato; não uma obrigação. São encontradas na resistência e na contra-resistência na vida.

Podemos compreender que a teoria política relacionando com o termo de resistência, que se afirma como uma política dentro do sistema educacional, que se faz ao espalhar as relações de poder em todo lugar, que reconhece onde não há relação de poder sem resistência, como diz Foucault (1995a), como acontece na Educação Superior.

Como podemos instaurar uma construção teórica para justificar, amplificar, modificar, fazer recuar a mesma prática da nossa resistência?

Com todas as sutilezas a considerar no avanço do momento de resistência em torno das relações de poder produzindo uma base teórica no campo de uma perspectiva cultural nos Estudos Foucaultianos, é o que podemos entender que a análise de Foucault, continua tendo a importância para a política em torno de resistência, e não questiona a verdade ou a falsidade da perspectiva cultural, nem a aponta, como mero mecanismo de *pura* cultura sobre os professores surdos na Educação Superior.

A partir da produção teórica foucaultiana podemos mostrar as questões de entendê-la o termo de resistência e cultura, acho que este é um bom objetivo a ser perseguido nestes trabalhos de pesquisa. Podemos enxergar que uma forma de entender isso é a seguinte, em relação ao termo de resistência sob de uma perspectiva foucaultiana:

A resistência é experiência de subjetivação, de autonomia. A resistência é combate particular; ela não afronta o inimigo para infligir uma derrota, mas

ela se bate na adversidade; no fundo, seu adversário não passa de um pretexto, o que ela pretende é enfraquecê-lo e fazê-lo bater em retirada. Ela não busca a vitória, ela não se lança em uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto. (GARCIA, 2008, p. 109).

Assim, pode-se dizer que a resistência não é a mesma coisa que “defesa”.

Nesse sentido, podemos usar o direito à resistência enquanto estamos nas lutas das próprias resistências.

A negação do direito à resistência por parte da soberania encontrava justificativa política, o que podemos entender que a soberania não poderia se manter, se cada um em particular conservasse seu direito de resistir.

Devemos pensar que, como as lutas de resistências surgiram, o direito à resistência teve que ser repensado. Refletido a respeito dessa situação podemos relacioná-la a quando a comunidade surda optou por essa resistência para conservar a questão da cultura e Língua de Sinais Brasileira, mas com a base política na Educação Superior encontrava a resistência que permanecia solidária no campo político. Um exemplo é que a comunidade surda unifica-se através da resistência que passa a valer para aos professores surdos na Educação Superior.

A partir de teoria política embasada nos Estudos Foucaultianos precisamos aprofundar nosso conhecimento com o termo de resistência surda, cultura surda, Língua de Sinais Brasileira aproximando nos Estudos Surdos que é a base de um olhar cultural que prezamos, é a liderança dos professores surdos para a aceitação mesmo com a identidade, como uma forma de ser surdo e sua forma cultural surda, mediante o olhar dos Estudos Culturais ligados com os Estudos Foucaultianos que nós temos outro olhar sobre os professores surdos, a partir de uma política sobre a perspectiva cultural surda na Educação Superior.

O que nós, professores surdos, podemos atribuir valor cultural mediante a Língua de Sinais Brasileira é que ela deve ser profunda, significativa, política, e deve ter uma base teórica de pós-estruturalismo, construindo o ser professor surdo mesmo usando a Língua de Sinais Brasileira, bem delineados e claros.

Vê-se que os Estudos Foucaultianos se conectam com a valorização de ser resistência surda, e o que nós surdos atribuímos à Língua de Sinais Brasileira sob a base



de serem pesquisadores surdos ativistas, resistência e que nunca perece. Partindo dessa perspectiva da resistência surda, a pesquisadora afirma:

As imposições institucionalizadas pela normalização surda não poderiam estar distantes e neutras das relações de poder e força, pois elas são insurreições das resistências surdas, que com a visibilidade da língua de sinais neste país, representam os sujeitos surdos que outrora eram os silenciados, os marginalizados, os deficientes. (REZENDE, 2012, p. 147).

Trata-se das resistências criadas pela comunidade surda numa perspectiva cultural, constituindo as relações de poder dos professores surdos na Educação Superior, enquanto os surdos lutam pela continuação da cultura surda na presença da comunidade surda, como explica a pesquisadora:

E essa cultura está povoada pelos sentidos da resistência. Essas resistências surdas estão presente incursionada no interior da pesquisadora, que se encontra imersa nos artefatos do seu povo e que, apesar da seriedade da academia nesta tese, não poderia fugir das malhas do poder das resistências surdas. (REZENDE, 2012, pg. 148).

Foucault (1999) nos aponta que a forma como foi estabelecida a relação entre eles é justamente o que irá posicionar o problema de resistência, ou, em outras palavras, o modo como relações de poder, direito e legítimo se encontram ligados nas sociedades de soberania<sup>39</sup>. A teoria política nos Estudos Foucaultianos ajuda-nos a buscar como diz o pesquisador:

O papel essencial da teoria de direito, desde a Idade Média, é o de fixar a legitimidade do poder: o problema maior, central, em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o problema soberania. Dizer que o problema de soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função dissolver, no interior do poder, o fato da dominação, que se queria reduzir ou mascarar, duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência. (FOUCAULT, 1999, p. 31).

---

<sup>39</sup>A sociedade se organiza e se desorganiza nas relações de poder, que são relações de produção, relações de força. Estas instituem os sentidos dominantes, os sentidos dominados e também os sentidos que podem romper, em processo, com a estrutura semântica de uma dada época, destituindo-a de sentidos constituídos, dominantes. Luís Eustáquio Soares em 20/08/2013 feito no site: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed760\\_a\\_sociedade\\_do\\_controle\\_soberano](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed760_a_sociedade_do_controle_soberano)

Ao abordar esse problema de reduzir ou mascarar o exercício de poder soberano sobre nos professores surdos no espaço acadêmico, a soberania da universidade nos obriga obediência para seguir os fundamentos legais e limites de poder revela-se problemática e inviável para Foucault (1999), pois, apesar da diferença dos professores surdos com relação aos professores ouvintes no que se refere ao espaço acadêmico, o que Foucault menciona sobre a política e toma a decisão a partir inicialmente do domínio dos fatos, das práticas, da mesmidade<sup>40</sup> concretos do exercício do poder para ter uma ligação como dominação à sujeição<sup>41</sup> como no caso da dominação de sujeito surdo, ambos vinculados com o termo dominação e obediência que se impõe como o trecho a seguir nos explica:

Quais são as regras de direito de que lançam mão nas relações de poder para produzir discursos de verdade? Ou ainda: qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes? (FOUCAULT, 1999, p. 28).

Veem-nos como um problema de sujeição, seja com brutais manifestações pelos modos de imposição de ser obediente pela aceitação ao que eles querem, como, por exemplo, o programa do currículo “igual” e não com linguística diferenciada. Não basta dizer o termo “*pura*” e simplesmente constante de que somos diferentes, de que nós temos direito linguísticos como o uso da primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira. O espaço acadêmico sustenta que a Língua de Sinais Brasileira é boa e importante, mas continua inferiorizando-a conforme refere Thompson (2005) a respeito da teoria crítica, pois, não nos veem em um mesmo nível que a língua portuguesa, mas sempre nos deixam conquistar o espaço para transformação para exigir porque nós usamos a teoria de Estudos Foucaultianos aproximando e construindo a teoria do pós-estruturalismo, a partir de sua política surda porque nos sentimos valorizados. Tudo isso ao se construir o ser professor surdo no espaço acadêmico, por exemplo, a inclusão para transformar através do nosso discurso de verdade.

---

<sup>40</sup>Para o Skliar (2002<sup>a</sup>), não existe sinônimo entre os termos mesmo, mesmice e mesmidade. O mesmo está relacionado com o próprio; a mesmice é pejorativa do próprio; a mesmidade “é um estado/processo do próprio no olhar para o (os) outro(s)” (p.7).

<sup>41</sup>Sujeição: Foucault buscou compreender de que a forma se dá a sujeição, o processo de tornar-se sujeito, tornar-se de indivíduo, na Idade Moderna.

Como podemos transformar a inclusão sob a sua perspectiva da teoria política mesmo com a aproximação de pós-estruturalismo? E a ideia do abandono da política do jeito que eles querem? Como poderemos entrar com a identificação dos professores surdos na Educação Superior que parece nos provocar uma grande transgressão sobre a perspectiva cultural? Como podemos construir os nossos discursos?

Há uma transformação do conceito de inclusão sob a perspectiva da teoria política através do nosso discurso de verdade, tomando essa liberdade que só pode existir em oposição ao poder, pois o poder não é contra a liberdade mesmo não importando a sua origem, mas o tomando como ele é, como ele é exercido numa perspectiva política dos professores surdos na Educação Superior sobre a perspectiva cultural. Além disso, é relevante destacar o argumento do pesquisador que afirma que o poder não é apenas repressivo, ele também, é criador, subtraindo-lhe a característica negativa quando afirma que:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, á maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (FOUCAULT, 1985, p. 148-149)

Vê-se que é importante compreender que somos professores surdos naturalmente dotados de direitos, capacidades, aspectos positivos, desejo, saber, etc., entendendo que nós somos indivíduos sujeitados a relações de poder, como menciona Gadelha (2009), por exemplo, em primeiro lugar a questão da relação de identidade contraditória da constituição de ser “*igualdade*” como diz o estatuto de cidadão e nós não somos iguais e sim surdos diferentes enquanto o outro do outro<sup>42</sup> . E que nós possamos perceber também, em segundo lugar, onde se encaixam como única e fundamental, parecendo como uma fundadora do poder, em torno da qual se aproxima como controle,

---

<sup>42</sup>Para tal é mister que saibamos ver o outro não apenas como o “o outro”, mas como o “eu-dele” para ele. Mas claro: significa ver o outro como ele é na condição de “eu”, ou seja, de indivíduo próprio, peculiar, semelhante, sim, mas desigual e não na condição de “outro”, que é como ele chega até nós. (Rubem Braga feito pela Crônica).

dominação, governamentalidade, biopolítica<sup>43</sup> de serem qualificadas como poder, jeito da política que eles querem. E que, em terceiro lugar, de alguma ideia se aproximando na teoria política, um poder político que se enquadra na constituição, a qual se apresenta como acima da lei como uma “legitimidade” do que todas as leis de um modo geral como diz o resistente pesquisador:

[...] tudo se passa como se, para que seja possível entender e pensar o poder, fosse necessário partir de um “tríplice primitivismo”: de um sujeito que deve ser sujeitado, de uma unidade do poder que deve ser fundamentada e de uma legitimidade do poder que deve ser respeitada. (FOUCAULT, 1999, p.50).

Podemos perseguir a reflexão de Foucault que nos ajuda a compreender o modo como ele nos controla através do seu poder. O que nos faz refletir, com relação aos casos que citei anteriormente, sobre alguns pontos principais: igualdade, única e poder político, isso nos refere a uma teoria de dominação e não sobre uma teoria política que nós queremos ou como queremos uma educação diferenciada, uma linguística diferenciada, uma cultura diferenciada e não sobre uma teoria da soberania e dominação. O importante é buscar aspectos históricos, envolver-se nas relações de poder e resistência, o que importa é procurar identificar, descrever e entender que os professores surdos são intelectuais que tem condição e possibilidade de se nivelarem em relação aos outros, e tudo isso mais relacionado como heterogeneidade.

E o espaço dos professores surdos como intelectuais? Um professor surdo vai além da imagem de ser um professor surdo no espaço acadêmico devido às várias conexões que tem necessidades para se fazer existir dentro de um parâmetro visual na passagem do espaço intelectual. Um espaço intelectual do qual os professores surdos, assim como as questões relativas à governamentalidade e à biopolítica que são problematizadas sob um quadro de controle mais direcionado à racionalidade política, a qual compreendo como uma política que se enquadra no povo surdo provando que os professores surdos são intelectuais.

---

<sup>43</sup>Trata da população e tem no povo, enquanto objeto biológico passível de intervenção política e governamental, um eixo de observação e intervenção de extrema importância. A biopolítica cuida de atingir a população de uma forma nova e totalmente ressignificada: “mais precisamente: com a população como problema biológico e como problema de poder”. (Foucault, 1996, p. 198).

É assim que os professores surdos veem, há uma visão que conecta a comunicação e em outras palavras se pode haver comunicação também pode haver a presença da representação como indivíduo em relação à cultura surdo-surdo. O campo investigativo de Estudos Culturais traz argumentos relacionados a isso, onde o indivíduo pode construir sobre uma perspectiva de pós-estruturalismo, que nos faz construir uma política que nos trazem interesse pela nossa causa que é a representação do professor surdo de uma forma bem diferente daquela apresentada pelos médicos e educadores que nos veem como corpos deficientes, que nos enxergam apenas no aspecto biológico e não no cultural. Apesar da possibilidade de vivermos longe daquela expressão “corpos mutilados” seria realidade como diz Foucault corpos biopolíticos, no qual deixamos o rotulo de corpos mutilados de que nos falam os Estudos Culturais e que nos aproximam do pós-estruturalismo para se construir como um corpo habitável.

Quando falamos do professor surdo em Estudos Culturais, significa que não podemos falar de deficiência porque as visões sobre os corpos que são múltiplas e valorizam o ser professor surdo também o são, isso é como uma política surda que usa a Língua de Sinais Brasileira em sua intelectualidade.

Pois bem, continuo refletindo sobre o que deveria orientar cada palavra com seu significado, o que vem a ser o cuidado de si, para o professor surdo na Educação Superior, com relação à resiliência a partir de negociação e das provocações da cultura surda.

O mundo de todos é um espaço onde se cria e se desenvolve o sujeito cultural, como menciona o pesquisador:

[...] o sentido de nossas condutas não é mais dado por uma filosofia da história fundada em grandes princípios, e muito menos ainda em relação a uma moral “natural” imposta pela vontade divina ou pelas tradições dos grupos particulares. O sentido da vida humana somente brota da própria definição pelos seres humanos daquilo que é humano, daquilo que é respeito ao direito de cada indivíduo à liberdade em todos os domínios de sua vida pessoal e coletiva. a última palavra deve ser esta: cada qual tem o direito de ser sujeito criador de seus direitos. (TOURAINÉ, 2009 p. 240).

A posição dos professores surdos na Educação Superior na resistência reforça os direitos culturais e, também, traz sempre novas descobertas para estes campos como já demonstrei anteriormente. Trata-se de um enfatizar cultural constante como atestam os estudos culturais. Esta crescente valorização cultural contribui para firmar novos

valores, as descobertas sempre acontecidas no embate com a soberania ouvintista provocam uma retomada da resistência. Esta possibilita novos achados, novo jeito de pensamento político e leva a uma nova resiliência.

A resiliência, em seu significado para usarmos aqui seu conceito, ou seja: função leva a: A resiliência no espaço político.

Podemos utilizar este termo tomando como base os argumentos dos professores surdos na Educação Superior como a produção de cuidado de si em suas práticas políticas que são constituídas nas estratégias nas redes de poderes, e, portanto, todos os discursos dos professores surdos que visam interferir no campo de produção de política têm de reconhecer isso como uma necessidade para a ação.

Foi um tempo em que o avanço dos professores surdos na Educação Superior parecia nos dizer que havia tensões entre eles com relação ao fato de trabalhar em equipe, de construir cotidianos eles mesmos como objeto de aprendizagem individual, coletiva e institucional, com algumas ideias da produção das narrativas dos professores surdos e passando a reconhecer o desafio de uma nova construção, o engendrar de seu discurso político, de uma grande discussão e reflexão e, até mesmo, de novas produções teóricas.

O pensamento político em Foucault (2004) referente ao cuidado de si pode ser pensado com relação à resiliência. O conceito do cuidado de si é antigo e está mais voltado para o cuidado pessoal e conhecimentos. Quero, contudo procurar construir um conceito para o campo político onde entra esta situação dos surdos como defesa pessoal da cultura e da Língua de Sinais Brasileira e, isto, têm sido frequentemente caracterizadas pelo seu viés nas relações de poder, precisamente, como resistência, mas também, como resiliência. Quanto à resistência que já esta delineada acima vou seguir abordando o novo conceito para o espaço político.

A busca deste conceito de resistência que leva a produção de significados novos com o termo de resiliência passou a ser adotado como referência diante da pressão, ou seja, tensão. O termo surgiu na área de Física, entendo que seja usado para se tratar como lidar com problemas ou resistir no espaço político. Isso desafiou meu interesse nessa pesquisa, porém, pode relacionar com os traços dos professores surdos, tanto faz com o traço pessoal, indivíduo ou coletivo a lidar com os problemas do ambiente na Educação Superior. Entendo que na Educação Superior a resiliência política se refere a

algo que estamos construindo com o povo surdo nosso arsenal político, ou seja, a construção dos direitos surdos já assegurados internacionalmente. Vamos ao conceito de resiliência, conforme explica o pesquisador:

A resiliência pode ser definida como a construção de soluções criativas diante das adversidades presentes nas condições de trabalho e dos negócios da sociedade atual, da qual resulta um duplo efeito: a resposta ao problema em questão e a renovação das competências e do elo vital dos indivíduos. 'A resiliência envolve não somente o controle sobre a situação, mas um determinado reforço para que o indivíduo siga lutando por novos resultados pessoais e pelos perseguidos por seu grupo de trabalho'. (BARLACH, 2005, p.106).

A resiliência possibilita incentivar as pessoas a construir soluções criativas diante das situações, não somente o controle e sim de reforço seguindo com a luta por novos resultados e o que querem disso, digo como exemplo, o enfrentamento no espaço político, além dos confrontos com as relações de poder sempre trazem tensões e com isto o esforço e o encontro com novos significados culturais.

Apresento também outra definição para o termo resiliência, agora com relação à visão das tensões. Como afirma o pesquisador:

[...] resiliência se trata de uma tomada de decisão quando alguém depara com um contexto entre a tensão do ambiente e a vontade de vencer. Essas decisões propiciam forças na pessoa para enfrentar a adversidade. Assim entendido, pode-se considerar que a resiliência é uma combinação de fatores que propiciam ao ser humano condições para enfrentar e superar problemas e adversidades. (JOB, 2003, p. 103)

A resiliência, como cita Manciaux (2001, p. 326), resulta da interação entre o próprio indivíduo e o meio que o cerca, entre o seu passado e o contexto do momento em termos políticos, econômicos, sociais e humanos. Portanto a resiliência no espaço político leva a estratégias de enfrentamento, diálogo e reafirmação.

Quanto à resiliência ser requerida atualmente:

[...] uma das competências requeridas pela dinâmica da modernidade do trabalho nas organizações, capaz de explicar a administração da própria subjetividade diante das inúmeras situações de tensão, pressão e ruptura presentes neste contexto (JOB, 2003, p. 103).

A constituição do professor surdo é pensada como artefato cultural de si que objetiva a condução de uma vida admirável. Essa identificação entre o que os professores surdos buscam pelo bem de cuidado de si relaciona-se com a resiliência. Ocorre que, no imaginário do professor surdo na construção de pós-estruturalismo que é pensada como realidade no espaço político em relação ao espaço de negociação para se manter com essa resistência. Daí a dificuldade, apontada por alguns professores surdos, de tratar a questão da cultura surda relacionando com o cuidado de si, como Hadot (2002, p. 308) diz: [...] em lugar de apontar a constituição antiga do sujeito pela chave da cultura de si na qual a estética é relevada, melhor seria abordá-la em termos de transformação, transfiguração, “ultrapassagem de si”.

Dessa forma percebo que Hadot não ignora ser a transformação da maneira de viver algo fundamental para a constituição antiga, e vê-se que é um desafio também para o pós-estruturalismo, o que, aliás, seria totalmente uma nova construção do pensamento de Foucault, a resistência e resiliência no espaço político na Educação Superior.

Podemos mostrar e entender que a resiliência que aqui se refere não é a da identificação com o indivíduo como categoria inflexível, mas o modo de agir na produção intelectual, o processo de indivíduo cultural. Nesse sentido é que também Foucault entende a constituição do sujeito antigo como ultrapassagem de si.

Foucault (2004) procura tomar distância de tais questões, abordando a articulação entre resistência e resiliência pelo viés cultural. Nesse caso, as perguntas passaram a ser outras. Para começar, qual relação que o indivíduo estabelece consigo a partir do pensamento político que culturalmente lhe é atribuído? Tal questão parte do fato de que em qualquer cultura há enunciações sobre o indivíduo que, independente de seus valores culturais, funcionam, são admitidas e circulam a cultura surda na Educação Superior. Daí a outra questão: considerando o que são tais discursos dos professores surdos em sua resistência e resiliência, em sua forma, levando em conta os laços entre obrigações de cuidado de si e a constituição do espaço político, que experiência os professores surdos fazem de si próprios? Decorre que em vez de examinar as condições e possibilidade da resiliência para o indivíduo em geral, Foucault (2004) procura saber quais os efeitos de resistência a partir da própria existência de discursos que pretendem dizer uma resiliência para o indivíduo.



No presente estudo, busca-se destacar a articulação entre resistência e resiliência estabelecida pelos professores surdos quando redireciona sua investigação para a cultura surda na Educação Superior, a articulação entre resistência e resiliência adquire novas imediações e maior clareza no pensamento político.

Foucault (1999) entende uma constituição do espaço político. Ele deixa de ser constituído somente na imanência de práticas que o sujeitam; ao mesmo tempo, tornam-se o indivíduo para si próprio, umas relações de poder no espaço político, a partir dos Estudos Foucaultianos.

De acordo com o pensamento político, abstrair-se do modo de ser do indivíduo, ao privilegiar as regras de formação do professor surdo. Considerada tal como ela é, a resiliência transforma o indivíduo, na medida em que ele, tal como é, já é capaz de construir.

Em outras palavras, a resiliência é fundamental quando o professor surdo é adquirido mediante no espaço político, constituindo objetivo maior do pensamento a transformação do modo de ser professor surdo na Educação Superior.

Esta designa a busca, a prática, à experiência mediante as quais o indivíduo opera sobre si próprio, às transformações necessárias para ter acesso à resiliência, e segue-se que a modificação do modo de ser professor surdo é fundamental para subjetivar discursos reconhecidos como verdadeiros. Vejo algumas narrativas dos professores surdos apontando se atuam como princípios de transformação, de modo a formar no indivíduo a atitude e a disposição necessária para enfrentar os acontecimentos no espaço político.

Ao mesmo tempo em que os professores surdos apontam para o pensamento político no campo de Estudos Foucaultianos na base teórica de pós-estruturalismo, do conhecimento de si, no qual o indivíduo já é capaz de construir, também qualifica os modos de ser, os modos nos discursos mediante do cuidado consigo.

Portanto, cuidado de si mesmo é uma forma de reflexão, de estabelecer uma relação de forças consigo mesmo, uma forma de mostrar-se, de transformar-se. Não há uma essência do sujeito a ser revelada – os sujeitos são formas, não substâncias. Só que resiliência pode ser auto referenciada, feitas de outro jeito e experiências, não se basta em si mesma. Ela tem que ser socializada, completada com o olhar do outro sob a visão cultural. A resistência que se completa com a resiliência, que afeta outra construção e

produz efeitos sobre as práticas culturais. E aí há uma dimensão no espaço político importante, como diz o argumento do pesquisador:

É uma forma de resistência, uma forma de encontrar um espaço respirável entre as relações de saber e de poder, uma dessas “operações éticas-subjetivas e intersubjetivas – diretamente implicadas nas resistências ao poder” (BRANCO, 2000, p. 312)

Isto tudo leva a nossos questionamentos como professores: Como nos constituímos através dos discursos que reforçamos cotidianamente na Educação Superior? Quais são nossos discursos “verdadeiros”? Quais são os discursos “verdadeiros” que os professores surdos transformam no espaço político?

Responder a isto envolve uma forma de resistência, que se faz num espaço político na medida em que não é só algo subjetivo e individual, mas coletivo, e que pode estabelecer as relações de poder, uma forma de encontrar um espaço respirável entre as relações de poder, uma resistência ao poder e uma resiliência para construir algo positivo que podem constituir-se como um espaço político. São estas redes de poderes dos professores surdos que aparecem na Educação Superior em questão na presente pesquisa. Os discursos são práticas, já entendemos várias vezes em Foucault.

Do meu ponto de vista os discursos que constituímos apresentam-se como a “perola que guardamos”, ou seja, a cultura surda e seus artefatos como sejam a educação bilíngue, a Língua de Sinais Brasileira, a os direitos surdos, a formação na Educação Superior, a permanência nestas instituições superiores, a qualificação de nossos intérpretes e muitos outros. Nosso arrolamento teórico são as produções que fazemos teorizando e também nossas posições de ativistas diante do povo surdo.

Portanto, os professores surdos mostram as resistências e resiliências, porém, com as produções do espaço político que temos aí na Educação Superior, isso que precisamos ter um espaço de negociação no espaço político enfrentando pelos professores surdos ao se posicionar nas relações de poder, e seguindo com os tempos teóricos a partir do poder simbólico e as provações da cultura: o espaço de negociação.

### **3.4 Os tempos teóricos a partir do poder simbólico e as provações da cultura surda: o espaço de negociação**

Antes de podermos iniciar nesse processo de verificação da concepção de espaço de negociação, precisamos compreender os extremos a que se ligam, que são o poder e os mecanismos de diferenciação, e nisto se há descobertas e se há teóricos em relação a negociação e para parti-la, e daí entendermos as provações<sup>44</sup> da cultura surda e as implicações de ser professor surdo. Para discutir essa questão, mostramos nesse equilíbrio para os leitores o que são os grandes embates para seguir essas discussões enquanto termos da cultura surda dos professores surdos na Educação Superior.

Ao avançar nesse espaço teórico a partir do poder simbólico, do espaço de negociação e das provações da cultura surda, podemos mostrar os critérios que nós usaremos no caminho para confirmar a existência da concepção das resistências dos professores surdos na Educação Superior. Nesse próximo espaço identificarmos as bases teóricas que podemos abordar sobre esta concepção de espaço de negociação a partir do poder, e das provações à cultura surda antes de podermos obter essa discussão sobre isso. Como, a partir de negociação e das provações de cultura, pode-se construir uma política que não será reacionária? A nossa comunidade surda envolvendo os professores surdos temos que entender a ideia de espaço de negociação?

Nossa compreensão do espaço de negociação refere a uma interposição fronteiriça entre a unidade superior e os sujeitos culturais, entre espaço entre os espaços de governo e os espaços da cultura. Entendemos que há um espaço teórico e um lugar político para articular no sentido que o poder estabelecido nega a identidade cultural estabelecida pela diferença percebida como perversa a uma política considerada superior e que simplesmente exige um movimento estratégico a seu favor.

Os espaços governamentais articulam forças que se apossam do direito de sublinhar a construção arbitrária, diferencial e sistêmica excluindo os espaços culturais. Por outro lado, o espaço cultural exige compreensão de objetos, usos e significados. Estes dois espaços quando fronteiriços colocam em ação a negociação.

---

<sup>44</sup> Ato de provar; situação aflita ou penosa.

Tudo isso permite pensar de outra maneira a luta para negociar com os poderes. Num outro sentido, os professores surdos têm necessidade de uma ação que se desencadeie num ato político, simplesmente, aceitar os professores surdos com os mesmos valores, conceber uma ação que favoreça a individualização dos modos de vida, que permita estabelecer no espaço político na Educação Superior. Uma política complexa, do conflito? Em resumo, sim, nada de normas impostas, e sim de conceber um mundo das redes de poderes travadas pelos professores surdos sobre o valor de uma negociação política, a partir de negociação e das provações da cultura surda na Educação Superior.

Nos tempos teóricos dos Estudos Surdos, falamos da resistência, resiliência, de cultura e Língua de Sinais Brasileira, mas podemos refletir o que as práticas, os aspectos da negociação na Educação Superior, por exemplo: Em que os professores surdos funcionam como um discurso de resistência, afirmando uma exigência de não ser controlado como normalização pelos outros? Em que igualmente é uma ideologia que afirma a importância da diferença e da heterogeneidade no mundo acadêmico? Em que se constitui esta negociação da cultura e da Língua de Sinais Brasileira? Neste campo de negociação está à necessidade de o professor surdo entender as linguagens, os argumentos que nele se sobressaem, como explica o pesquisador:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e das obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2004, p. 69).

Queremos dizer uma forma discursiva relacionada à cultura surda na Educação Superior, uma forma da sabedoria política, um aspecto teórico que entenda e traduza a cultura e que impulse a vontade do saber do discurso. Por que outro motivo vocês acham que a longa história das lutas dos professores surdos se projeta sobre tantas negociações das provações da cultura surda com os reitores, com os diretores, com os coordenadores, com os professores ouvintes na Educação Superior?

Embora, alguma transformação dos professores surdos como uma forma pensada e repensada politicamente para preservar a cultura surda na Educação Superior, ou seja, reconhecer que temos a cultura surda sim, o coração da comunidade surda em um

momento das memórias históricas. Entre os tempos teóricos, retorno com as reflexões: a experiência da resistência é o problema de negociar em meio do incompreensível.

Não queremos dizer como se todos fossem incompreensíveis, e sim com muito complexo de negociar para provar que temos a cultura surda por aí, digo, na Educação Superior, que aflige a significação das narrativas dos professores surdos e históricas a partir de negociações. E também remete a evocação dos professores surdos, no contexto político, de certa dificuldade de negociar que acompanha toda assimilação dos contrários. Um território dos professores surdos que se tornaram uma necessidade para a razão das relações de poder na Educação Superior. O professor negociador na Educação Superior precisa ter presente suas reivindicações como língua, cultura, e direitos. Devemos reconhecer que várias podem ser as compreensões ou só alguns aspectos derivados da inadequação das definições mesmas da cultura? Uma situação paralela se apresenta dentro da teoria linguística, mesmo antes do reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira, as definições da “língua” continham diversos critérios que parecem excluir do reconhecimento das línguas não faladas. (DEUCHAR, 1984). Agora sabemos que essa origem das definições da Língua de Sinais Brasileira, teremos que seguir com esse processo para que possamos avançar nas bases teóricas culturais.

Nesse momento, é importante destacar o significado da cultura em várias situações dos locais que estão por aí. Um dos antropólogos mais preocupados com as análises e evolução dos diferentes tipos de teoria cultural, concluiu que: La posibilidad de analizar un sistema cultural en un sentido total...sigue estando lejos en el horizonte – y puede seguir así por siempre. (KEESING, 1974, p. 92).

E também outro antropólogo explica sobre a definição da cultura:

Cultura es una de las dos o três palabras más complicadas del idioma Inglés. Esto se debe, em parte, a su complicado desarrollo histórico em varias lenguas europeas, pero principalmente a que se há usado para conceptos importantes em varias disciplinas intelectuales diferentes, y em vários sistemas de pensamento distintos e incompatibles. (WILLIAMS, 1976, p. 76).

Esse problema de definição não acontece somente nos Estudos Culturais, mas também existem dentro de outros estudos como Foucaultianos, Estudos Surdos, Estudos Fenomenológicos, e entre os outros estudos que podem aplicar nessa pesquisa sobre a

cultura, e podemos seguir adiante nos Estudos Surdos que se encaixem nos Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos aproximando no pós-estruturalismo, assim com os vários significados da cultura nas áreas de sociologias, antropologia, fenomenologia, etc...

Kroeber e Kluckhohn (1963) identificam um mínimo de 164 definições da cultura a determinar que sejam as culturas de enormes proporções. E quanto à cultura surda? Claro que sim... Também apresenta seu conceito.

Estamos enfrentando esse conceito de cultura quando usamos o termo cultura surda, às vezes não acreditam que existe a cultura surda, como afirma a Carta da Feneis à Presidência do Brasil; Senado Federal; Câmara dos Deputados; Procuradoria Geral da República; Secretaria de Direitos Humanos; CONADE E CORDE:

De acordo com a Diretora de políticas educacionais especiais do MEC, Martinha Claret, o Ministério não concorda com o princípio de que a educação bilíngue é favorecida no espaço segregado. (...) Perguntada sobre a importância das escolas de surdos para a valorização da cultura e da identidade surdas, a diretora respondeu que “de ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade e compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe cultura surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana”.

Às vezes complicam o entendimento do que é cultura surda, aliás, a complexidade da nossa Língua de Sinais Brasileira que é outra língua quanto às outras línguas dentro de um mesmo país, mas a cultura surda? E quais são as suas provocações da cultura surda? O que podemos negociar e renegociar a respeito da cultura surda dos professores dentro da estrutura na Educação Superior?

Segundo politicamente correto o conceito da cultura surda, como explica a pesquisadora, em Estudos Surdos:

[...] é então a diferença que contém a prática social dos surdos e que comunica um significado. É o caso de ser surdo homem, de ser surda mulher, deixando evidências de identidade, o predomínio da ordem, como, por exemplo, o jeito de usar sinais, o jeito de ensinar e de transmitir cultura, a nostalgia por algo que é dos surdos, o carinho para com os achados surdos do passado, o jeito de discutir a política, a pedagogia, etc. (PERLIN, 2004, p. 77).

Nesse tempo, percebo que a cultura surda pode ser estruturada nos professores surdos na Educação Superior, como a forma de ser professor surdo nas salas de aulas e eventos como congressos, seminários, encontros e reuniões usando a Língua de Sinais Brasileira, às vezes juntos com os intérpretes nos momentos teóricos para alunos novatos como nos primeiros dias na sala de aula e eventos, mas sim o jeito dos professores surdos ensinarem na Educação Superior. E do outro lado, os professores surdos nas suas lutas políticas pelo próprio espaço ao negociar com as suas provações da cultura surda no sistema educacional.

Nessas bases das provações da cultura surda, construí os dados das entrevistas pelos professores surdos, em que afirmaram que existe a cultura surda dentro na Educação Superior, e esta acontece nas suas lutas políticas mostrando as nossas diferenças dos outros devidos á Língua de Sinais Brasileira, como no caso do professor entrevistado para esta pesquisa, Apolo, narrando sobre as provações da cultura surda dentro na Educação Superior que vai ser discutido no próximo capítulo.

Essa possibilidade de mergulhar nas bases teóricas, a partir do espaço de negociação pode impulsionar argumentos sobre a cultura surda trazendo novos significados culturais como argumentos de negociação.

Todavia, tentamos entender o espaço de negociação, apenas como um local de onde surge um pensamento de liberdade, imaginação e política, mas de uma forma de ver e julgar o mundo social, por exemplo, os professores surdos na Educação Superior que estão nessa luta, no espaço de negociação às suas provações da cultura surda.

Esse aspecto do espaço de negociação dado a entender por Foucault (1999) é também uma forma de se servir para pensar de outra forma, interrogar o nosso pensamento político, os conceitos de poder, de direito, de estado, de emancipação, apreender o que podemos usar nesses espaços teóricos nos Estudos Foucaultianos. O teórico das lutas políticas se apresenta como o campo das diferenças, de acordo com o pesquisador:

[...] a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo quanto e agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, a ocupação dos de fora. E também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a

raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, (HALL, 2003, pg. 338).

Importante neste espaço de lutas o professor surdo estar munido de várias narrativas resultantes destes conflitos na Educação Superior. Importa também não estarem relativas apenas ao seu local, mas que participem de um *role* entre as universidades e os diferentes pesquisadores e cientistas sociais que igualmente entendem do povo surdo. Tal rolagem de informações narrativas hoje feitas por meio de *netnografia*<sup>45</sup>.

Será esse reconhecimento das provações de cultura surda necessária na construção de um saber transformativo, pós-estruturalista, da pós-modernidade – no lugar na Educação Superior – um espaço de negociação em favor das provações da cultura surda dos professores surdos que são diferenciadas? Pois, à medida que a penumbra se acumula naquele espaço na Educação Superior onde existem poucos professores surdos em cada universidade, por exemplo, nas cidades interiores tem um ou dois professores surdos, mas que tentam criar uma narrativa que possa ligar as provações de uma cultura surda, ou seja, falta de informações às autoridades como será a estrutura dos professores surdos devido ao uso da Língua de Sinais Brasileira que é diferenciada ao ensinar dos outros professores. Teria sido uma resistência e também resiliências, mas volta a entender a própria estrutura narrativa captada pelos professores surdos.

O olhar dos professores surdos agora se descobre com a realidade cotidiana profissional através do espaço de negociação; a história de luta e sua política só podem ser contadas nas resistências. Os professores surdos constituem-se com o pensamento político que assumem a partir de negociação. Quando o discurso do professor surdo emerge no próprio pensamento político, então eles ficam marcados por uma percepção cultural a partir da sua diferença, a partir de negociação as suas provações de cultura surda, como afirma a pesquisadora surda.

---

<sup>45</sup> Netnografia e role questões que envolvem rolagem de comunicados, notícias pela internet. Envolvem discussões em ambientes virtuais fechados com intérpretes educacionais de Língua de Sinais Brasileira, professores surdos e ouvintes da Educação Básica, ativistas e pesquisadores surdos e ouvintes, bem como cientistas sociais no campo da educação de surdos.



As políticas surdas, organizadas pelas comunidades surdas incluem as negociações pelos seus espaços, nas lutas pelos direitos à diferença cultural na educação e nos direitos humanos. As políticas surdas produzem significados culturais com os quais podemos nos identificar e constroem, assim, suas identidades surdas. Esses significados culturais estão contidos em história cultural, memórias surdas, língua de sinais e outros artefatos que servem de referências para a constituição de uma identidade do povo surdo. (STROBEL, 2012, p. 97).

Escrevendo sobre a negociação, professor surdo no espaço de negociação, vamos entendendo as vias estruturais de um professor surdo como um ser que existe em um espaço de interesses. Esses professores surdos são precisamente o que me interessa quando tentam negociar narrativas em que vivem como diferentes no mundo acadêmico, com suas vidas cotidianas profissionais e seus viveres diáspóricos<sup>46</sup>. Esse objeto de estudo exige a experiência das tensões para se incorporarem na construção política do objeto da atenção crítica: narrativas dos professores surdos das condições fronteiriças de culturas e disciplinas. Isto porque a tensão é a interpelação afetiva de um mundo que se revela como resistência no espaço de negociação entre o mundo acadêmico, como a professora Deméter descreve a estrutura da própria tensão que vai ser discutido no próximo capítulo.

Qualquer discussão de tempos teóricos, a partir de teoria cultural no contexto dos professores surdos na Educação Superior, embora as provações de uma cultura surda, é importante entender que nós vivemos no momento de pós-estruturalismo, é um termo como construção de um acontecimento histórico, até permite oferecer a narrativa das transformações, das construções de ser professor surdo, relacionado ao processo de significação como uma construção do indivíduo do acontecimento histórico das lutas.

O professor surdo usa a linguagem do pensamento político para elaborar uma transformação de construção cultural para os professores surdos, a partir de contextos teóricos culturais e pós-estruturalismo. É importante capturar narrativas dos professores surdos, que se apresenta como o indivíduo com o pensamento de liberdade, de imaginário que articula, com maior intensidade, a disjunção entre espaço de negociação e ser que caracteriza a construção da condição pós-estruturalista.

---

<sup>46</sup> Termo do judaico que significa exílio que faz referencia às inúmeras vezes que os judeus foram expulsos, viveres diáspóricos aqui se referem aos surdos sendo negados constantemente.

Os Estudos Foucaultianos ajudam a entender como uma proposta de inserir a prática do espaço de negociação dos professores na Educação Superior em que se possibilite uma negociação democrática entre as ideologias presentes nos discursos do governo e as políticas dos professores surdos na Educação Superior.

Vê-se que é importante discutir nessa pesquisa a concepção da política cultural dos professores surdos que se sentem incluídos nos conflitos sociais na Educação Superior, eles explicam que a inclusão da comprovação de cultura surda é planejada para que se mantenham as relações de poder existentes e que, na área de Língua de Sinais Brasileira, isso fica muito evidente porque a forma como se configura o espaço de negociação é baseada em uma concepção cultural valorizada e mantida por um pequeno grupo de ativistas políticos de professores surdos na Educação Superior.

Nessa concepção das provações de uma cultura surda a diferença é inserida na comunidade surda que a favorecem, pouco conhecidas pela Educação Superior gera uma situação complexa de luta pela vida dos professores surdos, uma vez que ser diferente significa viver diferente e isto, no caso surdo, acontece devido à existência de uma experiência visual.

Em razão dessa provação de uma cultura surda, que as narrativas dos professores surdos consideram como um espaço de negociação porque as relações de poder entre as expectativas dos professores surdos mostram que nós partimos de uma experiência visual, que os ouvintes citam como “falta” e que nós vivenciamos.

Assim, o autor Flynn (p. 29, 1994) inicia a defesa de que não se trata de qualquer discurso, senão aquele conjunto que condiciona o que conta como conhecimento num período particular. Nesse sentido, mostra que o Foucault fizera com o conceito de arquivo – de conjunto de regras para conjuntos de discursos, e aproxima ao de prática discursiva que, por sua vez, já estava bastante próxima ao conceito da cultura surda que os professores surdos citaram. Nesses discursos de suas narrativas mostram em movimento qualquer conceituação explícita sobre si mesmos, comandam, em nós, maneiras de perceber, de pensar e agir. Mais importante, porém, negociar do que discutir os aspectos técnicos desses deslocamentos e aproximações, é preciso mostrar ao entendimento que Foucault dá a linguagem e ao discurso, como afirma o pesquisador:

Todas as minhas análises são contra a ideia de necessidades universais na existência humana. Elas mostram a arbitrariedade e qual espaço de liberdade

podemos ainda desfrutar e como, muitas mudanças podem ainda ser feitas. (FOUCAULT, 2004, p. 296).

Nesse contexto, segundo o qual se devem acolher as narrativas dos professores surdos, um novo discurso, que tenha como referência simbólica, outro plano discursivo, permitindo um diferente espaço de atuação entre os professores surdos, de modo que seja efetivamente considerada a heterogeneidade sociocultural.

O discurso, então, passa a ser um lugar interessante para se observar um espaço de negociação, uma vez que nele aparece o processo intelectual dos professores surdos, ou seja, os sentidos que são valorizados pelos grupos sociais, e ainda: nas narrativas dos professores surdos, em nome da comunidade surda de referências privilegiadas, existe, um movimento cultural que consiste em excluir o que é considerado uma ameaça ao estabelecido.

Em termos de narrativas, essa prática exalta excessivamente com os professores surdos da área de Língua de Sinais Brasileira e apoia a concepção cultural, o que faz com o que a área de Língua de Sinais Brasileira se configure como uma das áreas em que mais acontecem mudanças políticas.

Nas mudanças políticas na Educação Superior podem possibilitar e temos que considerar como uma forma de diferença, a começar pela narrativa, pelo uso da palavra, é um caminho que vale a pena, uma vez que aí existirá a possibilidade para a mediação do conflito, de negociação de sentidos, enfim, de considerar os professores surdos na Educação Superior.

Vê-se que na discussão a respeito da negociação de sentidos, McLaren (1995) defende um sentido de diferença. Com base nisto Skliar construiu um sentido de surdo como diferença:

Entendo “diferença, conforme McLaren (1995)”..., não como um espaço retórico – a surdez é uma diferença – mas como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos. (SKLIAR, 2013, p. 13).

No reconhecimento da diferença: a diferença da diferença ou a *différance* de Derrida (2003) pode celebrar os professores surdos na Educação Superior estão intrinsecamente relacionadas e é considerando essa relação que se percebe o movimento

da negociação dos sentidos entre grupos sociais. Esta diferença diz respeito à força que diferencia elementos um do outro, de cada professor surdo, bem como do professor ouvinte e professor surdo.

Não estou intencionando me aprofundar nesse conceito, mas um argumento nas alturas como base para reconhecer relacionada com a questão política e diferenciada do professor surdo ao estabelecer nesse espaço de negociação com as provações de uma cultura surda existente na Educação Superior.

Sendo assim, a prática narrativa não anula a satisfação, de modo que se constitui, então, um espaço para negociação de conflitos, já que não anula o desejo de um determinado grupo dos professores surdos na Educação Superior, porém, nós, os professores surdos, desejamos que se tenha a cultura surda, que é possível compreendê-la como algo que temos na comunidade surda.

O olhar de uma questão política dos professores, já que dá espaço à individualização, na socialização se negociam diferenças, a narrativa concede ao professor surdo o espaço de se constituir como diferença compartilhando esse conhecimento com os professores ouvintes. Dessa forma, as narrativas são apropriadas pelos indivíduos, inclusive na prática narrativa dos professores surdos.

Nesse sentido, as narrativas dos professores surdos na Educação Superior propiciam espaço ao que é fundamental para a comunidade surda, no processo cultural. A prática narrativa, enquanto se narrando faz parte desse processo é um espaço possível para discutir que a liberdade não é resultado de um processo pessoal, mas de um grupo. Assim, para chegarmos a esse ponto, deve-se, em princípio, dar espaço à negociação na área de Língua de Sinais Brasileira.

Segundo Skliar (1998) defende que se deve considerar o discurso surdo como espaço privilegiado de negociação de conflitos e não um espaço de exclusão, percebo que é uma saída para o desarmamento do conflito no espaço da Educação Superior, já que parte da negociação de sentidos, e não da exclusão dos mesmos enquadrando nas outras disciplinas como na área de Educação e Linguística, como a maioria dos professores surdos que ensinam somente a disciplina de Língua de Sinais Brasileira. Esse autor enfatiza o espaço para a negociação porque ele atende a necessidade fundamental enquanto assumir como coordenadores de pesquisa, ensino e extensão, organizadores dos livros, etc. inseridos em um grupo dos ouvintes envolvendo-se com a

questão diferenciada como concepção cultural dos professores surdos, digo a experiência visual.

Assim, o espaço de negociação movimenta os professores surdos para pensarem no sistema de referência do outro para depois voltar ao seu e discutir sobre as provações de uma cultura surda.

O movimento da negociação usa mão em Língua de Sinais Brasileira como se fosse à voz a outros discursos, isso não empobrece a prática discursiva dos professores surdos, ela é compreendida de forma diferenciada linguisticamente; permitiria o espaço de interação na qual se compreendam de diversas maneiras, o que gera conflito sobre as provações de uma cultura surda na Educação Superior, possibilitando a convivência na diferença.

É importante reconhecer que essa maneira de pensar relaciona-se com o pensamento político dos professores surdos, inclusive na área de Educação e Linguística voltada a Língua de Sinais Brasileira. É algo que se propõe a um pensar em uma nova posição política nessa área e, para redefini-la, é necessário alguns pontos fundamentais: criação de condições para que ela aconteça; apropriação do discurso do outro com liberdade; mediação profunda do que a prática discursiva faz atualmente.

Entretanto, nesses pontos fundamentais reforça a necessidade da apropriação da narrativa dos professores surdos que estão negociando a partir de provação de uma cultura surda, pois ele não considera a capacidade argumentativa do especialista, e sim uma garantia para a construção de uma solução mais próxima do que poderia considerar como cultura: só uma negociação que represente a participação dos professores surdos diretamente envolvidos com o conflito cultural na Educação Superior poderá dar uma resposta satisfatória à complexidade que envolve a questão pós-estruturalismo, Estudos Culturais e Foucaultianos, e ao mesmo tempo, a mediação proporcionada pelas narrativas dos professores surdos.

## **CAPÍTULO IV – POLÍTICA: PORQUE O PROFESSOR SURDO NÃO DEVIA ESTAR INTERESSADO?**

O caminho, que leva ao pensamento do professor surdo, para a questão da atividade política nos desafia. Os professores surdos não deveriam estar interessados na política? Afirmo que alguns professores surdos mantêm vivo interesse pelas questões políticas<sup>47</sup>, e porque não (?). As narrativas mostram que os professores surdos produzem conhecimentos capazes de explicar o caminho próprio da política que é possível no debate enquanto há um espaço de negociação na Educação Superior.

Para compreender que a nova narrativa do jeito que os professores surdos se aproximam da política própria para atuarem na Educação Superior é uma questão inédita para a nossa comunidade surda mostrando todo argumento da nossa competência linguística até didática para o ensino. De qualquer disciplina por ele assumida, bem como a competência devida para realizar projetos de pesquisa e extensão como qualquer professor, sem desmerecer a qualidade.

Vemos estratégias propulsoras desta mola do diálogo político para o professor surdo na Educação Superior. O seu aspecto se sobressai entre as relações de poder e a política desencadeada paralelamente.

### **4.1 - RELAÇÕES DE PODER MOLA DO DIÁLOGO POLÍTICO PARA O PROFESSOR SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Nós podemos, nos tempos de hoje, voltar a afirmar uma questão do poder político como diz Foucault (1975 e 1976 p. 18) que, inicialmente, falando sobre as relações de poder estabelece que “não se constituem em campo de guerra, mas em aspectos contraditórios, às vezes, como um simples espaço”. O professor surdo,

---

<sup>47</sup>Tem alguns professores surdos que tem interesses pelas questões políticas como no caso da Dra Patrícia Luiza que lutava pela Educação Bilíngue; Dra. Marianne Stumpf lutava melhor pelo programa de pós-graduação a aceitarem como usar em Língua de Sinais Brasileira para os surdos acadêmicos como a primeira língua na sala de aula na Educação Superior, Dr. Rodrigo Rosso no programa de revista para artigos científicos como registros visuais em Língua de Sinais e entre outros professores surdos políticos.

inquirido sobre resistência para constituição no espaço de negociação, narra o que segue:

[...] a maioria linguística é composta por ouvintes. Já temos a lei de libras, o decreto que a regulamenta e diversos outros instrumentos legais que garantem o uso da libras, como a lei de acessibilidade. Mas mesmo assim nós vemos que continuamos tendo a prevalência desses contextos que os professores surdos participam em que há uma predominância no uso da língua oral e onde eu tenho dúvidas quanto à clareza do entendimento que essas informações nessa modalidade são entendidas pelos professores surdos e da possibilidade de se acompanhar essa dinâmica. (APOLO, 2014) <sup>48</sup>.

Foucault (1975-1976, p. 18) pergunta, “o poder, pura e simplesmente, é uma guerra continuada por outros meios, por meios que não são as armas e as batalhas?”. E a resposta sobre a provocação do poder é referida pelo professor Apolo: “um espaço de maioria linguística composta por ouvintes”.

Se o professor surdo entrou no espaço universitário já constituído pela maioria linguística de ouvintes como espaço de poder neste espaço também tem outras forças constitutivas de poder. Estas forças tanto podem ser a questão nas narrativas dos professores surdos na Educação Superior indicando que há uma gama de espaços de poder na Educação Superior, quantos poderes estabelecidos nas situações acadêmicas em seus diferentes acontecimentos. Espaços que se constituem em debates trazendo à tona as políticas surdas de professores surdos diferentes. Assim os professores surdos na Educação Superior demonstram, em suas narrativas, que estão representando uma sucessão temporal de forças de poder.

Aqueles que falam dessa forma estão colocando relações de poder com suas forças diferenciadas. Aqueles que estão de acordo com esta política fortalecem e mantêm vivas as forças de poder. A política é que define o reconhecer para compreender o que nós somos, os professores surdos na Educação Superior, e o que presenciamos frente às forças de poder.

#### **4.1.1 - FORÇA DE PODER: O PORTUGUÊS ESCRITO COMO LÍNGUA 1**

---

<sup>48</sup> Nesta tese, as citações de narrativas captadas para entender as estratégias de enfrentamento das redes de poder pelo professor surdo estão no arquivo particular e citado dessa forma.

O poder linguístico da língua portuguesa na Educação Superior está constituído como sendo o português escrito que adota o *status* de língua dominante. Para a maioria dos professores surdos, tal qual a realidade dos entrevistados nesta pesquisa, esta regra é um problema. Não dominando<sup>49</sup>. A narrativa da professora Afrodite vai nos trazer elementos do problema:

Se eles são usuários da língua de sinais, conhecem a cultura surda. Não adianta só usar a língua de sinais no encontro particular com os surdos e nas reuniões de colegiados, em palestras e seminários usam a Língua Portuguesa na modalidade oral, não adianta nada! Por exemplo, as salas de aulas do lugar que trabalho são mistas, 50 por cento surdos e 50 por cento ouvintes, isso acaba sendo complicado porque, as vezes, há conflitos linguísticos, pois os alunos ouvintes sabem Libras mas preferem usar a Língua Portuguesa na modalidade oral com o argumento do seu conforto linguístico, então porque estudam em um ambiente educacional de surdos? (AFRODITE, 2014).

Neste aspecto, sobre o uso do português acontece o poder linguístico, uma força de poder ouvinte. O surdo como não sendo usuário desta língua que se apresenta como língua 1 na Educação Superior:

“Posso exemplificar, na produção de um artigo científico. Além da produção do conhecimento eu preciso entregar meu material para revisão linguística, por exemplo, o que um colega ouvinte não precisa. Isso realmente me incomoda.” (DEMÉTER, 2014).

A força de poder é a constante necessidade de revisão linguística, pois a base linguística da Língua de Sinais Brasileira é diferentemente outra, mas entendo, ou seja, isso quer dizer que é algo sempre um esforço dobrado ao escrever na segunda língua como a língua portuguesa e depois encaminhar para a revisão linguística. O professor Apolo também traz a questão das falhas do sistema de ensino referente à correção das provas teóricas como a língua portuguesa l:

O que eu tenho visto nos editais por aí é que os critérios de correção da maioria das provas teóricas pedem um português coerente e coeso, de acordo com o novo acordo ortográfico, enfim, os surdos acabam sendo prejudicados. E com isso não estou dizendo com o problema está no candidato surdo, mas o sistema de ensino é que é falho. Os surdos são vítimas de um sistema educacional

---

<sup>49</sup>Isso quer dizer que foram as questões históricas de educação desqualificada que construíram esta realidade.



falho. Só que o que a sociedade exige hoje acaba julgando o surdo frente a um sistema falho. É por isso que eu digo que as provas, da forma como estão dispostas hoje, não são justas. (APOLO, 2014)

Apolo mostra, em sua narrativa, como é a força de poder do sistema da Educação Superior, isso pode trazer prejuízos aos surdos, uma questão de dificuldade entre os candidatos surdos e os professores surdos, que podem perder o espaço dos surdos na educação superior, algo que vem com uma falha do sistema educacional fortemente ancorado na língua portuguesa.

Estas forças de poder foram identificadas pelo professor Apolo como: forças linguísticas onde o português escrito impera como língua1 e, também o português falado; e seguem outras forças de poder que regem como as identidades unificadas<sup>50</sup>, a visão da cultura como universal e o olhar subalternizador é dirigido ao professor surdo.

E também tem outro problema da força de poder como L1 com relação à pesquisa onde os professores surdos têm poucas conquistas devido ao problema da escrita como L2, conforme explica a professora Deméter:

Então isso é algo que me aflige até hoje, veja o próprio grupo que temos aqui, eu já estou aqui há oito anos e são pouquíssimos os casos de professores surdos que tem conseguido verbas de agência de fomento para seus projetos de pesquisa, em geral são os professores ouvintes que conseguem essas verbas. Isso acontece, muitas vezes, por causa da limitação que a escrita dos projetos impõe, ou outras vezes, pelo próprio projeto que tem déficit em qualidade ou mesmo pela pouca quantidade de publicações do professor, enfim, é algo que nos incomoda o com o qual sofremos bastante. (DEMÉTER, 2014)

Temos a notificação de que os professores surdos conseguem poucas verbas de agência de fomento para seus projetos de pesquisa por causa da limitação de escrita imposta pelo mecanismo de envio dos projetos, além das poucas publicações dos professores surdos que ocorrem pelo mesmo motivo. Essa tensão incomoda muito os professores surdos na Educação Superior, demonstrando a força de poder linguístico onde a maioria dos ouvintes utiliza a língua portuguesa como L1 na Educação Superior.

---

<sup>50</sup>As identidades unificadas que JOAN SCOT (1995) salienta são objeto de um conceito que se refere a identidades iguais. Com essa identidade se quer a possibilidade mostrar a questão da força de poder não como ser diferente, mas iguais em torno de um eu presente envolve a necessidade de culturas universais.

Podemos usar a modalidade de Língua de Sinais Brasileira filmada e por ela expor nosso projeto de pesquisa em nossa língua. Isto é viável! É uma conquista, mas precisa ser construída dia após dia.

Uma das questões instigantes a refletirmos aqui é sobre a tradução da língua. Será que entendemos incondicionalmente esta língua majoritária e difícil? Tenho percebido isso em alguns professores surdos do nível superior, pois convivo com eles, tenho observado dificuldade de entender os elementos constantes de um artigo. Da mesma forma o artigo escrito por um professor surdo se torna difícil de entender pelo ouvinte. Que tal entender a tradução cultural desta difícil língua portuguesa? Será que é possível entender bem o português em sua estrutura para explicar nesta escrita à dificuldade de tradução como estão atestando os professores surdos do Ensino Superior acima mencionado?

A professora Deméter também traz a questão da dificuldade do professor surdo orientador na educação superior referente à língua portuguesa como língua 1:

Quando nós nos reunimos de novo esses professores vem comentar comigo das dificuldades que os alunos manifestam para fazer as leituras da disciplina e realizar os trabalhos finais e eu questiono esses professores o fato de todos esses materiais de estudo serem em língua portuguesa e não disponibilizarem e utilizarem materiais em língua de sinais. Há uma questão de falta de acesso aos livros e conhecimento em língua de sinais. Aí os professores ficam extremamente deslocados, sem ação. Eu coloco pros meus colegas, por exemplo, o tempo excessivo que eu tenho que dispor com os meus orientados para fazer uma orientação com base na leitura de um texto. Um trabalho que para o mesmo texto numa relação orientando e orientador ouvinte é resolvido facilmente em meia hora. O aluno ouvinte tem mais acesso à informação através da leitura (em primeira língua). Então o programa precisa se preparar para isso. Onde está o compromisso do programa e dos professores em disponibilizar acesso ao conhecimento em língua de sinais? Há sempre uma imobilidade na efetivação disso. Então eu tenho tentado me esforçar pra apresentar e discutir essas questões. Mas isso é algo que realmente incomoda que trás muita demanda, não é um processo fácil como parece. Um agravante é o fato de termos poucos professores surdos atuando na pós-graduação ainda, faltam uma articulação maior que fortaleça o trabalho desses professores, que ainda são poucos trabalhando sozinhos e espalhados o que dificulta bastante. (DEMÉTER, 2014).

Isto se refere a que os professores surdos consideram política surda nos momentos das relações de poder, que são os desvios dos olhares de outros que nos veem. Deméter comenta sobre a oposição a este poder com uma política de identificação da diferença:

Talvez seja bom que isso se dê pelo conhecimento dos ouvintes quanto ao status da primeira e segunda língua para os surdos. Explicando como se dá os processos de apropriação de língua materna e como eles acontecem com os surdos. Também mostrando que a língua de sinais tem um status de língua de fato e não é apenas um apoio no ensino de línguas. Então fazendo um trabalho principalmente quanto a essas duas questões. Uma outra questão importante a se trabalhar é a questão dos acessos diferenciados para surdos e ouvintes. Então acho que esses três elementos são os principais a serem trabalhados para que isso aconteça. (DEMÉTER, 2014)

Esta força de poder em torno da língua está constantemente em embate com o professor surdo na Educação Superior. Ela se constitui uma força específica. A professora Afrodite, em sua narrativa traz uma conclusão específica:

Às vezes tem troca entre os pares e muita união, às vezes há estranhamento e incompatibilidade entre os pares, às vezes os professores ouvintes usam apenas o português falado, isso me deixa de certa forma decepcionada e desinteressada (AFRODITE, 2014).

A fala da professora Afrodite demonstra uma decepção no espaço linguístico como conflito entre os pares de união e estranhamento, mas uma forma de mal-estar pode trazer um desafio, um espaço político que traz entre as duas línguas para enfrentar as relações de poder.

O poder linguístico na Educação Superior referente ao português escrito pode ser visto como força de poder em questão, pois é um desafio linguístico para os professores surdos como ativistas entendendo como é a vivência no ambiente linguístico da escrita do português.

As forças linguísticas identificam como política de identificação da diferença e como se dá pela maioria da comunidade surda, por isso os professores surdos são vistos como tensões no ambiente linguístico entre os pares. Esta tensão se dá não somente com o português escrito, como veremos adiante.

#### **4.1.2 - FORÇA DE PODER: PORTUGUÊS FALADO**

Essas tensões provocam as relações de poder como força e nos trazem uma reflexão sobre como será o espaço dos professores surdos na Educação Superior, como acontece à identificação com o português falado quando precisar de um intérprete como

força de poder como uma conquista na Educação Superior, como relata a professora Deméter:

No grupo de pesquisa do glossário apenas, temos uma participante ouvinte, minha orientanda de doutorado em informática, que não sabe língua de sinais, e aí temos a solicitação de intérpretes para garantir a comunicação com ela, mas ela tem se desenvolvido e procurado aprender. (DEMÉTER, 2014).

Usar os intérpretes para garantir uma comunicação no grupo de pesquisa com uma participante ouvinte na Educação Superior é um espaço como força de poder que desafiam os ouvintes a ampliarem sua visão a respeito do espaço linguístico para os professores surdos como um status linguístico, é algo inovador para eles mergulharem no mundo da nossa Língua de Sinais Brasileira, como afirma a professora Deméter usando um desafio de poder provocando uma limitação de comunicação:

Nesse caso, ela é que se sente limitada já que a maioria do grupo é formada por surdos e ela tem sentido a necessidade do aprendizado de língua de sinais e eu tenho estimulado ela pra isso, pois se o grupo de pesquisa é de língua de sinais ela precisa saber língua de sinais. Então esse é o único impedimento digamos assim. No outro grupo nós temos ouvintes, mas que sabem língua de sinais então a comunicação se dá normalmente sem nenhum problema. (DEMÉTER, 2014)

É importante proporcionar momentos em que os ouvintes possam sentir essa limitação, estimulando-os para que aprendam a língua sempre que se envolver no grupo de pesquisa a Língua de Sinais Brasileira. Isso mostra a força de poder neste espaço onde têm mais surdos, e podem provocar nos ouvintes que participam desses espaços a compreensão que é necessária aprender a Língua de Sinais Brasileira para não ter essa limitação. Vale mencionar também que nesses espaços têm alguns ouvintes que sabem a Libras e não tem nenhum problema de comunicação.

Percebo que essa força de poder provoca a diminuição das tensões entre os professores surdos no momento das relações de poder, pois temos ouvintes que sabem usar, e os professores surdos estimulando-os a se desenvolverem e eles procurando aprender também, por isso os professores surdos são vistos como ativistas nessas relações de poder.

De que modo, pergunta o pesquisador:

[...] chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades podem nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20).

Com essa tensão desencadeada nessa força de poder, as estratégias de luta pelo direito dos professores surdos a conquistarem os intérpretes na Educação Superior, não somente vai permitir um desenvolvimento antagônico e conflituoso como também vai desencadear a ação política individual do professor, como relata a professora Deméter:

Muitas vezes esses professores após ingressarem nas instituições se envolvem na luta pelo direito a intérpretes e acabam se concentrando apenas nisso. Os intérpretes são importantes e necessários para o acesso às informações acadêmicas sim, mas não é somente isso que vai permitir um desenvolvimento individual do professor. (DEMÉTER, 2014).

O intérprete na Educação Superior vai facilitar a relação Língua de Sinais Brasileira sinalizada e português falado. Esta intermediação requer do intérprete conhecimentos culturais para conseguir fazer uma tradução cultural correta. A luta pelos intérpretes qualificados na Educação Superior não é competência somente dos professores surdos, mas também dos professores ouvintes para afastar o mal estar de olhar entre si desvalorizando a outra língua.

Este enfrentamento continua como veremos a seguir sobre as identidades unificadas. Assim na força de poder linguístico envolvendo os intérpretes com as necessidades para o acesso às informações acadêmicas.

#### **4.1.3 - FORÇA DE PODER: IDENTIDADES UNIFICADAS**

Essa luta permite o desenvolvimento político dos professores surdos quando em sua forma de ser professor surdo e estar sendo no mundo na Educação Superior. Vemos na narrativa professora Átena, que traz a questão da identidade:

[...] eu tenho procurado mostrar a minha identidade e é algo que muitas vezes eu tenho explicado para as pessoas. Não estou em busca de apresentar uma identidade ouvinte, mas apresento a minha identidade enquanto "ser surda" e todos os elementos que me constituem, quem eu sou, surda profunda, e as diversas outras variáveis que me constituem. (ÁTENA, 2014)

Fazendo as suas narrativas para que ele chegue não como uma construção de identidade unificada, mas diferentemente dos ouvintes como a cultura visual e diferenciada e a Língua de Sinais Brasileira que é a nossa língua. Somos professores surdos e eles são professores ouvintes, e esta é nossa identidade diferenciada, como diz a professora Átena:

Eu mostro a língua de sinais, a escrita que utilizo que é uma escrita interlíngua, diferente daquela de um falante nativo, mas sempre tenho procurado transitar nos dois usos, o da língua de sinais e às vezes o da escrita em português que tem suas peculiaridades e às vezes da oralidade também porque às vezes nesse contexto eles precisam acompanhar dessa forma. Então o que tenho procurado mostrar para os ouvintes nesse contexto é o meu eu, meu "ser surdo", a minha identidade. (ÁTENA, 2014).

Estas narrativas apresentadas por Átena são as narrativas e práticas de uma desconstrução de identidades unificadas na Educação Superior e reconhecer aos professores surdos, em seus aspectos elementares como desconstituição de identidades unificadas. É uma produção de estratégias das relações de poder quanto à implantação dos professores surdos, de uma produção exercida por meio de política e compreender que a identidade surda e a identidade ouvinte dos professores não são as mesmas e são bases que usamos para sermos professores surdos.

Compreender a narrativa dos professores surdos na Educação Superior, às vezes como a força de poder demonstra a inquietação já com as vivências da alteridade<sup>51</sup>, na diferença e na identidade na Educação Superior para explicar como essa força de poder, como afirma a professora Afrodite:

O professor surdo precisa ter sua subjetividade, sua identidade surda forte, pois ao usar a língua de sinais ele demonstra o seu poder. (AFRODITE, 2014).

Grossberg (1997) explica que as lutas pela identidade não mais envolvem questões de distorção ou adequação, mas de luta de representação e acréscito: de cuidado de si, de produção de identidades adotadas pelas práticas de representação.

Estes espaços tendem a enfraquecer nossa cultura. Não podemos nos

---

<sup>51</sup>Neste caso a alteridade surda capturada nas artimanhas do ouvintismo, mas existe também o momento em que o surdo narra o outro surdo como sendo uma alteridade do outro, o igual. (Gladis Perlin, 2001).

comprometer com as identidades unificadas citada por Joan Scott (1995), pois a mesma como ele salienta é objeto de um conceito de identidades que se unificam em torno de um eu presente, um eu modelo. Com essa identidade não temos possibilidade de mostrar a nossa questão da força e de poder como identidade surda sendo diferente, que já tem uma base cultural envolvendo a Língua de Sinais Brasileira. Como ficamos na Educação Superior? Que fazer com elas? Estas identidades unificadas?

No momento da luta liberatória, o povo argelino destrói as continuidades e constâncias da tradição nacionalista que fornecem uma salvaguarda contra a imposição cultural colonial. Eles estão livres agora para negociar e traduzir suas identidades culturais na temporalidade descontínua, intertextual, da diferença cultural. (BHABHA, 1998, p 68).

Partindo disto estamos rompendo com a tradição de ser politicamente ouvinte e trazendo o nosso jeito de ser, que fornece uma salvaguarda contra a imposição cultural colonial existente na Educação Superior fazendo emergir nossa cultura e a referida identidade cultural enfrentando espaços de negociação.

#### **4.1.4- FORÇA DE PODER: NECESSIDADES CULTURAIS UNIVERSAIS**

Como fazer compreender as narrativas dos professores surdos a quem já foram exigidas as necessidades culturais universais no espaço da Educação Superior?

Observei algumas narrativas em que os professores surdos são provocados a usar a visão cultural como universal na Educação Superior. Uma narrativa da professora Deméter mostra a visão do espaço cultural como universal:

Eu me recordo, por exemplo, da criação do curso letras libras à distância em que nós tínhamos que negociar e justificar a necessidade de bolsas para os coordenadores de pólo, verbas para material, o ambiente virtual de aprendizagem, a necessidade do uso de imagens e vídeos e muitas vezes argumentavam pela necessidade de som, do registro de voz e nós tínhamos que explicar que isso era desnecessário para a nossa realidade, que a necessidade dos surdos era diferente das dos ouvintes, então foi algo que demandou inúmeras explicações, orientações, convencimento, não só pra não necessidade desses elementos mas para a necessidade de adaptações específicas para a realidade da produção de materiais para surdos como iluminação adequada, clareza nas imagens etc. Levou alguns anos até que a equipe entendesse essa necessidade de adequação a cultura surda a partir das nossas argumentações, depois disso a própria equipe já sabia como proceder de forma que a produção

técnica se adequasse a realidade surda, mas foi algo que demandou um trabalho de conscientização de anos, não foi rápido. Então isso é algo importante que precisa ser explanado por nós. Não podemos desconsiderar que há questões de custos também que estão relacionadas aí. Porque surgiam questões sobre a necessidade de se gastar com produção de símbolos, imagens, por exemplo, com o símbolo que tivemos que fazer para o curso de letras libras, com a escrita de língua de sinais. Nós tínhamos que justificar esses gastos a partir das necessidades da cultura surda. Adequações como o aumento da imagem dos sinais e diminuição da imagem dos textos, nos vídeos para surdos, por exemplo, questões nesse caso relacionadas ao status do português como segunda língua e a língua de sinais como primeira língua para os surdos, tudo isso demandou um longo processo de negociação. (DEMÉTER, 2014)

Este discurso mostra a dificuldade não ocorre apenas em decorrência de relações de poder, mas sim, pelo quanto é recente a entrada de surdos na Educação Superior. Desta feita, em muitas situações é puro desconhecimento. Essa professora Deméter foi apresentando o trabalho até que se entendesse essa necessidade de adequação à cultura surda dependendo das argumentações dos professores surdos na Educação Superior.

Na perspectiva da visão da cultura universal os termos do politicamente correto causam mal estar por se referirem aos diferentes atributos culturais. Deméter se refere aos gastos culturais, no entanto percebe-se que tem tradição a dos gastos materiais ouvintes? Não é para se responder a esta questão. Temos que inferir que os ouvintes abandonaram a cultura visual. Nós surdos a utilizamos como imprescindível. No entanto, os ouvintes não a desenvolveram. Deve-se considerar que as questões culturais entram em cena. No entanto distinguir aqui a cultura visual e a cultura dos surdos se faz preciso, pois ambas são constituídas de signos e significados visuais.

A cultura visual, um dos tópicos da política do professor surdo na Educação Superior emergiu ao final dos anos de 1980 principalmente entre estudiosos da história das artes. Como cultura se direciona aos estudos constitutivos da história da arte, estudo dos espaços sociais digitais, estudos cinematográficos, além dos estudos do campo da linguística e da literatura. Mais precisamente se refere aos estudos de educação visual, leitura das artes, entre outros. Alguns anos antes a cultura surda se constituiu científica. Em 1960, Stokoe provou a cientificidade da cultura surda em sua tese sobre as Línguas de Sinais, conforme com o autor inglês surdo Paddy Ladd (2007, p. 155).

Para Hernández (2007, p. 22) “a cultura visual converge em termos de práticas culturais relacionadas ao olhar e às maneiras de olhar a vida”. Os estudos da cultura visual indicam que ao realizarmos a leitura de significados visuais, realizamos também



sua representação. Já para Stuart Hall, (1987, p. 25), apud Hernández (2007, p. 22), ao realizarmos a leitura das coisas vamos construir os sentidos e significados das mesmas. Diz o autor: “[...] nós construímos o sentido usando sistemas de representação – conceitos e sinais”, portanto, a representação que fazemos das coisas reflete na produção de sentido. E usamos signos que dão sentido às narrativas sobre as coisas. Estas narrativas não são somente produzidas a partir dos signos e significados do som, mas também a partir dos signos e significados visuais.

A professora Deméter codificou um tempo de entendimento destes significados visuais. Perguntamos então: em que a cultura ouvinte rejeitou a cultura visual e sua importância para a aquisição do conhecimento? Questionamos porque a Educação Superior deixou de fora este aspecto e hoje nos joga gastos que tem de fazer no sentido de reavivar esta cultura?

E com as afirmações feitas anteriormente, é possível deduzir que a cultura visual usada pelo ouvinte lhe é de importância máxima para o acesso ao conhecimento, embora muito pouco reconhecida e apreciada. Já a cultura dos surdos é constituída com signos visuais específicos. Eu me recuso a dar uma descrição da cultura surda em sua essência, como pura ou unificada. Falo de uma cultura surda composta de signos culturais contemporâneos surdos e em crescente reinscrição. Ela é acrescida daqueles signos e significados culturais constituídos pelos agentes que a compõem, no caso, os surdos. Bhabha (1998, pg.73), analisa a pergunta de Fanon sobre “o que quer o homem negro?” E explica: “não há uma narrativa mestra ou perspectiva realista que forneça um repertório de fatos sociais e históricos.” O rechaço cultural da cultura visual obriga a resistências e enfrentamentos nos espaços de negociação. As políticas adotadas pelos surdos que cumprem um objetivo oportuno e estratégico. E se nos posicionarmos em lógicas que vislumbram e aceitam apenas uma forma de conceber os fatos, as situações e as relações, provavelmente estaremos vivendo numa perigosa aventura de pensar um limite ou em algo fixo.

Apolo relata que:

Dentro da sala de aula a atuação pedagógica já está diretamente ligada à cultura surda porque aparece aí a didática visual, há o uso da língua de sinais, as atividades são em língua de sinais, [...], a prática é em língua de sinais, então dentro de sala de aula a cultura surda está presente no espaço pedagógico. Fora

da sala de aula, a exigência pela língua de sinais é que pede o olhar para a cultura surda. (APOLO, 2014).

Para os professores surdos na Educação Superior, à cultura visual surda já esta na sala de aula, usa instrumentos diferenciados e necessários, portanto não há retorno e o pensamento político está fixado, resistente e atuante. Esta força de poder que se constitui em algo importante principalmente pela visão da cultura como visual e não somente auditiva. Meu interesse segue agora para os olhares subalternizadores.

#### **4.1.5 - FORÇA DE PODER: OLHARES SUBALTERNIZADORES**

Como se não tivéssemos diferença, no entanto o olhar subalternizador é presente. Foucault atesta que não é passivo este olhar quando em um colóquio com Deleuze expõe:

As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que produzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado. [...] o que dá generalidade a luta é o próprio sistema do poder, todas as suas formas de exercício e aplicação (FOUCAULT, 2004, p. 77-78).

O que se constitui em ponto de partida em Foucault não é a exploração, mas o poder. Portanto, é o poder exercendo um abuso de um olhar subalternizador sobre os surdos. E neste poder, como podemos ver também em Bhabha há a força que oprime que causa mal estar:

O movimento *anti-dialético* da instancia subalterna subverte qualquer ordenação binária ou negadora, de poder e signo; ele adia o objeto do olhar - "pois ainda agora vocês olham/mas nunca me veem" - e o dota de um impulso estratégico, que podemos aqui, analogamente, chamar de movimento da pulsão da morte. O mau olho, que não é nada em si, existe em seus traços ou efeitos letais como forma de iteração que retém o tempo - morte/caos - e inaugura um espaço de *entrecorte* que articula política/psique, sexualidade/raça. Isto se faz em uma que é diferencial e estratégica em vez de originária, ambivalente, em vez de acumulativa, duplicadora, em vez de dialética. O jogo do mau-olhado é camuflado, invisível na atividade comum, corrente, de mirar - tornando presente, enquanto implicado no olhar pétreo e petrificante que cai como a Medusa, sobre suas vítimas - traficando a morte, extinguindo tanto a presença quanto o presente. Há uma re-apresentação especificamente feminista da

subversão política nesta estratégia do mau olho. A negação da posição da mulher migrante - sua *invisibilidade* social e política - é usada por ela em sua arte secreta de vingança, a *mímica*. Nessa sobreposição de significação - nessa dobra de identificação como diferença cultural e sexual - o "eu" [I] é a assinatura inicial, iniciatória do sujeito; o "olho" [*eye*] (em sua metonímica) é o signo que inicia o terminal, a detenção, a morte: (BHABHA, 1998 p. 91 e 92).

Esse olhar subalternizador é presente como poder e nos traz o significado de um mau olhar, um peso sobre os professores surdos na Educação Superior, e ele carrega significados desalentadores, tira o signo, subverte, submete. O olhar subalternizador acontece em inesperado privilégio ouvinte e anula uma política de reconhecimento necessariamente negando o direito à diferença cultural.

O olhar subalternizador está presente como espaço de negociação e exige do professor surdo na educação superior a apropriação de políticas de representação, por vezes acirradas, pois, infringe como ponto negativo que acarreta tensões, com suas políticas contraditórias, subalternizando o professor surdo. A professora Afrodite surda relata sobre esta política de representação:

[...] tirar do meu eu a luta do povo surdo e friamente separá-la das minhas pesquisas? É impossível. Esse sempre foi apontado como um ponto negativo em minha trajetória profissional na academia, mas eu não sinto essa minha ação como um ponto negativo. As outras pessoas acham como um ponto negativo, mas eu não, para mim esse é um ponto positivo porque eu sinto que tenho uma missão, que preciso ser a articuladora do movimento surdo em prol de sua melhoria, bem como de ações de ensino com o objetivo de dirigir o foco para ela. Como por exemplo, perguntar/ensinar, vocês sabem como foi criada a disciplina? (Libras) como foi criada a Licenciatura? (Letras Libras) como foi criada a Pedagogia Bilíngue? Foi por causa do movimento surdo. [...] Mas se eu separasse o ativismo de minhas ações acadêmicas, tirasse tudo isso do meu eu, isso não seria bom, na verdade, eu não posso fazer isso, preciso articular cada vez mais tudo isso, pois faz parte do meu eu, constitui a mim enquanto indivíduo. (AFRODITE, 2014).

Considerar o ativismo político do professor surdo na luta por questões do povo surdo, salientes, é diferente de aproveitar-se do professor surdo. Portanto, não é exploração como disse Foucault. Nossa resistência política encontra aqui a maior posição contraditória. Não é um ponto de vista negativo, é uma construção política de nosso espaço na universidade. O uso dos surdos como elementos em benefício e

proveito próprio<sup>52</sup> é muito saliente e quando este professor surdo que parte em defesa da universidade que representa em benefício dos próprios surdos vem o corte, vem à ideia de inconsequência, um olhar negativo para a própria construção. É o poder de controle que exerce sobre ele. E isto desarma o professor surdo no espaço da pesquisa, inferioriza a comunidade surda e, conseqüentemente, inferioriza o professor surdo.

[...] as relações de poder se davam de uma forma bem difícil porque só tínhamos [...] e nós ficávamos muito aflitas porque sentíamos que estávamos perdendo muitas informações que eram passadas como aquelas relacionadas a inscrições em cursos de formação, registros etc., ficávamos completamente perdidas. Isso também como reflexo de uma tradição em que fomos educadas, nas escolas especiais, em que o conteúdo era sempre maçante e repetitivo. No cenário universitário a complexidade também não era tanta, com as obrigações restritas a obter notas para ser aprovada nas disciplinas. Já no contexto da docência na educação superior a realidade é bem diferente, com um contingente muito maior de informações como questões de progressão salarial, formação e tantas outras que nos sobrecarregam. [...] você sabe que os surdos sempre ficam atrás em relação ao acesso as informações não é. Depois disso então eu consegui a remoção [...] e passei a atuar no departamento de professores de libras onde o acesso à informação é muito maior. Os novos professores surdos que ingressaram após mim passaram a ter uma situação muito melhor do que a que eu enfrentei, com inúmeras barreiras e transtornos até mesmo para fazer um simples cadastramento de projeto. (DEMÉTER, 2014).

As informações na Educação Superior circulam entre os professores ouvintes facilmente, enquanto aos professores surdos mal chegam em sua completude. E isto também depende dos espaços da universidade. Isto também em aproximação ao que Deméter cita sobre o olhar subalternizador em achar que o professor surdo não precisa de informação. Isto gera a tensão pela falta da informação.

A falta de informação gera o sentimento de inferiorização, nesta perspectiva, Deméter afirma:

No contexto anterior me sentia muito mais subalternizada e excluída o que afetava até mesmo minha autopercepção da capacidade de realização de

---

<sup>52</sup> Inferiorização dos professores surdos não é um fato recente. É um fato que se repete na história em muitos pontos e alguns deles são salientes como nos seguintes: Em Milão nos passaram para traz e impuseram o oral como sendo solução para os surdos; e vem de muito pouco que nos impuseram a proposta de inclusão com sua política exclusiva do surdo, já atestada pelos pesquisadores, o que manteve muitos surdos fora das salas de aula por incompatibilidade e o mesmo hoje, nas discussões desvinculantes da Educação Especial e inserção nas questões linguísticas a favor da Educação Bilíngue.

projetos e atividades, que sabemos é total quando se tem o acesso a informações de forma adequada. Logo, eu me sinto muito melhor aqui [...] porque temos garantido o uso da língua de sinais. Seja no ensino, nas reuniões de colegiado, no departamento do curso, a língua de sinais está presente, o que eu não tinha antes e por diversas vezes tinha que interagir com os colegas através de uso de bilhetes escritos com todas as limitações de uma comunicação por segunda língua. (DEMÉTER, 2014).

O olhar subalternizador continua na percepção do professor ouvinte como se o professor surdo é um “deficiente”, conforme o depoimento da professora Deméter:

Os 10 professores ouvintes que trabalham conosco conhecem a cultura surda, nós também conseguimos estabelecer negociações com eles embora às vezes alguns deles ainda mantenham um olhar sobre nós como deficientes. Pelo menos é o que percebo. Isso é visto no discurso. Embora sejam professores que já tenham uma formação na área esses tais nos vêem ainda como deficientes. Às vezes conseguimos estabelecer uma boa relação, num olhar de igual pra igual, mas as vezes eu preciso me esquivar de alguns deles com os quais eu não me sinto bem e opto por me relacionar com aqueles os quais o olhar é de igualdade. Com esses eu posso dialogar, tirar dúvidas, a gente consegue negociar, estabelecer uma boa interação. Então embora todos os 10 professores ouvintes estejam atuando na área da libras, da educação de surdos e envolvidos com o movimento surdo, alguns deles ainda mantêm um olhar de surdos como deficientes. Isso me incomoda um pouco, mas penso que com o tempo eles mesmos mudarão essa visão. (DEMÉTER, 2014).

O mal estar nos vem de não considerar o professor surdo na Educação Superior como intelectual e portador de mudanças necessárias não somente ao povo surdo, como contrapor a isto as questões de deficiência, incapacidade. Senão também apontar caminhos para trocas e interações culturais. Não obstante o mal-estar continua:

O que eu penso é que por ter nascido surda, eu tenho que diariamente provar minha capacidade é algo que eu enfrento no dia-a-dia já que todo dia encontro pessoas que me vêem como deficiente. Eu preciso estar produzindo artigos, palestrando em congressos, enfim, realizando inúmeras atividades todos os dias que comprovem a minha capacidade é algo incessante e ao mesmo tempo me esgota. Parece que eu tenho um trabalho dobrado, tenho que imprimir um esforço bem maior em relação aquele que é feito por um colega professor pra me afirmar, um duplo esforço. (DEMÉTER, 2014).

Essa questão em que citamos o surdo como intelectual contradiz a esta visão da subalternidade infringida na Educação Superior ao professor surdo. O professor surdo pesquisa, traz consigo seu povo discute com teóricos diferenciados, teoriza. Ele necessita provar suas produções, pois o olhar subalternizador apaga também a possibilidade de reconhecimento de suas produções como intelectual e como produtor

de conhecimentos. Professores surdos também são antropófagos<sup>53</sup>, também discutem com teóricos, também trazem teorias acertadas sobre inúmeras questões humanas. No entanto, é obrigado a esforços dobrados e a afirmação constante. Esta força de poder institucionalizada gera desgastes constantes.

Uma força de poder que gostaríamos de citar aqui se refere ao contexto da inclusão das escolas regulares onde os surdos são considerados inferiores, por não saber ler e isto acontece também aos espaços na Educação Superior.

Às vezes nas nossas reuniões de colegiados ou nas bancas de correções de candidatos ao programa de mestrado e doutorado surgem inúmeras discussões e colocações do tipo "os surdos sabem ler?" o que me causa grande inquietação. Eu tenho como objetivo estimular o ingresso de candidatos surdos nos programas até como parte de um esforço de permitir uma maior participação da comunidade surda no universo acadêmico e aí surgem questionamentos desse tipo ou que duvidam da capacidade dos surdos e eu preciso me posicionar politicamente tratando das questões históricas da educação de surdos, contextualizando a realidade catarinense que não contava com escolas de surdos, mostrando as falhas da educação inclusiva impedem que esses alunos aprendam efetivamente e que, portanto eles não são culpados por essas perdas, enfim, eu preciso levantar essa discussão e percebo que o olhar dos colegas sobre mim, muitas vezes, aceitam, outras vezes não. (DEMÉTER, 2014).

Novamente é a questão arraigada nos espaços da inclusão que desafia, subalterniza pela pergunta: "os professores surdos na Educação Superior sabem ler"? Sobre isso uma situação ocorrida no doutorado que reforça a questão da pesquisadora surda:

Esse tipo de discurso preconceituoso está tão cristalizado e enraizado no imaginário social, dentro e fora das instituições de ensino, que chega a criar situações que seriam tragicômicas, se não fossem reais e envolvendo seres humanos. Entre estas, cito uma situação ocorrida comigo, no segundo semestre de 2009, em que recebi um e-mail do departamento do NAPNE<sup>54</sup> solicitando o agendamento de uma reunião para conversar sobre o programa INCLUIR<sup>55</sup>, no qual autorizei o uso do meu nome como beneficiária, na medida em que no meu curso de doutorado em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) fazia uso de intérprete de Libras, durante as aulas. Casualmente, ao ir conversar com um amigo surdo que trabalhava em um departamento ao lado do qual funciona o NAPNE, encontrei, no dia anterior ao qual estava agendada a reunião comigo, a pessoa que enviou o e-mail e

---

<sup>53</sup>Antropofagia no sentido de devorar livros e mais livros, mesmo que não creiam, nós surdos lemos em português e muito.

<sup>54</sup>Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais

<sup>55</sup>Programa de Acessibilidade na Educação Superior tem por meta promover ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência as instituições federais de ensino superior (IFES).

solicitei maiores informações sobre a pauta a ser tratada. Fui então informada que esta se destinava apenas para que a pessoa com mediação da intérprete pudesse ler junto comigo as informações anexadas na mensagem enviada do que é programa INCLUIR, explicando-as. Óbvio que informei que não haveria necessidade da realização da mesma visto que já as tinha lido e eram perfeitamente claras. Por uma questão de cortesia, contive o ímpeto emocional que era o de dizer que para tal não precisava de uma reunião visto que não era nenhuma alienada que não sabia ler e entender perfeitamente o conteúdo informacional de um programa para o qual eu mesma havia autorizado a inclusão do meu nome como usuária. Este episódio evidencia como os surdos são classificados a partir do estereótipo de indivíduos com pouca inteligência, [...] (ANDREIS-WITKOSKI, 2011, p.25-26).

Esta pergunta carrega consigo a força que subalterniza e inferioriza. A resposta seria: a maioria dos professores lê muito bem e entendem bem, alguns poucos seguem com alguma dificuldade de leitura em português.

No nosso caso, a posição ou o deslocamento que o professor surdo constrói longe destas práticas de poder, aliás, a imagem que ele constrói em relação à cultura e com as estruturas sociais são uma demonstração de produções acadêmicas, de políticas culturais necessárias e diferenciadas, importantes para os espaços acadêmicos.

Estas forças elencadas acima se apresentam como algumas consequentes e existentes urgem tempo para elencarmos e aprofundarmos a presença de mais forças de poderes. No entanto constatamos que as estratégias de enfrentamento nos espaços de poder na Educação Superior utilizada pelos professores surdos necessitam de serem repensadas, algumas, como por exemplo, o esforço constante de mostrar mais e mais produções. Esta estratégia deveria consistir no enfrentamento pela questão: porque minhas produções são subalternizadas?

#### **4.2 - O ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROFESSOR SURDO E A POLÍTICA DE RESISTÊNCIA.**

A resistência constitui-se em espaço de significação e importância. Os signos que a acompanham ocorrem tendo em vista um movimento constante do ser. A diferença é um passo para a resistência.

Cada vez que o encontro com a identidade ocorre no ponto em que algo extrapola o enquadramento da imagem, ele escapa à vista, esvazia o eu como lugar da identidade e da autonomia e - o que é mais importante - deixa um rastro resistente, uma mancha do sujeito, um signo de resistência. Já não estamos diante de um problema ontológico do ser, mas de uma estratégia discursiva do momento de interrogação, um momento em que a demanda pela identificação torna-se, primariamente, uma reação a outras questões de

significação e desejo, cultura e política. (BHABHA, 1998, p. 83 e 84).

O que emerge as estratégias de enfrentamento nos espaços de poder no momento de posicionamento de resistências pelos professores surdos na Educação Superior? No momento das questões de política de resistência pelos professores surdos refere-se nos acontecimentos através das narrativas com os professores surdos no espaço de poder que são mostrados como posicionamento de resistência indicados a seguir, quais sejam: concurso público - estratégias de entrada dos professores surdos na Educação Superior; posição dos professores surdos na Educação Superior; espaço de negociação dos professores surdos na pesquisa, no ensino e na extensão.

Vamos seguir com o primeiro posicionamento de resistência com tantas questões de significação e desejo, cultura e política no espaço de poder:

#### **4.2.1 - POSICIONAMENTOS DE RESISTÊNCIA: CONCURSO PÚBLICO ESTRATÉGIAS DE ENTRADA DOS PROFESSORES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Vejo em várias universidades a abertura de concursos públicos para professor de Língua de Sinais Brasileira e outras disciplinas acadêmicas envolvidas nos campos de educação, linguística e outros, e seguindo com as obrigações da lei de Língua de Sinais Brasileira e também no decreto encaixando na formação dos professores, pesquisadores e cursos de extensão. Mas há algum documento que fale sobre a existência de professores surdos concursados antes da criação da lei e decreto de Língua de Sinais Brasileira, como isso acontecia? Em que base da luta? Como era a prova para professor de Língua de Sinais Brasileira? Escrita ou Língua de Sinais Brasileira? Sobre isso uma professora Átena relata:

Bem, eu sou um exemplo disso, quando eu comecei a atuar não tinha sido promulgada a lei de libras ainda. Eu fazia um curso de especialização, fazia dois cursos. Eu tinha dito à [...] que eu iria embora pra [...], pois já estava finalizando os cursos que eu fazia no [...]. Nessa época eu dava aula de libras em um curso de extensão na [...], além de dar aula no [...], em cursos particulares. Eu não era então professora efetiva na [...], foi então que eu disse pra [...] que minha bolsa da especialização, eu tinha bolsa, iria acabar, então eu teria que ir embora. A [...] me disse que ia conversar com a Reitoria para ver de que forma poderiam viabilizar que eu continuasse atuando na [...]. Isso foi em



199.. Espera, deixa eu lembrar...eu ingressei como professora efetiva na [...] em 1997, antes disso eu estava fazendo a minha especialização e foi em 1996 que eu conversei com a [...] sobre a necessidade de retornar à [...] e quando ela disse que tentaria verificar uma alternativa com a Reitoria. Foi o que fez. Após conversar com a reitoria eles conseguiram articular, não sei exatamente como, a realização de um concurso para que eu pudesse efetivar-me na instituição. Houve apenas três candidatos que concorreram a essa vaga porque nós não tínhamos muitos surdos formados nessa época. Antes da Legislação nós tínhamos poucos surdos formados. Um deles foi o [...], somente esses três. A [...]. Embora sua atuação tenha sido considerada pela banca da [...], na somatória de pontos eu acabava ganhando, pois tinha a formação em linguística realizada anteriormente. O concurso era dividido em três etapas, da mesma forma que é feito hoje, uma primeira prova escrita, uma segunda prova em língua de sinais a partir da escrita que era interpretada para a língua portuguesa e uma última prova didática, onde o candidato tinha que mostrar em 50 minutos como dar uma aula de língua de sinais, como é toda a prova didática. No dia seguinte a prova saiu o resultado com a pontuação total da somatória das três provas e eu fui aprovada em primeiro lugar. (ÁTENA, 2014).

Foi importante ter este começo de professor de Língua de Sinais Brasileira para expandir nesse conhecimento à comunidade surda, foi assim que, na universidade, houve um marco histórico, um início de resistência, com a aceitação do professor surdo de Língua de Sinais Brasileira, no ano de 1997, mesmo antes da criação lei de Língua de Sinais Brasileira e também da regulamentação do decreto. Isso foi um grande desafio e causa de admiração pela comunidade surda, foi assim que começou nossa luta, incentivando os surdos a seguirem como identificação de ser professor surdo, foi assim que passamos muitos anos de luta com as conquistas da formação dos instrutores e agente multiplicador no ano de 2001, como exposto no capítulo I.

A seguir apresento o que expõe a professora Átena narrando a história:

Se não fosse esse início no curso de formação dos instrutores e agentes multiplicadores em Brasília, nós não teríamos surdos acadêmicos hoje, não teríamos surdos na faculdade. Esse foi o ponto de partida para a criação do curso de letras/libras na UFSC, esse trabalho contribuiu muito, do contrário teríamos muita dificuldade de ter os surdos na academia hoje, a meu ver, essa é minha opinião. (ÁTENA, 2014).

Após minha indagação, pelo reconhecimento do pioneiro professor surdo na Educação Superior obtive alguns dados. Comecei a perceber que, antes da lei, existia concurso público com a prova didática em libras. Antes da lei? É bem interessante o antes e o depois da lei, a prova didática em Língua de Sinais Brasileira foi do mesmo jeito respeitando os direitos linguísticos dos surdos.

A partir dessas conquistas começaram a abertura de vaga para o professor surdo para entrada dos professores surdos na Educação Superior através de concurso público, conforme explica o professor Apolo falando sobre as consequências do decreto.

Eu posso dizer que eu sou um desses professores surdos que iniciaram sua atuação antes da promulgação da lei de libras e seu decreto regulamentador. O interessante é que com a promulgação do decreto nós passamos a ter mais acessibilidade já que o mesmo oportunizou a criação dos cursos de letras libras, que por sua vez oportunizou formação profissional e, por conseguinte a abertura de vagas de trabalho nas universidades e o desenvolvimento para a comunidade, tudo como consequência do decreto. A partir do momento que o governo investe nos cursos, obrigatoriamente passamos a ter postos de trabalho. Antes da promulgação do decreto, no entanto, nós já tínhamos profissionais surdos. Esses profissionais atuavam, contudo, dentro dos espaços normatizados pelos ouvintes. Alguns desses profissionais então, na minha visão, atuavam sob estratégias de clientelismo, que consistia na apropriação de espaços a partir da troca de favores. A estratégia usada então eram os contatos políticos, o uso de amizades, auxílio pedagógico, atendendo as necessidades desse amigo. (APOLO, 2014).

A resistência surda inicia aí. O professor Apolo mostra que havia estratégias de resistência e persistência política através de contatos. Os professores surdos continuam narrando:

Antes do decreto havia poucos professores surdos na Educação Superior, [...] que começou em 2004, conheço só duas. Na verdade, os professores surdos começaram a trabalhar na Educação Superior (Pública) depois do Decreto n. 5.626/05. Mas antes, por causa da Lei n. 10.436/02 que diz da inclusão da disciplina (Libras nas Licenciaturas) algumas faculdades particulares no Brasil começaram a contratar professores surdos, por exemplo, eu comecei em 2004/2005 antes do Decreto, mas o grande bum foi após o Decreto. (AFRODITE, 2014).

Dando continuidade ao assunto Ártemis narra:

Analisando a situação hoje, após o decreto, verifico um aumento dos concursos em diferentes cidades, são muitas vagas realmente, percebo um número significativo destes concursos. Antes da publicação do decreto era difícil... Por exemplo, [...] foi a primeira professora na Educação Superior antes do decreto, depois temos a [...] que começou a atuar entre 2003, 2004, não me recordo ao certo, mas em 2005 houve um aumento, e hoje percebo o desenvolvimento, destas vagas. (ÁRTEMIS, 2014).

Deméter prossegue relatando:

Antes da lei de libras já tínhamos professores surdos atuando na educação superior sim. Não atuando com a disciplina de libras. A única professora que tínhamos em todo o Brasil era a prof. [...] na UFRJ, no restante do Brasil não tínhamos professores atuando. O que tínhamos eram professores surdos sendo

convidados para palestrar em eventos promovidos pelas universidades relacionados a deficientes, mas atuando efetivamente na disciplina de libras nas universidades como temos hoje, isso não, pelo que eu sei não. [...] Com a promulgação da lei a realidade dos surdos mudou bastante, pelo que eu percebo. A oferta de vagas para professor na educação superior passou a existir no Brasil inteiro e os professores surdos passaram a conquistar esse espaço. A oferta de formação também aumentou. Com o decreto a formação também passou a ser oferecida, além da oferta de material. Nós vamos agora completar 10 anos, aliás, já temos 10 anos da entrada em vigor da legislação mas ainda não tivemos uma avaliação das mudanças nesse período. Eu penso que seja importante criar uma comissão para fazer uma avaliação desse período. Também teremos em 2016 o encerramento da obrigatoriedade do exame de proficiência em libras (Prolibras) e nós precisamos avaliar o impacto do exame. (DÉMETER, 2014).

Pelo visto este momento de resistência se constituiu em assumir o espaço, em colocar em prática o pouco e fazer acontecer o muito, na resistência do pouco a pouco, pegar o próprio espaço. Uma libertação do ser inferior, do fazer acontecer o ser professor surdo. Dai o professor surdo assume sua formação, seu conhecimento, sua fé, sua vitória, um espaço de resistência, de ser, de impulso.

Na Educação Superior, os professores surdos têm atuado principalmente no ensino de língua de sinais. Tem alguns professores surdos que atuam em outras disciplinas, quando há o curso letras libras na universidade, mas eu vou me referir aqui a grande maioria deles que são concursados e contratados para atuar no ensino de libras nas universidades federais do Brasil. Aí tá o primeiro problema, parecido com aquilo que me referi na resposta da pergunta anterior, porque quando abre um concurso para professor não há a possibilidade de provas em libras. Se abrir um concurso que não seja para a disciplina de libras, na filosofia, por exemplo, ou outra área eu não posso fazer essa prova porque ela não pode ser em libras, tem que ser escrita e oral e aí está o primeiro problema. Isso prova a questão da língua majoritária pois se o candidato não tem a proficiência oral ele está excluído da prova. (APOLO, 2014).

A estratégia da constante resistência na Educação Superior para cada vez mais colocar o diálogo para a aceitação de concursos em Língua de Sinais Brasileira mostra que o instrumento de que o surdo se serve é a língua. Uma arma de combate, de validação da resistência.

Ainda temos um problema linguístico que eu acredito, ainda limita o surdo. E eu falo que isso pode ser percebido nos concursos públicos para professor, por exemplo, em que a primeira prova é realizada em língua portuguesa. Tá certo que a segunda prova, a prova didática, é realizada em libras, mas nessa prova o surdo tem que ter um desempenho duas vezes superior a um ouvinte para que possa conseguir conquistar a vaga. E isso é fato! Na prova de português os ouvintes sempre superam e muito os candidatos surdos. Pode pesquisar os dados de qualquer concurso pra ver que os ouvintes sempre se saem muito melhor que os surdos na prova escrita. Então eles já começam prejudicados. Na segunda prova, a prova didática, os surdos são obrigados a tirarem uma nota

muito superior que o candidato ouvinte para que possa ter chances, pois se for superior mas com pouca diferença de pontuação ele perde no resultado final. Ele precisa ter uma nota muito acima para que possa derrotar o candidato ouvinte e isso continua a ser assim. Talvez de uma forma implícita, mas o fato é que continua a ser assim, essa é a realidade. Essa realidade melhorou um pouco nos últimos tempos, os concursos passaram a ser um pouco mais flexíveis mas ela ainda continua. (APOLO, 2014).

A resistência constante levou a uma flexibilidade, a questão linguística. E aos poucos esta resistência linguística que acompanha os concursos vai abrindo mais e mais espaços na Educação Superior. Os concursos, no início, eram semelhantes aos atuais na concepção linguística e estas estratégias continuam acontecendo. A professora narra como foi o concurso inicial.

Embora sua atuação tenha sido considerada pela banca da UFRJ, na somatória de pontos eu acabava ganhando, pois tinha a formação em linguística realizada anteriormente. O concurso era dividido em três etapas, da mesma forma que é feito hoje, uma primeira prova escrita, uma segunda prova em língua de sinais a partir da escrita que era interpretada para a língua portuguesa e uma última prova didática, onde o candidato tinha que mostrar em 50 minutos como dar uma aula de língua de sinais, como é toda a prova didática. (ÁTENA, 2014).

As posições dos professores surdos são em vista da resistência nos espaços conquistados nos espaços de negociação. Há resistências e há vitórias nas resistências.

Após 2005 houve um aumento das vagas, algo que realmente não para, estou sempre vendo no *facebook* as fotos da assinatura da posse nas instituições de ensino e como isso vem se ampliando. (ARTEMIS, 2014)

O aumento dessas posses constitui uma vitória, mas a resistência continua como uma arma de combate, preocupado com o espaço dos surdos na Educação Superior, e veremos dois lados de acordo com o decreto e edital sobre a vaga do concurso público:

O decreto não fala ao certo, claramente, e muitos não têm compreensão do conteúdo, gerando muitas discussões até hoje, há três dias estava vendo um vídeo no youtube de um surdo, onde ele pedia um favor e avisava sobre o grande número de ouvintes, a necessidade da luta e atenção na organização dos editais respeitando e priorizando os surdos nestes espaços. É uma discussão constante sobre a tomada de espaço por parte dos ouvintes que passou a ocorrer com o decreto. Os surdos falam da tomada de espaço praticada pelos ouvintes, mas em algumas cidades do interior os surdos não querem assumir os cargos e são os ouvintes que assumem estes postos, então é preciso cuidado, ver os dois lados, pois são várias hipóteses. (ÁRTEMIS, 2014).

Com a posse, o professor surdo assume este espaço e resiste, resiste e enfrenta e se projeta pelo estudo, pela resistência, pelo enfrentamento, pela negociação e criação de estratégias políticas, vendo como se desenvolve a Educação Superior nos posicionamentos de resistências.

#### **4.2.2 - POSICIONAMENTO DE RESISTÊNCIAS: POSIÇÃO DOS PROFESSORES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A posição assumida se refere a mostrar pela posição resistente, negociações nos campos na Educação Superior.

O professor surdo precisa saber negociar, isso porque o discurso político que se dá nesses espaços não é fácil. Há um poder constituído pelos ouvintes nesses espaços. Nós precisamos estar sempre mostrando nossas opiniões, negociando e adotando uma postura ética, não é possível conquistar ou argumentar ao nosso favor de forma grosseira ou rude, é preciso estar disposto a negociar e explicar para que os ouvintes possam entender claramente o que significa cultura surda, o que significa ser surdo, do que o professor surdo é capaz e todos os outros elementos relacionados. Então é importante estar sempre negociando esses significados com os professores ouvintes. (ATENA, 2014).

O professor, de acordo com Átena, precisa ter uma postura de resistência, porém esta resistência está na explicação, no saber negociar, na postura ética e não no enfrentamento violento. Uma negociação particular em que a resistência consiste em explicar, mostrar, trazer à tona os aspectos da cultura surda. Esta também é a posição do professor Apolo:

Os professores surdos acabam sendo relegados às disciplinas de libras apenas, esse é o pensamento. Quando abre um concurso para a disciplina de libras, em que um professor surdo se inscreve, o que acontece? Esse professor vai atuar ensinando futuros professores ouvintes, esse aluno por sua vez vai ter a experiência e a consciência de como um professor surdo ensina. Não só conteúdos, mas observando que dificuldades ele tem durante o processo de aprendizado com um professor surdo, observando questões da experiência visual, estratégia visual, psicologia visuais e diversas outras características que podem ser percebidas na Educação Superior de libras por um professor surdo. (APOLO, 2014).

Essa posição de professor surdo tem como estratégia usar a consciência de como ensina através das questões da experiência visual na área de Língua de Sinais Brasileira,

pois, essa questão de posicionamento dos professores surdos na Educação Superior é à base de construção cultural quando se dá na prática de ensino. Em outro momento o professor explica, preocupado com a influência da didática ouvinte e resiste em usar a didática surda contemplada nessa experiência visual na sala de aula para os alunos, seja de surdos ou ouvintes, de acordo com a narrativa do professor Apolo:

Esse aluno por sua vez precisará aplicar futuramente o conhecimento que é obtido com um professor surdo ao seu contexto no ensino de crianças surdas. O que nós podemos dizer em relação ao que acontece hoje? O ensino realizado por professores surdos tem muita influência da didática ouvinte. Por conta do momento histórico em que vivemos, podemos dizer que ainda não há uma didática surda plena estabelecida que se adéque perfeitamente ao jeito e modo de aprender de um surdo. A meu ver, ainda há uma influência da didática ouvinte. (APOLO, 2014).

Essa narrativa resiste a sua posição de ser professor surdo usando os aspectos culturais que se adéque com o jeito e modo de aprender de surdo. Essa base já argumenta o posicionamento de resistência do professor surdo na sala de aula usando essa orientação aos alunos para que todos os alunos sigam esse exemplo de usar a didática surda com uma nova pedagogia e criar uma nova estratégia de ensino, assim que as práticas continuam e vão. Essa é a posição de resistência dos professores surdos, ou seja, reforçar no povo surdo a didática cultural.

Esse posicionamento de resistência já ajuda a entender o jeito de ser professor surdo, já que é importante entender que os professores surdos sabem como usar a estratégia diferente do jeito dos ouvintes, que os professores surdos importando com a criação de estratégia, mas preocupada, como afirma a professora Ártemis:

Tudo depende da política, por exemplo, quando existe um professor ouvinte que ensina a língua de sinais e eu, sempre existe uma observação sobre as duas práticas e a tentativa de colocar o professor surdo em desvantagem em relação ao professor ouvinte. Esta desvantagem se dá no olhar dirigido aos professores surdos como se na sua prática houvesse uma falta, eu sinto esta inferioridade. Utilizo estratégias para me aproximar e estimular os alunos, a minha prática é diferente dos professores ouvintes e as estratégias são perceptíveis, pois a competição entre o docente surdo e ouvinte, que ensina a língua de sinais, é frequente. Os dois profissionais buscam estratégias para ensinar a língua, eu estimo, aproximo, provo os alunos a utilizarem a língua e é visível a competição entre os docentes surdos e ouvintes. É claro que em alguns casos o professor pode não se importar com a criação de estratégias e somente ensinar o conteúdo sem maior esforço. No meu trabalho a preocupação é fazer com que as pessoas compreendam bem o que estou sinalizando, quando não entendem explico novamente e isso faz parte da estratégia, minhas estratégias estão relacionadas à preocupação pela plena compreensão dos alunos. (ÁRTEMIS, 2014).

Pelo visto, Ártemis demonstra um grande esforço em usar a estratégia de ensino e, preocupada com a compreensão pelos alunos ouvintes, percebo que é algo que resiste o ensino para não perder o seu espaço de poder como posição de ser professor surdo na Educação Superior. E outro exemplo, apontado pelo professor Apolo, acontece também no espaço como resistência onde alunos surdos, querendo ter o professor surdo como monitor na sala de aula na Educação Superior, devido ao cheiro de afinidade cultural, e veja a narrativa do professor:

Um exemplo disso foi quando eu comecei a atuar como monitor em uma sala com um professor regente. A sala tinha muitos alunos surdos e quando eu parei de atuar como monitor nessa sala, vários alunos desistiram de estudar ali. Isso provava que os alunos queriam estar num espaço onde o professor também fosse surdo e eles tinham essa afinidade por eu saber explicar claramente os conteúdos. (APOLO, 2014).

Na narrativa de dados para a presente investigação, entendo as estratégias de ensino pela segurança sem ter o conflito linguístico na sala de aula. A partir do referencial foucaultiano, que entende as relações de poder como espaço de negociação onde os professores surdos resistem com as estratégias de ensino com o seu jeito de usar a didática surda. Além disso, proponho discussões acerca da constituição dos professores surdos como instituição da resistência, da captura dos professores surdos para o processo de resistência por meio das relações de poder, e das narrativas capturadas pelos professores surdos sobre a política, intelectualidade, espaço de negociação, resistência, suas provações de uma cultura surda na incursão investigativa no território da Educação Superior.

E também os professores surdos falam sobre a resistência da posição de um professor surdo preocupado com a formação nos conteúdos e práticas, segue com o professor Apolo:

Bem, eu vou falar sobre a formação de professores surdos então. Aqui no curso de letras libras, por exemplo, eu sou professor de duas disciplinas, a disciplina de estágio e a disciplina de literatura surda. Eu tenho preocupação, portanto quanto à formação, tanto com os conteúdos quanto com as práticas. Nas minhas aulas os conteúdos são apresentados no power point e eu me encarrego de discorrer e ensiná-los. A questão se dá nas práticas. A minha preocupação é com aquilo que os meus alunos surdos vão encontrar lá fora, porque como eu disse a UFSC tem uma realidade diferenciada do cenário geral nacional. Eu não

estou dizendo que é melhor nem pior, a questão é que tem um tratamento dado aos surdos que é diferente daquele dado nos outros lugares, isso tem. Há uma atenção, um respeito, que não é 100% perfeito, mas é melhor do que aquele que é dado lá fora, melhor do que aquele que é dado nas escolas. Meu aluno vai trabalhar lá nessas escolas. Então eu me preocupo porque o meu aluno me vê enquanto professor surdo ministrando aulas, participando de reuniões, discutindo questões na universidade, brigando por melhorias, conseguindo verbas, enfim, participando de um cenário positivo, inserido no contexto acadêmico. Nós temos uma participação dentro da universidade. (APOLO, 2014).

Os professores surdos na Educação Superior narram como os significados culturais que tornam diferentes relações de poder e o que contêm estes significados para ser professor surdo como uma posição de resistente. Nesse aspecto também reconheço o professor surdo como corpo de resistente, no que diz e faz e preocupado com as estratégias de uma participação dentro da universidade, apoiando uma postura mais vinculada ao posicionamento de resistências. O professor surdo mostra estar querendo ocupar os espaços, cada um quer mostrar-se como indivíduo surdo, mas mantém a resistência de um professor surdo preocupado com a formação nos conteúdos e práticas.

Entendo o professor surdo exposto, o professor surdo transformado em um *lugar sem lugar* pelo ouvintismo envolvidos nas relações de poder, ou seja, o professor surdo com as fendas abertas pela imposição de produções que Foucault (1998, p.12) denominaria de *regulamentos de poder*. O que me coloca a reflexão é estes locais que me atrapalham com seus ventos incisivos. Sei que estes campos são dois terrenos que aceitam bem as ferramentas dos Estudos Culturais quando na interface com os Estudos Surdos.

Pretendi captar as narrativas numa grande aventura, pelas representações dos professores surdos na Educação Superior nos embates que acontecem diante dos discursos interpretativos dominantes<sup>56</sup>, em espaços de negociação em observações neste campo, onde sei que estão os professores surdos devastados de suas relações de poder através de uma posição de resistente, mas a presença do professor ouvinte no espaço do

---

<sup>56</sup> No caso de discursos interpretativos dominantes diz Touraine (2009, p. 250): aquele discurso ideológico dominante que se operam as escolhas intelectuais, que se forjam as condições de comunicação, as quais impõem as regras, concedem um privilégio de escuta a alguns e não a outros, e às vezes chegam até mesmo a fazer considerar como natural e objetivo aquilo que não é senão o resultado de uma construção da realidade social repousando exclusivamente sobre ela mesma e sobre a importância do seu papel.



curso de pedagogia bilíngue na universidade provoca uma tensão, como relata a professora:

Quando o professor ouvinte que trabalha em cursos na área de surdos usa o português falado me deixa mal, essa atitude não me faz bem. Nesse contexto há intérprete de libras, ok, mas mesmo assim não me sinto bem, pois eu me sinto em um lugar superior, como esses professores ainda usam o português falado?! Eles falam que o curso é de pedagogia bilíngue, mas o que significa pedagogia bilíngue? A Libras é a primeira língua e o português escrito é a segunda língua. O português falado está fora desse contexto. E também o ambiente é linguístico (libras que deve ser usada no ambiente), por isso eu me sinto assim. (referindo a sentir-se mal). Geralmente a resistência é forte, há muitas barreiras que travam a troca entre colegas. Essa é uma questão difícil, há pessoas que compartilham dessa ideia e concorda, mas há outras que não concordam. (AFRODITE, 2014).

Essa tensão provocou a professora Afrodite perseguindo como uma posição de resistência onde tem a sua experiência, tal como defende o autor Garcia (2008) em uma perspectiva Foucaultiana: a *resistência é experiência de subjetivação, de autonomia*. Isso se relaciona com o posicionamento de resistências como experiência defendendo não como uma guerra, e sim da subjetivação e de autonomia por melhorias num lugar sem lugar pelo ouvintismo no que faz na sala de aula.

Podemos perceber também na narrativa da Afrodite, essa resistência não como uma defesa, mas para mostrar a experiência de subjetivação, de autonomia como reconhecimento legítimo dos direitos humanos, a resiliência e resistências ao enfrentar as imposições.

Os professores surdos têm mostrado a insegurança, tentando reverter à situação ao exigir e explicitar a importância de se ter o profissional intérprete de Língua de Sinais Brasileira a partir da sua posição de ser professor surdo como perfil e não como discussão política, como diz a narrativa de uma professora:

O coordenador [...] sempre me incentivou, até assustava, afirmando que eu tinha capacidade, competência e deveria ter experiências. Sentia-me insegura, não havia intérprete na instituição para me acompanhar em todos os momentos, Comecei a participar das discussões, não conhecia sobre legislação, faltava informação, mas ele estava sempre me incentivando a participar dos espaços de discussão. Em alguns momentos não tinha intérprete, eu perdia o espaço, ficava de fora e pensava porque os ouvintes podem e eu não? Os intérpretes tinham poucas horas, isso limitava minha participação, eu me sentia limitada, se tivesse um intérprete que me acompanhasse durante minhas horas de trabalho, poderia participar, ainda mais, das discussões, me pronunciava, estabelecia trocas com os

coordenadores, mas não era uma discussão política, pois meu perfil é de professora. (ÁRTEMIS, 2014).

Percorri os terrenos da história, da sociedade, da comunidade surda, o dia a dia das relações de poder do professor surdo na Educação Superior, sua visão como sujeito-professor surdo, de si mesmo como professor surdo a partir da sua posição de resistência, a partir do seu perfil como professor e sua visão do mundo.

Entendo que é necessário mostrar a posição de resistências como perfil, mas depende do perfil de cada professor surdo sim, ao mapear as ferramentas metodológicas já delineadas no trabalho de tese. Já que ao captar as narrativas, para os primeiros aspectos da experiência dos professores surdos que me desafiaram a produzir uma orientação de termos para as exigências referenciais e institucionais deste trabalho teórico seguindo com a autora surda, Rezende (2010, p. 148) afirma como resistência surda: *essas resistências surdas estão presente incursionada no interior da pesquisadora, que se encontra imersa nos artefatos do seu povo e que, apesar da seriedade da academia nesta tese, não poderia fugir das malhas do poder das resistências surdas.*

Não podemos fugir das malhas do poder no interior de uma posição de resistência da professora surda se narrando como um enfrentamento de choque no espaço:

Depende do local, depende do perfil da cada pessoa. Dentro da universidade é necessário romper, porque a maioria das pessoas utiliza a língua oral e quando vem um profissional que sinaliza, sempre causa um choque no primeiro momento. Quando entrei nas instituições houve esse choque, as dificuldades enfrentadas nos espaços também trazem esta angústia, mas quando passamos a apresentar o nosso trabalho, o perfil e a participação nas discussões e negociações, não com discussões que acabam em briga, que não adiantam de nada, e apenas marcam de forma negativa. É necessário, mesmo sabendo que é difícil, separar o militante que luta em diferentes espaços, do profissional na educação superior, não é possível levar aquele perfil militante da sociedade para universidade. (ÁRTEMIS, 2014).

Prosseguindo com a narrativa de uma forma chocada para os aspectos positivos de uma posição do professor surdo a partir de negociação:

Pois estou na Educação Superior e também vejo a universidade do lado de quem está fora e sei que não é possível modificar tudo que existe dentro. É preciso negociar, apresentar os aspectos positivos através de exemplos,

produzindo este choque, que é inevitável, sem que haja dominação de nenhuma das partes envolvidas, surdos ou ouvintes. (ÁRTEMIS, 2014).

Como nós, professores surdos, podemos nos envolver nessa relação de poder através do nosso discurso de “verdade” <sup>57</sup> enquanto produzimos a nossa experiência de ser surdo, ser professor surdo, sabemos como ensinar através do nosso jeito de se ensinar em Língua de Sinais Brasileira, bem como da pedagogia bilíngue e entendendo, ao sentir em nossa própria pele, direcionando com a palavra “como” do poder, tal qual uma dominação sobre nós que se põe em funcionamento de que ele necessita a partir de uma relação de soberania que tem aí no campo acadêmico, e o que eles nos vêm?

Enfim, o que seriam as narrativas pronunciadas sobre as estratégias podem ser adotadas para esta política tentando mostrar o posicionamento de resistência a partir da Língua de Sinais Brasileira na Educação Superior sem que haja dominação? Trata-se de identificar e mapear as narrativas sobre as relações de poder na constituição dos professores surdos. Os discursos que circulam nas sinalizações e nas práticas culturais devido à posição nas relações de poder estabelecidas do espaço de negociação, a partir da política na Educação Superior no momento da pesquisa, ensino e extensão.

#### **4.2.3 - POSICIONAMENTO DE RESISTÊNCIAS: ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO NO ENSINO, PESQUISA, E EXTENSÃO.**

Fundamentalmente, resistência surge no espaço de negociação sobre esses diferentes modos dos professores surdos, a partir da sua produção da subjetividade no presente e no passado apresentados por Foucault.

---

<sup>57</sup> Discurso de Verdade: Para o autor, o discurso atravessa todos os elementos da experiência, pois o discurso está em todo conjunto de forma que comunica um conteúdo, qualquer seja a linguagem à qual pertençam. Segundo Foucault, mais importante que o conteúdo dos discursos, é o papel que eles desempenham na ordenação do mundo: um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou não numa sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima. O discurso dominante não está comprometido com uma verdade absoluta e universal. Pelo contrário, é ele que produz a verdade (logo, esta é arbitrária), que legitima um certo campo de enunciados e marginaliza outros – num processo que o autor chama de partilha da verdade.  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Discurso#Discurso\\_segundo\\_Michel\\_Foucault](http://pt.wikipedia.org/wiki/Discurso#Discurso_segundo_Michel_Foucault)

Aprofundar, identificar e mapear as narrativas dos professores surdos no mundo acadêmico, vistas como as relações de poder, ao tema de posicionamento de resistência. Além disso, esclareço o que eles narram sobre si mesmos e que me parece um dos pontos mais importantes para compreensão do que está aí no momento do espaço da pesquisa, ensino e extensão.

Ao discorrer sobre o histórico dos acontecimentos, usando essa estratégia de uma posição de resistência, a partir do seu espaço de negociação na Educação Superior, sigo com a narrativa do professor surdo Apolo mostrando como se sente e como se conscientiza enquanto um negociador com a reitoria da universidade:

Um exemplo disso pode ser visto na greve de servidores que tivemos aqui na [...]. Por conta da greve, que é um direito dos servidores públicos, tivemos falta de intérpretes. Então, nas turmas do curso letras libras nós temos os alunos calouros que não sabem língua de sinais, ou contextos em que os alunos são ouvintes e o professor é surdo e o entendimento fica prejudicado. Nesses contextos nós temos a inserção do intérprete e que por conta da greve a presença desse profissional ficou comprometida. Alguns alunos participaram apoiando a greve de servidores reivindicando o direito de comunicação e também quanto à questão dos níveis de contratação dos intérpretes (nível D e E) relacionado à formação, questões salariais, etc. Pois bem, tivemos uma discussão na reitoria sobre essas questões e os alunos não sabiam interpretar. De que forma então os alunos surdos poderiam ser ouvidos pela reitoria? Então, se não fosse uma questão específica, imaginando outra situação de luta política que não essa, os ouvintes teriam a possibilidade de entender claramente as questões e teriam acesso às discussões e, os surdos ficariam sem compreender e participar. Naquela situação, a reitoria se sentiu exatamente dessa forma que se sentem os surdos, pois sem intérprete ela foi obrigada a se comunicar pela escrita todo o tempo, o que demandou muito esforço e deixou-a muito aflita e pedindo ajuda para alguns alunos presente que se negaram a auxiliá-la para que ela pudesse sentir o que os surdos sentem. Essa me parece então ser uma estratégia de resistência. Esse é apenas um exemplo, mas a minha estratégia sempre tem sido sempre fazer com que os ouvintes entendam como o surdo se sente, buscando exemplos em que ele possa se colocar no lugar do outro surdo e dessa forma entender como ele se sente. Então essa tem sido à base da minha estratégia para o embate político dentro da universidade. (APOLO, 2014).

Pelo visto, o professor Apolo mostrou um exemplo de como negociar com a reitoria sem ter intérprete para se comunicar, e obrigou a mesma a se comunicar pela escrita, sentir na pele o que os alunos surdos estavam exigindo. Tratou-se de uma estratégia de resistência, foi algo muito forte para a reitoria que pode entender o sentimento dos surdos ao se colocarem no seu lugar, isso é um espaço de negociação que eles estão enfrentando.

Outra narrativa de um professor surdo como resistente no momento da reunião, insistindo a posição dele a partir do espaço de negociação:

Outro exemplo que pode ser dado foi o episódio ocorrido em uma reunião do conselho aqui na Universidade em que eu fui substituir o chefe do departamento, porque o professor [...] é o chefe e eu sou o subchefe do departamento e nessa ocasião ele tinha um compromisso e não poderia estar presente, então eu fui substituí-lo nessa reunião do conselho. Não havia intérprete na reunião, não me lembro por qual motivo não havia os dois, mas não tinha. Então como a reunião ia transcorrer? A situação então era: o que fazer? Retirar o professor surdo ou continuar a reunião com o professor surdo presente? E os membros ficaram decidindo o que fariam. Era uma reunião importante aqui do centro em que seriam decididas questões como: progressão funcional; andamento das aulas na greve; realização de festas na universidade, enfim, era uma pauta importantíssima que eu não poderia perder. Então como se daria essa reunião sem intérprete? Então que estratégia que eu adotei ali? Os professores disseram que a reunião poderia continuar e eu fiquei bastante constrangido. Como eu resolvi isso? Eu disse: desculpe, eu sou o problema ou a situação é o problema? Como se dá essa relação? Então eles sugeriram cancelar a reunião. Ainda tentaram realizar a reunião, falando devagar, explicando novamente o que não foi entendido, e podia-se ver nas expressões a tentativa de tolerância de cada um dos membros, mas numa situação como essa eu não poderia simplesmente me retirar e deixar que a reunião se realizasse desprezando os assuntos que seriam tratados eu precisava marcar a minha presença como uma forma de fazer com que os outros me vissem, que fossem confrontados com a situação, que tentassem resolver o problema. Como eles me viram eu não sei, mas esse foi um modo de marcar a minha presença, uma forma de dizer: "- eu estou aqui, vocês precisam ver como resolver essa questão". (APOLO, 2014).

O professor Apolo está propondo uma estratégia de negociação, dizendo que ele é um problema ou será que a situação é um problema, nesse caso quando não há a presença de um intérprete na reunião? Foi um grande desafio para os membros decidirem e negociarem com o professor Apolo. O que seria resultado dessa negociação? Apolo propôs uma estratégia de negociação, onde a presença dele na reunião representa a sua preocupação com relação à progressão funcional; ao andamento das aulas na greve; à realização de festas na universidade, enfim, era uma pauta importantíssima que ele não poderia perder. A situação de que ele podia ver nas expressões a tentativa de tolerância de cada um dos membros, representa em um resultado de constrangimento de Apolo ao tentar negociar dentro da relação entre eles.

O relacionamento mais importante que identifica e mapeia o espaço de negociação, diz como pesquisador.

Outra estratégia que poderia ser utilizada é pensar em trocas futuras com as questões para serem resolvidas. O negociar é construído sobre expectativas e regras de respeito ao professor Apolo que estava constrangido, fazer essa negociação é dar alguma coisa para o outro pode criar expectativas de que ele terá de nos dar o que necessita. Isso identifica a negociação e passa a ser entendido com a própria reflexão dos membros.

Pelo visto, entendo quando pensa em negociação e está pensando nessa estratégia que é utilizada, por isso é importante entender como Apolo poderia agir para defender-se.

Como argumenta que a noção de resistência acompanha os movimentos teóricos de Foucault em direção a sua conceitualização de relações de poder, a partir do espaço de negociação. Exemplifico a ideia Foucaultiana de liberdade de negociar, uma noção para a afirmação de algo diferente.

E começar agora sobre o campo de ensino agindo no que se refere à forma de resistência, acreditando que existe uma influência da didática ouvinte na sala de aula, prossegue com a fala do professor Apolo:

O ensino realizado por professores surdos tem muita influência da didática ouvinte. Por conta do momento histórico em que vivemos, podemos dizer que ainda não há uma didática surda plena estabelecida que se adéque perfeitamente ao jeito e modo de aprender de um surdo. A meu ver, ainda há uma influência da didática ouvinte. (APOLO, 2014).

Pelo histórico vivido na sala de aula, o professor Apolo fala que existe uma influência da didática ouvinte, mas como essa resistência é a base de construção de entender o significado para persistir com essa influência, e prossegue com a fala da professora Ártemis impondo com a sua posição de resistência do ensino na sala de aula como um lugar sem lugar pelo ouvintismo:

Afirmava que eu poderia lecionar a disciplina de geografia para alunos surdos e ouvintes, afirmava que eu seria capaz. Eu respondia que não, ele me perguntou qual seria problema, me explicou que existia um professor peruano que ministrava aulas de português. Expliquei sobre a presença do intérprete, mas ele foi categórico em afirmar que seria possível, que deveríamos acabar com o preconceito e promover a inclusão. Sobre esta situação, eu afirmei que não aceitaria e resisti à imposição. (ÁRTEMIS, 2014).

Assim, na narrativa dela o porquê resistiu dessa imposição pela presença do intérprete de Língua de Sinais Brasileira na sala de aula ao invés de um professor ouvinte, e prosseguindo na fala dela como uma forma de estratégia:

A estratégia seria seguinte, enquanto que o professor ouvinte lecionaria a aula de geografia para alunos ouvintes, no mesmo momento da aula para ouvintes, eu lecionaria a aula de geografia para alunos surdos, em outra sala de aula, desta forma, não haveria a necessidade de um intérprete uma vez que a aula ocorreria toda em língua de sinais. Durante as aulas havia muitas trocas, o reconhecimento dos alunos, às vezes me perguntavam sobre questões particulares e as conversas eram constantes. (ÁRTEMIS, 2014).

Assim, dentro do solo teórico dos Estudos Foucaultianos, “o dizer do professor surdo como posição de resistência na sala de aula dentro na Educação Superior”, os espaços territoriais do professor surdo, o exterior da comunidade surda como lugar de transgressão; a palavra resistência do professor surdo, o discurso do professor surdo.

Como lugar de transgressão, a resistência na sala de aula continua com a narrativa de uma professora surda enfrentando a diferença dos surdos explicando assim:

Estava ministrando aula para turma do sétimo período de pedagogia bilíngue e eu disse que precisávamos nos desvincular da educação especial, esse meu comentário gerou bastante discussão na turma, eles falaram que os surdos são deficientes auditivos e eles não devem nunca ser desvinculados da deficiência, pois os surdos têm passe livre para o transporte coletivo urbano, são aposentados pelo INSS e vários outros benefícios e se eles forem desvinculados da educação especial eles irão perder o direito a esses benefícios. Eu disse, esperem aí, eu só estou pedindo para desvincular da educação especial, não estou pedindo para desvincular desses benefícios sociais conquistados, quero o desvinculo apenas na área educacional, essa precisa mudar seu rumo. Mas, alguns falaram que se desvincular a classe irá perder verba destinada pelo MEC pela educação especial, eu disse que não irá perder verba não, por exemplo, olhem o que acontece com os povos indígenas, eles estão vinculados a educação especial? Não, estão vinculados a educação indígena. A educação no campo está vinculada a educação especial? Não, também ela segue outro caminho. A educação da população quilombola está vinculada também a educação especial? Também não, ela o seu próprio caminho. No Brasil há outros caminhos possíveis a se seguir, tipo a educação respeitando as diferenças culturais das comunidades, então porque o povo surdo não pode? (AFRODITE, 2014).

Abordei as representações através das suas narrativas dos professores surdos como representações de sentido a partir de seu resistente político nas relações de poder, porém, reconhece o que Foucault (1995, p. 248) explica: “não há relação de poder sem resistência”, ele afirma que “toda a relação de poder implica, então, pelo menos de

modo virtual, uma estratégia de luta”. Quando é indagado sobre “uma certa deficiência” em sua problemática, mais especificamente, em relação a uma “concepção de resistência ao poder”, afirma Foucault (1988a, p.11-12): “isso faz voltar ao problema do que eu entendo por poder”

E na realidade, existem as tensões dos professores surdos na sala de aula que germinam no lugar teórico no eixo das relações de poder do professor surdo a partir de sua posição de resistência como estratégia de luta a partir da sua diferença, segue com o autor Skliar (2013, p.13): *mas como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos.*

Com essa luta da posição de resistência dos professores surdos não como deficiente conforme eles pensam, ou seja, como nos vêem, mas com base nisto Foucault (1988a, p.11-12) argumenta que “existe necessariamente a possibilidade de resistência”- de “escape, de fuga, de estratégias que reverterem à situação”.

Entender o transcorrer da narrativa da professora Afrodite a partir de uma posição de resistência na sala de aula: a descoberta de ser política surda, as trajetórias, as lutas, as tensões no campo de ensino, os espaços de negociação, os discursos dos professores surdos, que também entram nessas histórias. Veja o que Afrodite usa a respeito da negociação de estratégias que reverterem à situação para seguir um caminho melhor:

Então, eu só defendo que nós devemos também seguir outro caminho, mas os meus alunos não aceitaram esse meu discurso. A discussão continuou e eles argumentaram que era preciso respeitar o fundamento da educação especial, as pesquisas na área médica, as pesquisas de outros profissionais já renomados na área. Eu “ouvi” tudo e respondi, que aquela era a minha sala então eu usaria meus conceitos e minhas pesquisas, que naquele espaço eu que mandava. Todos os alunos se revoltaram e falaram que eu os estava oprimido. Tudo bem então, eu disse, lembrem que vocês tinham me pedido para não dar prova escrita para vocês, apenas trabalho? Eu mudei de ideia, melhor eu dar prova escrita para vocês, sabem por quê? Porque eu preciso avaliar o conhecimento de vocês e disse que o conteúdo que eles precisavam estudar profundamente para esta avaliação era o relatório do grupo de trabalho sobre a política nacional de educação bilíngue libras/língua portuguesa, ele é bem claro sobre os motivos porque devemos nos desvincular da educação especial, do conceito do surdo enquanto deficiente, explica também porque o melhor caminho para o surdo é a educação bilíngue e assim por diante, então é para vocês lerem e eu vou avaliá-los na prova, então vocês não podem utilizar outros conceitos, você não podem dar suas próprias opiniões, pois vocês reclamaram com a minha coordenadora que eu estava oprimindo vocês, que eu não estava dando liberdade de vocês



discutirem sobre essas coisas, então vamos ver na prova?! (AFRODITE, 2014).

Antes de transcrever a narrativa da Afrodite, seria relevante contar como é a situação na sala de aula revertendo às estratégias de não aceitação da educação especial ao invés da educação bilíngue onde tem a possibilidade de usar essa resistência surda com a expressão do sentir-se surdo dentro de uma experiência vivida, e percebo a tensão da Afrodite, e argumenta também com a pesquisadora:

A pessoa “deficiente auditiva” é a base para existência teórica da educação especial, assim como é a base para a construção de “teorias” sobre a incapacidade de ouvir e sobre como ensiná-la – no caso, leia-se e corrija-la. Os discursos clínicos, visivelmente conectados com os discursos pedagógicos, enunciam a deficiência auditiva e definem pedagogias ditas “especiais”. Tais discursos, quando colocados no mesmo espaço de invenção curricular, muitas vezes entram em fortes tencionamentos com aqueles discursos que negam a deficiência e inventam a surdez como uma condição, possibilidade, traço ou significação cultural surda. (LOPES, p. 54, 2007).

Essa tensão da Afrodite querendo mudar a visão dos alunos para reconhecerem que os surdos são diferentes, e não deficientes onde possa usar o melhor caminho para surdos, e argumenta também a pesquisadora sobre Ser Surdo:

O estar sendo surdo entre nós é considerado um estar na experiência surda componente ativo que se agencia nas dinâmicas de poder constitutivas do povo surdo. É uma experiência na convivência do ser na diferença, no espaço de uma cultura, de um povo. (PERLIN, 2003, p. 91).

Entendo que a tensão da Afrodite querendo demonstrar algo cultural sempre passa pela diferença, o que, aliás, é um exemplo significativo de um tipo de resistência que está se dando na sala de aula, é algo fortemente marcado pelo desejo da Afrodite de construir uma forma de política surda para si mesmo, uma determinada identidade surda na sala de aula no campo do ensino.

Dentro desse contexto no espaço de negociação, existem muitos professores surdos na Educação Superior que trabalham no ensino, pesquisa e extensão. Com relação a isso a professora Deméter demonstra a sua preocupação:

O ingresso de professores na Educação Superior é algo muito bom, pois eles estão se apropriando desse espaço. No entanto, alguns professores surdos

após se apropriar desse espaço não sabem o que fazer nele. Como solicitar, por exemplo, verbas para realização de projetos (está se referindo aos projetos de extensão e pesquisa realizada na universidade), parceria com as associações, ou qualquer outra estratégia de trabalho. Acabam se focando apenas no ensino e isso me preocupa. Fico pensando em como orientar esses professores para que saibam como e onde devem captar recursos. (DEMÉTER, 2014).

Essa preocupação de Deméter demonstra a existência da possibilidade de posicionamento de resistência no campo de ensino, pesquisa e extensão que pode acontecer enfatizando-se aos professores surdos, como será trabalhado na Educação Superior não somente com o ensino, mas na pesquisa e extensão.

A partir desse desafio apontado por meio da preocupação da Deméter, relacionando e aproximando a pesquisa e extensão, identifico e mapeio as narrativas dos professores surdos que falam sobre o posicionamento de resistência no campo da pesquisa e extensão, conforme a narrativa da professora, Ártemis, a qual acredita que é necessário um desenvolvimento das pesquisas:

Acredito que é necessário extremamente necessário. Muitos professores passam anos dentro da universidade atuando em sala de aula, somente em sala de aula. É importante que se desenvolvam pesquisas, as pesquisas enriquecem o aprendizado. Fora da sala de aula, nos mestrados e doutorados existe um grande desenvolvimento e troca entre os colegas, mas no espaço profissional, muitos surdos só atuam em sala de aula, parece uma disparidade entre o que estuda e o que aplica na atuação dentro das universidades. É preciso ter grupos de pesquisa nas universidades, ter intérpretes, que faltam em grande parte delas, os concursos para intérpretes estão ocorrendo e a união entre surdos e intérpretes pode ser positiva para o desenvolvimento político nas instituições. (ARTEMIS, 2014).

Pelo visto, Ártemis defende os professores atuem não somente no ensino na sala de aula, e enfatiza aos professores surdos que eles devem ser aplicados e se desenvolverem nas pesquisas fora da sala de aula na Educação Superior, e conquistar o espaço político que possibilita reconhecer a força política afirmando a necessidade de estar com o outro, como diz Lopes (2007, p.92): [...] afirma que nostalgia, a necessidade de estar com o outro – o que ele chama de “presencialidade”- as formas como o surdo usa e distribui o tempo – temporalidade -, e o constrangimento na forma de se colocar diante do outro não-surdo aparecem marcando os sujeitos e, portanto, a cultura surda.

Quando os professores surdos tomam essa responsabilidade de informar aos outros, como segue com a fala do professor Apolo:

A responsabilidade que nós profissionais professores na educação superior temos de informar e fazer com que as pessoas possam ter compreensão dessas questões, através de publicações de artigos científicos, publicações de resultados que são encontrados nas pesquisas científicas, como aqueles que atestam o status linguístico da língua de sinais e sua equiparação com as línguas orais, aqueles sobre a forma como os surdos percebem o mundo por exemplo. (APOLO, 2014).

Como o professor Apolo disse, nós, profissionais, devemos tomar essa responsabilidade de informar aos outros para que tenham essa compreensão sobre pesquisas científicas feitas pelos professores surdos que falam sobre a Língua de Sinais Brasileira, cultura surda, identidade surda como o mundo dos surdos que levam para a discussão científica entre os grupos de pesquisa como um traço, um marcador cultural que já são conhecimento daqueles que trabalham na área, argumenta a pesquisadora:

As produções acadêmicas passaram a ser mais aprofundadas e regulares, graças às pesquisas de mestrado e doutorado que estavam sendo ali realizadas. As discussões e produções de pesquisas estavam alicerçadas na promoção de modelos linguísticos, na importância do conhecimento da estrutura da Língua de Sinais Brasileira e na divulgação do bilinguismo como uma forma de compreensão da condição de ser surdo em uma sociedade ouvinte. (Lopes, 2007, p. 34).

Ao apontar a necessidade de pesquisadores surdos que trabalham na Educação Superior, ressalta estimular a formação do nível exigido pelos professores surdos, como aponta a professora Afrodite:

O que eu percebo é que a maioria dos professores surdos que estão entrando nas universidades do Brasil tem só a formação mínima exigida para ensinar nelas, é preciso estimular a formação em nível de mestrado e doutorado para que eles aprendam como fazer pesquisa, porque a pesquisa é muito importante. Eu penso que as universidades deveriam priorizar os formados em letras/libras, porque a maioria dos surdos não pode aproveitar sua formação anterior, pois você sabe o problema da educação básica aplicada aos surdos no passado?! Então, eles devem aproveitar o seu trabalho nas universidades para estudar mestrado e doutorado e assim melhorar o seu perfil enquanto pesquisador. É preciso ter uma política de formação de pesquisador surdo, a capes, o CNPq precisa criar uma política focada na formação de pesquisadores surdos, pois ainda não há. (AFRODITE, 2014).

A formação mínima exigida pelos professores surdos atuantes na Educação Superior foi crescendo e se multiplicando, começaram a dar retornos e valorizar as

pesquisas, fortemente marcadas por atravessamentos linguísticos e condição pela necessidade de difundir a educação de surdos a partir de bases sociais, culturais e políticas. Sobre essa entrada de pesquisadores surdos, Lopes (2007, p. 34) explica: “com a presença marcante dos surdos como pesquisadores e como sujeitos participantes de fóruns de discussão e de pesquisas na área de educação no espaço academia, aconteceram muitas mudanças”.

Considero interessantes as muitas mudanças e a partir da mudança, de acordo com a professora Ártemis as diversas produções já publicadas, e ainda aquela, que podem vir a ser realizadas:

Hoje em [...] permaneço as atividades voltadas para a atuação docente, acredito que no futuro isso possa ser modificado, com maturidade, estabelecendo uma aproximação com o intérprete, do concurso já realizado, pois as pesquisas são necessárias. Pesquisas de diferentes áreas devem ser realizadas, surgem novos temas a cada momento, por exemplo, minha pesquisa sobre os [...] pode colaborar com um grupo de pesquisa no futuro, com certeza sim. (ÁRTEMIS, 2014).

Com esse movimento de resistência no campo da pesquisa e extensão dos professores surdos na Educação Superior, os pesquisadores surdos vão colocando em questão os saberes oficiais que dizem da educação de surdos, como diz Varela (1995), discutindo os saberes que se articulam nos movimentos de resistência, afirma que tais saberes são descentrados, polimorfos e fragmentários, tanto nas lutas a favor de Língua de Sinais Brasileira e na educação de surdos, quanto nas produções de pesquisas e projetos pelos saberes dos professores surdos na Educação Superior.

Um ponto que preocupa a professora Deméter está relacionado com o currículo dos professores surdos no que se refere às exigências elencadas nos editais emitidos pelas universidades:

Muitas vezes o próprio edital de fomento se refere à possibilidade de parceria com associações, Ongs, etc. o próprio edital pede isso, mas não é realizado pelos professores. Algumas vezes o professor surdo até elabora um projeto dentro desses editais, mas o currículo fraco do professor não permite com que ele tenha seu projeto aprovado pelo CNPq, o que representa um problema. Então eu penso que seja importante uma formação para esses professores que estão ingressando na educação superior, talvez através de um seminário onde esses professores possam se reunir e serem orientados por professores mais experientes, isso é necessário. (DEMÉTER, 2014)

Isso explica a questão do projeto e a forte preocupação a esta ou àquela maneira de estimular, de se reunir e serem orientados por professores mais experientes. Assim que se constroem as produções dos professores surdos que nos agradam com as ligações mais profundas e seu impacto sobre a busca de compreensão mais adequada no projeto do edital onde for publicado no campo de ensino, pesquisa e extensão.

Quando se coloca o subtítulo do presente campo de ensino, pesquisa e extensão necessariamente se remetem às estratégias com a validade do seu trabalho e conquista dos professores surdos, como a professora Deméter narra como uma forma de política a partir da produção de resistência e de estratégia:

As publicações, as orientações realizadas, a quantidade de trabalhos realizados, as viagens de trabalho, deixa eu ver o que mais... Ah, outra estratégia importante são a realização de um bom trabalho de ensino, que promove um reconhecimento e divulgação do trabalho por parte dos alunos, isso é importante. Os alunos passam a validar seu trabalho e conquista o respeito deles e dos demais. Quando o professor não realiza um trabalho de ensino de qualidade, da mesma forma, os alunos se encarregam de divulgar essa imagem negativa o que traz uma descridibilidade para o trabalho do professor, eu percebo que isso acontece. Não só com alunos surdos, mas com alunos e professores ouvintes também. Eu acho que a realização do trabalho de ensino com excelência é a estratégia básica, não só de ensino, mas de pesquisa, extensão etc., é isso que vai trazer respeito ao trabalho do professor e de certa forma acaba abrindo portas na área política, pois a reputação do professor também chega a esses espaços, então isso é muito importante. (DEMÉTER, 2014)

Enfim, no espaço de negociação no ensino, pesquisa e extensão, os professores surdos entram nessa luta, com seus saberes, suas intelectualidades e seus discursos que ganham o seu respeito. Ao caracterizar o posicionamento de resistência do professor político surdo como algo inovador ligado à ciência, que precisava negociar, os professores surdos mudaram vidas e trajetórias de lutas, realizaram sonhos como novo posicionamento de resistência e construíram os professores surdos como pesquisadores.

Essa afirmativa muito ilumina as experiências atuais sobre os professores surdos que tentam travar uma discussão ética como uma enorme estimulação da produção de relações de poder na qual nós temos nessa resistência, do sujeito de uma resistência sempre possível ao poder político quando este põe em questão seu ser surdo no espaço de negociação no ensino, pesquisa e extensão. O que pode acontecer com o sujeito, em que ele pode tornar-se ao resistir ao poder.

A narrativa de cada professor, como surdo e ativista, apesar da sua identidade, também possui o envolvimento com as práticas rumo à resiliência com as relações de poder e com os discursos políticos.

### **4.3 - RUMO À RESILIÊNCIA**

Os avanços da comunidade surda em termos de descobertas, conhecimentos e avanços científicos dos professores surdos e as novas mudanças do crescimento dos professores surdos na Educação Superior destacam-se em prol de lutas em que muitas coisas foram conquistadas dadas como rumo à resiliência e vem, rapidamente, se tornando realidade para a comunidade surda.

Pelo visto, a resiliência é algo de enfrentamento positivo, como explicamos autores definidos com essa provocação de resiliência:

Resiliência é tida como um processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo interatuam em uma relação recíproca e que, apesar da adversidade, permitem à pessoa se adaptar (LUTHAR, CICHETTI & BECKER, 2000). Assim, distinguem-se três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência: a) a noção de diversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano; b) a adaptação positiva ou superação da adversidade; c) o processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influem no desenvolvimento humano (INFANTE, p. 23, 2005).

Hoje em dia, já influenciaram a comunidade surda e o desenvolvimento dos professores surdos está tomando rumo à resiliência depois de fazer essa resistência que permite aos professores surdos se adaptarem ao ambiente na Educação Superior, até mesmo usando o novo conhecimento científico dos professores surdos.

E prossegue falando com os autores:

Ao abordar a questão do desenvolvimento da resiliência, Rutter (1985) identifica como fatores importantes as experiências positivas que levam a sentimentos de autoeficácia, autonomia e autoestima, capacidade para lidar com mudanças e adaptações, e um repertório amplo de abordagens para a solução de problemas. De acordo com Peres, Mercante e Nasello (2005), o aspecto crucial para o desenvolvimento da resiliência reside nas crenças de autoeficácia. Os autores afirmam a que a resiliência, baseada no conhecimento da própria capacidade de enfrentar e superar dificuldades representa um preditor da resiliência. (LOPES & MARTINS, 2011, p. 37).

O ser professor surdo com o progresso científico poderia, enfim, viver com autonomia, autoestima, capacidade para lidar com mudanças e adaptações para solucionar o espaço de negociação. O que viram, no entanto, foi o aumento de dominação, da exclusão, de um olhar subalternizador a respeito da Língua de Sinais Brasileira e força de poder dos soberanos, a despeito de tanto progresso no mundo científico. Lecourt explica sobre o ser humano e inteligência:

A humanidade acaba de dar, em alguns anos, vários passos decisivos no caminho do domínio técnico do ser vivo. Esses sucessos, no entanto, não são celebrados unanimemente como se fossem progressos que ilustram a inteligência e a engenhosidade do ser humano. Ainda que os esforços dos pesquisadores se concentrem sobre o melhor partido a ser tirado de seus resultados em prol da melhoria geral, só se ouvem discursos de espanto e solenes alertas. [...] depois de ser idolatrada durante décadas, a ciência vê-se agora denunciada como detentora de um poder maléfico. [...] convence-te de que não evitarás isso, age em consequência disso, e é assim que escaparás. (LECOURT, 2005, p. 11).

Essas palavras de Lecourt me fizeram refletir sobre a vida humana para além da Educação Superior. Isso nos desafia pela razão de que é importante observar que os professores surdos são capazes de realizar essa troca de experiência, a partir do científico, é uma questão que desejamos usar nessa direção novo conhecimento científico, rumo à resiliência.

É possível, pois, dizer que o rumo à resiliência nos constitui a ser apresentados nesse capítulo: resiliência, uma questão: as diferenças entre os professores surdos; condição do mal-estar na Educação Superior; narrativas de liberdade.

#### **4.3.1 – RESILIÊNCIA, UMA QUESTÃO: AS DIFERENÇAS ENTRE OS PROFESSORES SURDOS**

Que os professores surdos são diferentes é um fato. Que consigam sair-se bem nas universidades também é um fato, apesar das diferenças. Um professor surdo não é o outro professor surdo, não representa o outro professor surdo. Cada professor surdo é por si mesmo. Resiliências acontecem, professores surdos apreendem a se reerguer como menciona Cyrulnik (2004, p. 3): “Eu saí dessa”, admiram-se os resilientes, que depois de um ferimento reaprenderam a viver, mas essa passagem da sombra para a luz,

a escapada do porão ou a saída do túmulo implicam a necessidade de reaprender a viver uma outra vida”.

Compreendo a inquietação dos professores surdos, isto é, as tensões se sucedendo, resiliência da passagem da sombra para a luz entre eles no mundo acadêmico, a professora Deméter, refletindo sobre a temática da tensão do perfil dos professores surdos com relação à possibilidade de se aliar o perfil docente ao ativista, narra que:

Bem, ser ativista significa (...) pode ser dentro da própria instituição quando o professor reivindica melhorias como, mais intérpretes, provas de seleção em libras, então esse ativismo na verdade é vista numa luta diária que ele precisa realizar e que muitas vezes eu não tenho feito lá fora, por exemplo, no ativismo da associação de surdos, na luta por legislação que favoreça os surdos por exemplo. Eu sei da importância da ativista fora da academia tanto quanto aquela que é realizada dentro dela, mas a questão é que esse trabalho que é realizado fora da academia não é reconhecido pela universidade e toma um tempo do professor. Então eu penso talvez que a comissão que avalia o trabalho do professor deva entender a história dos movimentos que são realizados fora da universidade como o movimento dos surdos pela educação bilíngue e tantos outros que vem sendo realizados ao longo da história, mas eu sei que é difícil aliar a atuação nesses movimentos ao trabalho acadêmico. (DEMÉTER, 2015).

Nessa fala, Deméter mostra a existência da resiliência rumo aos professores surdos que são ativistas, mas não todos, e sim alguns, digo a maioria, foram grande exemplo de superação e resiliência a partir dos movimentos ao trabalho acadêmico, movimento dos surdos pela educação bilíngue e tantos outros ao longo da história, mas superando as suas feridas fora da academia, e também penso que é importante mostrar à universidade a consciência da complexidade da teia da vida profissional dos professores surdos na Educação Superior.

Vê-se hoje em dia, que algumas universidades têm estimulado muito os professores surdos a se tornarem resilientes para avançar em relação à experiência científica, mas existe um olhar subalternizador, isso quer dizer que eles são os nossos medos, principalmente, comunicação em Língua de Sinais Brasileira, como a maioria não sabe, e afirmo que os professores surdos são guias, são mestres no caminho da existência no mundo dos surdos através das descobertas científicas, ou seja, experts<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Isso significa que é o conhecimento adquirido com base no estudo de um assunto e a capacidade de aplicar tal conhecimento, resultando em experiência, prática e distinção naquele campo de atuação. Está relacionada com as habilidades e competência para executar algo.



como no caso dos professores surdos de algumas universidades. Como Deméter narrou que infelizmente a maioria das universidades não reconhece a luta dos professores surdos fora da academia, por exemplo.

Esses experts tiveram uma ampla participação na tentativa de melhorar a vida acadêmica dos alunos surdos, e com grande força de superação e luta que parecia surgir do fundo de sua alma como no caso do encontro surdo-surdo<sup>59</sup> para a compreensão política e reforço como resiliência, assim como afirma a pesquisadora que nos faz lembrar:

A resiliência pode ser definida como a construção de soluções criativas diante das adversidades presentes nas condições de trabalho e dos negócios da sociedade atual, da qual resulta um duplo efeito: a resposta ao problema em questão e a renovação das competências e do elo vital dos indivíduos. ‘A resiliência envolve não somente o controle sobre a situação, mas um determinado reforço para que o indivíduo siga lutando por novos resultados pessoais e pelos perseguidos por seu grupo de trabalho’. (BARLACH, 2005, p. 106).

Prosseguindo com a construção de soluções diante das condições de trabalho, seguimos com a narrativa do professor Apolo relacionando com a resiliência, orientando e aproximando o uso do seu perfil como experiência e estratégia visual:

Há alguns professores que conseguem fazer uma adequação perfeita da didática aos alunos surdos, mas o que eu vejo é que a grande maioria ainda utiliza uma miscelânea das duas, numa tentativa de adequar a experiência e estratégias visuais a didática existente para ouvintes. Isso é algo que eu sempre digo em sala de aula, que os alunos tenham cuidado e se atente que, muitas vezes, nesse processo eles promovem adaptações de uma didática ouvinte para um público surdo, o que é inadequado. Oriento que eles devem criar uma pedagogia nova que se aplique aos surdos, é isso que tenho dito aos meus alunos. Então esses alunos, sejam ouvintes ou surdos, estarão aprendendo com uma geração de surdos mais antigos e formando uma geração de jovens surdos que substituirá essa primeira e por sua vez ensinará novos professores e é dessa maneira que as práticas de ensino se estabelecem, num contínuo cronológico que se aperfeiçoa e melhora cada vez mais. Então mesmo que esse aluno seja ouvinte, ele vai aplicar um pouco daquilo que ele aprendeu das estratégias e experiências visuais do seu professor surdo com seus alunos surdos e esse aluno, ao crescer, melhorará ainda mais essas estratégias e ensinará outros formadores de uma forma ainda melhor que a

---

<sup>59</sup>[...] aquilo no momento de meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificava a eles identificava a mim também e fazia ser eu mesma, igual. (Perlin, 1998, p. 54).

geração de professores surdos anterior e as práticas vão sendo melhoradas. É claro que isso demora anos, mas eu acredito que o resultado é uma melhora contínua. (APOLO, 2014).

Pelo visto, o professor Apolo demonstra a sua resiliência ao orientar os profissionais que devem usar e lutar pela experiência e estratégia visual com os alunos surdos na Educação Superior, como diz a pesquisadora Perlin (2003, p.27) sobre experiência visual: “Cada movimentação, cada nova significação, como as ondas sobre o lago, movimentam a cultura surda”. Apolo quer dizer que algo como uma resiliência os pensamentos podem levar aonde os olhos dos surdos podem chegar, portanto, as experiências visuais correm o mundo, é um exemplo de resiliência, superando ao usar essa estratégia e experiência visual que movimentam a cultura surda, isso que ele pode acreditar que o resultado é uma melhora contínua, como afirma o professor Apolo.

Refletindo a complexidade da resiliência, percebemos como somos diferentes, somos outros e somos surdos compartilhando com os ouvintes, pode acrescentar resiliência a toda teia da vida dos professores surdos. Compreender a resiliência que o Apolo está tomando para essa estratégia visual, e para Moraes (2004, p.305): resiliência é uma “capacidade humana universal que faz com que o indivíduo seja capaz de enfrentar as adversidades da vida, de superá-las e transformá-las”. Sequeira (2009, p. 65) afirma: “A resiliência é sistêmica, dinâmica e se dá nas interações entre a pessoa em permanente desenvolvimento, seu ambiente e as pessoas de seu entorno”.

Compreender que um professor resiliente é aquele que supera, usando uma estratégia visual e desenvolve outro jeito mais adequado de se ensinar. Entendo que a resiliência como um ato de superação ocorre no encontro com o outro, uma interação, e entendo que não é apenas um processo de adaptação, mas de elaborar novos caminhos e refazer para compreender que o Apolo está usando a experiência visual vivido em direção ao desenvolvimento que é o melhor para alunos surdos.

As resiliências que as autoras citadas acima trazem para a nossa reflexão podem ser lidas com base em algumas narrativas de professores surdos onde a professora Ártemis nos mostra ao tencionamento que pode gerar sem impor:

Assim como não quero que imponham nada, também não posso impor o que penso, isso pode gerar um tencionamento que funciona e é necessário o contato cotidiano. Este contato envolve apresentar quem eu sou, minha formação, para ser reconhecida é necessário reconhecer o outro colega e isso

também diz respeito à participação das discussões, tudo isso significa convivência. (ÁRTEMIS, 2014).

A professora Ártemis quer dizer quem é ela, sua formação e precisa transformar a sombra para a luz como resiliência com as quais se depara e construir caminhos positivos diante de situações difíceis, porém, fazendo que seja reconhecida como profissional onde a tensão foi provocada por tais situações.

A narrativa apresentada por Ártemis é fortemente marcada pelo desejo de não impor nada, mas de construir e manter a coesão, para si mesmo, uma determinada resiliência com os grupos de discussões. É nessa fusão entre reconhecimento profissional que adquire importância a convivência de resiliência. Para Ártemis, é preciso compreender que é necessário contato cotidiano profissional, convivência é resiliência, que a representação surda é resiliência, os diferentes grupos sociais e culturais é resiliência, definidos por meio de uma variedade de dimensões (pode ser classe, raça, sexualidade, gênero, etc.), que reivindicam seu direito à resiliência para ser reconhecida.

Isso quer dizer que é um processo que irá fortalecer e capacitar Ártemis para lidar com as adversidades de uma forma positiva, e não é um estado inflexível, é um processo que deve ser construído continuamente ao longo da vida profissional, por isso é importante que os professores surdos elaborem os conflitos e retomem o seu desenvolvimento de forma resiliente.

É possível falar em resiliência apenas quando ocorre uma resistência envolvendo os professores surdos, que faz com que os mesmos se esforcem quando vem o momento da tensão, e superem as dificuldades em sua representação como perfil dos professores surdos, conforme outro trecho da narrativa da professora Atena sobre a valorização e respeito:

Antigamente os surdos não davam valor ao meu trabalho, desculpe estar falando isso, mas é a verdade. Há muita briga, concorrência e competição no nosso meio e por isso eu não era valorizada. Também pelo fato de eu não ter o título de mestre ou doutora, se eu já fosse doutora, por exemplo, com certeza a comunidade reconheceria meu valor, mas por não ter título eu não era valorizada. Há surdos, por exemplo, como a Ana Regina, que você conhece que tem um poder e é respeitada por toda comunidade por ser presidente da federação nacional de educação e integração dos surdos, por ser doutora, e tantas outras características ela é respeitada. Hoje os surdos já me

respeitam pela minha trajetória de luta, mas antigamente isso não acontecia porque eu não tinha o título de doutora, é verdade. (ATENA, 2014).

Atena demonstra a sua não valorização profissional quando não tinha título, e hoje se sente valorizada e respeitada, por isso ela está tornando-se resiliente. Entendo que determinada situação é a visão subjetiva própria de Atena, a sua percepção pode atribuir à resiliência o sentido de ser respeitada pela comunidade surda reconhecendo a sua trajetória de luta, ou então, como sendo apenas um desafio. Percebo que não há um número de resiliência suficientes ou necessários para desenvolver a capacidade de resiliência da Atena. É necessário considerar a heterogeneidade dos tipos de resiliência e como isso afetou Atena, mais do que ela respondeu a uma determinada situação. Isso que ela já está habituada nessa situação.

Seguindo com a aproximação da narrativa a professora, Afrodite, ressalta bem como enfrentou a situação:

Mas eu percebi que os alunos surdos ficavam “babando”, admirandos durante as minhas aulas, eles relatavam que não tinha aprendido sobre a história do povo surdo, que não sabiam que eram fortes, antes achavam que até seria possível, mas agora que sabiam de verdade que eram capazes. Isso foi muito importante para mim, pois eu pude comprovar a importância do meu papel enquanto professora surda em servir de modelo para que os alunos surdos possam lutar e conseguir um futuro melhor. Eles falaram para mim que já tiveram muitas aulas com professores ouvintes, mas que somente comigo estavam aprendendo o significado de política, de bilinguismo, antes o aprendizado para eles não era significativo, pleno. (AFRODITE, 2014).

Afrodite pensa diferente dos outros, reagindo de uma forte resiliência, mas de uma forma diferente, de acordo com a forma resiliente como este provoca e afeta aos alunos surdos para seguir o seu modelo. Ou seja, não deixar os alunos se sentirem perturbados por não saberem as coisas que não aprenderam, outras maiores por resiliência, outros ainda quando a resiliência é mais prolongada e alunas podem alcançar o desenvolvimento de ser resiliente como no caso da Afrodite no dia a dia seguindo o perfil de ser professora surda.

É possível aprender formas de enfrentamento a partir da convivência e construindo o ser resiliente, uma questão das diferenças entre os professores surdos que já vivenciaram as aulas e alcançaram sucesso na Educação Superior.

Compreender a resiliência é muito importante para os professores surdos. Além disso, é fundamental entender também a importância dos mecanismos resilientes surdos que o professor dispõe ao apreender o meio em que vive, ou seja, a autoestima positiva, a autonomia e características flexíveis de negociação. Assim que a resiliência dos professores surdos podem associar ao um bom relacionamento com os professores ouvintes que tenham um papel de referência aliada com a comunidade surda, fazendo com que este trabalho seja significativo.

A resiliência, uma questão de diferenças entre os professores surdos podem ser vistas como perfil rumo à resiliência no contexto entre qualidade dos acontecimentos decorrentes do trabalho deles e os pontos fortes como forças de poder, posicionamento de resistências, rumo à resiliência, cultura surda e narrativas políticas existentes na educação superior a que se refere a um processo dinâmico que tem uma adaptação positiva no contexto de uma grande adversidade.

Assim, as diferenças entre os professores surdos em torno do conceito de resiliência, a capacidade de desenvolvê-la e a complexidade, mas pode acontecer a condição do mal-estar na Educação Superior onde existe a tensão.

#### **4.3.2 – CONDIÇÃO DO MAL-ESTAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Uma das questões mais discutidas é o entrecruzamento de olhares dos professores surdos na Educação Superior. Os professores surdos e sua complexidade. Os professores surdos e seu caminhar. Ser professor surdo, estar professor resiliente. A própria condição do mal-estar, que é ser professor surdo, o faz ser sempre visto como alguém “de subalternizador”, onde vive e trabalha na Educação Superior, é um olhar subalternizador que causa o mal estar, enquanto os professores tomem um rumo à resiliência, um diferente, tanto pelos aspectos físicos quanto culturais, é visto, também, como uma tensão entre os professores surdos na Educação Superior.

Sua tensão incorpora esse problema com a referência de resistência que está preservando a cultura surda e Língua de Sinais Brasileira e resiliência que está enfrentando o seu posicionamento de poder. Se no lugar da Educação Superior onde a língua majoritária que os professores surdos trabalham, às vezes, acontece quando as pessoas veem que os professores surdos não são reconhecidos devido a sua condição de

pessoa surda e diferente, às vezes acontecem olhares subalternizadores como afirma o autor Foucault: certa forma de olhar que se desloca de fora para si mesmo, o que implica em maneiras de atenção “ao que se pensa e ao que passa no pensamento” (FOUCAULT, 2004a, p. 14), independentemente do quanto de valores culturais tenha sido complexa nessa vivência na Educação Superior. Essa condição de mal-estar, confusão e tensão, um espaço dos professores surdos de identificações à resiliência se transforma num terreno complexo de construção e desconstrução de formas discursivas que vão refletir sobre o enfrentamento dessa condição de mal-estar na educação superior surge um espaço de negociação enquanto houver um olhar subalternizador, como exemplifica o professor Apolo ao mencionar seu sentimento ao participar de uma banca:

Tenho visto isso quando vou participar de bancas em outras universidades, por exemplo, e vejo que a relação que se estabelece nelas é extremamente diferente. Os surdos são tratados de uma forma extremamente desigual e subalterna. (APOLO, 2014).

Pela condição de mal-estar, Apolo demonstra que percebe como as outras universidades tratam os surdos como subalternizador e desigual quando estão participando de banca examinadora, vejo que ele tem uma condição de mal-estar e não aceita ver tal fato, implicando na forma de olhar que se desloca de fora para si mesmo. O mal-estar que se experimenta hoje na atualidade alcança o professor Apolo na participação da banca examinadora. As angústias que esse ser professor surdo chamado professor perceber que nos faz uma resistência, afetam rumo à resiliência quando acontece um olhar subalternizador sobre os outros surdos na Educação Superior.

Nesse contexto, não apenas a possibilidade, mas a tensão e a necessidade do professor surdo lidar adequadamente ao alcance da transformação do mal-estar na docência. O que podemos entender nessa tensão do professor Apolo sobre o subalternizador, reflito também que o surdo é um ser humano também, lembremo-nos sempre disso, “somos seres humanos que trabalham com seres humanos e isto nos propicia o encontro entre sensibilidades e razões” (MOSQUEIRA E STOBAUS, 2006, p.116), o que se busca é a resiliência, o possível da capacidade de enfrentar o emocional.

Ao enfrentar o emocional, a condição do mal-estar continua por aí com a referência à visão de dominação, conforme aponta a professora Ártemis:

Em contra partida, em outros espaços ocorre oposto como a afirmação de que já exista surdo o suficiente, são visões diferenciadas e o número de profissionais surdos vai depender de cada espaço e da relação que eles estabelecem com os demais profissionais. Percebo que nas relações dependem da postura de cada surdo, por exemplo, surdos que para afirmar sua identidade agem de forma radical e entram em conflitos com os ouvintes podem misturar as relações e é necessário ter cuidado. O cuidado nestas relações se refere à visão de dominação, não querer ser dominado e também não querer dominar, por isso, acredito que a posição de intelectual, ainda, não está totalmente consolidada, pensar que somos iguais não é verdade, então isso gera certa confusão. (ÁRTEMIS, 2014).

A professora Ártemis afirma que é para ter cuidado para não ser radical quando agir com a sua identidade, entendo que ela está mostrando que é importante ter flexibilidade nesse momento, usar essa resiliência para ter cuidado e não ter conflitos nessa situação.

Essa condição do mal-estar acontece quando houver uma concorrência com o professor surdo em concurso, como relata o professor Apolo:

Por isso um profissional surdo atua beneficiando os demais surdos. É por isso que eu sugiro que sempre quem ensine Língua de Sinais seja um professor surdo. Infelizmente a concorrência que se dá para professor surdo em concursos ainda não é justa através de provas em Língua Portuguesa. Se o professor vai atuar com a disciplina Libras, qual o problema de termos provas teóricas e didáticas ambas em Língua de Sinais? Isso sim seria equilibrado. Os surdos são capazes de fazer isso. Muitas vezes sabem o conteúdo melhor do que candidatos ouvintes, mas tem dificuldades de fazer escolhas lexicais adequadas. (APOLO, 2014).

O mal-estar do professor Apolo parece algo que enfrentamos na Educação Superior, seja pela questão de ensinar a Língua de Sinais Brasileira, seja pelo status da profissão ou mesmo pela sensação de incapacidade de incorporar as dificuldades de fazer escolhas lexicais adequadas.

Por que a Educação Superior está sempre às voltas com o discurso a respeito do concurso em relação à Língua Portuguesa para candidatos surdos? Para iniciar uma reflexão sobre o professor Apolo, pode-se pensar que um fator importante que contribui para o mal-estar do professor surdo, segundo ESTEVE (1999, p.28), seria “a transformação do papel do professor, assim como de outros agentes tradicionais responsáveis pela socialização”.

Isto porque, apesar da Educação Superior ser um espaço em que se passa uma boa parte negociando, existe um lugar onde o professor surdo e a experiência acontece e com o qual a Educação Superior parece não dialogar, a partir do espaço de negociação para uma boa causa para os candidatos surdos no concurso público.

Outra narrativa trazida pela professora Atena com a condição do mal-estar:

Durante esse tempo eu sempre orientei os surdos sobre a importância dos estudos e o ingresso na academia e eles não davam valor ao estudo, não queriam saber disso. Sempre diziam que já ensinavam Libras e sabia a língua então não precisavam de mais nada. Eu enfatizava que ensinar era uma coisa, ter o conhecimento teórico era outra coisa diferente. O tempo foi passando e quando surgiu a formação para instrutor que eles foram começando a entender isso, antes disso só trabalhavam vendendo adesivo, você lembra? Pelo Brasil todos os surdos faziam isso e nem davam importância para o estudo. (ATENA, 2014).

A narrativa feita por Atena e sua inferência no processo educativo encontra-se em um momento bastante promissor na atualidade. Na orientação aos surdos, esta discussão vem assumindo um papel central na busca de enfatizar a importância do estudo e ingresso na academia para a necessidade de formação para o exercício profissional. Para Barcelos (2005), o saber tem que ver com o conjunto de atividades que desenvolvo como um ser no mundo. É constituído pela diferença de experiências vividas no fluir do viver cotidiano. Seriam, nesta perspectiva, as experiências de orientar de que participa os olhos para visual, as mãos que falam e que tocam em Atena que mostrou as suas preocupações, as ênfases que atravessaram a sua vida da Atena.

Por fim, a negociação desvela o mal estar, a tensão como produção entre sujeitos, movimentando-se na passagem de resistência para resiliência, a partir de narrativas de liberdade, o cuidado de si.

#### **4.3.3 – NARRATIVAS DE LIBERDADE**

Os professores surdos se sentiram encorajados brota da própria definição em construir um pensamento de usar essas narrativas de liberdade oposto ao dominante quando se depararam com a última da obra de Foucault, escrita na segunda metade década de 1970. Para Touraine:



Michel Foucault nada mais é que o grande barqueiro. Este, partindo de sua oposição a Sartre, e atravessando os maiores temas do discurso interpretativo, alcança a ideia de sujeito e de subjetivação que nos liberta do sufoco imposto pela noção de uma sociedade sem atores, sem reflexão e sem consciência. (TOURAINÉ, 2009, p. 101)

Diante dessa menção a Foucault (1970), como um grande inovador, o próprio Touraine afirma que sua reflexão se cruza com o pensamento Foucaultiano, construído nos últimos anos de sua trajetória intelectual entendendo como as narrativas de liberdade.

Tanto em Foucault como em Touraine, a reflexividade incorpora a narrativa da experiência de si, um professor surdo que se coloca pela sua verdade, que reflete sobre sua posição e seu trabalho de experiência. Desse modo, é pela narrativa que o professor surdo expõe o sentido de suas experiências e faz a sua identificação sobre os fatos na educação superior, nos quais se encontra envolvido. A narrativa é sempre uma contadora individual, onde o professor surdo relata o sentido de sua experiência, mesmo que esta se dê na coletividade. Veja a narrativa do professor Apolo falando sobre quando um professor surdo apresenta seus argumentos em Língua de Sinais Brasileira, significa uma narrativa de liberdade:

Um exemplo que pode ser dado para corroborar minhas afirmações é o que acontece nos contextos em que um professor surdo apresenta seus argumentos em língua de sinais, por exemplo, e que percebemos que há uma certa dificuldade de aceitação por parte do público ouvinte. Quando um outro professor ouvinte ratifica a argumentação do colega surdo percebemos uma mudança de postura e facilidade de aceitação por parte do público. Parece que o há aí é uma necessidade de validação dessa resposta por parte de um ouvinte para que o professor ouvinte possa dar credibilidade para o argumento de um professor surdo. (APOLO, 2014).

É a sinalização em Língua de Sinais Brasileira que se faz ser ouvida quando toma essa narrativa de liberdade. No entanto, a constituição de si, está sempre implicada numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades narrativas.

Nesse sentido, por meio da narrativa, o professor surdo dá coerência ao que ele é e expõe a sua experiência que é individual, mas também socialmente compartilhada na educação superior, como Foucault (2001, p.15) deixou bem claro, “o cuidado de si,

envolve todo um conjunto de práticas de si que a pessoa desenvolve sobre si mesmo objetivando estilizar singularmente sua existência”.

É importante mencionar que, enquanto em Foucault o indivíduo constrói a sua subjetividade na experiência existencial, buscando a verdade sobre si mesmo e deliberando eticamente sobre as normas, por meio de técnicas de si, em Touraine a subjetivação passa pela consciência de si e pela vontade de ser reconhecido como um ser de direitos, que o leva a lutar e a se opor às forças que destrói o sujeito, como nos fala a professora Ártemis ao narrar sobre a sua experiência de não aceitação dessa imposição, mostrando a verdade sobre si mesmo:

[...] ficou a marcada a experiência com os alunos separadamente e a tentativa de imposição da [...] para que eu lecionasse a disciplina de geografia para todos os alunos e minha resistência. É preciso ter uma opinião, apresentar e sustentar, foi o que fiz, não concordava com a imposição e não aceitei a imposição. Quando sai do instituto, entram em contato comigo para ajudar na organização do edital para professor substituto, opinei sobre o processo e respeitaram as minhas colocações, pois já tinham experiência comigo e o meu trabalho. (ÁRTEMIS, 2014).

O aspecto do poder com qual a professora Ártemis se confronta e cria suas estratégias de resistências nos processos de subjetivação aparece de maneira distinta nos dois autores. Em Touraine o poder é compreendido como força de dominação que explora, oprime e nega os direitos dos indivíduos e a condição de ser sujeito, cuja resistência se dá por meio da contestação que pode ser tanto pessoal quanto coletiva. Já, em Foucault (1994) o poder tem relação direta com o saber e com as normas sociais sendo tido como uma força produtora de subjetividades, capazes de produzir sujeitos passivos que agem de acordo com o status quo, ou sujeitos éticos, quando capazes de atos de resistência e criatividade frente às dinâmicas do poder normalizador.

Entendo a narrativa de liberdade da Ártemis querendo produzir efeitos mais próximos do indivíduo e do seu corpo. Entretanto, seja, como força de dominação, os dois autores concebem que as relações de poder não estão presentes somente em instituições ou nos processos mais amplos da globalização, mas perpassam também as pequenas relações do cotidiano, nas quais os indivíduos se constituem sujeitos, relacionando-se de forma reflexiva consigo mesmo.

A professora Ártemis que se constitui em experiências na Educação Superior e concretas, mas sempre em referência à resistência e resiliência, que é consciente de ser

professora surda e cultural que precisam ser respeitados. É uma professora que se constitui na experiência vivida, na capacidade de viver com as tensões que emergem pela consciência de pertencer a um grupo e a uma história e, do outro lado, consciente de si e de seus direitos.

Forte da professora não a isola das relações de poder, mesmo que este seja construído na experiência, por meio da consciência de si, na referência aos direitos culturais respeitados:

Agora cada um deles tem uma visão própria em relação a essas questões, que eu não questiono. A gente conversa, eu apresento meu posicionamento, alguns em consenso, outros em desacordo e procuramos respeitar cada um à opinião do outro. Eu gosto muito de trabalhar dessa forma, com uma postura ética, dialogando e respeitando as opiniões contrárias. (ATENA, 2014).

Assim, Atena está mostrando a sua consciência de sua experiência no mundo acadêmico, da luta pelo reconhecimento de si com seu posicionamento, enquanto pessoa de direito e, por meio de atos de resistências, que o indivíduo constrói um sentido para a sua existência como uma postura ética respeitando a opinião de outro.

Hoje em dia, centraliza o sujeito e os espaços de liberdade que o indivíduo encontra para prosseguir os processos de subjetivação, no interior de liberdade como acontece com a professora Atena com uma forma de postura ética respeitando um ao outro.

Portanto, professores surdos, de resistência às forças de poder, são capazes de atos éticos frente ao poder normalizador, atos de narrativa de liberdade que, numa relação de construção de si, compartilham saberes e se engajam em lutas coletivas enquanto comunidade surda para garantirem legalmente os seus direitos.

A narrativa de liberdade envolvida com a resiliência pode ser trabalhada, na perspectiva do cuidado de si, pelo professor no exercício de sua autoeducação, como observa o pesquisador Timm (2006, p.50), “Podemos ter nossa resiliência aumentada ou diminuída, afetada em termos de qualidade pela forma como nos inventamos a nós, professores surdos, todos os dias, em nossas práticas de vida profissional”.

Afinal, “não é um sujeito vazio, mas um sujeito integrado em si mesmo, pela afirmação de si e de sua identidade e pela resistência às forças de poder que exclui, domina, controla. Não é um sujeito isolado, mas voltado para o outro, comprometido

com o outro, tanto por transformar as suas condutas éticas na relação de cuidado com o outro” como afirma a Furlin (2012) e quanto por reconhecer no outro um professor surdo de direito. “Não é um sujeito que só pode ser encontrado no coletivo e nos grandes acontecimentos históricos, mas é um sujeito pessoal, consciente de si, reflexivo, resistente e criativo, que se encontra nas experiências do cotidiano” como afirma a Furlin (2012). Na relação consigo mesmo e nas relações de poder envolvido na presença e reconhecimento da cultura surda na Educação Superior.

#### **4.4 – PRESENÇA E RECONHECIMENTO DA CULTURA SURDA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Começo com uma reflexão: que tipo de presença e reconhecimento é este para se colocar a questão de cultura surda na Educação Superior? Essa presença e reconhecimento da cultura são sempre complexos. Eles têm sua especificidade histórica; e embora sempre exponham semelhanças e continuidades com outros momentos dos professores surdos, eles nunca aparecem ao mesmo tempo. Reflito a semelhança com o que é diferente define não somente a especificidade do momento, mas também a especificidade da questão e, portanto, as estratégias políticas culturais com as quais tentamos interferir na Educação Superior, bem como a forma que precisamos acompanhar as narrativas dos professores surdos.

Entendemos a cultura, de forma geral:

Já que a nossa maneira de ver as coisas é literalmente a nossa maneira de viver, o processo de comunicação, de fato, é o processo de comunhão: o compartilhamento de significados comuns e, daí, os propósitos e atividades comuns; a oferta, recepção e comparação de novos significados, que levam a tensões, ao crescimento e à mudança. (WILLIAMS, 1965, p. 55).

E prosseguindo aproximando com a ênfase da cultura que se refere às práticas:

Se a arte é parte da sociedade, não existe unidade sólida fora dela, para a qual nós concedemos prioridade pela forma de nosso questionamento. A arte existe aí como uma atividade, juntamente com a produção, o comércio, a política, a criação de filhos. Para estudar as relações adequadamente, precisamos estudá-las ativamente, vendo todas as atividades como formas

particulares e contemporâneas de energia humana. (WILLIAMS, 1965, p. 61).

Já podemos entender que a cultura é um modo de vida global, questão do que e como ela é estudada se resolve por si mesma, podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas, dentro de identidades, uma tentativa de descobrir a natureza dos professores surdos que forma o complexo desses relacionamentos, assim que vamos entender como as inter-relações de todas as práticas dos professores surdos são vividas e experimentadas enfatizando a cultura surda na Educação Superior.

Dessa forma, as narrativas dos professores surdos mostram como seria o meio para proporcionar essa negociação, e a interação seria a mediação de conflitos, já que nela se estaria reconhecendo a nossa cultura surda que, em todo o processo, existem indivíduos surdos inseridos em grupos sociais que constituíram uma história cultural.

No momento das entrevistas narrativas, captei algumas falas em que os professores surdos se narram como eles negociam, ou seja, como eles enxergam o papel dos professores surdos como sendo aquele que coloca em diálogo a cultura surda com a dos ouvintes. E também a presença da ênfase da cultura surda na Educação Superior com o ingresso dos professores surdos na universidade.

#### **4.4.1 – ÊNFASE DA CULTURA SURDA**

E prosseguindo nesse caminho à Educação Superior, porque os professores surdos também o seguiram, e se entendermos a complexidade da cultura surda na Educação Superior, como afirma a Perlin:

A cultura surda traz em si elementos importantes que a identificam, a constituem e a colocam no rol das diferentes culturas que perfazem o panorama das posições da modernidade tardia. Os espaços das culturas são regidos por poderosas tramas de poder. Cada cultura é em si mesma autoridade. Uma cultura difere da outra pelo enunciado, pelas tramas de poder e pelas narrativas que a constituem. (PERLIN, 2006, p. 138).

Tanto com a ênfase da cultura surda que traz em si, e gostaria de apresentar algumas narrativas dos professores surdos que, a meu ver, tornam o momento presente um momento de reflexão para a questão da cultura surda na Educação Superior.

A narrativa da professora Afrodite mostra o seu posicionamento quanto á cultura surda na Educação Superior:

É muito importante o meu reflexo da cultura surda porque a minha vida faz parte da cultura surda, eu sou usuária de língua de sinais, tenho uma cultura visual. Eu mostro a mina cultura surda e demonstro o seu valor, porque têm pessoas que pensam que todas as culturas são iguais, mas não, elas diferem uma das outras, precisamos mostrar que á diferentes representações nos diversos grupos sociais. Eu tenho e vivencio a cultura surda. Se não existisse ou se eu não tivesse a cultura surda eu teria baixa autoestima, como eu conseguiria viver? Por isso no meu ambiente laboral eu preciso mostra-la. (AFRODITE, 2014).

Entendo a professora Afrodite produzindo sua narrativa com sua relação usuária em Língua de Sinais Brasileira e com o conhecimento da cultura visual na Educação Superior, porém, a Língua de Sinais Brasileira é algo que se faz na produção da cultura, para ela, é criar, simbolizar e fazer circular sentido, é um processo de interação na Educação Superior.

E também a professora Atena levantando dúvidas sobre os professores surdos tem trabalhado para apresentar a cultura surda na Educação Superior:

Eu não sei exatamente qual o número de professores surdos inseridos nos espaços universitário hoje e de que forma esses professores tem trabalhado para apresentar a cultura surda nesses contextos, porque nós sabemos que há surdos que reproduzem elementos da cultura ouvinte na sua atuação. (ATENA, 2014).

Prosseguindo com a narrativa da Atena, mas apenas no que se refere ao seu contexto em relação ao seu lugar:

Só posso te falar em relação ao meu contexto, o do rio de janeiro, em que tenho visto uma presença forte dos professores surdos, como por exemplo, no instituto nacional de educação de surdos, onde temos muitos professores surdos realizando um trabalho bem sólido. (ATENA, 2014).

Isso que ela está mostrando que conhece onde haja o encontro surdo-surdo que se produz uma forte cultura surda no espaço deles, pois ela está afirmando que há muitos professores surdos que trabalham de maneira bem sólida. Isso significa que ele tem o seu espaço para fazer, construir e enfatizar uma cultura surda onde há Língua de Sinais Brasileira aí com as quais nascemos com as produções culturais, como diz o

pesquisador Geertz (1989, p.62): “nossas ideias, nossos valores, nossos atos e até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais, na verdade produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades, disposições com as quais nascemos”.

Com a produção cultural na Educação Superior, às vezes, pode tornar o lugar de modo diferente, como a narrativa da professora Ártemis:

A cultura dentro da instituição... É difícil... O espaço da universidade não é o espaço da minha cultura, não é mesmo. A grande parte das pessoas são ouvintes, não disse todas, mas a grande maioria não utiliza a língua de sinais. Desta forma, como poderia pensar na cultura surda neste espaço? Chama-me atenção a UFSC onde a língua de sinais circula no espaço acadêmico, alguns professores sabem a língua de sinais e isso promove a construção de vínculos. Eu não me sinto vinculada a universidade, não mesmo, caso venha a se ampliar o número de surdos nas instituições e as informações sobre os sujeitos isso pode mudar. (ÁRTEMIS, 2014).

A professora Ártemis, na Educação Superior, situada no meio das complexas culturas, enquanto trabalha sozinha, transforma-se no processo de interação, a ligação que constrói a diferença entre surdos e ouvintes. Percebo que ela há de ir e vir da cultura, a passagem que ela propicia, afirmando que a universidade não é cultura para ela enquanto não houver professores surdos no espaço, mas há possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença na Educação Superior como acontece na UFSC, como o pensamento de GREEN (“apud” BHABHA, 1998, p. 23): “sempre transitei de lá para cá entre designações raciais, designações da física ou outras designações simbólicas. todas essas coisas se embaralham de alguma maneira... desenvolver uma genealogia da maneira como as cores e não-cores funcionam é interessante para mim”.

Uma possibilidade de hibridismo cultural na Educação Superior, como diz a narrativa da professora Deméter:

Eu acredito que é importante que em todos esses espaços os ouvintes estejam trabalhando em parceria com os surdos, quando o trabalho é realizado para surdos somente por ouvintes os surdos não reconhecem os elementos da sua cultura ali e aos poucos abandonam o processo. Isso é algo que a federação mundial de surdos tem feito inúmeras campanhas, a necessidade de que qualquer pesquisa que seja feita a respeito de surdos seja feita com a participação de surdos. Não é só necessário saber como fazer, mas ter efetiva participação de surdos é fundamental, é isso que garante o aparecimento da cultura surda nesses projetos. (DEMÉTER, 2014).

Deméter está afirmando que há possibilidade e que é fundamental realizar a parceria entre surdos e ouvintes nesse projeto para acontecer o aparecimento da cultura surda na educação de surdos, que podem acolher a diferença sem uma imposição e respeito, como afirma Bhabha (1998, p. 35): “este é o momento de distância estética que dá á narrativa uma dupla face que, como o sujeito sul-africano de cor, representa um hibridismo, uma diferença “interior”, um sujeito que habita a borda de uma realidade “intervalar”. Com essa possibilidade, o autor argumenta que o sujeito habita onde haja uma diferença no interior, é como o professor surdo é diferente habita e trabalha na Educação Superior que cria as parcerias na encruzilhada entre história e cultura, unindo Educação Superior e a comunidade surda.

Mas e as relações de poder enquanto cria a cultura surda na Educação Superior? Apolo enfatiza:

Então, isso está inserido naquilo que Foucault discorre e chama de relações de poder. Quanto a isso eu sempre tento promover uma inversão de papéis, fazer com que o ouvinte possa se colocar no lugar do surdo e dessa forma desenvolver estratégias para que ele também possa se conscientizar e sentir aquilo que o surdo sente. (APOLO, 2014).

No sentido Foucaultiano, as relações de poder podem ocorrer em qualquer lugar, mesmo na Educação Superior. O professor Apolo está mostrando a sua estratégia colocando os ouvintes no lugar do surdo, é como se fosse representante do conhecimento, algo do local da cultura surda que contém em seu campo de experiência, pode levar uma nova afirmativa: a diferença cultural do sujeito surdo.

Das provações de uma cultura surda na Educação Superior, teoricamente preparado para lidar e resolver conflitos assume essa responsabilidade dando poder a um grupo de profissionais surdos que estabelecem uma determinada interpretação cultural e baliza essa interpretação como a mais próxima do que é justo. Nesse ponto, a narrativa do professor surdo Apolo destaca o fato de ação da prática discursiva política surda que atribui um sentido de negociação colocada nas publicações científicas comprovando a existência da cultura surda com os autores como: Gladis Perlin, Paddy Ladd, Oliver Sacks, Harlan Lane, Carol Padden, etc. em um lugar superior aos demais,



principalmente aos professores surdos envolvidos em um conflito na Educação Superior.

Portanto, com a ênfase da cultura surda na Educação Superior é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais, dá origem a noções liberais, de intercâmbio cultural, também uma representação de cultura que existem de seus locais históricos, protegidos na memória dos professores surdos de uma identidade surda na Educação Superior, mas pode emergir, ou seja, acontecer o momento de contradições e conflitos.

#### 4.4.2 – CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Perlin afirma na sua tese:

“o conceito de ser surdo confirma o surdo, da mesma forma que o conceito ser negro, ou conceito ser índio. Assim, dentro de posições culturais, a palavra ser surdo assume uma política para a identidade e diferença e a alteridade”. (PERLIN, 2003, p. 18).

Certamente que Perlin escreve isto percebendo que se existem conflitos com a diferença existem também conflitos diante de posições políticas diferentes. Bhabha (1998, p. 116) comenta: “Ver o cultural não como fonte de conflito – culturas diferentes – mas com o *efeito* de práticas discriminatórias – a produção de *diferenciação* cultural como signos de autoridade – muda seu valor e suas regras de reconhecimento”.

A cultura surda citada por Perlin (2013) parece algo que produz um modo, um jeito de viver no mundo, através da experiência visual, de compreender o mundo dos surdos, mas parece implicar os dois: contradições e conflitos. É uma contradição do discurso dominante na sua visão sobre os professores surdos, dentro da qual a cultura surda é construída em situações de confronto político entre relações de poder na Educação Superior. É, também, um conflito no espaço de negociação cultural, no que poderia ser entendido como um Foucaultiano, “um modo de apropriação e de resistência, do pré-determinado ao desejado” (BHABHA, 1994, p. 120).

Esses traços da cultura surda fazem com que este transgrida todo o projeto do discurso dominante e exige o reconhecimento da diferença, questionando e deslocando “o valor do símbolo para o sinal” do discurso autoritário (BHABHA, 1994, p. 113).

Provavelmente a característica mais marcante e problemática da cultura surda é negociar, a qual não permite que o mesmo solucione tensões entre culturas, assim, claro que é baseada numa clara distinção entre a diversidade cultural – definida como uma categoria – e a diferença cultural – definida como um processo de significação, como afirma o pesquisador:

Se a diversidade cultural é uma categoria da ética, da estética ou da etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual enunciado sobre ou em uma cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 1994, p.34).

Bhabha está entendendo o conceito de diferença cultural, e não o de diversidade, ele sugere que se focalize o problema da contradição e conflito da autoridade cultural. Assim, entender a contradição:

[...] é tornada viável somente através da estratégia de contradição... A qual requer uma teoria da "hibridação" de discurso e de poder que é ignorada por teóricos que se ocupam da luta por "poder", mas o fazem simplesmente como os puristas da diferença. (BHABHA, 1994, p.111).

Na estratégia de contradição há um embate político, como nos mostra a narrativa do professor Apolo:

Bem, em toda minha experiência de atuação até agora, o que eu aprendi foi que no embate político contra os ouvintes eu sempre saio perdendo, sempre. Então eu uso como estratégia tornar-me um aliado, tentar convencer, negociar, mas estabelecer uma aproximação para que se institua um diálogo. No início da minha carreira, quando jovem, eu sempre optava pelo embate e sempre saia perdendo. Com o tempo fui me tornando aliado dos ouvintes, conversando, dialogando, negociando. Nem sempre isso garantia 100% de conquistas. Às vezes conseguia 20%, 30%, às vezes chegava bem próximo, com o tempo ia conquistando cada vez mais. O embate, infelizmente, mesmo nós estando com a razão, de alguma forma a gente sempre sai perdendo. (APOLO, 2014).

Vê-se que o professor Apolo tornou-se agora o ponto de resistência, ele prevê a volta do problema da contradição enquanto há um embate político, a qual ele transformou uma negociação, sempre saia perdendo. Entretanto, agora que o Apolo introduz como um aliado com a asserção da resistência, transformando-se no lugar das contradições, mas busca mudar a realidade enquanto negocia. Quando a resistência tornou-se pronunciada, reflito-me: naquele momento, ou mais tarde, quando há

contradição na Educação Superior? Encontra-se o momento da cultura surda dos professores surdos porque encontra contradições na sua teorização.

O embate que se estabelece entre o mundo da cultura surda dos professores surdos é reforçado ao longo das narrativas. Essa presença de contradição e conflito, a professora Deméter relatando a sua narrativa aponta o conflito e se entristece com a situação de alguns programas de pós-graduação em outras universidades que não aceitam o ingresso de alunos surdos, que sonha ver as outras universidades aceitarem esses alunos. Segundo a narrativa da professora Deméter:

O que me entristece, no entanto é o fato de alguns programas de pós-graduação nas universidades brasileiras não aceitarem o ingresso de alunos surdos, o que leva muitos deles a terem que vir para a UFSC para realizar seus estudos. Embora isso seja bom por criar um espaço comum de surdos na UFSC há também uma necessidade que outros estados abram esses espaços. Hoje nós só temos a UFSC, UFRGS, UNB, enfim, pouquíssimas universidades que garantem esses espaços enquanto há muitos surdos aguardando para realizar seus estudos de pós-graduação. (DEMÉTER, 2014).

A professora Deméter apresenta os desafios iniciais da vida acadêmica aos outros surdos a realizar seus estudos onde possam criar um espaço, mesmo estando com a contradição e conflito vendo a situação de outras universidades.

A contradição de não poder se sentir lamentável, porque surdos, aumentava, assim, sua necessidade de ingressar os estudos na pós-graduação, de negar os valores culturais dos alunos surdos. Dessa forma, e, a seu modo, reconhece a posição de alguns programas de pós-graduação que excluem e, nesse sentido, a diferença cultural é, como afirma Bhabha, o efeito de práticas discriminatórias.

A posição da professora Deméter está colocando o espaço que pode corresponder e enfatizando não só na UFSC, mas também, os outros estados para criar um espaço para surdos.

Tal reflexão, no entanto, aproximando a narrativa de Deméter com a ideia de criar um espaço para surdos. A narrativa da Ártemis, contextualizando pela contradição que deve acreditar e buscar um trabalho, de longa data:

Acredito que se houvesse uma referência, assim como acontece na UFSC, profissionais para dialogar, professores doutores que atua na Educação Superior, uma coordenação que estabelece trocas e compreende as questões relacionadas à cultura. Este é um referencial já estabelecido, o início não é

fácil, mas é preciso um trabalho, de longa data, para organização do espaço. Sou a única professora surda, então, como posso enxergar o trabalho de outros colegas? [...], pois estou sozinha no instituto, em vários momentos, sou deixada de lado. (ÁRTEMIS, 2014).

A professora, Ártemis, remete a uma problematização que estilhaça qualquer contradição e conflito sobre a noção deixada de lado de forma inquietada, e sabe que outras universidades compreendem a questão de cultura em vários momentos, mas ao contrário disso, algumas universidades instigam uma reflexão sobre o contínuo fazer-se e renovar-se de uma cultura como um embate político, enquanto o processo de representação inacabado quando acontecer uma contradição e conflito, como diz o professor Apolo.

Na sua capacidade de fazer-se reproduzir a cultura surda e, ao mesmo tempo, silêncio de resistência, instauram uma circularidade criadora de sentidos na existência de conflitos na Educação Superior, como narra a professora Afrodite:

Comparando eu surda que tenho e reproduzo a cultura surda com a sociedade ouvinte com sua cultura ouvinte, bem às vezes há conflitos, isso não se relaciona apenas a culturas diferentes, mas as línguas que também são diferentes, eu uso Língua de Sinais Brasileira e eles língua portuguesa, essa diferença gera às vezes conflitos [...] se os ouvintes não conhecem a língua de sinais, não conhecem a cultura surda irá haver conflitos sempre. Mas se os ouvintes são nossos aliados, aí as coisas fluem. (AFRODITE, 2014).

Com esse conflito, isso pode gerar prejuízos aos professores surdos, isso traz uma questão de dificuldade de compreender a cultura surda e ouvinte. Isso pode trazer perde para o espaço dos surdos na Educação Superior, algo que vem como uma falha se não conhecem à nossa cultura surda, isso é algo fortemente ancorado nas contradições e conflitos.

Com essa tensão nas contradições e conflitos relacionados com a Língua de Sinais Brasileira e Língua Portuguesa, Afrodite afirma:

Não dá para culpá-los, pois eles copiaram o modelo dos professores ouvintes que não sabem a Língua de Sinais Brasileira e ministram aulas em Língua Portuguesa na modalidade oral e que são traduzidos para Língua de Sinais Brasileira por um profissional junto a eles, é esse o problema. Agora se todos usassem a língua de sinais não haveria esses conflitos. Por isso os professores surdos precisam impor sua cultura surda, eu sei que às vezes isso é complicado. (AFRODITE, 2014).

Afrodite está nesse conflito querendo impor a sua cultura surda, mas às vezes é complexo escapar das certezas com as suas imposições em questão da linguística de sujeitos ouvintes, mas além de possibilitar um modo de compreender e refletir sobre problemas da cultura surda e histórico dos professores surdos os quais se constroem na Educação Superior.

Prosseguindo com a narrativa de Afrodite:

Antes não havia professores surdos, todos usavam apenas a Língua Portuguesa na modalidade oral. Quando professores ouvintes sabiam que iriam dar aula para alunos surdos eles entravam em choque porque não sabiam como dar aulas para eles. Com a chegada dos professores surdos a relações deles com os colegas ouvintes foi conflituosa, pois eles não conheciam a língua de sinais, a cultura surda e com o tempo eles foram se acostumando, isso foi bom porque aumentou a visibilidade da língua de sinais e também da cultura surda. Mas depende também do professor surdo, se ele apenas der aulas e sumir nada acontece, é preciso lutar para conseguir as coisas, como, por exemplo, a presença de interpretes de libras, participar das ações, estabelecer parcerias, mostrar o seu profissionalismo e seu trabalho, se não, não adiante se ele não participa das coisas, é preciso lutar para ter conquistas. (AFRODITE, 2014).

A narrativa de Afrodite responde algo sobre os conflitos por um tempo e erro que evidenciam o quão talento dos professores surdos se mostra a cultura surda, em face das maiores adversidades.

Com as narrativas, eles demonstram deslocamentos da contradição e conflitos na Educação Superior, á redescoberta da luta do professor surdo que é preciso, tanto no resgate histórico da narrativa dos professores surdos como na recriação compreensiva dos conflitos na Educação Superior.

E nesse sentido, reafirma-se a visão de futuro apresentada por Bhabha (1998, p. 352): “A crença de que não devemos simplesmente mudar as narrativas de nossas histórias, mas transformar nossa noção do que significa viver, do que significa ser, em outros tempos e espaços diferentes tantos humanos quanto históricos”.

Afinal, e, mas o que querem os professores surdos na Educação Superior?

#### 4.5 - NARRATIVAS POLÍTICAS: PENSANDO DE OUTRO MODO

Este item discute a produtividade de pensar a pós-modernidade dos professores surdos, a partir de Foucault. Compreendendo a narrativa política do professor surdo na Educação Superior como um intelectual e sua correlata prática de ensino em Língua de Sinais Brasileira, este item mostra as narrativas políticas que sustentam os discursos intelectuais. A partir da compreensão de “pensar de outros modos” proposta por Michel Foucault é apontado como uma prática difícil, mas muito importante para o ativismo política.

Neste momento da narrativa política, como pesquisadora, pensando de outro modo que transcorrem estas histórias, bem como as sinalizações dos professores surdos ativistas, cada um com seus dizeres sobre as relações de poder e sobre o espaço de negociação que ele produziu e produz na constituição dos professores surdos, a partir da produção de narrativa de um tipo de discurso político-intelectual, como diz o Foucault:

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. (FOUCAULT, 2006, p. 14).

Para Touraine (2011, p. 421), “o sujeito evoca a ideia de luta política, semelhante à de consciência social, portanto, sujeito conforma-se como parte citada de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate de outro jeito”.

Toda essa discussão nos aponta para o conceito de pós-modernidade e pós-estruturalismo para compreender as necessidades do mundo de hoje, mas depende de novos discursos e novos conflitos com o pensamento do professor surdo ocupando-se de realidades culturais na Educação Superior.

O pensamento de Foucault abre possibilidades para pensarmos de outro modo a educação; reflito como e quanto o professor surdo pode nos levar ao estranhamento em relação ao já pensado e aos fundamentos das propostas que hoje circulam na Educação Superior, pode compreender o caráter das verdades que sustentam o pensamento do professor surdo, a partir da sua narrativa política.

Assim, se há um interesse acadêmico nesta Educação Superior, há também e, sobretudo um interesse acerca ao ativismo do professor surdo, de combate; um interesse em desarmar as muitas emboscadas “em que se pode cair quando se tomam as coisas diretamente como elas parecem se apresentar para nós. Não se trata, absolutamente, de pensar no surrado conceito ideologia como falsa consciência de uma verdade que estaria sempre em algum lugar”, (VEIGA-NETO & LOPES, 2010, p. 3). Só é preciso saber enxergar as narrativas políticas dos professores surdos na Educação Superior, e também o melhor a fazer é conhecer a história da narrativa política dos professores surdos que nos celebram, porém, apagando o discurso dominante.

Para começar, é preciso esclarecer o sentido de apagar o discurso dominante, junto a isso, examinaremos as narrativas políticas dos professores surdos.

#### **4.5.1 – APAGANDO O DISCURSO DOMINANTE**

Para compreender, é preciso mostrar a narrativa política feita pela professora Afrodite o sentido que aqui damos às palavras intelectuais; junto a isso, compreender as suas narrativas políticas bem como as conexões que estabelecem às competências do discurso.

O discurso não é apenas eu como surda ou eu como professora, já toda uma trajetória de vida que já que está atrelada na minha subjetividade. Isso envolve a história da minha vida desde a infância, a história da minha luta, a história do meu processo educacional, tudo isto está intrincado e faz parte da minha subjetividade e influência no meu discurso, como o meu discurso político no contexto do surdo, isso tudo é muito importante para mostrar para a sociedade, pois eu sei que sou uma representante da comunidade surda. (AFRODITE, 2014).

Afrodite fala do seu discurso político no contexto surdo, isso é algo que está apagando o discurso dominante como enfrentamento, resistência á ideologia dominante, resistência justamente porque propõe outros olhares para o discurso. Afrodite torna-se capaz de deslocar-se do olhar dominante, a influência no discurso político da própria história de ser, estar e ver o mundo na sociedade.

Quanto ao apagamento, o discurso dominante feito por Afrodite, isso que nos defende à convivência das culturas e suas reflexões servem para a compreensão de que realmente nos aproxima:

Vivemos juntos apenas à quando fazemos os mesmos gestos e usamos os mesmos objetos, mas somos estranhos no mundo global, porque somos incapazes de falar a mesma língua para nos comunicar, sentir e tocar. Suas palavras alcançam a dimensão da humanidade freireana, quando assinala que “vivemos um pouco juntos em todo o planeta, mas quando estamos todos juntos, não temos nada em comum e quando partilhamos crenças e uma história, rejeitamos os que são diferentes de nós” (TOURAINÉ, 1999, p.10).

Afroditite sabe que é representante da comunidade surda, mas conviver na Educação Superior é muito pouco quando está junto onde não tem em comum e partilhar á nossa cultura, nossa história.

Outra narrativa feita pela Ártemis falando não de disputa, mas do apagamento do discurso dominante reconhecendo a questão profissional do professor surdo, e não pela esfera radical:

A convivência com algumas pessoas poderá ser melhor, com outras talvez não uma vez que o preconceito ainda persiste. Ser radical não ajuda na apresentação do nosso trabalho. Os espaços são de negociação, são para apresentar o nosso trabalho profissional. Vejo muitas pessoas que falam que se os ouvintes estão em uma posição superior então devemos estudar para mostrar que somos capazes, mas acredito na questão profissional, não em uma competição de quem supera quem, quem vai mostrar que é melhor. É claro que é preciso ter formação, assim como eu estou fazendo doutorado outros colegas também são doutorandos, o que realmente merece destaque é a apresentação do papel profissional, não uma disputa de quem se esforça ou luta mais, pois nestes espaços os ouvintes se encontram em uma situação de poder. (ÁRTEMIS, 2014).

Ártemis fala dos seus pontos de resistência e também momentos de superação. Na atualidade de sua fala, essa luta é contínua e ocorre em linhas complexas de poder, que transforma o apagamento de discurso dominante em uma Educação Superior, um campo de batalha permanente, onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas quando negociam ou mostram que são capazes.

Quanto ao apagamento do discurso dominante dos professores surdos, vem algumas conquistas após ter um espaço de negociação, a narrativa da Deméter mostra as suas conquistas realizadas na Educação Superior:

Temos a presença dos intérpretes de libras, temos o ingresso cada vez mais de novos professores surdos, temos professores surdos atuando como estagiários ou substitutos, há um uso e circulação da língua de sinais bem maior e bem melhor pelo que eu sinto aqui. (DEMÉTER, 2014).



A narrativa de Deméter mostra os direitos, políticos, sociais e culturais conquistando os intérpretes, ingresso de novos professores surdos e circulação da Língua de Sinais Brasileira em um espaço dela, reconhecidos como seres livres e iguais quando não há um discurso dominante.

Nesse contexto, quando não há um discurso dominante, o professor Apolo narra sentindo uma responsabilidade acadêmica com o desenvolvimento das crianças surdas em relação à Língua de Sinais Brasileira:

A língua de sinais é a base, mas a minha responsabilidade é com o bom desenvolvimento das crianças surdas. Claro que nós temos aí um resgate histórico que é necessário ser feito. Isso porque há todo um contingente de surdos que foram prejudicados e que não foram contemplados com o desenvolvimento atual, e aí estão inclusos surdos idosos, surdos que não ingressaram nas escolas, surdos que não ingressaram nas associações de surdos, surdos que foram excluídos do contexto familiar e infelizmente nós fazemos muito pouco para esses surdos. Nós podemos fazer muito por aqueles surdos que estão no espaço escolar, essa é a responsabilidade acadêmica inclusive, mas as associações têm um valor muito grande no resgate que ela faz a essa parte do povo surdo. Eu penso que a academia não consegue alcançar essa parte do povo surdo que fica marginalizado frente ao alcance da esfera acadêmica e eu reflito aqui sobre o que nós professores precisamos fazer frente a isso. (APOLO, 2014).

Apolo está dizendo no seu discurso que a Língua de Sinais Brasileira é a base, entendendo que o professor deve se responsabilizar, buscar os sonhos, a motivação de outros surdos, ter o desejo de alcançar o seu objetivo que nos ajudarão a enfrentar com uma resistência intensa os problemas, vencê-los e utilizá-los como exemplo futuro.

Esta é uma forma de focar a questão de reconhecer as políticas defensivas pelos professores surdos, assim como Foucault (1972, p.102) descreve como “o processo pelo qual as afirmações de uma instituição podem ser transcritas no discurso de outra”.

Assim, podemos usar o esquema de uso e aplicação que constituem um campo para a afirmativa, qualquer mudança nas condições de uso em seu campo de experiência como reconhecimento nas políticas defensivas a serem resolvidos, pode levar a uma nova afirmativa: a diferença da narrativa política dos professores surdos.

#### 4.5.2 – RECONHECENDO AS POLÍTICAS DEFENSIVAS

Escolhi demonstrar a importância do espaço de negociação e perceber os problemas da política dentro do próprio conceito pós-estruturalista, pois é aí que o olhar da subalternização da visão e a racionalidade da ação política se afirmam de forma mais vigorosa. Apesar das alternativas políticas mais negociadas, a visão da Educação Superior do lugar dos professores surdos e ouvintes em relação ao acadêmico são ainda substancialmente pensadas e vividas em termos éticos moldados por crenças culturais. A atenção, o reconhecimento nas políticas defensivas que torna “o político” possível dos professores surdos. A partir dessa perspectiva, a narrativa política dos professores surdos pode ser representada como um reconhecimento de aparência e realidade, de teoria e prática ou de narrativa. Ela tampouco pode ser representada como uma negociação política da realidade na Educação Superior.

Para se falar de negociação, onde a construção de um pensamento político que é inédito para os professores surdos, aliena de modo adequado nossas expectativas políticas, necessariamente mudando as formas de nosso reconhecimento no momento de novas conquistas.

Quando falo de negociação que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem um olhar subalternizador entre os professores surdos como representação do político, a partir da construção do seu discurso, como explicita Bhabha (1998, pg. 53): “essa ênfase dada à representação do político, à construção do discurso, é a contribuição radical da tradução da teoria”.

Ela nos chama atenção para a narrativa de que os professores surdos os nossos referentes e prioridades políticas – o povo surdo, a comunidade surda, a luta dos professores surdos, ativistas surdos, a diferença, a afirmação de uma perspectiva cultural. A narrativa da professora Deméter relata sobre o movimento político:

Então todo esse movimento político trouxe muito aprendizado aos surdos, o ingresso na docência de ensino superior trouxe esse aprendizado. Então à medida que esses professores surdos foram ingressando questões como o fato de mesmos ouvintes não terem domínio da leitura em língua portuguesa passou a ser conhecidas pelos surdos, o que impactou alguns deles, fazendo com que alguns olhassem pra si mesmos e reavaliassem sua postura, acreditam-se na sua capacidade, tomassem uma postura responsável. (DEMÉTER, 2014).

De fato, Deméter fala que o movimento político trouxe muito aprendizado para os surdos, isso é a história do pensamento político que procura “renovar e melhorar” parece um processo de postura responsável e reconhecimento de si mesmo como um ser político, cada um é construído sobre a postura daquela perspectiva que ele reconhece de si mesmo, cada professor surdo político é determinado em relação ao outro.

Prossegue a fala da Deméter em relação à possibilidade política:

Á medida que esses professores foram ingressando no ensino superior foram vendo que era possível realizar um trabalho da mesma forma que os demais professores o que foi provocando uma mudança de sentimentos e autoestima por parte dos surdos que passaram a ver as possibilidades que a língua de sinais trazia, conhecer as legislações que garantiam seu uso, a possibilidade de reivindicar seus direitos através do ministério público, foram aprendendo a atuar politicamente, a questionar os editais e inúmeras outras possibilidades que eles não conheciam. Muitos me pediram pra auxiliar nesse processo de questionar editais juridicamente por exemplo. (DEMÉTER, 2014).

Com essa possibilidade de reconhecer e de aprender a atuar politicamente, como esclarece a professora Deméter, como a representação política é um argumento forte, baseado em princípios de reconhecer as legislações que garantiam o seu uso, acompanham tais reivindicações seus direitos, é um espaço para o objetivo político que possa afrontar a noção de uma comunidade surda de interesses e articulação como acontece ao questionar juridicamente editais de concursos.

Com esse aumento de possibilidade de reivindicar seus direitos houve um grande passo político para os professores surdos, como aconteceu com a professora Afrodite:

Eu, por exemplo, sou professora dentro do [...] e comecei a pesquisa sobre a escola bilíngue, como implantá-la, porque a questão política já foi conquistada em Brasília fruto do movimento surdo, mas agora falta pesquisar como implementá-la, como orientar o melhor caminho para ela, então estou pesquisando quantas escolas bilíngues já foram criadas no Brasil, quantas leis e decretos municipais sobre a escola bilíngue já foram criados. Estou agora coletando e comparando esses dados para fazer um relatório de como criar escolas bilíngues [...]. (AFRODITE, 2014).

Ao reconhecer que as políticas defendidas pelos professores surdos estão cada vez mais efetivas, é momento de mudança política que contesta o território cultural, o tipo de narrativa que a professora Afrodite identificou está surgindo como uma necessidade política:

Eu não negocio nada, eu só mostro a minha competência enquanto professora que é indiferente do fato de eu ser surda. Dentro do espaço que eu trabalho já aconteceu de uma chefe minha falar que eu precisava ministrar aulas, eu disse que eu ministrava aulas sim, aí ela disse, sim, mas você ministra aula sobre política. Aí eu disse, política faz parte do meu conteúdo ementário, há política linguística, política bilíngue, a luta para melhorar a educação para nós surdos precisa de uma política, política é muito importante nesse contexto, e isso faz parte do conteúdo didático, o meu jeito de ensinar é assim, que deve ser diferente do jeito que você ensina. Você pode ter seus métodos de ministrar aulas, mas o meu jeito de ensinar é o da política. (AFRODITE, 2014).

Afrodite está usando política como defensiva, isso parece ser a questão teoria da argumentação de Hall (1998) a favor da construção de um poder político contra hegemônico através do qual a outra pergunta por que ela ministra aula política, isso significa que Afrodite está mostrando a experiência histórica política como estrutura de heterogeneidade sobre a qual se poderia elaborar uma aula teórica e política. É por meio da intervenção na argumentação de Hall (ano) que as necessidades de negociação se revelam, e Afrodite se revelou esse, como defende o autor Bhabha (1998, p. 56): “ela permite a Hall ver os agentes da mudança política como sujeitos descontínuos, divididos, presos a identidades e interesses conflitantes”.

A necessidade de negociação se revela, como acontece também com o professor Apolo que mostra sua preocupação com a política envolvida com relação a tecnologia e ao registro original da Língua de Sinais Brasileira respeitando a sua identidade:

Da mesma forma com a tecnologia hoje temos a possibilidade de gravar e reproduzir o registro original da língua de sinais. A prova disso são os usos que os surdos fazem hoje, por exemplo, quando precisam dar um recado a algum outro surdo à distância, através de contato ou gravações pela webcam. Ou mesmo se necessita fazer um relatório, que também pode ser feito filmando a si próprio. A gravação em vídeo, portanto é o registro da língua de sinais. Porque se esse registro é feito pela escrita da língua portuguesa no papel ou pela gravação de uma interpretação oral, não será mais o registro original da língua de sinais. Pode se aproximar do texto, mas nunca será a ideia original. Essa é a minha política de luta do movimento que consiste na elevação do status da língua de sinais produzida em si mesma. (APOLO, 2014).

Reflito com o autor Bhabha (1998) que argumenta o que vem em primeiro lugar para o professor surdo? Qual de suas identidades é a que determina suas escolhas políticas de lutas? As respostas a tais questões se manifestam como um processo de

identificação política alcançada através de uma política cultural de criar o registro original da Língua de Sinais Brasileira, o jeito diferente e particular de quem o produz.

A necessidade de pensar e reconhecer a forma das políticas defensivas dos professores surdos pode ser útil e também reconhecer a estratégia cultural no presente política como prática de resistência. Isto exige que repensemos nossa perspectiva sobre a política dos professores surdos enquanto intelectuais.

#### **4.5.3 – POLÍTICA DOS PROFESSORES SURDOS ENQUANTO INTELECTUAIS**

Podemos refletir e entender, segundo o pensamento de Foucault (2004) questionando como construir uma política baseada nesse deslocamento do afeto ou na elaboração estratégica em que o posicionamento político dos professores surdos apresentasse nas aulas de uma forma intelectual como representante de um povo surdo?

Podemos mostrar a identificação política dos professores surdos como intelectuais. Assim, podemos seguir a explicação a respeito de intelectual:

O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável. [...] O intelectual [...] não é nem pacificador, nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer em público. (EDWARD SAID, INPUD VIA VILMAR SILVA, 2009, p. 97).

Este conceito de intelectual e, certamente, o intelectual humano como *expert* – que fala com propriedade nessa pesquisa. Cada vez que me deparo com a marca de intelectualidade conforme ocorreu no encontro com os surdos no momento da pesquisa feita pelo pesquisador Vilmar Silva<sup>60</sup> no ano de 2008 em Florianópolis-SC, em que algo me desafiou a entender o enquadramento do termo intelectual, como lugar da identidade

---

<sup>60</sup>Vilmar Silva, ouvinte, Doutor em Educação pela UFSC. Diretor do Campus de Educação Bilíngue para Surdos – Palhoça - SC e irmão de três surdos usuários de libras, um dos mais fortes defensores de lideranças surdas no estado de SC.

surda e da autonomia e, o que é mais importante, me deixa compreender esse conceito em geral. Refleti, olhando para a teoria dos Estudos Surdos, pensando como os surdos são intelectuais? Perguntei o que significa a expressão “O que é intelectual”?

Ao compreender esse conceito, procurei discutir como os surdos demonstram serem intelectuais no espaço da universidade, como eles agem politicamente diante dos professores ouvintes e das demais autoridades? A narrativa da professora Ártemis em relação à sua intelectualidade a partir das relações de poder estabelecendo as trocas de outros profissionais com os surdos acadêmicos:

Acredito que existiam muitos intelectuais surdos, porque esta realidade tem se ampliado e o aumento das formações em nível de pós-graduação é uma realidade e isso também se deve ao decreto vinculado a lei de libras. Existem muitos surdos intelectuais, mas quando ainda se observa uma resistência de algumas pessoas surdas para entrar nestes ambientes, por exemplo, no instituto onde atuo [...], os profissionais afirmam que deveria ter outros surdos atuando lá também, tratam da importância de ter outros profissionais para que seja possível estabelecer trocas e isso parece estar relacionado ao papel que tenho desempenhado. A partir do olhar que eles sobre a minha atuação, reafirmam a necessidade de outros profissionais surdos junto à instituição, falam da importância do contato, da língua de sinais e que sonham em criar o letras/libras, acredito que estas falas partem da visão sobre o meu trabalho intelectual. (ÁRTEMIS, 2014).

Como os professores surdos agem nas relações de poder se encaixando de uma forma intelectual? Isso é algo que me deixa resistente como afirma a professora Ártemis, uma marca no sujeito, um signo de resistência, já que somos surdos intelectuais se movendo com a resistência diante das relações de poder.

Significa como uma representação política nos discursos das *experts* sem separar política e ativismo. Segue a narrativa de professora Afrodite:

Na minha atuação profissional de ensino, pesquisa e extensão eu penso ser muito importante incluir esse ativismo, não dá para eu separar da minha atuação acadêmica da minha atuação enquanto ativista. Porque Foucault já fala em sua obra sobre o papel dos intelectuais específicos. Essa é uma teoria que eu já me apropriei, já está no meu subjetivo a ativista. (AFRODITE, 2014).

Considero que a professora Afrodite delineou a paisagem política como estratégica, assim como o ambiente linguístico traçou os limites para a prática discursiva que representou um espaço de negociação nos discursos dos professores

surdos como intelectuais na universidade. O que pode consistir em apresentar a maneira como um espaço da cultura surda e Língua de Sinais Brasileira, que é a realidade do povo surdo de uma forma político-intelectual com uma produção bem significativa.

O que chama atenção é a produção de um tipo de discurso político-intelectual possível dos professores surdos. A partir dessa perspectiva, o que podemos entender dos professores surdos em relação à teoria do intelectual? Pode ser representada como realidade, de teoria e prática?

A experiência dos intelectuais que vão além da representação como consciência surda, isto não é uma forma de contradição de que eles nos querem ver como professores inferiores, por exemplo, trabalhar somente na disciplina de Língua de Sinais Brasileira e em mais nada nas universidades. O importante é reconhecer a consciência surda, que parece ser a experiência pós-moderna intelectual, é uma estratégia de sujeito surdo. Já que não estamos diante de um problema do ser surdo, mas de uma estratégia discursiva do momento da interrogação, um momento em que a demanda pela identificação torna-se uma reação a outras questões de significação e desejo, cultura, política e intelectual.

Em vez da consciência que dá a base intelectual de nossa identidade surda, uma espacialização do sujeito que é uma perspectiva cultural, o que se baseia no intelectual? O que lembra estranhamente o intelectual que nos veem? Para basear o fundamento nessa pesquisa relacionando com o termo intelectual, e vejo que tem as duas questões ligadas diretamente ao papel do intelectual: a reflexão e a ação como afirma a autora:

A XI tese sobre Feuerbach remete a duas questões vinculadas diretamente ao papel do intelectual: a reflexão e a ação. Ao assumir a postura de reflexão e ação, o intelectual se coloca na posição de engajamento, quando sua fala é balizada geralmente pela contestação ao poder instituído. Porém, o movimento entre reflexão e ação faz com que o intelectual oscile permanentemente “entre o recolhimento e a exposição pública, o silêncio e a intervenção em público”, movimento que também “decorre das circunstâncias nas quais a demanda de autonomia racional é respeitada ou ameaçada pelos poderes instituídos”. (CHAUÍ, 2006, p. 21).

O que me possibilitou compreender esse termo intelectual está na reflexão que o pesquisador Sartre (1994) explicou sobre o “saber prático” em seu livro “Em defesa dos intelectuais”, isso significa que ele entende de uma forma como é o saber prático,

entendendo de suas investigações, ele apenas investiga e especialista esse saber. O que se defende nos intelectuais como diz o investigador:

Sartre apresenta as três conferências que realizou no Japão em relação ao papel dos intelectuais, cujos títulos são: a) O que é um intelectual?; b) Função do intelectual e c) O escritor é um intelectual? Ao fazer a apresentação do livro, Weffort relata que as “três conferências que compõem este livro apresentam, de modo brilhante, as imagens de Sartre sobre os intelectuais. Mostram, sobretudo, o que ele gostaria que eles fossem”. (SARTRE, 1994, p. 6).

E quanto aos surdos intelectuais? O que podemos definir quanto ao termo relacionando com o papel intelectual dos professores surdos, a reflexão e ação? O que podemos mostrar sobre a nossa posição de ser professor surdo intelectual na universidade? Qual é a nossa posição, a partir de sua reflexão e ação?

Os professores surdos intelectuais se valorizam usando a Língua de Sinais Brasileira como *experts*, mas o movimento racional dos poderes nos submete nos veem como inferiores, por exemplo, às vezes falam que a Língua de Sinais Brasileira é boa, mas continuam nos vendo como inferiores, é uma ameaça pelos poderes. Segundo Sartre (1994) explicando sobre o saber prático, diz que é algo que se pode argumentar em relação aos professores surdos intelectuais, pois, somos professores surdos que sabem e usam de suas investigações nas práticas de ensino, discussões, debate, trocas de ideias nas universidades. Nós temos professores surdos intelectuais como escritores, como pesquisadores, como experientes, afinal são intensas. É um saber prático dos professores surdos intelectuais que temos aí, como relata a professora Afrodite:

A minha estratégia é mostrar na minha sala de aula mista, com alunos surdos e ouvintes, boa didática, interação, aspectos políticos, conversa e troca em língua de sinais, é importante que eles percebam tudo isso da minha parte, porque eu quero que cada aluno reflita qual é o melhor caminho para o futuro da educação de surdos, porque não adianta só ministrar aula expositivamente, sem levá-los a reflexão, pois, depois de formados não saberão como ministrar aulas para surdos, então minha estratégia é formar alunos reflexivos, usando, por exemplo, filmes sobre surdos, história de vida de surdos, e outros materiais desse contexto, pois a exibição desses materiais auxilia a apropriação desses conceitos/ideias por eles e da cultura surda. (AFRODITE, 2014).

Podemos compreender que Afrodite usa como intelectual, quer dizer uma coisa força nos pactos políticos, o que podemos entender também nos partidos políticos



percebendo e entendendo como é a forma de desenvolver o discurso dos professores surdos intelectuais na sala de aula, para atender aos movimentos dos surdos, para atender interesses políticos das classes soberanas nas universidades. De acordo com a professora Afrodite mostra aos políticos que os intelectuais fundem seus interesses e os concretizam.

Ao compreender que nesse contexto, argumento em relação ao professor surdo como intelectual, podemos aproximar dos Estudos Surdos e podemos defender que os surdos são intelectuais pertencendo ao seu próprio grupo, mesmo sabendo que se misturam ao grupo social devido aos políticos, digo, o seu soberano burocrático seguindo a constituição que deve ser respeitados pela *igualdade*, mas nós somos surdos intelectuais participantes na vida, digo, com o nosso grupo e cultura, Língua de Sinais Brasileira construir a nossa identidade. Nós temos saberes e poder de nos expressar, de demonstramos que somos *experts*, somos intelectuais que vivem em um grupo cultural específico.

E quanto ao professor surdo intelectual, que é intelectual e representante do próprio grupo cultural na Educação Superior? Podemos perceber que a soberania das autoridades busca confundir nosso grupo de que não são aceitos, de que somos diferentes, entretanto, podemos mostrar que somos intelectuais capazes de nos expressar do jeito que nós somos. Podemos trabalhar como coordenadores, professores de qualquer disciplina seja da área de educação, linguística, tradução e afins das outras áreas voltadas à educação e linguística dos surdos, publicar livros, artigos, projetos, sermos orientadores, organizadores dos livros, coordenadores do curso de Letras/Libras, de pós-graduação de Mestrado e Doutorado para surdos, coordenadores do curso de Especialização, etc. na Educação Superior. Nós podemos fazer isso tanto quanto os professores ouvintes nas universidades, mas como podemos negociar com as autoridades políticas? O que podemos negociar é mostrar a história de acordo com a influência cultural de determinado povo surdo, destinando às próprias orientações e decisões que encaminha os interesses políticos que detém o poder social. A reflexão do professor Apolo relaciona a sua formação e experiência profissional:

A minha formação, por exemplo, se iniciou na escola em que eu estudei desde pequeno, com professores que me conheciam e sabiam do meu histórico e quando do surgimento de uma vaga me ajudaram dando-me o

posto do tipo de professor auxiliar, cargo que não existia antigamente e que se efetivava através de cargos de monitoria, bolsista, etc. então eu passei a atuar nessas funções até que os professores vissem meu trabalho e vissem que eu era capaz de realizar o trabalho, ou seja, era sempre necessário que um ouvinte atestasse e reconhecesse a capacidade ou não do profissional surdo, da mesma forma que eu disse no início sobre a necessidade da opinião do surdo ser ratificada por um outro ouvinte, aqui acontecia com a atuação profissional. Independente de eu argumentar pela minha capacidade profissional somente com os resultados dos alunos e que ocorria a aceitação do meu trabalho. (APOLO, 2014).

A narrativa do professor Apolo vêm favorecendo a construção da resiliência, mostrando a capacidade de ser intelectual, ao privilegiar a dimensão política, ele apenas se mostrou para que todos o vissem com capacidade para o trabalho, e entendo que a demanda política transforma os próprios meios pelos quais reconhecemos e identificamos sua intelectualidade.

A questão da política dos professores surdos como intelectuais é historicizar a experiência, a narrativa que forneça o pensamento cultural de fatos históricos e registrados, como afirma o professor Apolo sobre a política em relação à Língua de Sinais Brasileira como original do pensamento do surdo:

Minha política em relação á língua de sinais é mostrar que a língua de sinais é original do pensamento dos surdos, faz parte da sua subjetividade, da sua construção idearia. Se ela é realizada de forma original e diretamente ao surdo, ela consegue alcançar o pensamento do surdo, ela permite a criatividade, o uso da experiência visual. Isso não significa que eu sou contra a atuação de profissionais intérpretes, não é isso, eu não tenho nada contra. Esses profissionais são necessários, devem ser respeitados e há espaços específicos de atuação deles. O que estou dizendo é que a língua de sinais precisa ser difundida em sua forma original. Nós formamos ouvintes que utilizam a língua de sinais, mas o registro da língua de sinais – e essa é a minha luta política – é provar que a língua de sinais tem um registro original e que a escrita da língua de sinais é sempre uma adaptação. Isso porque há sempre características da experiência visual e diversos elementos dela que compõe a produção da língua de sinais e, portanto ela é uma língua ágrafa. Ela não tem escrita. Uma língua oral pode ter representações escritas que mais se aproximem dela, mas uma língua de sinais não, por isso é ágrafa. o registro dela é ela mesma em si. Com a tecnologia que temos a nossa disposição hoje nem mesmo ás línguas orais dependem mais da escrita á mão como fazíamos antigamente já que temos á digitação á nossa disposição. (APOLO, 2014).

Percebo que o professor Apolo tem a sua intelectualidade e mostra a reflexão da política em relação à Língua de Sinais Brasileira, busca redefinir a Língua de Sinais Brasileira, a fim de que o intelectual dos professores surdos se torne a condição cultural

para as representações visuais, pois mantém a estrutura própria da Língua de Sinais Brasileira diferenciada quanto à Língua Portuguesa mesmo favorecendo a sua especificidade. Isso pode ser exemplificado pelos curriculares pedagógicas em Língua de Sinais Brasileira e pelos curriculares de linguísticas em Língua de Sinais Brasileira na Educação Superior, mas pode ser com vários elementos curriculares de outras áreas voltadas em Língua de Sinais Brasileira se encaixando com a base teórica de cultura, identidade, história e Língua de Sinais Brasileira na Educação Superior.

Uma contradição apontada no discurso da inclusão no Brasil é demonstrada por uma pessoa fictícia (2011) quando analisa as políticas de educação inclusiva influenciada por esse discurso, uma vez que, ao mesmo tempo em que todas as pessoas com deficiência devem ter direito à igualdade e também não existe a cultura surda, como está explicado sobre essa Carta da Feneis às autoridades do governo. Esse discurso influenciou as políticas nas universidades constando na educação especial como no curso do AEE<sup>61</sup>, Curso de Extensão do AEE e formação dos professores na educação inclusiva, etc. Onde está o nosso espaço cultural, o nosso professor intelectual mesmo nos mascarando, nos vêem como deficiente? Como podemos transgredir a prática cultural dos professores surdos onde não sabe aproveitar-se das conquistas desses espaços se limitando enquanto professores surdos intelectuais? Como narra a professora Deméter sobre o limitado no espaço:

Então se por um isso trouxe incomodo para alguns, outros também não souberam aproveitar-se bem da conquista desses espaços se limitando apenas ao ensino dentro da universidade sem realizar diversos outros trabalhos que um professor pode realizar como a produção de artigos científicos e tantos outros. Então eu penso que isso tem relação também com o momento em que estamos vivendo que é um momento de aprendizado mesmo para os professores surdos. (DEMÉTER, 2014).

Deméter afirma a nossa língua para se comunicar sobre a perspectiva cultural onde há relação também com o momento em que estamos vivendo, que é um momento de aprendizado. E o sistema político? O que podemos negociar com os políticos da universidade mostrando que somos professores e queremos uma educação diferenciada devido aos seus direitos linguísticos como afirma a Convenção das Nações Unidas –

---

<sup>61</sup>Atendimento Educacional Especializado para as pessoas com deficiência.

ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências no seu documento intitulado: “CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA” de setembro de 2007, que argumenta o nosso direito linguístico em qualquer espaço educacional:

No artigo 21 – Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação com a letra b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência; e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.

O trecho do documento acima demonstra que a contradição presente no discurso de inclusão é algo pensado de modo diferenciado do nosso pensamento, uma vez que esse discurso inclusivista vem desenvolvendo em âmbito mundial, e em um conjunto de conferências internacionais e nacionais para ampliar o acesso à educação inclusiva sem ter gueto, divulgou que não existe a cultura surda, isso prova que é no grupo social que se confunde o próprio cultural influenciando a política forte nas universidades, exigindo trabalhar nas instituições em que existem normas, que temos que cumprir independente da nossa condição, tendo que seguir programas, desenvolver projetos, etc. A professora Ártemis afirma sobre a cultura surda na universidade que às vezes não está claro:

Falar que a cultura já está nas universidades não é verdade, é um processo lento que depende das informações que serão levadas para estes espaços. Exemplo, particular, desta demora é possível verificar nas famílias de surdos, em sua maioria a cultura surda não está nesse espaço, nem na sociedade. A cultura se desenvolve no cotidiano, na contemplação diária da língua de sinais, vou citar um exemplo, ministrava aulas em um curso de libras estava ensinando os sinais de “boa tarde”, “bom dia” e perguntei é igual aos ouvintes? Não! Então continuei apresentando os sinais de “tudo bem”, “saúde”, e retornei a afirmar como é diferente a forma de comunicação da comunidade surda e ouvinte. Os alunos me disseram que os sinais eram gírias, mas expliquei que não, que poderiam ser utilizados em uma comunicação informal, mas que eles deveriam sentir como era se comunicar com os surdos. Eles podem me enxergar como professora surda, mas o que isso realmente significa, e a cultura surda não estão claros na instituição. (ÁRTEMIS, 2014).

E os nossos direitos linguístico e cultural? Afinal, Ártemis se sente apenas como professora surda e não há cultura surda nas universidades, onde a maioria não os enxergam, mas Ártemis afirma que os professores surdos intelectuais podem mostrar e trabalhar com estratégias diferenciadas voltadas em Língua de Sinais Brasileira nas aulas, nas reuniões, etc.

A narrativa do professor Apolo, fala a respeito do que a construção tem nos ensinado:

A comunidade surda me parece um espaço de lazer onde a relação de superioridade e inferioridade não ocorre, as trocas acontecem de uma forma natural, as discussões estão presentes, mas fazem parte das relações, sinto como um espaço de lazer onde se trata do que se quer. Dentro das instituições de ensino, o trabalho é grande, muitas negociações e responsabilidade. Já aprendi muitas coisas estes espaços, as construções tem me ensinado várias coisas, quando olho para comunidade surda onde algumas pessoas falam da dominação que sofrem por parte dos ouvintes, parece que a história é sempre a mesma, as coisas são assim, a vida é feita de luta, alguns afirmam que estão cansados de serem dominados. (APOLO, 2014).

O documento “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência” nos defende, mas o discurso é [...] o apaziguamento das relações sociais e o apagamento dos conflitos como afirma o Laplane (2004, p. 15). Essa questão de ser intelectual me inquieta, como os surdos se apresentam uma forma de intelectual, e os professores surdos são intelectuais diante da universidade sem sentir dominada pelos outros poderes como afirma o professor Apolo ao apontar que alguns estão cansados de serem dominados:

Para se contraporem aos “intelectuais tradicionais”, os intelectuais surdos vêm aprofundando suas discussões teóricas, colocando em pauta as tensões que as diferenças surdas geram no espaço educacional. Por exemplo, nos dias de hoje é comum à realização de pesquisas que definem educação especial “como um subproduto da educação, cujos componentes ideológicos, políticos, teóricos, etc. são, no geral, de natureza discriminatória, descontínua e anacrônica, conduzindo a uma prática permanente de exclusão e inclusão” (SKLIAR, 1998, p. 11).

Nesse contexto, Silva afirma:

A responsabilidade política dos intelectuais surdos em socializar suas produções acadêmicas pode ser descrita de várias formas, entre as quais destaco a formação de educadores surdos, a divulgação de suas pesquisas e a construção de “redes de contato”. Frente à amplitude das produções acadêmicas na área da educação de surdos em andamento no Brasil, limitar-me-ei apenas em apresentar os trabalhos realizados em 2008 pelo Grupo de Estudos Surdos (GES)<sup>62</sup> da UFSC. (SILVA, 2009, p.116)

---

<sup>62</sup>Os trabalhos do Grupo de Estudos Surdos da UFSC “se estendem em diferentes campos teóricos” e “se constituem em pesquisas investigativas que tendem a acolher os aspectos culturais e políticos referentes aos surdos [...]” <Fonte:<http://www.ges.ced.ufsc.br>>. O GES foi criado em 2004 pela Prof. Dra. Ronice

Continuando com as narrativas dos professores surdos aproximando da produção surda de uma política intelectual: “para mostrar essa questão da produção surda, dos saberes, dos conhecimentos, das experiências práticas que até há pouco tempo não eram conhecidas.” (SILVA, 2009, p. 111).

Mas há ainda outra narrativa do professor Apolo a ser considerado em relação a essa questão, que tem a ver com a política cultural e o papel do professor surdo intelectual no espaço de poder na Educação Superior:

Eu vou falar de forma individual, quanto á minha responsabilidade, quanto ao meu papel, que eu penso, dentro da universidade, é o de abrir novos caminhos, novos espaços para os surdos. Abrir caminhos do conhecimento, despertar a consciência de que a Língua de Sinais Brasileira é a base de toda a vida do individuo surdo. Eu penso que esse é o meu papel, o caminho que eu escolhi é lutar a favor disso. (APOLO, 2014).

Acompanhando a fala do professor Apolo, a responsabilidade do papel do professor, é abrir novos caminhos, novos espaços para surdos.

#### **4.5.4 – COM NOVAS LUZES E NARRANDO DE OUTRO JEITO**

Com as novas luzes e narrando de outro jeito constitui-se em um grande desafio para a educação superior, dar continuidade e perceber as narrativas que os professores surdos têm produzido no campo da universidade em que os estudos Foucaultianos se articulam com a educação. Mas, discutir o quanto recorrer aos estudos Foucaultianos implica “pensar de outro modo”, a educação moderna, de modo a construir novas formas de cada professor surdo se relacionar consigo mesmo e com os outros, bem como criar novas estratégias políticas para a Educação Superior. Para isso, entender uma perspectiva cultural que só conta com a narrativa cultural dos professores surdos. Trata-se de uma perspectiva inclusivista, sendo assim, uma perspectiva que rejeita qualquer relação de dominação, mas quer entender a narrativa dos professores surdos contra toda e qualquer outra forma de dominação, seja ela política, institucional,

---

Müller Quadros que, desde essa época, articula suas atividades em parceria com outros profissionais e com os movimentos sociais surdos. (Vilmar Silva, 2009, p. 116).

cultural, etc. Tal postura dos professores surdos possibilita enxergar as coisas de uma maneira que até então não se tinha conseguido.

Nesse caso, vale a pena refletir com Foucault (1994, p. 14): “mas o que é a filosofia hoje em dia – eu quero dizer a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento?”.

Então, vamos refletir qual conjunto de pensamentos dos professores surdos, estão nos referindo quando nos propuser a pensar e narrar de outro jeito. Para que fique mais claro, perceber a relação que o pensamento dos professores surdos se coloca em outro pensamento, “outro modo de pensar” a que se refere Foucault.

As narrativas dos professores surdos nos desafiam, sinto a necessidade de expandir os conhecimentos de boa parte das narrativas que trazem outro jeito de se compreender. O desafio é grande e vi, pensando e dizendo que, em boa parte, não nos coloca propriamente no discurso com a visão diferente sobre os professores surdos, claramente marcados pelas contribuições das teorizações Foucaultianas. Espero que a discussão seja estimulante e os leitores se sintam atraídos a pensar de outro jeito sobre professores surdos, segundo o autor afirma:

Pensar de outro jeito não significa ampliar o que já se pensa, ou seja, é mais do que acumular conteúdos novos ao que já se pensa e já se sabe. O pensar de outro jeito se move a partir de uma atitude dos professores surdos frente a tudo àquilo que é dado e que parece natural. “o pensar de outro modo” significa o exercício de (tentar) pensar por fora do que é dado e já foi pensado, não no sentido de ampliar seus limites, mas sim no sentido de não assumir as bases sobre as quais se assenta esse dado que já foi pensado e, dessa maneira, deixar o já pensado para trás. (VEIGA-NETO, 2010, p. 3).

A reflexão de Veiga-Neto nos desafia a mostrar a possibilidade de abrir as novas luzes para deixar os professores surdos pensarem e narrarem de outro jeito, e pode acontecer de nos depararmos com o estranhamento em relação ao já pensado que circula no campo da Educação Superior. Podemos compreender o caráter dos professores surdos que sustentam o pensamento político. A principal vantagem é mostrar as narrativas dos professores surdos, há um interesse acadêmico, interesse de ativismo, interesse nas resiliências, nas resistências e não se trata de ideologia que pensam sobre nós, surdos. Afinal, para o filósofo Veiga-Neto (2010, p.150), nada está oculto; só é preciso saber enxergar. O melhor a fazer é mostrar as narrativas dos professores surdos

e conhecer a história que nos sufocam, nos dominam e nos mantêm como pessoas com deficiência.

É preciso entender quando o professor surdo propõe a pensar de outro jeito, é preciso saber o que significa esse “outro”, isso é a relação. O “jeito de pensar” que o professor surdo tem, o que se pensa e se narra hoje sobre os professores surdos na Educação Superior, é importante mostrar a discussão da produtividade da narrativa de outro jeito: o professor surdo sobre si e sobre seu entorno.

Situar o professor surdo se narrando de outro jeito numa dimensão e ir além do que já se pensa sobre a cultura surda e a Língua de Sinais Brasileira na Educação Superior, apenas arrancar o pensamento dos professores surdos sobre a política em que ele se encontra e lançá-lo em busca da universidade, como narra o professor Apolo:

Minha bandeira é a língua de sinais. Alguns têm como a bandeira a surdez, outros a cultura surda, outros o ser surdo. A minha bandeira é a língua de sinais. Na minha pesquisa, portanto, eu sempre busco a valorização da língua de sinais, o que significa buscar uma igualdade de status a qualquer língua oral, como a língua portuguesa. Igualdade não só ao que tange os aspectos linguísticos e gramaticais, mas também psicológicos, sociais, profissionais, que possam transformar a vida dos surdos. Então eu procuro pesquisar nesse caminho. Mas o meu perfil é mais ligado ao ensino do que a pesquisa. Meu viés político-profissional está mais diretamente ligado ao preparo de alunos surdos, ou mesmo ouvintes, ou intérpretes, têm a ver com o caminho pedagógico em que os oriento. Então eu tenho pesquisas sim, em que a bandeira é a língua de sinais, mas meu perfil é mais de professor. (APOLO, 2014).

O professor Apolo tem o seu jeito de narrar demonstrando o seu compromisso em abrir caminhos para a Educação Superior, afirmou que a Língua de Sinais Brasileira é a bandeira dele, sente mais professor que ensina do que professor pesquisador. Isso é o seu pensamento de outro jeito de orientar aos intérpretes, alunos surdos e ouvintes que existe de saber no ensino, pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é o seu jeito de olhar e deixar como está, como explicita Veiga-Neto & Lopes (2010, p. 10): É óbvio que o “deixar como está” implica bem menos esforço do que o “mudar aquilo que está aí”. “Deixar como está” não exige nenhuma engenhosidade.

Assim, o professor Apolo se sente seguro em suas certezas com o perfil de professor, mesmo com a resistência de se deixar como está.



Refletir a narrativa de outro jeito e as transformações históricas bem precisas, conseguindo pensar de outro jeito o próprio pensamento político-profissional do professor Apolo, empreendeu em mim seu esforço no que se refere ao jeito de ser professor, valendo-se para isso das práticas de ensino.

Levando adiante os passos da outra professora que tem o seu jeito de ser pesquisadora, a narrativa dela nos mostra como é o trabalho com os grupos através do uso diretamente em Língua de Sinais Brasileira:

Eu tenho dois grupos de pesquisa. Um grupo que se reúne todas as terças e discute e trata da formação de glossários em língua de sinais que me parece hoje está com 7 membros. O outro grupo se reúne as quintas feiras e trabalha com o Sign Writing e esse tem 6 pessoas. O primeiro grupo tem 7 pessoas e o segundo 6 e alguns membros participam dos dois grupos e as pesquisas tem sido desenvolvidas nesses dois grupos. No grupo dos glossários temos pesquisado o processo de registro de sinais na área acadêmica, a base da formação de glossários. Em áreas como do cinema, da psicologia, etc. Eu tenho estimulado no grupo não só a captação desses sinais, mas discussões quanto aos processos de validação, catalogação, enfim, inúmeras pesquisas que tem sido apresentada no grupo, desde as dificuldades encontradas, as causas, enfim, temos pesquisado nessa área. No outro grupo temos mestrandos e doutorandos pesquisados às dificuldades no uso do Sign Writing, as dificuldades do sistema, as possibilidades de desenvolvimento do mesmo. Então a meu ver eu não tenho tido problemas para o desenvolvimento de pesquisas ou atuação como pesquisadora, sobretudo porque as discussões nos grupos se dão diretamente em língua de sinais. (DEMÉTER, 2014).

A professora Deméter, agora está revelando o seu jeito de ser pesquisadora, seu jeito de trabalhar com os grupos. O que ajuda muito na compreensão das atuais pesquisas em Língua de Sinais Brasileira, acreditando na possibilidade para o desenvolvimento de pesquisas entre os dois grupos não só de sinais, e sim nas discussões sobre a validação, catalogação e inúmeras pesquisas, e quando encontra dificuldades, discute e pesquisa e no outro grupo, o mesmo processo quanto o primeiro. Deméter está mostrando que não tem dificuldade porque usa a Língua de Sinais Brasileira, sente que compreende mais assim e para neutralizar os problemas de comunicação com os que não conseguem processar enquanto não estiver falando diretamente em Língua de Sinais Brasileira. No pensamento Foucaultiano, a possibilidade de exercitar a participação social, o pensar de outro jeito nos dará clareza e alívio, um espaço de liberdade para comunicação de igual para igual, como diz o

pesquisador Foucault (2004, p. 296): “Todas as minhas análises [...] acentuam o caráter arbitrário das instituições e nos mostram de que espaço de liberdade ainda dispomos e quais são as mudanças que podem ainda se efetuar”.

A narrativa da professora Afrodite, mostra o seu jeito de defender a comunidade surda:

Então o meu discurso é afinado nesse contexto, com foco em defesa da comunidade surda, das crianças surdas, em defesa e da necessidade de implantação de escolas bilíngues para surdos. Porque durante a minha vida eu sempre fui oprimida, eu não era feliz, então durante os meus discursos eu deixo claro o significado de tudo isso para todos durante a minha atuação enquanto professora surda. Tenho um exemplo interessante que aconteceu comigo e que não foi fácil. (AFRODITE, 2014).

A professora Afrodite fala ainda em relação ao seu jeito de fazer política:

O meu objetivo principal é explicar o que significa pedagogia surda, o que significa política linguística para surdos, a cultura surda, eu exponho tudo isso, pois é importante para que os alunos aprendam qual o caminho, pois não adianta eles aprenderem só o alfabeto manual, também não adianta eles só lerem, é preciso que eles sintam na pele para que possam a diferença no futuro. Então, eu sou uma professora que tem uma dimensão política, que é militante para o povo surdo, o meu objetivo é pensar como poderemos fazer um mundo melhor no futuro para os surdos, porque no passado não havia professores surdos, então os professores ouvintes davam aula para os surdos “de qualquer jeito” e oprimindo-os bastante usando apenas a língua portuguesa na modalidade oral. Agora temos a disciplina Libras, podemos explicar tudo isso e oportunizar um futuro melhor para os surdos. (AFRODITE, 2014).

A professora Afrodite tenta mostrar o novo jeito de ser professora no contexto da política porque se sentia oprimida há anos, a sua subjetividade de ser surda mostra a defesa da comunidade surda, crianças surdas, escolas bilíngues para que não tenham que passar pelas mesmas coisas que a professora Afrodite passou. Apresenta a sua prática do pensar de outro jeito, constitui-se numa abertura de política e humildade intelectual para um mundo melhor no futuro para os surdos. Trata-se de uma prática política, como uma simples busca de uma suposta diferença, deve ser tomada como uma prática de liberdade intelectual que, se conduzida com seriedade, é capaz de sustentar a ação política com uma racionalidade consequente e de tornar mais respirável o ar enquanto explicar tudo isso.

O professor Apolo narrando de outro jeito sobre o próprio pensamento e suas pretensas verdades com entendimentos mais refinados sobre o presente da experiência visual do professor surdo na Educação Superior, e nos abrem possibilidades para o futuro:

Agora o em si em se tratando do professor surdo. Então há semelhanças em tudo que eu faço. Tudo que eu faço a partir da minha experiência visual e da forma visual com que eu percebo o mundo. Um outro surdo tem um “em si” que o diferencia de mim, eu sou uma pessoa e ele é outra pessoa totalmente diferente mas nós dois compartilhamos uma experiência semelhante. Então toda a prática de um professor surdo está dentro de uma experiência visual, no meu entendimento. Pode ser que alguns autores discordem do meu pensamento, mas no meu entendimento a experiência visual constitui a base do indivíduo surdo. Todo o comportamento, língua, percepção, aprendizado e reflexão do indivíduo surdo se baseiam em uma experiência visual. É essa experiência visual que eu tenho e que os outros surdos também tem. Então tudo que eu fizer enquanto surdo, vai se refletir em benefício para a comunidade surda, porque está sendo desenvolvido e criado com base nessa experiência visual que é compartilhada pelos membros da comunidade. Uma criação feita por um desses membros também será reconhecida por mim e é isso que nos aproxima enquanto surdos. E esse é o imã que aproxima surdos de lugares tão distantes que nunca se viram a sentirem-se como pessoas que já se conhecem há anos e que embora não tenham se visto antes se aproximam tão rapidamente por compartilharem uma experiência visual. (APOLO, 2014).

O professor Apolo fala sobre o jeito dos professores surdos que têm a experiência visual, mesmo considerando as diferenças de todos os professores surdos de si mesmo, mas ao usar nessa experiência visual são bastante semelhantes. Entender o presente abrir-se para o futuro, saber indagar e conseguir mostrar a experiência visual é a base do indivíduo surdo, são os pensamentos relevantes para uma ação natural de cada jeito dos professores surdos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese não representa uma narrativa, uma produção, uma invenção feita por mim, é antes a identificação da entrevista-narrativa que fala por si das resistências, embates, resiliências e políticas dos professores surdos, numa perspectiva cultural na Educação Superior com a perspectiva das relações de poder nos espaços de negociação. As reflexões aqui apresentadas permitiram elencar algumas considerações finais sobre os resultados. Elas apontam uma infinidade de temas, alguns deles podem levar a outros debates. Não houve a pretensão de esgotar esse assunto, mas de revelar a complexidade de um tema pouco discutido e tornar possível a participação dos professores surdos na Educação Superior deste país.

Ao contextualizarmos os professores surdos no espaço universitário, identificamos que o debate em torno dessa área suscita relações de poder, historicamente enraizadas, cristalizadas, que atravessam o cotidiano universitário e acabam por dificultar a mudança das narrativas e práticas que os professores surdos representam e apresentam. Um dos entraves nessa discussão está relacionado com os aspectos resistentes e resilientes. O primeiro se relaciona com a visão dos professores surdos, do mundo universitário e de preparação docente rumo à resiliência surda em espaços de negociação; o segundo faz referência à metodologia e às estratégias de produção de políticas para a Educação Superior.

Compreender as narrativas dos professores surdos implica mais do que estudar o olhar subalternizador. Requer verificar se há adaptações políticas na Educação Superior, isto é, perceber se o professor surdo consegue manifestar a superação pela resiliência e busca de políticas para enfrentar a relação das forças de poder entre o olhar subalternizador, as necessidades culturais universais e o português escrito e falado, entre outros. Nesse sentido, foram discutidas as experiências dos professores surdos envolvidos nas relações de poder com os outros docentes. Foram construídas narrativas visando os momentos que exigem estratégias nos espaços de negociação: resiliência, resistência, alternativas do pensamento político. Foram necessários estudos, discussão, envolvimento, tomada de decisões sobre as políticas surdas mais apropriadas e

desafiadoras para os professores surdos participantes da pesquisa. Acreditamos que com este trabalho tivemos a oportunidade de avançar.

No entendimento dos professores surdos na Educação Superior é preciso abrir espaços para haver mais discussão entre seus pares para explorar questões culturais, valores e conhecimentos científicos que mobilizem a ação política na Educação Superior. Essa perspectiva cultural requer o preparo dos professores surdos. Alguns assuntos se apresentam como centrais: como estabelecer estratégias políticas a partir de espaços de negociação para a pesquisa, ensino e extensão. Logo, exige-se dos professores surdos novos conhecimentos, treinamento de enfrentamento com novas formas do pensamento político, enfim, dos novos intelectuais professores surdos. O momento exige que o professor surdo reflita como ser professor surdo no espaço acadêmico. Exige que reflita sobre o mal estar que o oprime, prejudica e subalterniza na Educação Superior.

Os professores surdos entrevistados não só apresentam condições iniciais de angústia, dúvida e dificuldade na Educação Superior, mas também uma disposição de discutir mais as redes de poderes cotidianas, travadas pelos espaços de negociação. Os entrevistados mostraram seus interesses em discutir no âmbito acadêmico no contexto universitário, durante a reunião do colegiado e em momentos precisos para debater nosso ambiente linguístico e demais possibilidades de mudanças na Educação Superior. À medida que a política dos professores surdos avança, o crescimento dos professores surdos resilientes e a evolução dos professores surdos se consolidam com mais resistência e confiança entre os professores ouvintes; igualmente, surgiam as narrativas políticas. As narrativas políticas mostram a fragilidade dos professores surdos ao evidenciarem a vontade e necessidade dos professores surdos em discutir mais a Educação Superior reconhecendo as políticas defensivas, bem como seu interesse em compreender como o pensamento político pode ser narrado de outro modo.

As entrevistas narrativas permitiram confirmar o valor cultural como estratégia para a Educação Superior no contexto universitário: melhoria no valor do reconhecimento cultural e linguístico nas relações de poder; reflexão sobre o pensamento político dos professores surdos: que foi narrado de outro jeito como liberdade, do cuidado de si mesmo e considerou os limites de outra visão subalternizadora e as potencialidades de apagar o discurso dominante; envolvimento dos

professores surdos que trabalham a mais tempo na Educação Superior que puderam aprofundar sobre o tema; os professores surdos sentiram a condição do mal-estar como tencionamento entre eles em relação aos demais colegas e experimentaram mostrar a negociação mais participativa; houve construção das narrativas de liberdade, compartilhamento ao pensamento político e reconhecimento das políticas dos professores surdos.

E também que as narrativas que mais se aproximam à temática de minha investigação. Pude perceber o quanto é importante registrar as narrativas dos professores surdos, a grande maioria dá ênfase às questões das relações de negociação, procurando mostrar que somos professores surdos com competência para sermos coordenadores de alguns projetos, de cursos de graduação como no caso de Letras/Libras, usam a resistência sobre a visão dos outros sobre os surdos, também apresentam relatos de sua experiência no espaço do curso de Letras/Libras a partir de sua negociação das relações de poder.

A forma como a Educação Superior se organiza para reconhecer o pensamento político dos professores surdos e como estes demonstram sua concepção cultural, a resistência a estas práticas sedimentadas que mantêm as relações de poder como um enorme campo de estudo, uma porta aberta para a pesquisa referente ao mesmo tema.

Um aspecto importante na Educação Superior é a relação de poder possível, a norma do padrão soberano ouvinte, que nos controla e nivela como subalternado, entre outros tantos que tentam nos ver como inferiores e nos controlar. A política dos professores surdos se adianta na Educação Superior para criar uma textualidade simbólica para dar ao cotidiano alienante uma aura de superação pela diferença, articulando em torno de novas perspectivas para as mudanças necessárias no contexto acadêmico.

Constatou-se também que, embora apresentasse ter interesse e conhecimento em relação ao conceito e de constituição de resistência e resiliência dos professores surdos nesses campos de poder e saber do território na Educação Superior, que são niveladas aos professores ouvintes, uma possível relações de poder longe da posição de conflito, longe da visão das inferioridades, e sim uma aproximação dos professores surdos como intelectual usando o imenso contingente de saberes que traz a Língua de Sinais Brasileira e dos demais artefatos relativos à cultura surda como: movimento, lutas pela

educação bilíngue, literatura surda, e outros mais, um novo campo de relações de poder dos professores surdos na Educação Superior.

Compreendi que as narrativas dos professores surdos sobre as estratégias nos espaços de negociação para o enfrentamento das redes de poderes na Educação Superior na constituição de sua intelectualidade são tomadas como legitimadas e apresentam a constituição de ser surdo. Ao mesmo tempo, são as narrativas, estratégias e disciplinas de onde vem à construção que constituem os sujeitos surdos a fim de perceber a força de poder relacionando com as relações de poder nas políticas, nos espaços, nas resistências e nas resiliências com vistas à negociação de sua formação e defesa de sua intelectualidade. Antes de tudo, são professores surdos.

O contemporâneo se apresenta para que nós, os professores surdos construamos nossos direitos na Educação Superior. A ação pelos professores surdos contra um *status* que nos parece injusto no sentido de que nos discrimina, subalterniza e prejudica na Educação Superior mostra que nossa posição é de atores a exercer papéis próprios, atores agentes de mudanças. Professores surdos que podem e devem ser líderes voltados para questões urgentes e necessárias de políticas a serem gestadas no próprio espaço de negociação. No entanto, se não agirmos, pode significar realizar atos contrários. Somos sujeitos do processo. Existe uma dinâmica, uma força conjunta entre os professores surdos. Força interna da cultura surda, os movimentos de embates que os professores surdos estão fazendo. Luta surda que constrói. Importante construir pelos espaços de negociação, romper com possíveis meta-narrativas cristalizadas da subalternidade e fazer valer nossos direitos às políticas diferenciadas necessárias entre professores surdos e ouvintes.

Este trabalho não se encerra aqui. As narrativas ainda podem contribuir para não só gerar reflexões, mas também propor uma identificação política aos outros professores surdos na Educação Superior. O conhecimento político pelos professores surdos hoje mostra ser suficiente para embasar o avanço rumo à resiliência e resistência do discurso ideológico na Educação Superior; para isso, precisamos produzir mais conhecimentos sobre as práticas políticas dos professores surdos na realidade da Educação Superior. Mais que isso, precisamos questionar como os professores surdos se posicionam politicamente e enfrentam as relações de poder travadas pelos mesmos professores surdos em resposta às inquietações do contexto universitário.

## REFERÊNCIAS

ANDREIS-WITKOSKI, S. *Educação de Surdos e Preconceito – bilinguismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque*. UFPR: Tese de Doutorado em Educação, 2011.

BACKES, Carmen. *O que é ser brasileiro?* São Paulo: Escuta, 2000.

BARCELOS, Valdo. Navegando e traçando mapas: uma contribuição à pesquisa em educação ambiental. In. Galliazzi, M.C.; Vicete, J. (Orgas.) *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

BARLACH, Lisete et al. *O conceito de resiliência aplicada ao trabalho nas organizações*. Revista Internacional de Psicologia, v.42, n.1, p.101-112, 2008.

BARTHES, R. *The Semiotic Challenge*. Oxford: Basil Blackwell, 1993, p. 95-135.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIEMBENGUT, Maria Salett e HEIN, Nelson. *Modelagem Matemática no Ensino*. São Paulo: Contexto, 2000.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

BRAGA, Rubem. *O velho tema do Eu do Outro*. Crônica.

BRANCO, G. C. *Considerações sobre ética e política*. In: PORTO CARRERO, V., BRANCO, G. C. (Orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 310-327.

BRUNER, Jerome. *A construção narrativa da realidade*. In: \_\_\_\_\_. *Cultura da educação*. Lisboa: Edições 70, 2000.



BUJES, Maria Isabel. *Descaminhos*. In: COSTA, Marisa V.(Org). Caminhos Investigativos II – outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 11-33.

BURKE, P. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO JR., H. R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias deleuzeanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHARTIER, R.A *História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORACINNI, Maria José. *Identidade e discurso: (Des)construindo subjetividades*. Campinas/Chapecó: Ed. Da Unicamp/Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso Sobre Tradução: AspectosDa Configuração IdentitáriaDo Tradutor*. Tradterm, 2005, pg. 29-51.

COVRE, Aline Maria.*Discurso, espaço de negociação entre o singular e o genérico*. In: Signo, Santa Cruz do Sul, vol. 33 n 54, p. 76-79, 2008.

CYRULNIK, B. - *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DERRIDA, J. *La différence in Marges de la Philosophie*. Paris: Les Editions de Minuit; Collection «Critique». 2003.

DEUCHAR, M. *British Sign Language*. London: Routledge and Kegan Paul, 1984.

EARLY, G. *Lure and Loathing – Race, Identity and Assimilation*. New York: Viking Penguin, 1993.

ESCOSTEGUY, Ana. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ESTEVE, Manoel J. *O Mal-Estar Docente*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

FENEIS. Documento 008561/1999 - *Que educação nós surdos queremos?* elaborado pela comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999.

FISCHER, Rosa M. B. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FLYNN, Thomas. Foucault's mapping of history. In: GUTTING, Gary (ed). *The Cambridge Companion to Foucault*. Cambridge University Press, 1994, p. 28-46.

FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge*. London: Dent & Sons, 1972.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 11º ed. Org. e trad. De Roberto Machado. Rio de Janeiro; Graal. 1979

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. 1984A, p. 14-15.

\_\_\_\_\_. 1985, p. 148-149.

\_\_\_\_\_. *Dits et Écrits. Vol.IV*. Paris: Gallimard, 1994a.

\_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 231-249

\_\_\_\_\_. *Genealogia del racismo*. La Plata: Editorial Altamira, 1996.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 12 ed. 1996.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. (1969), 7ª ed. Trad. De Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Verdade, poder e si mesmo. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004. P. 294-300.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e o poder* In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FURLIN, Neiva. *É possível uma sociologia do sujeito? Uma abordagem sobre as teorias de Foucault e Touraine*. Sociologias vol.14 n29. Porto Alegre Jan./Apr. 2012

GARCIA, Célio. Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade/ Izabel C. Friche Passos (Orgs). In: *Resistência a partir de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GADELHA, Sylvio. *Bipolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*/Sylvio Gadelha. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Guanabara, RJ: Koogan, 1989.

GRAMSCI, A. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GROSSBERG, Lawrence. *Identidade e estudos culturais: é tudo que há?* In HALL, Stuart. & Du GAY, Paul. (Orgs). *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, 1997.

HADOT, P. *Exercices spirituels et philosophie antique*. Paris: Albin Michel, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende...[et al.]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERMANN, H. Narrative Interviews. In: U. FLICK, E.V. KARDORFF, *et al.* (eds). *Handbuch Qualitative Sozialforschung*. München: Psychologie Verlags Union, 1995, p. 182-5.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Catadores da cultura visual*. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, verbete pós-estruturalismo.

INFANTE, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. Em: A. Melillo & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas* (p. 23-38). Porto Alegre: Artmed.

JOB, F. P. (2003). *Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações*. Tese Doutorado Inédita. Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

KEESING, R. *Theories of culture*. In B. Siegel (ed.) *Annual Review of Anthropology*, 3, 73-97. Palo Alto, CA.

KROEBER, A. and KLUCKHOHN, C. *Culture: A critical review of concepts in definition*. New York: Vintage Press, 1963.

LECOURT, Dominique. *Humano pós-humano: a técnica e a vida*. São Paulo: Loyola, 2005.

LENNARD J. Davis. *The politics of deafness*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1996.

LOPES, Maura Corcini. *Surdez & Educação*/Maura Corcini Lopes. -Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Vanessa Rodrigues & MARTINS, Maria do Carmo Fernandes. *Validação Fatorial da Escala de Resiliência de Connor-Davidson (Cd-Risc-10) para Brasileiros*. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 11, 2, jul-dez 2011, 36-50.

LUTHAR, S. S., CICCHETTI, D., & BECKER, B. (2000). The Construct of Resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71, 543-562.

MANCIAUX, Michel. La résilience: um regard qui fait vivre. *Etudes*. Paris, Octobre 2001, n 3854, p. 321 – 330.

MARTIN, W. BAUER, George Gaskell (editores); Pesquisa qualitativa com texto; imagem e som: um manual prático. In: *Entrevista Narrativa*. Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer. Tradução de Pedrinho A. Guareschi, - 7. Ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2008.

MASUTTI, MARA LÚCIA. *Tradução Cultural: Desconstruções Logofonocêntricas Em Zonas De Contato Entre Surdos E Ouvintes*. Tese de Doutorado, 2007.

MCLAREN, P. White terror and oppositional agency. Towards a critical multiculturalismo. In: McLAREN, P. *Critical pedagogy and predatory culture. Oppositional politics in a postmodern ERA*. LONDON: ROUTLEDGE, 1995.

MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de la. *Sentipensar: Fundamentos e Estratégias para Reencantar a Educação*. Vozes, 2004.

MOSQUEIRA, Juan José Mouriño; STOBAUS, Claus Dieter. *Auto-imagem, auto-estima e auto-realização na universidade*. In: ENRICONE, Délcia (Org). *A docência na educação superior: sete olhares*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

PEREIRA, Fátima. *Governo da Infância e Profissionalidade Docente: Narrativas em formação inicial de professores*. Educação, Sociedade & Culturas, n 29, pg. 89-108, 2009.

PERES, J. F. P., MERCANTE, J. P. P., & NASELLO, A. G. (2005). *Promovendo resiliência em vítimas de trauma psicológico*. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 27, 131-138.

PERLIN, Gladis. *Identidades Surdas*. In C. Skliar (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Lugar da Cultura Surda*, In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), *A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

\_\_\_\_\_. *A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais*. In: ETD – Educação Temática Digital, Processos Tradutórios, Línguas de Sinais e Educação. Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006.

\_\_\_\_\_ e REIS, Flaviane. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas/ Gladis Perlin, Marianne Stumpf (Orgs). In: *SURDOS: cultura e transformação contemporânea*. 1 ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000, p. 43.

QUADROS, Ronice; PEREIRA, A.T.C.; CERNY, R.Z. Estudos Surdos III/Ronice Muller de Quadros (org). In: *Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

REIS, Flaviane. *Professor Surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica*. Dissertação de Mestrado – Florianópolis, 2006.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. *Implante Coclear: normalização e resistência surda*/Patrícia Luiza Ferreira Rezende. – 1ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: D.Quixote, 1988.

RUTTER, M. *Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder*. British Journal of Psychiatry, 147, 598-611, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

SCOTT, JOAN. *Multiculturalism and the politics of identity*. In RACJCHMAN (org.) *The identity in question*. Nova York. Routledge, 1995.

SEQUEIRA, V.C. *Resiliência e abrigos*. Redalyc, Sistema de Información Científica, Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal, Boletim Academia Paulista de Psicologia, Brasil, 2009, v.29, n.1, p. 65-80.

SILVA, T.T. *A política e a epistemologia do corpo normalizado*. In Revista Espaço informativo técnico científico do INES, n8, dez. Rio de Janeiro, INES, 1997.

SILVA, Tomaz. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Vilmar. *A política da diferença: Educadores-Intelectuais Surdos em perspectiva*. Tese de Doutorado - UFSC, 2009.

SILVEIRA, Carolina Hessel. *O currículo de Língua de Sinais na Educação de Surdos*. Dissertação de Mestrado – Florianópolis, 2006.

SKLIAR, Carlos. *Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade*. In: Skliar, Carlos (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.



\_\_\_\_\_. Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, Carlos (Org.) *A Surdez, um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Prefácio. A pergunta pelo outro da língua. In: LODI, Ana Cláudia B., HARRINSON, Kathryn M., CAMPOS, Sandra R. L. de e TESKE, Ottmar. *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002<sup>a</sup>. P. 5-12.

SOMERS, Margaret, & GIBSON, Gloria. Reclaiming the epistemological «other»: Narrative and the social constitution of identity. In C. Calhoun (Ed.), *Social theory and the politics of identity* (1994, p.37-99). Oxford & Cambridge: Blackwell.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Os sobreviventes das políticas surdas: opressão da cultura surda e de seus valores linguísticos na educação*. In: Gladis Perlin, Marianne Stumpf (organizadores). *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. 1 e.d – Curitiba, PR: CRV, 2012.

THOMA, Adriana da Silva. KLEIN, Madalena. *Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil*. Cadernos de Educação/faculdade de Educação– UFPeL – ano 19, n. 36 (mai.-ago. 2010) – Ed. UFPeL – Pelotas, RS. p. 107 – 131.

\_\_\_\_\_. *O cinema e a flutuação das representações surdas – “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”* Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2002. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

THOMPSON, Kenneth. Estudos Culturais e educação no mundo contemporâneo. In

Rosa Maria Hessel Silveira (org). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

TIMM, Edgar Zanini. *O bem-estar na docência: dimensionando o cuidado de si*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da PUCRS, Porto Alegre, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*/ Alain Touraine; tradução de Francisco Morás. – Petrópolis, RJ: vozes, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. *Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica*. Etd – Educação Temática Digital, Campinas, v.12, n.1, 2010.

WILLIAMS, R. *The Long Revolution*. Harmondsworth: Penguin, 1965.

\_\_\_\_\_. *Keywords*. Glasgow: Fontana and Croom Helm, 1976.

WORTMANN, Maria Lúcia C. *Dos riscos e ganhos de transitar nas fronteiras de saberes*. In: COSTA, Marisa V.; BUJES, Maria Isabel E. (Orgs.) Caminhos Investigativos III – Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 45-67.

## **SITES:**

LuísEustáquio Soares em 20/08/2013.

[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed760\\_a\\_sociedade\\_do\\_controle\\_soberano](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed760_a_sociedade_do_controle_soberano)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Discurso#Discurso\\_segundo\\_Michel\\_Foucault](http://pt.wikipedia.org/wiki/Discurso#Discurso_segundo_Michel_Foucault)

Neiva Furlin (2012).

É possível uma sociologia do sujeito? Uma abordagem sobre as teorias de Foucault e Touraine

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222012000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222012000100011&script=sci_arttext)

REIS, F; CRISTINA, L; SOUZA. K. V Práticas educacionais inclusivas: Deficiência auditiva, 2012.

<http://docplayer.com.br/9653517-V-praticas-educacionais-inclusivas-deficiencia-auditiva.html>

## **ANEXOS**

### **APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: A Docência na Educação Superior: Narrativas das Diferenças Políticas de Sujeitos Surdos, sob a responsabilidade da pesquisadora **Flaviane Reis**

Nesta pesquisa nós estamos buscando **analisar os professores surdos na Educação Superior por meio das ações institucionais (políticas, intelectuais, relações de poder, atos normativos, programas, projetos de criação e/ou consolidação de núcleos, centros, comissões de acessibilidade, etc) em face às demandas por acesso e permanência na Educação Superior pelas pessoas (discente, docente e técnico-administrativo).**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será obtido pela pesquisadora Flaviane Reis antes de iniciar a coleta de dados. Na sua participação você, por meio da gravação e filmadora de uma entrevista-narrativa, avaliará as narrativas dos professores surdos; Após a gravação e filmadora, as entrevistas serão transcritas. Todo material será guardado pela pesquisadora até a entrega da versão final da tese no Programa de Doutorado da Universidade Federal de Uberlândia, sendo destruído após esse período.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa não oferece nenhum risco à sua integridade física, moral, intelectual ou emocional. Ao participar da pesquisa você terá como benefícios a ampliação de seus conhecimentos sobre a temática. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Tão logo tenhamos os dados tabulados e analisados colocaremos os resultados à sua disposição para conhecimento, análise e sugestão. Enviaremos também, após a defesa e correção da tese, uma cópia (formato PDF) para seu e-mail para conhecimento e divulgação. Se você preferir podemos enviar uma cópia em CD para o seu endereço.

Informo que você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados da pesquisa e a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, ou necessidade de maiores esclarecimentos você poderá entrar em contato com a doutoranda Flaviane Reis (34) 92757018 – [flavianereis@yahoo.com.br](mailto:flavianereis@yahoo.com.br). Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília pelo e-mail: [cep\\_ih@unb.br](mailto:cep_ih@unb.br)

---

Local e Data

---

Assinatura da pesquisada

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Participante da pesquisa

## **APÊNDICE 2: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

1) Como você se sente como professor universitário e como se estabelece suas relações com a instituição e com os demais docentes?

2) O que você, ou seja, como você negocia com os professores ouvintes sobre as suas provações de cultura surda na Educação Superior?

3) O que significa ser um professor surdo? Qual o significado do discurso político para vocês nesse contexto?

4) Hoje, já existem muitos professores surdos efetivos na Educação Superior, para vocês qual o significado de ser professor surdo na Educação Superior? Esse ativismo que está dentro do movimento na educação de surdos, também está dentro da universidade? Como é que seria isso para vocês?

5) O decreto e a lei, surgiram em o resultado de luta ou não? Como surgiram os professores surdos na Educação Superior antes da criação da Lei e do Decreto, apesar de vários discursos políticos dos professores surdos?

6) Como você negocia ou como você enxerga o papel dos professores surdos como àquele que coloca em um diálogo a cultura surda com a dos ouvintes?

7) Como você vê a presença da cultura surda na Educação Superior com o ingresso dos professores surdos na Universidade?

8) Como você vê a ruptura radical na diferença subalterna e mostrando sua nova representação a partir da sua narrativa política?

9) Você não acha que você também deve ser pesquisador? Como continuar sendo intelectual se você não continuar fazendo pesquisa? Tudo muda rápido como você vê a sua contribuição na pesquisa?

10) Que outras estratégias políticas você acha que podem ser adotadas para dar maior visibilidade cultural à Língua de Sinais Brasileira dentro das Universidades?

11) Como fica essa questão da política do professor surdo em prol do povo surdo?

### **APÊNDICE 3: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DOS PROFESSORES SURDOS**

#### **PROFESSOR APOLO**

1-

Você sabe que a área onde nós trabalhamos é uma área onde a maioria linguística é composta por ouvintes. Já temos a lei de libras, o decreto que a regulamenta e diversos outros instrumentos legais que garantem o uso da libras, como a lei de acessibilidade. Mas mesmo assim nós vemos que continuamos tendo a prevalência desses contextos que os professores surdos participam em que há uma predominância no uso da língua oral e onde eu tenho dúvidas quanto a clareza do entendimento que essas informações nessa modalidade são entendidas pelos professores surdos e da possibilidade de se acompanhar essa dinâmica. Mesmo que essas questões de poder sejam explicitadas, me parece que ainda há uma situação de dependência imposta aos professores surdos e eu me questiono se seria apenas uma dependência linguística, porque quando falamos de língua não estamos nos referindo apenas a comunicação mas sabemos que há diversos outros elementos imbricados aí como questões ideológicas, de interesses, políticas e diversas outras que se instituem nesse processo comunicativo. O que eu percebo é que os surdos de alguma forma perdem algo nesse processo. De certa forma me parece que a comunidade ouvinte condiciona esse processo ao uso da sua própria língua e apresenta resistências quando esse processo se institui em outra língua. Eu sinto também que o momento histórico que estamos vivendo é um momento em que temos tido progressos quanto a isso mas em que uma igualdade de fato ainda não foi estabelecida. Isso se dá principalmente quanto as questões de relações de poder. Um exemplo que pode ser dado para corroborar minhas afirmações é o que acontece nos contextos em que um professor surdo apresenta seus argumentos em língua de sinais por exemplo e que percebemos que há uma certa dificuldade de aceitação por parte do público ouvinte. Quando um outro professor ouvinte ratifica a argumentação do colega surdo percebemos uma mudança de postura e

facilidade de aceitação por parte do público. Parece que o há aí é uma necessidade de validação dessa resposta por parte de um ouvinte para que o professor ouvinte possa dar credibilidade para o argumento de um professor surdo. Isso falando no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina pois o que eu tenho visto na outras universidades é totalmente diferente. A UFSC parece ser muito mais aberta e acessível do que essas outras Universidades. É uma realidade muito diferente. Tenho visto isso quando vou participar de bancas em outras universidades por exemplo e vejo que a relação que se estabelece nelas é extremamente diferente. Os surdos são tratados de uma forma extremamente desigual e subalterna. O que eu sinto é que a UFSC é muito mais coerente com a situação linguística dos surdos. Ela apresenta suas dificuldades também mas eu creio que ela tem muito mais abertura aos surdos do que outras universidades. Então essa relação linguística que se estabelece no geral não me parece ser ainda de uma igualdade plena. Não só pelas necessidades que são inerentes a língua mas sobretudo aquelas de aceitação do grupo majoritário.

2-

Na educação superior, os professores surdos tem atuado principalmente no ensino de língua de sinais. Tem alguns professores surdos que atuam em outras disciplinas, quando há o curso letras libras na universidade, mas eu vou me referir aqui a grande maioria deles que são concursados e contratados para atuar no ensino de libras nas universidades federais do Brasil. Aí tá o primeiro problema, parecido com aquilo que me referi na resposta da pergunta anterior, porque quando abre um concurso para professor não há a possibilidade de provas em libras. Se abre um concurso que não seja para a disciplina de libras, na filosofia por exemplo ou outra área eu não posso fazer essa prova porque ela não pode ser em libras, tem que ser escrita e oral e aí está o primeiro problema. Isso prova a questão da língua majoritária pois se o candidato não tem a proficiência oral ele está excluído da prova. Os professores surdos acabam sendo relegados às disciplinas de libras apenas, esse é o pensamento. Quando abre um concurso para a disciplina de libras, em que um professor surdo se inscreve, o que acontece? Esse professor vai atuar ensinando futuros professores ouvintes, esse aluno por sua vez vai ter a experiência e a consciência de como um professor surdo ensina. Não só conteúdos, mas observando que dificuldades ele tem durante o processo de



aprendizado com um professor surdo, observando questões da experiência visual, estratégia visual, psicologia visual e diversas outras características que podem ser percebidas na Educação Superior de libras por um professor surdo. Esse aluno por sua vez precisará aplicar futuramente o conhecimento que é obtido com um professor surdo ao seu contexto no ensino de crianças surdas. O que nós podemos dizer em relação ao que acontece hoje? O ensino realizado por professores surdos tem muita influência da didática ouvinte. Por conta do momento histórico em que vivemos, podemos dizer que ainda não há uma didática surda plena estabelecida que se adeque perfeitamente ao jeito e modo de aprender de um surdo. Ao meu ver, ainda há uma influência da didática ouvinte. Há alguns professores que conseguem fazer uma adequação perfeita da didática aos alunos surdos, mas o que eu vejo é que a grande maioria ainda utiliza uma miscelânea das duas, numa tentativa de adequar a experiência e estratégias visuais a didática existente para ouvintes. Isso é algo que eu sempre digo em sala de aula, que os alunos tenham cuidado e se atentem que muitas vezes nesse processo eles promovem adaptações de uma didática ouvinte para um público surdo, o que é inadequado. Oriento que eles devem criar uma pedagogia nova que se aplique aos surdos, é isso que tenho dito aos meus alunos. Então esses alunos, sejam ouvintes ou surdos, estarão aprendendo com uma geração de surdos mais antigos e formando uma geração de jovens surdos que substituirá essa primeira e por sua vez ensinará novos professores e é dessa maneira que as práticas de ensino se estabelecem, num contínuo cronológico que se aperfeiçoa e melhora cada vez mais. Então mesmo que esse aluno seja ouvinte, ele vai aplicar um pouco daquilo que ele aprendeu das estratégias e experiências visuais do seu professor surdo com seus alunos surdos e esse aluno, ao crescer, melhorará ainda mais essas estratégias e ensinará outros formadores de uma forma ainda melhor que a geração de professores surdos anterior e as práticas vão sendo melhoradas. É claro que isso demora anos mas eu acredito que o resultado é uma melhora contínua.

3-

Então, isso está inserido naquilo que Foucault discorre e chama de relações de poder. Quanto a isso eu sempre tento promover uma inversão de papéis, fazer com que o ouvinte possa se colocar no lugar do surdo e dessa forma desenvolver estratégias para que ele também possa se conscientizar e sentir aquilo que o surdo sente. Um exemplo

disso pode ser visto na greve de servidores que tivemos aqui na UFSC. Por conta da greve, que é um direito dos servidores públicos, tivemos falta de intérpretes. Então, nas turmas do curso letras libras nós temos os alunos calouros que não sabem língua de sinais, ou contextos em que os alunos são ouvintes e o professor é surdo e o entendimento fica prejudicado. Nesses contextos nós temos a inserção do intérprete e que por conta da greve a presença desse profissional ficou comprometida. Alguns alunos participaram apoiando a greve de servidores reivindicando o direito de comunicação e também quanto a questão dos níveis de contratação dos intérpretes (nível D e E) relacionado à formação, questões salariais, etc. Pois bem, tivemos uma discussão na reitoria sobre essas questões e os alunos não sabiam interpretar. De que forma então os alunos surdos poderiam ser ouvidos pela reitoria? Então, se não fosse uma questão específica, imaginando uma outra situação de luta política que não essa, os ouvintes teriam a possibilidade de entender claramente as questões e teriam acesso às discussões e , os surdos ficariam sem compreender e participar. Naquela situação, a reitoria se sentiu exatamente dessa forma que se sentem os surdos, pois sem intérprete ela foi obrigada a se comunicar pela escrita todo o tempo, o que demandou muito esforço e deixou ela muito aflita e pedindo ajuda para alguns alunos presente que se negaram a auxiliá-la para que ela pudesse sentir o que os surdos sentem. Essa me parece então ser uma estratégia de resistência. Esse é apenas um exemplo, mas a minha estratégia sempre tem sido sempre fazer com que os ouvintes entendam como o surdo se sente, buscando exemplos em que ele possa se colocar no lugar do outro surdo e dessa forma entender como ele se sente. Então essa tem sido a base da minha estratégia para o embate político dentro da universidade. Um outro exemplo que pode ser dado foi o episódio ocorrido em uma reunião do conselho aqui na Universidade em que eu fui substituir o chefe do departamento, porque o professor Fábio é o chefe e eu sou o sub-chefe do departamento (n.t. departamento de artes e libras do Centro de comunicação e expressão da UFSC) e nessa ocasião ele tinha um compromisso e não poderia estar presente, então eu fui substituí-lo nessa reunião do conselho. Não havia intérprete na reunião, não me lembro por qual motivo não haviam os dois, mas não tinha. Então como a reunião ia transcorrer? A situação então era: o que fazer? Retirar o professor surdo ou continuar a reunião com o professor surdo presente? E os membros ficaram decidindo o que fariam. Era uma reunião importante aqui do centro em que seriam

decididas questões como: progressão funcional; andamento das aulas na greve; realização de festas na universidade, enfim, era uma pauta importantíssima que eu não poderia perder. Então como se daria essa reunião sem intérprete? Então que estratégia que eu adotei ali? Os professores disseram que a reunião poderia continuar e eu fiquei bastante constrangido. Como eu resolvi isso? Eu disse: desculpe eu sou o problema ou a situação é o problema? Como se dá essa relação? Então eles sugeriram cancelar a reunião. Ainda tentaram realizar a reunião, falando devagar, explicando novamente o que não foi entendido, e podia-se ver nas expressões a tentativa de tolerância de cada um dos membros, mas numa situação como essa eu não poderia simplesmente me retirar e deixar que a reunião se realizasse desprezando os assuntos que seriam tratados eu precisava marcar a minha presença como uma forma de fazer com que os outros me vissem, que fossem confrontados com a situação, que tentassem resolver o problema. Como eles me viram eu não sei, mas esse foi um modo de marcar a minha presença, uma forma de dizer: "- eu estou aqui, vocês precisam ver como resolver essa questão".

4-

Bem, o que eu posso falar quanto a isso, é que ser professor surdo acadêmico é acreditar no bem comum. Talvez uma responsabilidade social. Eu poderia, por exemplo, escolher outro caminho que não esse, já que sou muito bem oralizado e posso conversar com um ouvinte perfeitamente, mas não foi o que eu fiz. Se eu optasse por isso eu estaria prejudicando a grande maioria dos surdos que vivem uma realidade diferente. Pelo que eu observo, na minha experiência, eu posso dizer que acredito na língua de sinais, acredito que ela é o melhor para os surdos, em todos os atributos, sejam psicológicos, sociais, profissionais, de saúde, enfim, em todos os contextos a língua de sinais é a base da formação do indivíduo surdo, é nisso que eu acredito. Então por isso eu escolhi esse caminho. Eu acredito que a responsabilidade do professor surdo não é só por uma questão didática, profissional, ou por crescimento pessoal é sim por acreditar que a geração de surdos que virá depois da minha pode ter uma vida melhor. É pensar que se eu ensinar bem, eu estarei proporcionando uma vida melhor para esses surdos também. Então não se trata apenas de ser professor, mas de ter essa responsabilidade, essa consciência de que se eu realizo um bom trabalho de ensino eu estarei proporcionando um futuro melhor para eles também. Há toda uma cadeia estabelecida aí

igual o exemplo que eu citei das gerações que vão se substituindo e melhorando dentro da prática de ensino. É nisso que eu acredito. A língua de sinais é a base, mas a minha responsabilidade é com o bom desenvolvimento das crianças surdas. Claro que nós temos aí um resgate histórico que é necessário ser feito. Isso porque há todo um contingente de surdos que foram prejudicados e que não foram contemplados com o desenvolvimento atual, e aí estão inclusos surdos idosos, surdos que não ingressaram nas escolas, surdos que não ingressaram nas associações de surdos, surdos que foram excluídos do contexto familiar e infelizmente nós fazemos muito pouco para esses surdos. Nós podemos fazer muito por aqueles surdos que estão no espaço escolar, essa é a responsabilidade acadêmica inclusive, mas as associações tem um valor muito grande no resgate que ela faz a essa parte do povo surdo. Eu penso que a academia não consegue alcançar essa parte do povo surdo que fica marginalizado frente ao alcance da esfera acadêmica e eu reflito aqui sobre o que nós professores precisamos fazer frente a isso. Por exemplo, minha experiência inicial como professor se deu em uma sala de aula com alunos surdos. No início eu tinha 6 alunos, o que para o estado era um número excelente (eu comecei a atuar como professor na rede estadual), 6 alunos era suficiente para iniciar um trabalho de ensino. Mas eu não estava satisfeito, pois estava preocupado com aqueles surdos que estavam fora da escola, surdos idosos, surdos restritos ao convívio familiar, como ficava a situação desses surdos? Então, o que eu fiz? Coloquei os meus 6 alunos no meu carro e fomos atrás desses surdos nas redondezas da escola e 3 meses depois eu tinha 40 surdos na minha sala de aula. Nós fomos obrigados a quebrar a parede da sala pra que dessem todos os alunos e isso faz parte da minha história. Eu lembro que tínhamos que roubar carteira da sala ao lado para que os alunos pudessem estudar. Então ser professor é ter essa preocupação com o indivíduo surdo, essa consciência é necessária e nós temos que repassar isso. Não só dentro da sala de aula, mas fora dela também.

5-

O movimento político teve muita força no passado. Os movimentos de massa, representados nos sindicatos, associações, dentre outros, tiveram muita força para pressionar o poder em busca de resolução de problemas, criação de lei e estabelecimento de direitos coletivos. No que concerne ao profissional professor surdo,

vejo que a militância hoje pode ser estabelecida em duas esferas. Uma delas é aquela que atua pelo desenvolvimento social e acessibilidade do povo, que posso chamar de povo surdo. Aí está situada a luta pelo direito a acessibilidade, luta por intérpretes nos bancos, por exemplo, luta por pessoas que saibam libras no atendimento público, enfim, questões de acessibilidade de massa, que implicam direito coletivo. O outro tipo de militância não está relacionado ao movimento social, mas é uma responsabilidade de cada profissional e exige um crescimento pessoal, por exemplo, através de publicações, apropriação de conhecimentos científicos, etc. Então veja na militância política nós temos um envolvimento de talvez mil, 10 mil pessoas que através da luta, conquistam, por exemplo, atendimento em libras na esfera pública. Com a luta em massa sensibilizam o governo pela quantidade de pessoas e às vezes conquistam direitos, outras vezes não, mas o que exigem faz com que o governo, através do tamanho do movimento, seja pressionado a atender as demandas ou mesmo que por negociações e interesses políticos, não sei, atenda suas necessidades. Do outro lado está a conscientização pública. A responsabilidade que nós profissionais professores na Educação Superior temos de informar e fazer com que as pessoas possam ter compreensão dessas questões, através das publicações de artigos científicos, publicações de resultados que são encontrados nas pesquisas científicas, como aqueles que atestam o status linguístico da língua de sinais e sua equiparação com as línguas orais, aqueles sobre a forma como os surdos percebem o mundo por exemplo. São esses resultados que vão fazer com que as pessoas possam ter um entendimento correto sobre essas questões e a partir do entendimento criar leis por exemplo. Na militância política isso é conquistado pela pressão mas muitas vezes sem um real convencimento. Então há esses dois tipos de profissionais militantes, aqueles que atuam junto à militância de massa e aqueles que atuam na militância individual, com atividades e projetos como é o caso, por exemplo, da prof. Ronice Quadros que desenvolve inúmeros projetos. Para isso ela não precisa de 10 mil pessoas, por exemplo, mas suas propostas tem se desenvolvido também como militante. Então dentro da educação superior eu entendo que há uma militância diferente da militância de massa.

Eu posso dizer que eu sou um desses professores surdos que iniciaram sua atuação antes da promulgação da lei de libras e seu decreto regulamentador. O interessante é que com a promulgação do decreto nós passamos a ter mais acessibilidade já que o mesmo oportunizou a criação dos cursos de letras libras, que por sua vez oportunizou formação profissional e, por conseguinte a abertura de vagas de trabalho nas universidades e o desenvolvimento para a comunidade, tudo como consequência do decreto. A partir do momento que o governo investe nos cursos, obrigatoriamente passamos a ter postos de trabalho. Antes da promulgação do decreto, no entanto, nós já tínhamos profissionais surdos. Esses profissionais atuavam, contudo, dentro dos espaços normatizados pelos ouvintes. Alguns desses profissionais então, na minha visão, atuavam sob estratégias de clientelismo, que consistia na apropriação de espaços a partir da troca de favores. A estratégia usada então eram os contatos políticos, o uso de amizades, auxílio pedagógico, atendendo as necessidades desse amigo. A minha formação, por exemplo, se iniciou na escola em que eu estudei desde pequeno, com professores que me conheciam e sabiam do meu histórico e quando do surgimento de uma vaga me ajudaram dando-me o posto do tipo de professor auxiliar, cargo que não existia antigamente e que se efetivava através de cargos de monitoria, bolsista, etc. Então eu passei a atuar nessas funções até que os professores vissem meu trabalho e vissem que eu era capaz de realizar o trabalho, ou seja, era sempre necessário que um ouvinte atestasse e reconhecesse a capacidade ou não do profissional surdo, da mesma forma que eu disse no início sobre a necessidade da opinião do surdo ser ratificada por um outro ouvinte, aqui acontecia com a atuação profissional. Independente de eu argumentar pela minha capacidade profissional somente com os resultados dos alunos e que ocorria a aceitação do meu trabalho. Um exemplo disso foi quando eu comecei a atuar como monitor em uma sala com um professor regente. A sala tinha muitos alunos surdos e quando eu parei de atuar como monitor nessa sala, vários alunos desistiram de estudar ali. Isso provava que os alunos queriam estar num espaço onde o professor também fosse surdo e eles tinham essa afinidade por eu saber explicar claramente os conteúdos. Os professores percebiam então que se o profissional surdo sáísse poderia trazer o fechamento da turma o que era prejudicial pra escola. Era o que acontecia nas escolas. A escola da região, onde tinha profissionais surdos, era uma escola muito

frequentada por eles, e as demais da redondeza não. Porque quando eu saía, por exemplo, do atendimento daquelas então chamadas "sala de recurso" e mudava pra outra escola, a sala esvaziava? Eles passaram a ter que lidar com essas questões. Então, antes do decreto nós tínhamos uma situação de confronto político, onde os profissionais surdos precisavam se esforçar em dobro para atestar sua capacidade. Então numa concorrência por uma vaga de trabalho entre um profissional surdo e um ouvinte, por exemplo, o ouvinte sempre levava vantagem. Só quando o profissional surdo apresentava um desempenho que fosse duas vezes superior ao do ouvinte é que ele então era contratado. Então antes do decreto a situação era bem mais difícil e depois dele me parece que tivemos um pouco mais de melhoria na acessibilidade que elevou um pouco o patamar do professor surdo, mas não ainda à igualdade. Ainda temos um problema linguístico que eu acredito, ainda limita o surdo. E eu falo que isso pode ser percebido nos concursos públicos para professor, por exemplo, em que a primeira prova é realizada em língua portuguesa. Tá certo que a segunda prova, a prova didática, é realizada em libras, mas nessa prova o surdo tem que ter um desempenho duas vezes superior a um ouvinte para que possa conseguir conquistar a vaga. E isso é fato! Na prova de português os ouvintes sempre superam e muito os candidatos surdos. Pode pesquisar os dados de qualquer concurso pra ver que os ouvintes sempre se saem muito melhor que os surdos na prova escrita. Então eles já começam prejudicados. Na segunda prova, a prova didática, os surdos são obrigados a tirarem uma nota muito superior que o candidato ouvinte para que possa ter chances, pois se for superior mas com pouca diferença de pontuação ele perde no resultado final. Ele precisa ter uma nota muito acima para que possa derrotar o candidato ouvinte e isso continua a ser assim. Talvez de uma forma implícita, mas o fato é que continua a ser assim, essa é a realidade. Essa realidade melhorou um pouco nos últimos tempos, os concursos passaram a ser um pouco mais flexíveis, mas ela ainda continua.

6-

A resposta parece estar em tudo aquilo que já vim explicando até agora. Dentro da sala de aula a atuação pedagógica já está diretamente ligada a cultura surda porque aparecem aí a didática visual, há o uso da língua de sinais, as atividades são em língua de sinais, a prática é em língua de sinais, então dentro de sala de aula a cultura surda

está presente no espaço pedagógico. Fora da sala de aula, a exigência pela língua de sinais é que pede o olhar para a cultura surda. Quando se negocia a presença do intérprete se está ao mesmo tempo pedindo a visibilidade para a cultura surda. A dificuldade está pelo que eu percebo, naquilo que Foucault denomina de aceitação e tolerância. Eu acredito que o que nós vivemos hoje é um espaço de tolerância e não de aceitação e por isso temos muitas limitações ainda, uma realidade que talvez possa mudar futuramente, mas hoje ainda vivemos num espaço de tolerância.

7-

Bem, eu vou falar sobre a formação de professores surdos então. Aqui no curso de letras libras, por exemplo, eu sou professor de duas disciplinas, a disciplina de estágio e a disciplina de literatura surda. Eu tenho preocupação, portanto quanto a formação, tanto com os conteúdos quanto com as práticas. Nas minhas aulas os conteúdos são apresentados no power point e eu me encarrego de discorrer e ensiná-los. A questão se dá nas práticas. A minha preocupação é com aquilo que os meus alunos surdos vão encontrar lá fora, porque como eu disse a UFSC tem uma realidade diferenciada do cenário geral nacional. Eu não estou dizendo que é melhor nem pior, a questão é que tem um tratamento dado aos surdos que é diferente daquele dado nos outros lugares, isso tem. Há uma atenção, um respeito, que não é 100% perfeito, mas é melhor do que aquele que é dado lá fora, melhor do que aquele que é dado nas escolas. Meu aluno vai trabalhar lá nessas escolas. Então eu me preocupo porque o meu aluno me vê enquanto professor surdo ministrando aulas, participando de reuniões, discutindo questões na universidade, brigando por melhorias, conseguindo verbas, enfim, participando de um cenário positivo, inserido no contexto acadêmico. Nós temos uma participação dentro da universidade. Mas lá fora, quando meu aluno vai estagiar, por exemplo, se ele precisa participar de uma reunião pedagógica, quando ele chega lá, com um monte de ideias para a melhoria da escola, pronto para participar, já esbarra na falta de intérprete na reunião. O aluno fica profundamente angustiado e volta nervoso pra UFSC com vários questionamentos, sem saber como agir. Eu vivi isso há pouco tempo com dois alunos meus, que voltaram do estágio me questionando como deveriam proceder já que não puderam participar da reunião pedagógica, pois não tinham intérpretes e quando foram questionar a escola eles alegaram que não tinha e que



deveria ser solicitado dois meses antes. Então isso é como é a realidade lá fora. Ainda chega alguém e diz pra eles: -olha, depois da reunião a gente te diz o que aconteceu e foi falado! Do que vai adiantar ele saber o que foi discutido depois que a reunião aconteceu? Compreende? Então, na sala de aula, qual é a minha preocupação? O conteúdo está ali, e ele é importantíssimo sim, mas a prática lá fora é diferente da realidade da universidade. Então eu me preocupo em preparar o aluno pra diminuir o impacto desse choque que ele terá com a realidade lá fora. Por exemplo, se vai haver uma reunião pedagógica eu já oriento o aluno que ele deve se certificar se haverá intérprete na reunião ou não. Em caso de não haver, ele deve pensar em estratégias como ir até a gerência local de ensino das escolas para solicitar um intérprete, pedir ajuda a um colega, se for o caso. Na primeira reunião oriento a apresentar-se como surdo e apresentar o intérprete ali, explicar que foi ele mesmo quem solicitou porque sabe que é uma experiência nova para os colegas, mas enfatizar da importância de se pensar na presença do profissional intérprete para a comunicação com o colega surdo, que seria impossível na ausência dele. Então é com isso que eu me preocupo em relação aos meus alunos, é que lá fora ele vai encontrar mais preconceito do que na UFSC. Claro que ainda temos, mesmo no contexto da UFSC, a presença do preconceito, mas nem se compara com o que o aluno vai encontrar na realidade lá fora, na prática. Por isso enquanto profissional surdo, eu posso usar aquilo que eu já experienciei, o que já aconteceu comigo, para preparar o meu aluno para essa realidade, para evitar possíveis problemas que ele irá enfrentar. Oriento para que ele se prepare para convencer seus colegas, pra que saiba como resolver os problemas que surgirão.

8-

Bem, em toda minha experiência de atuação até agora, o que eu aprendi foi que no embate político contra os ouvintes eu sempre saio perdendo, sempre. Então eu uso como estratégia tornar-me um aliado, tentar convencer, negociar. Não se trata de favorecer o ouvinte ou de se colocar como inferior, mas estabelecer uma aproximação para que se institua um diálogo. No início da minha carreira, quando jovem, eu sempre optava pelo embate e sempre saia perdendo. Com o tempo fui me tornando aliado dos ouvintes, conversando, dialogando, negociando. Nem sempre isso garantia 100% de conquistas. Às vezes conseguia 20%, 30%, às vezes chegava bem próximo, com o

tempo ia conquistando cada vez mais. O embate, infelizmente, mesmo nós estando com a razão, de alguma forma a gente sempre sai perdendo.

9-

Eu vou falar de forma individual, quanto à minha responsabilidade, quanto ao meu papel, que eu penso, dentro da universidade, é o de abrir novos caminhos, novos espaços para os surdos. Abrir caminhos do conhecimento, despertar a consciência de que a língua de sinais é à base de toda a vida do indivíduo surdo. Eu penso que esse é o meu papel, o caminho que eu escolhi é lutar a favor disso. Minha bandeira é a língua de sinais. Alguns têm como bandeira a surdez, outros a cultura surda, outros o ser surdo. A minha bandeira é a língua de sinais. Na minha pesquisa, portanto, eu sempre busco a valorização da língua de sinais, o que significa buscar uma igualdade de status a qualquer língua oral, como a língua portuguesa. Igualdade não só ao que tange os aspectos linguísticos e gramaticais, mas também psicológicos, sociais, profissionais, que possam transformar a vida dos surdos. Então eu procuro pesquisar nesse caminho. Mas o meu perfil é mais ligado ao ensino do que a pesquisa. Meu viés político-profissional está mais diretamente ligado ao preparo de alunos surdos, ou mesmo ouvintes, ou intérpretes, têm a ver com o caminho pedagógico em que os oriento. Então eu tenho pesquisas sim, em que a bandeira é a língua de sinais, mas meu perfil é mais de professor.

10-

Minha política em relação à língua de sinais é mostrar que a língua de sinais é original do pensamento dos surdos, faz parte da sua subjetividade, da sua construção ideária. Se ela é realizada de forma original e diretamente ao surdo, ela consegue alcançar o pensamento do surdo, ela permite a criatividade, o uso da experiência visual. Isso não significa que eu sou contra a atuação de profissionais intérpretes, não é isso, eu não tenho nada contra. Esses profissionais são necessários, devem ser respeitados e há espaços específicos de atuação deles. O que estou dizendo é que a língua de sinais precisa ser difundida em sua forma original. Nós formamos ouvintes que utilizam a língua de sinais, mas o registro da língua de sinais - e essa é a minha luta política - é provar que a língua de sinais tem um registro original e que a escrita da língua de sinais

é sempre uma adaptação. Isso porque há sempre características da experiência visual e diversos elementos dela que compõe a produção da língua de sinais e, portanto ela é uma língua ágrafa. Ela não tem escrita. Uma língua oral pode ter representações escritas que mais se aproximem dela, mas uma língua de sinais não, por isso é ágrafa. O registro dela é ela mesma em si. Com a tecnologia que temos a nossa disposição hoje nem mesmo às línguas orais dependem mais da escrita à mão como fazíamos antigamente já que temos à digitação à nossa disposição. Da mesma forma com a tecnologia hoje temos a possibilidade de gravar e reproduzir o registro original da língua de sinais. A prova disso são os usos que os surdos fazem hoje, por exemplo, quando precisam dar um recado a algum outro surdo à distância, através de contato ou gravações pela web cam. Ou mesmo se necessita fazer um relatório, que também pode ser feito filmando a si próprio. A gravação em vídeo, portanto é o registro da língua de sinais. Porque se esse registro é feito pela escrita da língua portuguesa no papel ou pela gravação de uma interpretação oral, não será mais o registro original da língua de sinais. Pode se aproximar do texto, mas nunca será a ideia original. Essa é a minha política de luta do movimento que consiste na elevação do status da língua de sinais produzida em si mesma. No campo da fenomenologia temos esse conceito que diz que eu só posso ser eu. Você pode, por exemplo, tentar me imitar, pode tentar fazer as coisas da mesma forma que eu, você pode tentar ser eu, mas jamais será. Por isso na minha escrita e no meu discurso eu sempre utilizo o termo "não-surdo", ao invés de usar ouvinte. Ouvinte é ouvinte. Quando eu digo ouvinte estou falando do que ele é, ele é ouvinte. Mas ele não é um surdo, é um ouvinte, e está certo dizer que ele é ouvinte, não está errado. Mas ele não é surdo. E aí que está a diferença.

11-

Eu vou aproveitar a mesma questão que expliquei agora pouco sobre a língua de sinais em si e não para si. Agora o em si em se tratando do professor surdo. Então há semelhanças em tudo que eu faço. Tudo que eu faço eu faço a partir da minha experiência visual e da forma visual com que eu percebo o mundo. Um outro surdo tem um "em si" que o diferencia de mim, eu sou uma pessoa e ele é outra pessoa totalmente diferente mas nós dois compartilhamos uma experiência semelhante. Então toda a prática de um professor surdo está dentro de uma experiência visual, no meu

entendimento. Pode ser que alguns autores discordem do meu pensamento, mas no meu entendimento a experiência visual constitui a base do indivíduo surdo. Todo o comportamento, língua, percepção, aprendizado e reflexão do indivíduo surdo se baseiam em uma experiência visual. É essa experiência visual que eu tenho e que os outros surdos também tem. Então tudo que eu fizer enquanto surdo, vai se refletir em benefício para a comunidade surda, porque está sendo desenvolvido e criado com base nessa experiência visual que é compartilhada pelos membros da comunidade. Uma criação feita por um desses membros também será reconhecida por mim e é isso que nos aproxima enquanto surdos. E esse é o imã que aproxima surdos de lugares tão distantes que nunca se viram a sentirem-se como pessoas que já se conhecem há anos e que embora não tenham se visto antes se aproximam tão rapidamente por compartilharem uma experiência visual. Por isso um profissional surdo atua beneficiando os demais surdos. É por isso que eu sugiro que sempre quem ensine língua de sinais seja um professor surdo. Infelizmente a concorrência que se dá para professor surdo em concursos ainda não é justa através de provas em língua portuguesa. Se o professor vai atuar com a disciplina libras, qual o problema de termos prova teóricas e didáticas ambas em língua de sinais? Isso sim seria equilibrado. Os surdos são capazes de fazer isso. Muitas vezes sabem o conteúdo melhor do que candidatos ouvintes, mas tem dificuldades de fazer escolhas lexicais adequadas. O que eu tenho visto nos editais por aí é que os critérios de correção da maioria das provas teóricas pedem um português coerente e coeso, de acordo com o novo acordo ortográfico, enfim, os surdos acabam sendo prejudicados. E com isso não estou dizendo com o problema está no candidato surdo, mas o sistema de ensino é que é falho. Os surdos são vítimas de um sistema educacional falho. Só que o que a sociedade exige hoje acaba julgando o surdo frente a um sistema falho. É por isso que eu digo que as provas, da forma como estão dispostas hoje, não são justas.

## PROFESSORA DÉMETER

1-

Bem, eu ingressei na instituição lotada no centro de educação, e lá as relações de poder se davam de uma forma bem difícil porque só tínhamos [...] e nós ficávamos muito aflitas porque sentíamos que estávamos perdendo muitas informações que eram passadas como aquelas relacionadas a inscrições em cursos de formação, registros etc, ficávamos completamente perdidas. Isso também como reflexo de uma tradição em que fomos educadas, nas escolas especiais, em que o conteúdo era sempre maçante e repetitivo. No cenário universitário a complexidade também não era tanta, com as obrigações restritas a obter notas para ser aprovada nas disciplinas. Já no contexto da docência na educação superior a realidade é bem diferente, com um contingente muito maior de informações como questões de progressão salarial, formação e tantas outras que nos sobrecarregam. Você sabe que os surdos sempre ficam atrás em relação ao acesso as informações não é. Depois disso então eu consegui a remoção para o Centro de comunicação e expressão e passei a atuar no departamento de professores de libras onde o acesso a informação é muito maior. Os novos professores surdos que ingressaram após mim passaram a ter uma situação muito melhor do que a que eu enfrentei, com inúmeras barreiras e transtornos até mesmo para fazer um simples cadastramento de projeto. Enfim, tive inúmeros prejuízos por conta de falta de acesso à informação. As relações comunicativas eram muito mais limitadas no centro de educação. Aqui no [...], no curso de letras, as relações já são bem diferentes. Temos a presença dos intérpretes de libras, temos o ingresso cada vez mais de novos professores surdos, temos professores surdos atuando como estagiários ou substitutos, há um uso e circulação da língua de sinais bem maior e bem melhor pelo que eu sinto aqui. AS relações de poder se dão de uma forma mais equânime, embora tenhamos variações. No contexto anterior me sentia muito mais subalternizada e excluída o que afetava até mesmo minha auto percepção da capacidade de realização de projetos e atividades, que sabemos é total quando se tem o acesso a informações de forma adequada. Logo, eu me sinto muito melhor aqui no CCE porque temos garantido o uso da língua de sinais. Seja no ensino, nas reuniões de colegiado, no departamento do curso, a língua de sinais está presente, o que eu não tinha antes e por diversas vezes tinha que interagir com os

colegas através de uso de bilhetes escritos com todas as limitações de uma comunicação por segunda língua.

2-

Bem, aqui dentro do curso de letras libras nós temos 10 professores ouvintes e 12 professores surdos, masas maiorias desses últimos atuam no ensino de libras, os que atuam efetivamente no curso letras libras somos Eu, Karin, Rodrigo, Rodrigo e alguns outros. Os 10 professores ouvintes que trabalham conosco conhecem a cultura surda, nós também conseguimos estabelecer negociações com eles embora às vezes alguns deles ainda mantenham um olhar sobre nós como deficientes. Pelo menos é o que percebo. Isso é visto no discurso. Embora sejam professores que já tenham uma formação na área esses tais nos vêem ainda como deficientes. às vezes conseguimos estabelecer uma boa relação, num olhar de igual pra igual, mas as vezes eu preciso me esquivar de alguns deles com os quais eu não me sinto bem e opto por me relacionar com aqueles os quais o olhar é de igualdade. Com esses eu posso dialogar, tirar dúvidas, a gente consegue negociar, estabelecer uma boa interação. Então embora todos os 10 professores ouvintes estejam atuando na área da libras, da educação de surdos e envolvidos com o movimento surdo, alguns deles ainda mantém um olhar de surdos como deficientes. Isso me incomoda um pouco, mas penso que com o tempo eles mesmos mudarão essa visão.

O que eu penso é que por ter nascido surda, eu tenho que diariamente provar minha capacidade é algo que eu enfrento no dia-a-dia já que todo dia encontro pessoas que me veem como deficiente. Eu preciso estar produzindo artigos, palestrando em congressos, enfim, realizando inúmeras atividades todos os dias que comprovem a minha capacidade é algo incessante e ao mesmo tempo me esgota. Parece que eu tenho um trabalho dobrado, tenho que imprimir um esforço bem maior em relação àquele que é feito por um colega professor pra me afirmar, um duplo esforço. Posso exemplificar, por exemplo, na produção de um artigo científico. Além da produção do conhecimento eu preciso entregar meu material para revisão linguística, por exemplo, o que um colega ouvinte não precisa. Isso realmente me incomoda.

Bem, parece que há poucos exemplos aqui. Vou falar da minha experiência na PGL (Programa de Pós-graduação em Linguística). Às vezes nas nossas reuniões de colegiados ou nas bancas de correções de candidatos ao programa de mestrado e doutorado surgem inúmeras discussões e colocações do tipo "os surdos sabem ler?" o que me causa grande inquietação. Eu tenho como objetivo estimular o ingresso de candidatos surdos nos programas até como parte de um esforço de permitir uma maior participação da comunidade surda no universo acadêmico e aí surgem questionamentos desse tipo ou que duvidam da capacidade dos surdos e eu preciso me posicionar politicamente tratando das questões históricas da educação de surdos, contextualizando a realidade catarinense que não contava com escolas de surdos, mostrando as falhas da educação inclusiva impedem que esses alunos aprendam efetivamente e que, portanto eles não são culpados por essas perdas, enfim, eu preciso levantar essa discussão e percebo que o olhar dos colegas sobre mim, muitas vezes aceitam, outras vezes não. Depois que os candidatos ingressam, ao final do semestre eles precisam entregar os trabalhos finais das disciplinas para esses mesmos professores ouvintes. Quando nós nos reunimos de novo esses professores vem comentar comigo das dificuldades que os alunos manifestam para fazer as leituras da disciplina e realizar os trabalhos finais e eu questiono esses professores o fato de todos esses materiais de estudo serem em língua portuguesa e não disponibilizarem e utilizarem materiais em língua de sinais. Há uma questão de falta de acesso aos livros e conhecimento em língua de sinais. Aí os professores ficam extremamente deslocados, sem ação. Eu coloco pros meus colegas, por exemplo, o tempo excessivo que eu tenho que dispor com os meus orientados para fazer uma orientação com base na leitura de um texto. Um trabalho que para o mesmo texto numa relação orientando e orientador ouvinte é resolvido facilmente em meia hora. O aluno ouvinte tem mais acesso à informação através da leitura (em primeira língua). Então o programa precisa se preparar para isso. Onde está o compromisso do programa e dos professores em disponibilizar acesso ao conhecimento em língua de sinais? Há sempre uma imobilidade na efetivação disso. Então eu tenho tentado me esforçar pra apresentar e discutir essas questões. Mas isso é algo que realmente incomoda que trás muita demanda, não é um processo fácil como parece. Um agravante é o fato de termos poucos professores surdos atuando na pós-graduação ainda, faltam

uma articulação maior que fortaleça o trabalho desses professores, que ainda são poucos trabalhando sozinhos e espalhados o que dificulta bastante.

4-

O ingresso de professores surdos na Educação Superior é algo muito bom pois eles estão se apropriando desse espaço. No entanto, alguns professores surdos após se apropriar desse espaço não sabem o que fazer nele. Como solicitar, por exemplo, verbas para realização de projetos (está se referindo aos projetos de extensão e pesquisa realizados na universidade), parceria com as associações, ou qualquer outra estratégia de trabalho. Acabam se focando apenas no ensino e isso me preocupa. Fico pensando em como orientar esses professores para que saibam como e onde devem captar recursos. Muitas vezes o próprio edital de fomento se refere à possibilidade de parceria com associações, ongs, etc. O próprio edital pede isso mas não é realizado pelos professores. Algumas vezes o professor surdo até elabora um projeto dentro de um desses editais, mas o currículo fraco do professor não permite com que ele tenha seu projeto aprovado pelo CNPQ, o que representa um problema. Então eu penso que seja importante uma formação para esses professores que estão ingressando na Educação Superior, talvez através de um seminário onde esses professores possam se reunir e serem orientados por professores mais experientes, isso é necessário. Muitas vezes esses professores após ingressarem nas instituições se envolvem na luta pelo direito a intérpretes e acabam se concentrando apenas nisso. Os intérpretes são importantes e necessários para o acesso às informações acadêmicas sim, mas não é somente isso que vai permitir um desenvolvimento individual do professor. Então isso é algo que me aflige até hoje, veja, o próprio grupo que temos aqui na UFSC, eu já estou aqui há 8 anos e são pouquíssimos os casos de professores surdos que tem conseguido verbas de agência de fomento para seus projetos de pesquisa, em geral são os professores ouvintes que conseguem essas verbas. Isso acontece muitas vezes por causa da limitação que a escrita dos projetos impõe, ou outras vezes pelo próprio projeto que tem déficit em qualidade ou mesmo pela pouca quantidade de publicações do professor, enfim, é algo que nós incomodamos o com o qual sofremos bastante. Bem, ser ativista significa (...) pode ser dentro da própria instituição quando o professor reivindica melhorias como mais intérpretes, provas de seleção em libras, então essa ativista na verdade é vista



numa luta diária que ele precisa realizar e que muitas vezes eu não tenho feito lá fora por exemplo, na ativista da associação de surdos, na luta por legislação que favoreça os surdos por exemplo. Eu sei da importância da ativista fora da academia tanto quanto aquela que é realizada dentro dela, mas a questão é que esse trabalho que é realizado fora da academia não é reconhecido pela universidade e toma um tempo do professor. Então eu penso talvez que a comissão que avalia o trabalho do professor deva entender a história dos movimentos que são realizados fora da universidade como o movimento dos surdos pela educação bilíngue e tantos outros que vem sendo realizados ao longo da história, mas eu sei que é difícil aliar a atuação nesses movimentos ao trabalho acadêmico.

5-

Antes da lei de libras já tínhamos professores surdos atuando na Educação Superior sim. Não atuando com a disciplina de libras. A única professora que tínhamos em todo o Brasil era a prof.[...] na [...], no restante do Brasil não tínhamos professores atuando. O que tínhamos eram professores surdos sendo convidados para palestrar em eventos promovidos pelas universidades relacionados a deficientes, mas atuando efetivamente na disciplina de libras nas universidades como temos hoje, isso não, pelo que eu sei não. Tínhamos professores surdos atuando sim, mas em instituições particulares que tinha recursos para contratar esses professores. O restante atuava nas escolas de surdos. Formavam-se para atuar no ensino fundamental, como por exemplo, a Gisele Rangel, que se formou em Geografia e foi ensinar geografia na educação básica de surdos, ela é um exemplo disso. Com a promulgação da lei a realidade dos surdos mudou bastante, pelo que eu percebo. A oferta de vagas para professor na Educação Superior passou a existir no Brasil inteiro e os professores surdos passaram a conquistar esse espaço. A oferta de formação também aumentou. Com o decreto a formação também passou a ser oferecida, além da oferta de material. Nós vamos agora completar 10 anos, aliás, já temos 10 anos da entrada em vigor da legislação, mas ainda não tivemos uma avaliação das mudanças nesse período. Eu penso que seja importante criar uma comissão para fazer uma avaliação desse período. Também teremos em 2016 o encerramento da obrigatoriedade do exame de proficiência em libras (Prolibras) e nós precisamos avaliar o impacto do exame.

Na verdade não temos uma negociação, mas sim diversas negociações que são feitas a todo tempo. Eu me recordo, por exemplo, da criação do curso letras libras a distância em que nós tínhamos que negociar e justificar a necessidade de bolsas para os coordenadores de pólo, verbas para material, o ambiente virtual de aprendizagem, a necessidade do uso de imagens e vídeos e muitas vezes argumentavam pela necessidade de som, do registro de voz e nós tínhamos que explicar que isso era desnecessário para a nossa realidade, que a necessidade dos surdos era diferente das dos ouvintes, então foi algo que demandou inúmeras explicações, orientações, convencimento, não só pra não necessidade desses elementos mas para a necessidade de adaptações específicas para a realidade da produção de materiais para surdos como iluminação adequada, clareza nas imagens etc. Levou alguns anos até que a equipe entendesse essa necessidade de adequação a cultura surda a partir das nossas argumentações, depois disso a própria equipe já sabia como proceder de forma que a produção técnica se adequasse a realidade surda, mas foi algo que demandou um trabalho de conscientização de anos, não foi rápido. Então isso é algo importante que precisa ser explicado por nós. Não podemos desconsiderar que há questões de custos também que estão relacionadas aí. Porque surgiam questões sobre a necessidade de se gastar com produção de símbolos, imagens, por exemplo, com o símbolo que tivemos que fazer para o curso de letras libras, com a escrita de língua de sinais. Nós tínhamos que justificar esses gastos a partir das necessidades da cultura surda. Adequações como o aumento da imagem dos sinais e diminuição da imagem dos textos, nos vídeos para surdos, por exemplo, questões nesse caso relacionadas ao status do português como segunda língua e a língua de sinais como primeira língua para os surdos, tudo isso demandou um longo processo de negociação. Eu acredito que é importante que em todos esses espaços os ouvintes estejam trabalhando em parceria com os surdos, quando o trabalho é realizado para surdos somente por ouvintes os surdos não reconhecem os elementos da sua cultura aí e aos poucos abandonam o processo. Isso é algo que a federação mundial de surdos tem feito inúmeras campanhas, a necessidade de que qualquer pesquisa que seja feita a respeito de surdos seja feita com a participação de surdos. Não é só necessário saber como fazer

mas ter a efetiva participação de surdos é fundamental, é isso que garante o aparecimento da cultura surda nesses projetos.

7-

Antes, quando nós não tínhamos professores surdos atuando na Educação Superior, os surdos acreditavam que era impossível se apropriar desse espaço por conta das inúmeras demandas que ele apresenta com a necessidade de leituras, proficiência em outras línguas, produção de inúmeros e extensos materiais escritos etc. À medida que esses professores foram ingressando na Educação Superior foram vendo que era possível realizar um trabalho da mesma forma que os demais professores o que foi provocando uma mudança de sentimentos e de autoestima por parte dos surdos que passaram a ver as possibilidades que a língua de sinais trazia, conhecer as legislações que garantiam seu uso, a possibilidade de reivindicar seus direitos através do ministério público, foram aprendendo a atuar politicamente, a questionar os editais e inúmeras outras possibilidades que eles não conheciam. Muitos me pediram pra auxiliar nesse processo de questionar editais juridicamente por exemplo. Então todo esse movimento político trouxe muito aprendizado aos surdos, o ingresso na docência de ensino superior trouxe esse aprendizado. Então a medida que esses professores surdos foram ingressando questões como o fato de mesmo ouvintes não terem domínio da leitura em língua portuguesa passaram a ser conhecidas pelos surdos o que impactou alguns deles, fazendo com que alguns olhassem pra si mesmos e reavaliassem sua postura, acreditassem na sua capacidade, tomassem uma postura responsável. Então se por um isso trouxe incomodo para alguns, outros também não souberam aproveitar-se bem da conquista desses espaços se limitando apenas ao ensino dentro da universidade sem realizar diversos outros trabalhos que um professor pode realizar como a produção de artigos científicos e tantos outros. Então eu penso que isso tem relação também com o momento em que estamos vivendo que é um momento de aprendizado mesmo para os professores surdos. O que me entristece, no entanto é o fato de alguns programas de pós-graduação nas universidades brasileiras não aceitarem o ingresso de alunos surdos, o que leva muitos deles a terem que vir para a UFSC para realizar seus estudos. Embora isso seja bom por criar um espaço comum de surdos na UFSC há também uma necessidade que outros estados abram esses espaços. Hoje nós só temos a UFSC,

UFRGS, UNB enfim, pouquíssimas universidades que garantem esses espaços enquanto há muitos surdos aguardando para realizar seus estudos de pós-graduação. Pessoas que muitas vezes tem dificuldade de mudar para Florianópolis pra isso, então essa é uma questão que me aflige. Precisamos lutar pela mudança desse cenário e não só pelo ensino. Eu estou muito satisfeita com a mudança na qualidade de vida que o ingresso dos surdos na docência superior tem proporcionado. Esses professores podem agora ter adquirir bens, comprar sua própria casa, seu carro, realizar inúmeras conquistas que antes não eram possíveis para um professor surdo que dependiam de suas famílias, tinham que se sacrificar muito por um trabalho, enfrentavam muitas dificuldades, hoje não, hoje os surdos tem feito inúmeras conquistas, o que pode ser visto, por exemplo, no aumento de surdos viajando e outras possibilidades que a valorização financeira proporciona. Então essa mudança que proporcionou na melhoria da vida dos surdos é muito positiva.

8-

Talvez é bom que isso se dê pelo conhecimento dos ouvintes quanto ao status da primeira e segunda língua para os surdos. Explicando como se dá os processos de apropriação de língua materna e como eles acontecem com os surdos. Também mostrando que a língua de sinais tem um status de língua de fato e não é apenas um apoio no ensino de línguas. Então fazendo um trabalho principalmente quanto a essas duas questões. Uma outra questão importante a se trabalhar é a questão dos acessos diferenciados para surdos e ouvintes. Então acho que esses três elementos são os principais a serem trabalhados para que isso aconteça.

9-

Eu tenho dois grupos de pesquisa. Um grupo que se reúne todas as terças e discute e trata da formação de glossários em língua de sinais que me parece hoje está com 7 membros. O outro grupo se reúne as quintas feiras e trabalha com o Sign Writing e esse tem 6 pessoas. O primeiro grupo tem 7 pessoas e o segundo 6 e alguns membros participam dos dois grupos e as pesquisas tem sido desenvolvidas nesses dois grupos. No grupo dos glossários temos pesquisado o processo de registro de sinais na área acadêmica, a base da formação de glossários. Em áreas como do cinema, da

psicologia, etc. Eu tenho estimulado no grupo não só a captação desses sinais, mas discussões quanto aos processos de validação, catalogação, enfim, inúmeras pesquisas que tem sido apresentadas no grupo, desde as dificuldades encontradas, as causas, enfim, temos pesquisado nessa área. No outro grupo temos mestrandos e doutorandos pesquisados as dificuldades no uso do Sign Writing, as dificuldades do sistema, as possibilidades de desenvolvimento do mesmo. Então a meu ver eu não tenho tido problemas para o desenvolvimento de pesquisas ou atuação como pesquisadora, sobretudo porque as discussões nos grupos se dão diretamente em língua de sinais. No grupo de pesquisa do glossário apenas, temos uma participante ouvinte, minha orientanda de doutorado em informática, que não sabe língua de sinais, e aí temos a solicitação de intérpretes para garantir a comunicação com ela, mas ela tem se desenvolvido e procurado aprender. Nesse caso, ela é que se sente limitada já que a maioria do grupo é formada por surdos e ela tem sentido a necessidade do aprendizado de língua de sinais e eu tenho estimulado ela pra isso, pois se o grupo de pesquisa é de língua de sinais ela precisa saber língua de sinais. Então esse é o único impedimento digamos assim. No outro grupo nós temos ouvintes mas que sabem língua de sinais então a comunicação se dá normalmente sem nenhum problema.

10-

Uma delas é apresentar, por exemplo, o que eu já fiz. As publicações, as orientações realizadas, a quantidade de trabalhos realizados, as viagens de trabalho, deixa eu ver o que mais...Ah, outra estratégia importante são a realização de um bom trabalho de ensino, que promove um reconhecimento e divulgação do trabalho por parte dos alunos, isso é importante. Os alunos passam a validar seu trabalho e conquista o respeito deles e dos demais. Quando o professor não realiza um trabalho de ensino de qualidade, da mesma forma, os alunos se encarregam de divulgar essa imagem negativa o que traz uma credibilidade para o trabalho do professor, eu percebo que isso acontece. Não só com alunos surdos, mas com alunos e professores ouvintes também. Eu acho que a realização do trabalho de ensino com excelência é a estratégia básica, não só de ensino, mas de pesquisa, extensão etc, é isso que vai trazer respeito ao trabalho do professor e de certa forma acaba abrindo portas na área política, pois a reputação do professor também chega a esses espaços, então isso é muito importante.

11-

O professor surdo na Educação Superior tem que ter trabalhar em uma relação com a comunidade surda. Precisa estar atento as necessidades da comunidade surda para desenvolver pesquisas que possam promover melhorias para essa comunidade como por exemplo orientações quanto aos instrumentos legais e os caminhos que eles dispõe para melhoria da comunidade. Eu penso que não dá pra trabalhar separado das relações com a comunidade. Eu vejo que hoje, de alguma forma, a medida que os surdos tem galgado os espaços acadêmicos eles tem se distanciado das comunidades surdas, sejam por questões de disponibilidade de tempo, seja pelo excesso de trabalho, ou mesmo por passar a utilizar uma metalinguagem diferente da comunidade. Eu penso que é importante ter uma postura tolerante, manter a inserção nas comunidades e oferecer-se para contribuir com elas o que eu reconheço demanda esforço, tempo e o que eu vejo não tem acontecido atualmente, o que tem acontecido é um distanciamento. É preciso lembrar que esses espaços foram os que primeiro permitiram o aprendizado dos surdos e daí é importante que as parcerias com essas associações da comunidade sejam inseridas nos projetos de pesquisa e de alguma forma pensar em estratégias que possibilitem isso.

## **PROFESSORA ÁRTEMIS**

1-

Então, como vou responder pra ti... Trabalho no Instituto Federal, já atuei em três campus diferentes, no total de nove anos. No Instituto em [...], no início foi bem difícil, porque eu fui a primeira professora surda dos Institutos Federais. Sinto que os professores ouvintes não me receberam com tapete vermelho, muitos olhavam para mim e diziam: Como? Surda? No [...], grupo de pesquisa do instituto, me sentia igual aos demais professores, era estimulada, os colegas me diziam que eu deveria realizar o doutorado e eu respondia que não. Existia um reconhecimento e estímulo por parte dos colegas. Ei não me sentia inferior. Mas quando estava com os outros professores ouvintes, em alguns momentos, me sentia inferior. No grupo de pesquisa, [...], me sentia igual aos demais colegas, existiam trocas, estímulo por parte dos colegas, já tinha

realizado o mestrado e deveria continuar. Em alguns momentos as relações no instituto eram difíceis sim, como nas reuniões, nas discussões, nas trocas de opiniões, nestes momentos eu não me sentia inferiorizada, dentro do [...], mas nas reuniões com demais colegas ouvintes às vezes me sentia inferiorizada. Eram espaços diferentes dentro da mesma instituição.

Na transferência para [...], senti a inferiorização. As pessoas me reconheciam com deficiente. Sentia-me inferior porque era vista como deficiente. A porta estava aberta para mim, mas me viam como deficiente algumas pessoas tinham medo de se aproximar. Neste novo espaço que me encontro, em [...], fruto de outra transferência, estou a dois meses, mas é um local diferente, eu sinto como estivesse em família. No instituto trabalham cinco pessoas, todos muito dedicados, um diretor, a diretora de ensino, uma pessoa da parte social, um responsável financeiro e eu. Ainda não tem outros professores, é cada pessoa atuando em uma função diferente. Realizamos muitas trocas, os colegas estão sempre me perguntando os sinais.

São experiências diferentes em cada um dos espaços. De maneira geral, a entrada pode causar um sentimento de inferiorização, muito mais evidente no Instituto em [...], mas consegui me senti muito bem em [...] onde tive bom desenvolvimento.

2-

Nos três espaços de atuação, da quase para escrever um livro, pois são experiências distintas... Em [...], já existia uma organização quando comecei a atuar, o grupo de pesquisa, o [...], estava constituído e trabalhando com a cultura, identidade, artes... isto estava em desenvolvimento, isso não significa que estava pronto, mas em processo e não precisa retomar a explicação sobre a cultura... Em [...] foi bastante difícil. Sou formada em geografia, minha formação não é em Libras, sou professora de Libras, mas a minha formação é em geografia. Quando entrei no Instituto em [...] tinha poucas horas na disciplina de Libras, existiam três alunos surdos matriculados no Instituto, o responsável pelo [...], afirmava que eu poderia lecionar a disciplina de geografia para os alunos surdos e ouvintes, afirmava que eu seria capaz. Eu respondi que não, ele me perguntou qual seria o problema, me explicou que existia um professor peruano que ministrava aulas de português. Expliquei sobre a presença do intérprete, mas ele foi categórico em afirmar que seria possível, que deveríamos acabar com o

preconceito e promover a inclusão. Sobre esta situação, eu afirmei que não aceitaria e resisti a imposição. O diretor do instituto, pessoa que eu tinha pouco contato, fez uma proposta, que eu nunca vou esquecer e inclusive realizei um artigo sobre a experiência, e propôs estratégia. A estratégia seria seguinte, enquanto que o professor ouvinte lecionaria a aula de geografia para os alunos ouvintes, no mesmo momento da aula para ou ouvintes, eu lecionaria a aula de geografia para os alunos surdos, em outra sala de aula, desta forma, não haveria a necessidade de um intérprete uma vez que a aula ocorreria toda em língua de sinais. Durante as aulas havia muitas trocas, o reconhecimento dos alunos, as vezes me perguntavam sobre questões particulares e as conversas eram constantes. A proposta do diretor foi positiva, no ano seguinte os alunos permaneciam comigo e um aluno surdo que não tinha a identidade surda e utilizava a língua portuguesa, ele tinha uma perda auditiva. O diretor disse que seria importante que o aluno escolhesse se frequentaria a aula de geografia incluída, com os alunos ouvintes, ou teria aula comigo e os alunos surdos. O aluno optou em permanecer com os colegas ouvintes e teve uma serie de perdas em função disso, mas foi à escolha dele e também teve aspectos positivos. Não consegui ver a cultura neste espaço e em Alvorada estou começando e não tenho como responder sobre isso. Em [...] ficou a marcada a experiência com os alunos separadamente e a tentativa de imposição da [...] para que eu lecionasse a disciplina de geografia para todos os alunos e minha resistência. É preciso ter uma opinião, apresentar e sustentar, foi o que fiz, não concordava com a imposição e não aceitei a imposição. Quando sai do Instituto, entram em contato comigo para ajudar na organização do edital para professor substituto, opinei sobre o processo e respeitaram as minhas colocações, pois já tinham experiência comigo e o meu trabalho.

3-

Em Santa Catarina iniciei com um pouco de dificuldade, mas com o passar do tempo às pessoas começar a me conhecer e houve um reconhecimento. O coordenador do [...] sempre me incentivou, até assustava, afirmando que eu tinha capacidade, competência e deveria ter experiências. Sentia-me insegura, não havia intérprete na instituição para me acompanhar em todos os momentos, mas comecei a participar das discussões, não conhecia sobre legislação, faltava informação, mas ele estava sempre me incentivando a participar dos espaços de discussão. Em alguns momentos não tinha



intérprete, eu perdia o espaço, ficava de fora e pensava porque os ouvintes podem e eu não? Os intérpretes tinham poucas horas, isso limitava minha participação, eu me sentia limitada, se tivesse um intérprete que me acompanhasse durante minhas horas de trabalho, poderia participar, ainda mais, das discussões, ter experiência política e me desenvolver mais. Era difícil, mas eu participava das discussões, me pronunciava, estabelecia trocas com os coordenadores, mas não era uma discussão política pois meu perfil é de professora. Esse envolvimento político demora e como eu já participei de três instituições, isso dificulta. Por exemplo, quando comecei a me envolver com as discussões em Santa Catarina mudei para [...], depois mudei para [...], desta forma não me sinto pronta, no futuro acredito que sim. Hoje posso... Em [...] eu não conseguia participar das discussões, porque durante um ano não tinha intérprete, pude participar das reuniões do PROEJA, mesmo opinando minhas participações foram poucas. Não tenho propriedade para falar sobre as questões políticas.

4-

Depende do local, depende do perfil da cada pessoa. Dentro da universidade é necessário romper, porque a maioria das pessoas utiliza a língua oral e quando vem um profissional que sinaliza, sempre causa um choque no primeiro momento. Quando entrei nas instituições houve esse choque, as dificuldades enfrentadas nos espaços também trazem esta angústia, mas quando passamos a apresentar o nosso trabalho, o perfil e a participação nas discussões e negociações, não com discussões que acabam em briga, que não adiantam de nada, e apenas marcam de forma negativa. É necessário, mesmo sabendo que é difícil, separar o ativista que luta em diferentes espaços, do profissional do ensino superior, não é possível levar aquele perfil ativista da sociedade para universidade. É um espaço híbrido onde as questões da ativista estão presentes no sujeito, mas ele consegue separar das discussões profissionais. Esta atitude não é fácil, é preciso convencer os demais colegas, sem que isso pareça humilhante ou exagerado, mas é necessário apresentar a importância dos elementos da ativista nesta relação híbrida, pois estou na Educação Superior e também vejo a universidade do lado de quem está de fora e sei que não é possível modificar tudo que existe dentro. É preciso negociar, apresentar os aspectos positivos através de exemplos, produzindo este choque, que é inevitável, sem que haja dominação de nenhuma das partes envolvidas, surdos ou

ouvintes. A negociação é sempre difícil, em alguns momentos sinto uma tentativa de dominação por parte do outro e isso irrita, mas é preciso uma nova tentativa, em alguns momentos com o intérprete ao lado é possível produzir discussões com pessoas de perfil semelhante ao meu. Em [...] não era possível uma aproximação, o afastamento dos outros colegas era inevitável, eu acabava convivendo muito mais com o grupo de intérpretes, mas são realidades diferentes. As negociações são cotidianas e é importante compreender o funcionamento de cada sistema. Eu percebo que a militância, em muitos momentos, esta envolvida no espaço profissional e não deve se desenvolver desta forma.

5-

Analisando a situação hoje, após o decreto, verifico um aumento dos concursos em diferentes cidades, são muitas vagas realmente, percebo um número significativo destes concursos. Antes da publicação do decreto era difícil... Por exemplo, [...] foi a primeira professora na Educação Superior antes do decreto, depois temos a [...] que começou a atuar entre 2003, 2004, não me recordo ao certo, mas em 2005 houve um aumento, e hoje percebo o desenvolvimento, destas vagas. Por outro lado, existe uma problemática relacionada ao aumento de ouvintes prestando estes concursos. O decreto não fala ao certo, claramente, e muitos não tem compreensão do conteúdo, gerando muitas discussões até hoje, a três dias estava vendo um vídeo no YouTube de um surdo, Celso Badin, onde ele pedia um favor e avisava sobre o grande numero de ouvintes, a necessidade da luta e atenção na organização dos editais respeitando e priorizando os surdos nestes espaços. É uma discussão constante sobre a tomada de espaço por parte dos ouvintes que passou a ocorrer com o decreto. Os surdos falam da tomada de espaço praticada pelos ouvintes, mas em algumas cidades do interior os surdos não querem assumir os cargos e são os ouvintes que assumem estes postos, então é preciso cuidado, ver os dois lados, pois são várias hipóteses. Após 2005 houve um aumento das vagas, algo que realmente não para, estou sempre vendo no *Facebook* as fotos da assinatura da posse nas instituições de ensino e como isso vem se ampliando.

6-

O problema é que me enxergo, mas sou a única professora surda na instituição e não é possível visualizar o trabalho dos outros colegas em outras instituições. Em Santa Catarina tinham outros colegas surdos, em [...] eu era a única surda, a maior parte do tempo estive atuando como a única professora surda da instituição, sozinha. Acredito que se houvesse uma referencia, assim com acontece na UFSC, profissionais para dialogar, professores doutores que atuam na Educação Superior, uma coordenação que estabelece trocas e compreende as questões relacionadas a cultura. Este é um referencial já estabelecido, o início não é fácil, mas é preciso um trabalho, de longa data, para organização do espaço. Sou a única professora surda, então, como posso enxergar o trabalho de outros colegas? É impossível responder ao teu questionamento, pois estou sozinha no instituto, em vários momentos, sou deixada de lado. Caso aumentasse o numero de colegas então tudo bem, mas não consigo visualizar a atuação de outros surdos, enxergo o que ocorre na UFSC, em outros espaços não sei, por exemplo, não visualizo o trabalho que acontece na UFU, são mais surdos, não é mesmo? Cinco ou seis?

7-

A cultura dentro da instituição... É difícil... O espaço da universidade não é o espaço da minha cultura, não é mesmo. A grande parte das pessoas são ouvintes, não disse todas, mas a grande maioria não utiliza a língua de sinais. Desta forma, como poderia pensar na cultura surda neste espaço? Chama-me atenção a UFSC onde a língua de sinais circula no espaço acadêmico, alguns professores sabem a língua de sinais e isso promove a construção de vínculos. Eu não me sinto vinculada a universidade, não mesmo, caso venha a se ampliar o numero de surdos nas instituições e as informações sobre os sujeitos isso pode mudar. Um exemplo da falta de conhecimento era a proposta de inclusão que queriam promover em [...] afirmando que eu poderia lecionar geografia para os alunos ouvintes de qualquer maneira. Falar que a cultura já está nas universidades não é verdade, é um processo lento que depende das informações que serão levadas para estes espaços. Exemplo, particular, desta demora é possível verificar nas famílias de surdos, em sua maioria a cultura surda não está nesse espaço, nem na sociedade. A cultura se desenvolve no cotidiano, na contemplação diária da língua de

sinais, vou citar um exemplo, ministrava aulas em um curso de Libras estava ensinando os sinais de “boa tarde”, “bom dia” e perguntei é igual aos ouvintes? Não! Então continuei apresentando os sinais de “tudo bem”, “saúde”, e retomei a afirmar como é diferente a forma de comunicação da comunidade surda e ouvinte. Os alunos me disseram que os sinais eram gírias, mas expliquei que não, que poderiam ser utilizados em uma comunicação informal, mas que eles deveriam sentir como era se comunicar com os surdos. Eles podem me enxergar como professora surda, mas o que isso realmente significa, e a cultura surda não estão claros na instituição.

8-

O radicalismo envolve muitos detalhes. Algumas pessoas agem de forma radical para apresentar que é, brigam para impor o seu ponto de vista, mas não acredito que isso adiante. Assim como não quero que imponham nada, também não posso impor o que penso, isso pode gerar um tensionamento que funciona e é necessário o contato cotidiano. Este contato envolve apresentar quem eu sou, a minha formação, para ser reconhecida é necessário reconhecer o outro colega e isso também diz respeito à participação das discussões, tudo isso significa convivência. A convivência com algumas pessoas poderá ser melhor, com outras talvez não uma vez que o preconceito ainda persiste. Ser radical não ajuda na apresentação do nosso trabalho. Os espaços são de negociação, são para apresentar o nosso trabalho profissional. Vejo muitas pessoas que falam que se os ouvintes estão em uma posição superior então devemos estudar para mostrar que somos capazes, mas acredito na questão profissional, não em uma competição de quem supera quem, quem vai mostrar que é melhor. É claro que é preciso ter formação, assim como eu estou fazendo o doutorado outros colegas também são doutorandos, o que realmente merece destaque é a apresentação do papel profissional, não uma disputa de quem se esforça ou luta mais, pois nestes espaços os ouvintes se encontram em uma situação de poder. O poder se refere ao uso da língua portuguesa, os ouvintes estão em maioria e acabam exercendo este poder, por exemplo, se os surdos estivessem em maioria nos espaços também exerceriam este poder, este jogo de dominação. O *Deaf Gain* nos apresenta outra possibilidade de apresentar o nosso trabalho e perfil profissional, trata das negociações entre surdos e ouvintes por meio de uma aproximação. Agindo radicalmente sendo única surda em um espaço de

maioria ouvinte, realidade vivida em várias instituições, acredito que a realidade da UFSC é rara, assim como ocorre na UFU, em Uberlândia onde você trabalha, ou na FURG, em Rio Grande com mais ou menos 5 surdos. Ser radical em um espaço onde atuo solitariamente não vai garantir espaço para mim, praticar o *Deaf Gain* também é tarefa difícil, trata-se de uma construção diária, em alguns momentos me afasto dos colegas leciono as aulas e vou embora, mas ser radical é difícil.

9-

Acredito que existam muitos intelectuais surdos, porque esta realidade tem se ampliado e o aumento das formações em nível de pós-graduação é uma realidade e isso também se deve ao decreto vinculado a lei de Libras. Existem muitos intelectuais, mas quando ainda se observa uma resistência de algumas pessoas surdas para entrar nestes ambientes, por exemplo, no instituto onde atuo na cidade de [...], os profissionais afirmam que deveria ter outros surdos atuando lá também, tratam da importância de ter outros profissionais para que seja possível estabelecer trocas e isso parece estar relacionado ao papel que tenho desempenhado. A partir do olhar que eles sobre a minha atuação, reafirmam a necessidade de outros profissionais surdos junto à instituição, falam da importância do contato, da língua de sinais e que sonham em criar o Letras-Libras, acredito que estas falas partem da visão sobre o meu trabalho intelectual. Em contrapartida, em outros espaços ocorre o oposto como a afirmação de que já exista surdo o suficiente, são visões diferenciadas e o número de profissionais surdos vai depender de cada espaço e da relação que eles estabelecem com os demais profissionais. Percebo que nas relações dependem da postura de cada surdo, por exemplo, surdos que para afirmar a sua identidade agem de forma radical e entram em conflitos com os ouvintes podem misturar as relações e é necessário ter cuidado. O cuidado nestas relações se refere à visão de dominação, não querer ser dominado e também não querer dominar, por isso, acredito que a posição de intelectual, ainda, não está totalmente consolidada, pensar que somos iguais não é verdade, então isso gera certa confusão.

10-

Acredito que é extremamente necessário. Muitos professores passam anos dentro da universidade atuando em sala de aula, somente em sala de aula. É

importante que se desenvolvam pesquisas, as pesquisas enriquecem o aprendizado. Fora da sala de aula, nos mestrados e doutorados existe um grande desenvolvimento e troca entre os colegas, mas no espaço profissional muitos surdos só atuam em sala de aula, parece uma disparidade entre o que estuda e o que aplica na atuação dentro das universidades. É preciso ter grupos de pesquisa nas universidades, ter intérpretes, que faltam em grande parte delas, os concursos para intérpretes estão ocorrendo e a união entre surdos e intérpretes pode ser positiva para o desenvolvimento político nas instituições. Recordo que no núcleo de pesquisa em Santa Catarina eram interessantes as trocas, aprendi muito naquele espaço, eu desenvolvia a minha pesquisa, outros professores trabalham nas suas pesquisas e conversávamos sobre isso. Em [...] a realidade era diferente, o tempo todo estava em sala de aula, paralelo a esta atividade iniciei o doutorado que ajudou no meu desenvolvimento. Hoje em [...] permaneço com as atividades voltadas para a atuação docente, acredito que no futuro isso possa ser modificado, com maturidade, estabelecendo uma aproximação com o intérprete, do concurso já realizado, pois as pesquisas são necessárias. Pesquisas de diferentes áreas devem ser realizadas, surgem novos temas a cada momento, por exemplo, minha pesquisa sobre os [...] pode colaborar com um grupo de pesquisa no futuro, com certeza sim.

11-

Sobre o consumo... Vou desviar um pouco o meu olhar... Vendo o que ocorrem na comunidade surda, as trocas, lembrando-se da minha situação como a única professora surda da instituição, onde não existe um outro professor surdo ou ouvinte que sinalize no meu espaço de trabalho, ocorre que a maior parte do tempo fico sozinha. Tudo depende da política, por exemplo, quando existe um professor ouvinte que ensina a língua de sinais e eu, sempre existe uma observação sobre as duas práticas e a tentativa de colocar o professor surdo em desvantagem em relação ao professor ouvinte. Esta desvantagem se dá no olhar dirigida aos professores surdos como se na sua prática houvesse uma falta, eu sinto esta inferioridade. Utilizo estratégias para me aproximar e estimular os alunos, a minha prática é diferente dos professores ouvintes e as estratégias são perceptíveis, pois a competição entre o docente surdo e ouvinte, que ensina a língua de sinais, é frequente. Os dois profissionais buscam estratégias para ensinar a língua, eu

estímulo, aproximo, provooco os alunos a utilizarem a língua e é visível a competição entre os docentes surdos e ouvintes. É claro que em alguns casos o professor pode não se importar com a criação de estratégias e somente ensinar o conteúdo sem maior esforço. No meu trabalho a preocupação é fazer com que as pessoas compreendam bem o que estou sinalizando, quando não entendem explico novamente e isso faz parte da estratégia, minhas estratégias estão relacionadas à preocupação pela plena compreensão dos alunos. Em alguns casos o fato do professor surdo atuar sozinho nas instituições faz que ele não se preocupe em criar estratégias, diferente de um contexto onde ocorrem as disputas com outros professores. Atuo sozinha no IF... (Instituto Federal...) e é prática dos institutos manter um profissional surdo em cada campus, uma vez que existem poucos cursos superiores, a maior parte da demanda é de cursos técnicos. Nas universidades a realidade é diferente, pois são muitas disciplinas de língua de sinais, desta forma existem muitos professores que lecionam a disciplina em razão da obrigatoriedade da lei, nos Institutos Federais os professores surdos, na maioria das vezes, atuam isoladamente. Ocorre que existe um dia de encontro dos professores dos Institutos Federais, nesses momentos de encontro podemos realizar trocas, mas boa parte do tempo atuamos isoladamente em campus bastante distantes uns dos outros. Não observo muitas estratégias, acredito que quando surdos e ouvintes disputam o mesmo espaço de atuação a realidade é outra, criam-se estratégias em um espaço completo de atuação.

## **PROFESSORA ATENA**

1-

Bem, antes de mais nada, eu tenho procurado mostrar a minha identidade e é algo que muitas vezes eu tenho explicado pra pessoas. Não estou em busca de apresentar uma identidade ouvinte, mas apresento a minha identidade enquanto "ser surda" e todos os elementos que me constituem, quem eu sou, [...], surda profunda, e as diversas outras variáveis que me constituem. Eu mostro a língua de sinais, a escrita que utilizo que é uma escrita interlíngua, diferente daquela de um falante nativo, mas sempre tenho procurado transitar nos dois usos, o da língua de sinais e às vezes o da escrita em

português que tem suas peculiaridades e as vezes da oralidade também porque as vezes nesse contexto eles precisam acompanhar dessa forma. Então o que tenho procurado mostrar para os ouvintes nesse contexto é o meu eu, meu "ser surdo", a minha identidade.

2-

É uma resposta difícil, porque na verdade eu participo bem pouco desses espaços de reuniões e atividades dos professores, porque eu era a única professora surda na [...] durante muito tempo. Há pouco tempo que tivemos o ingresso de novos professores, como a [...], mas ambas ingressaram na Faculdade de Educação. Até então portanto era difícil tornar visível essa realidade surda até mesmo pela falta de um relacionamento com os colegas, por isso é difícil responder. Então as[...] estão no departamento de educação, agora que eu saí de licença a [...] ingressou no meu departamento de letras, e agora então temos 4 novos professores que também ingressaram a pouco. Esses novos professores, pelo que vejo, realizam um excelente trabalho de ensino, pois são profissionais que tem uma formação muito sólida realizada na UFSC e em outros âmbitos. Agora cada um deles tem uma visão própria em relação a essas questões, que eu não questiono. A gente conversa, eu apresento meu posicionamento, alguns em consenso, outros em desacordo e procuramos respeitar cada um a opinião do outro. Eu gosto muito de trabalhar dessa forma, com uma postura ética, dialogando e respeitando as opiniões contrárias.

3-

O professor surdo precisa saber negociar, isso porque o discurso político que se dá nesses espaços não é fácil. Há um poder constituído pelos ouvintes nesses espaços. Nós precisamos estar sempre mostrando nossas opiniões, negociando e adotando uma postura ética, não é possível conquistar ou argumentar ao nosso favor de forma grosseira ou rude, é preciso estar disposto a negociar e explicar para que os ouvintes possam entender claramente o que significa cultura surda, o que significa ser surdo, do que o professor surdo é capaz e todos os outros elementos relacionados. Então é importante estar sempre negociando esses significados com os professores ouvintes.



Então, na verdade, quando eu era jovem eu não pensava nessas questões de ativismo, eu sabia da importância mas não me envolvia muito. Depois que eu passei a trabalhar com a professora [...], que era ativista e iniciou seus trabalhos na COPADIS (comissão paulista de direitos dos deficientes surdos), uma organização que atuava em São Paulo, isso mudou. Nessa época eu era muito jovem, não sabia da importância de atuar em lutas e movimentos e foi então junto com a prof.[...] e juntamente com a comunidade surda de São Paulo que passei a atuar nesse contexto. Em seguida eu conheci a FENEIS (federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), mas a Feneis (situada no Rio de Janeiro) e a comissão de São Paulo não tinham um bom relacionamento, sobretudo porque a Feneis acreditava estar hierarquicamente acima da organização paulista. A comissão paulista tentava argumentar que eles atuavam exclusivamente na direção das comunidades limitadas ao estado de São Paulo mas de alguma forma a Feneis não aceitava isso. Aos poucos o trabalho da comissão foi diminuindo até ela desaparecer. Essa época em que eu participava do grupo era por volta do ano de 1986 e ela atuou até por volta de 86, 87, até porque a Feneis não deixava que a comissão trabalhasse. Depois disso eu mudei pro Rio, mas a comunidade surda do Rio de Janeiro não gostava de mim, pelo fato de eu ser paulista. De certa forma parecia ser um preconceito contra a minha pessoa e me faziam perguntas do tipo "o que eu tinha ido fazer no Rio", afirmavam que meus sinais eram errados, mandavam que eu voltasse pra São Paulo e tantas outras ofensas que me deixavam muito magoada. Eu acabei ficando decidida a voltar pra São Paulo mesmo, não quis ficar no meio daquela comunidade com tanto preconceito e que tanto me ofendia, mas alguns surdos me pediam pra ficar e eu fui ficando, ficando e acabei me acostumando com São Paulo. Eu fui mudando e me adaptando à forma carioca de sinalizar, você sabe que existe uma variação nessas regiões, mas os surdos não sabiam nada sobre variação nessa época, diferente da consciência que eles têm hoje. Nessa época a variação era vista como um erro, e muitos ofendiam e criticavam a sinalização de surdos de outras regiões. Então eu fui ficando, ficando até me adaptar. Depois disso a [...] enfatizou a importância de continuarmos lutando, fazendo palestras, conscientizando, palestrando em congressos, ela me incentivou muito. Eu era muito tímida, não queria palestrar em eventos, por exemplo, e a [...] insistia comigo. O primeiro evento em que participei foi na Argentina.

Eu não sabia nem que era importante que os surdos palestrassem em pé e eu palestrei sentada nessa ocasião. Só depois que passei a palestrar em pé como é comum no mundo surdo. A partir daí eu comecei a ir ministrar palestras em vários lugares e a ir para o MEC várias vezes. Eles me chamavam pra participar de reuniões por conta da movimentação pela Lei de libras, eu estava envolvida. Trabalhei muito com isso. Também estava envolvida na elaboração do decreto e estive várias vezes no MEC pra isso e passei a ir a diversos outros eventos como os da Anpoll e outros congressos importantes que foram realizados nessa época. A Feneis então lançou um novo livro pra época, o libras em contexto, e eu trabalhei muito na divulgação desse livro por todo o Brasil. Esse material foi entregue ao MEC que o distribui para todas as escolas e organizações. Antes disso nosso grupo foi até Brasília para avaliar os instrutores de libras de todo o Brasil. Avaliamos instrutores e agentes multiplicadores que se diferenciavam, já que instrutores davam aula de libras como L2 para ouvintes e agentes multiplicadores tinham competência tanto para atuar com o ensino de libras como L1, como ensino de libras como L2. Então nós fomos pra Brasília e ficamos lá por uma semana avaliando instrutores e agentes multiplicadores de todos os estados brasileiros. Estávamos juntamente com toda a equipe da Feneis que integravam com eles. Todos nós avaliamos esses instrutores que depois difundiram o trabalho.

Foi a partir da divulgação desse trabalho que os surdos se deram conta da necessidade de leitura e capacitação. Se não fosse esse início nós não teríamos surdos acadêmicos hoje, não teríamos surdos na faculdade. Esse foi o ponto de partida para a criação do curso de letras libras na UFSC, esse trabalho contribuiu muito, do contrário teríamos muita dificuldade de ter os surdos na academia hoje, ao meu ver, essa é minha opinião.

5-

Eu entendo que é importante pensarmos na abordagem que foi difundida por várias pessoas nessa época. A precursora dessas abordagens foi Marta Ciccone, com a abordagem da comunicação total. Então a Marta foi a grande responsável pela divulgação da filosofia da abordagem da comunicação total e a Feneis utilizou essa abordagem também. Antes disso veio, você sabe, o oralismo. Depois veio a comunicação total e depois o bilinguismo. A grande incentivadora e divulgadora dessa

abordagem bilíngue foi a prof. Lucinda Ferreira Brito e foi a partir dela que os surdos passaram a aprender sobre isso. Então é importante entender as abordagens que se sucederam vindo a comunicação total primeiro e depois o bilinguismo. Na época que a Lucinda defendia a abordagem bilíngue muitos eram contra ela porque não concordavam com a proposta bilíngue de educação. Então a Lucinda foi a principal pessoa que incentivou o bilinguismo e os surdos precisam reconhecer isso, agradecer o incentivo que ela deu, não só ela, mas as diversas pessoas que atuaram. Até mesmo a Marta que foi a pioneira da abordagem da comunicação total que permitiu que chegássemos ao que temos hoje. Então, por isso os surdos já entendem hoje a importância de pensar no processo educacional de surdos, enquanto acadêmicos também e em relação ao perfil de um professor surdo. Bem, eu sou um exemplo disso, quando eu comecei a atuar não tinha sido promulgada a lei de libras ainda. Eu fazia um curso de especialização, fazia dois cursos. Eu tinha dito à [...] que eu iria embora pra São Paulo, pois já estava finalizando os cursos que eu fazia no Rio de Janeiro. Nessa época eu dava aula de libras em um curso de extensão na [...], além de dar aula no [...], em cursos particulares. Eu não era então professora efetiva na [...], foi então que eu disse pra [...] que minha bolsa da especialização, eu tinha bolsa, iria acabar, então eu teria que ir embora. A [...] me disse que ia conversar com a Reitoria para ver de que forma poderiam viabilizar que eu continuasse atuando na [...]. Isso foi em 199... espera, deixa eu lembrar...eu ingressei como professora efetiva na [...] em 1997, antes disso eu estava fazendo a minha especialização e foi em 1996 que eu conversei com a [...] sobre a necessidade de retornar à São Paulo e quando ela disse que tentaria verificar uma alternativa com a Reitoria. Foi o que fez. Após conversar com a reitoria eles conseguiram articular, não sei exatamente como, a realização de um concurso para que eu pudesse efetivar-me na instituição. Houve apenas três candidatos que concorreram a essa vaga porque nós não tínhamos muitos surdos formados nessa época. Antes da Legislação nós tínhamos poucos surdos formados. Um deles foi o [...], somente esses três. A. Embora sua atuação tenha sido considerada pela banca da [...], na somatória de pontos eu acabava ganhando, pois tinha a formação em linguística realizada anteriormente. O concurso era dividido em três etapas, da mesma forma que é feito hoje, uma primeira prova escrita, uma segunda prova em língua de sinais a partir da escrita que era interpretada para a língua portuguesa e uma última prova didática, onde

o candidato tinha que mostrar em 50 minutos como dar uma aula de língua de sinais, como é toda a prova didática. No dia seguinte a prova saiu o resultado com a pontuação total da somatória das três provas e eu fui aprovada em primeiro lugar. Em segundo lugar ficou o [...] e em terceiro lugar ficou a [...].

6-

Não sei te responder...

7-

Bem, eu não sei exatamente qual o número de professores surdos inseridos nos espaços universitário hoje e de que forma esses professores tem trabalhado para apresentar a cultura surda nesses contextos, porque nós sabemos que há surdos que reproduzem elementos da cultura ouvinte na sua atuação. Dessa forma eu não tenho dados para embasar a minha resposta, já que não tenho acompanhado esse processo, não saberia responder. Só posso te falar em relação ao meu contexto, o do Rio de Janeiro, em que tenho visto uma presença forte de professores surdos, como por exemplo, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, onde temos muitos professores surdos realizando um trabalho bem sólido.

8-

É difícil responder isso. Mas antes de tudo é importante eu deixar algo claro. Antigamente os surdos não davam valor ao meu trabalho, desculpe estar falando isso, mas é a verdade. Há muita briga, concorrência e competição no nosso meio e por isso eu não era valorizada. Também pelo fato de eu não ter o título de mestre ou doutora, se eu já fosse doutora, por exemplo, com certeza a comunidade reconheceria meu valor, mas por não ter esse título eu não era valorizada. Há surdos, por exemplo, como a Ana Regina, que você conhece, que tem um poder e é respeitada por toda a comunidade por ser presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, por ser doutora, e tantas outras características ela é respeitada. Hoje os surdos já me respeitam pela minha trajetória de luta, mas antigamente isso não acontecia porque eu não tinha o título de doutora, é verdade.

Bem eu acho que eu atuo enquanto modelo, é preciso que a gente possa servir de modelo, que os novos professores possam nos ver enquanto referencial. Eu lembro quando eu atuei como coordenadora, eu já orientei bastante, primeiro foi no [...] também no [...], aliás, primeiro foi na [...], e depois o departamento foi mudando de nome e eu atuei como coordenadora lá, por 10 anos. Durante esse tempo eu sempre orientei os surdos sobre a importância dos estudos e o ingresso na academia e eles não davam valor ao estudo, não queriam saber disso. Sempre diziam que já ensinavam libras e sabia a língua então não precisavam de mais nada. Eu enfatizava que ensinar era uma coisa, ter o conhecimento teórico era outra coisa diferente. O tempo foi passando e quando surgiu a formação para instrutor que eles foram começando a entender isso, antes disso só trabalhavam vendendo adesivo, você lembra? Pelo Brasil todo os surdos faziam isso e nem davam importância para o estudo. Foi quando surgiu a profissionalização do instrutor de libras que os surdos começaram a mudar, depois surgiu a atuação do agente multiplicador, e as coisas foram evoluindo, em um processo. Agora já temos a Universidade Federal de Santa Catarina, que lançou o curso a distância e muitos surdos foram estudar durante 4 anos o que os deixou muito felizes. Então foi um processo até chegarmos aqui. Então os surdos passaram a reconhecer a importância desses professores como modelos de atuação e foi a partir desses modelos que eles puderam ir se espelhando, se tornando instrutores, agente multiplicadores e hoje professores universitários. Então acho que minha importante contribuição é ter servido como modelo. Ainda quando eu comecei a cursar a especialização eu já fui convidada para participar de pesquisas, pelo fato de eu ser bolsista. Como eu não tinha como me sustentar no Rio eu recebi essa bolsa. Foi nessa época, ainda jovem, que eu já comecei a aprender a fazer pesquisa. Essa primeira pesquisa era relacionada à metodologia (no ensino de libras), isso porque a Prof.[...] já havia filmado a atuação no ensino de libras de um instrutor surdo, o José Roberto Cruz, lá no Recife, que ela acompanhava já há 10 anos. Foi com esses dados que ela começou a pesquisar a metodologia de ensino de libras sem, no entanto publicar os resultados. Então a [...] me passou esses dados, que eram fitas em VHS, isso porque naquela época não tínhamos DVD nem nada disso, era VHS mesmo, eu comecei a assistir e ir descobrindo coisas a partir dos vídeos. E eram dados muito importantes porque a metodologia que tínhamos antigamente não era como

a que temos hoje, com interação, era uma metodologia a partir de ensino de listas de palavras, você sabe como é né. Então eu fui aprendendo a partir dessas análises. Foi depois disso que eu levei o resultado para a Feneis, onde estavam o [...], que também pesquisavam ensino de libras. O [...] me convidou para entrar no grupo e para trocarmos experiências propondo uma nova metodologia de ensino de libras diferente daquela baseada em listas de palavras e para pesquisar essa metodologia em contexto. NA [...] então eu trabalhava com a pesquisa de metodologia no ensino de libras e depois passei a atuar também na pesquisa de dicionários de libras. Por questões do momento que a prof. [...] vivia, que era o da sua aposentadoria, ela teve que se mudar e levou todo o material da pesquisa com ela, o que eu compreendi. Então nós ficamos sem esses materiais na [...]. Outro momento difícil que tivemos foi que passamos a não ter a linha de pesquisa de libras na [...]. Só depois de muito tempo com a entrada da prof. [...] foi que voltamos a ter uma linha de pesquisa de libras. Antes disso a prof. [...] é quem tinha influência nessa área na instituição pois possuía uma sala para a pesquisa, além de ter criado o Grupo de trabalho na ANPOLL e diversas outras frentes que ela coordenava. Depois que ela se aposentou todo esse espaço foi fechado. Foi com a luta da prof. [...] depois que conseguimos reconquistar a sala agora com novo nome, que antes se chamava linguagem e surdez e a prof. [...] passou a chamar de... hum... não lembro bem o nome, acho que é Ensino, Língua, Tradução e Interpretação. É isso, o nome da sala mudou. Eu passei a integrar o grupo da prof. [...]. Então com a [...], eu trabalhei com pesquisa em Metodologia do ensino de língua de sinais, formação de dicionários e tradução. Mas tradução não como temos agora, com o uso de corpus, realização de coletas, não. Na [...] eu mesmo fazia as traduções à mão. Ia assistindo as fitas em VHS e traduzindo em glosas. Eu era a única surda quem sabia fazer isso. Não tinha nenhum ouvinte quem fizesse isso. Então na [...] eu era a única quem fazia esse tipo de trabalho. Então eu desenvolvia trabalho nessas 3 áreas nessa época. Na Feneis também eu trabalhava ajudando a [...] também com pesquisas em três áreas: Metodologia de ensino, formação de dicionários e tradução. Então o que acontecia é que eu não tinha tempo para minha própria formação, pois trabalhava intensamente no andamento dos projetos da [...] e da FENEIS concomitantes e paralelos. Foi então que chegou num momento em que eu resolvi parar. Afastei-me dos trabalhos da FENEIS e com a saída da [...] da [...] eu comecei a me preocupar mais com a importância de olhar

pra mim mesma e investir em mim. Foi então que eu mudei pra cá, pra Florianópolis, logo que consegui ingressar no mestrado, o que já foi com um pouco de atraso, lamento por isso, mas foi o que fiz.

10-

Hum deixa eu pensar, que estratégias que eu usava? Só mesmo as palestras, apresentações, além das participações em bancas, participações em palestras, congressos é isso.

11-

Eu apresento a importância da identidade e cultura surda, além da importância da língua de sinais e seu valor e também o bilinguismo. Quanto a esse último é importante explicar que muitos surdos não conhecem o significado de bilinguismo. Muito se fala do bilinguismo em língua de sinais, mas de fato não se sabe o que é realmente, o que me deixa muito incomodada. Eu venho tentando explicar sobre isso em iniciativas na própria UFRJ. Isso é visto, por exemplo, em questões metalinguísticas perceptíveis ao se olhar o sinal de LETRAS/LIBRAS, por exemplo, onde uma das configurações do sinal está em L e a outra configuração de parte do sinal da libras, o sinal todo representando portanto as duas línguas envolvidas no bilinguismo para surdos. Então em minha opinião, que pode divergir do posicionamento de outras pessoas, mas que também é a opinião de várias outras pessoas, inclusive ouvintes, é de que a língua portuguesa, representada na configuração em "L" é adquirida naturalmente por pessoas ouvintes durante a infância e crescimento o que não acontece com as pessoas surdas que são filhas de pais ouvintes. Então o bilinguismo é importante se o surdo aceita o português como 1ª língua se ele não aceita ela será uma segunda língua. Então a criação do letras libras representa o aprendizado de duas línguas e isso é importante porque o surdo está imerso numa sociedade ouvinte onde o aprendizado do português como segunda língua será importante. Então o bilinguismo não representa o surdo utilizar apenas língua de sinais e não escrever nada é importante que ele saiba um pouco da língua portuguesa porque se vai atuar como professor precisa conhecer as duas línguas. Como ele vai ensinar libras se ele só sabe uma língua? Então o bilinguismo é importante quando ele prescinde o aprendizado de duas línguas, não que o surdo tenha

que saber a língua portuguesa de forma plena, mas ele precisa conhecer ela em um nível razoável. A questão é que a maioria dos surdos acha que bilinguismo é o uso de língua de sinais apenas. Isso é o que eu tenho visto aqui na UFSC, por exemplo, em que algumas disciplinas são ministradas apenas em língua de sinais e há uma carência de proporcionar uma parte do conteúdo escrito, sem querer opinar na estrutura dessas disciplinas. Mas pelo que eu entendo a importância do bilinguismo está no acesso as duas línguas, mas a maioria dos surdos pensa que é apenas uma língua se fosse o caso então onde ficaria a segunda língua?

### **PROFESSORA AFRODITE**

1-

Como eu me sinto enquanto professora dentro da universidade? Bem, no passado houve uma luta grande do movimento surdo para conseguir a disciplina Libras nas universidades, para conseguir o Curso de Letras Libras e Pedagogia Bilíngue. Esses eram os itens da pauta de luta do movimento surdo. Com essas conquistas, necessitou-se criar centros de formação de surdos, e a área de educação de surdos cresceu bastante. Então, como dá-se a minha relação de professora com o lugar? (outros professores ouvintes) As vezes tem troca entre os pares e muita união, as vezes há estranhamento e incompatibilidade entre os pares, as vezes os professores ouvintes usam apenas o português falado, isso me deixa de certa forma decepcionada e desinteressada. Quando o professor ouvinte que trabalha em cursos na área de Surdos usa o português falado me deixa mal, essa atitude não me faz bem. Nesse contexto há interprete de Libras, ok, mas mesmo assim não me sinto bem, pois eu me sinto em um lugar superior, como esses professores ainda usam o português falado?! Eles falam que o curso é de Pedagogia Bilíngue, mas o que significa Pedagogia Bilíngue? A Libras é a primeira língua e o Português escrito é a segunda língua. O português falado está fora desse contexto. E também o ambiente é linguístico (Libras que deve ser usada no ambiente), por isso eu me sinto assim. (referindo a sentir-se mal). Geralmente a resistência é forte, há muitas barreiras que travam a troca entre colegas. Essa é uma questão difícil, há pessoas que compartilham dessa ideia e concorda, mas há outras que não concordam.



2-

Eu não negocio nada, eu só mostro a minha competência. Eles percebem a minha competência enquanto professora, que é indiferente do fato de eu ser surda. Dentro do espaço que eu trabalho já aconteceu de uma chefe minha falar que eu precisava ministrar aulas, eu disse que eu ministrava aulas sim, aí ela disse, sim, mas você ministra aula sobre política. Aí eu disse, política faz parte do meu conteúdo ementário, há política linguística, política de educação bilíngue, a luta para melhorar a educação para nós surdos precisa de uma política, política é muito importante nesse contexto, e isso faz parte do conteúdo didático, o meu jeito de ensinar é assim, que deve ser diferente do jeito que você ensina. Você pode ter seus métodos de ministrar aulas, mas o meu jeito de ensinar é o da política. Eu não costumo explicar sobre o que aconteceu lá em Brasília, eu costumo explicar qual o processo para conseguir as coisas. As pessoas precisam tomar consciência/conhecer sobre como lutar no contexto da política. É muito importante o meu reflexo da cultura surda porque a minha vida faz parte da cultura surda, eu sou usuária de Língua de Sinais, tenho uma cultura visual. Eu mostro a minha cultura surda e demonstro o seu valor, porque têm pessoas que pensam que todas as culturas são iguais, não, elas diferem umas das outras, precisamos mostrar que há diferentes representações nos diversos grupos sociais. Eu tenho e vivencio a cultura surda. Se não existisse ou se eu não tivesse a cultura surda eu teria baixa autoestima, como eu conseguiria viver? Por isso no meu ambiente laboral eu preciso mostra-la.

3-

O discurso não é apenas eu como surda ou eu como professora, há toda uma trajetória de vida que já que está atrelada na minha subjetividade. Isso envolve a história da minha vida desde a infância, a história da minha luta, a história do meu processo educacional, tudo isto está intrincado e faz parte da minha subjetividade e influência no meu discurso, como o meu discurso político no contexto do surdo, isso tudo é muito importante para mostrar para a sociedade, pois eu sei que eu sou uma representante da comunidade surda. Então o meu discurso é afinado nesse contexto, com foco em defesa da comunidade surda, das crianças surdas, em defesa e da necessidade de implantação de escolas bilíngues para surdos. Porque durante a minha vida eu sempre fui oprimida,

eu não era feliz, então durante os meus discursos eu deixo claro o significado de tudo isso para todos durante a minha atuação enquanto professora surda. Tenho um exemplo interessante que aconteceu comigo e que não foi fácil. Estava ministrando aula para a turma do sétimo período de Pedagogia Bilíngue e eu disse que precisávamos nos desvincular da Educação Especial, esse meu comentário gerou bastante discussão na turma, eles falaram que os surdos são deficientes auditivos e eles não devem nunca serem desvinculados da deficiência, pois os surdos tem passe livre para o transporte coletivo urbano, são aposentados pelo INSS e vários outros benefícios e se eles forem desvinculados da educação especial eles irão perder o direito a esses benefícios. Eu disse, esperem aí, eu só estou pedindo para desvincular da educação especial, não estou pedindo para desvincular desses benefícios sociais conquistados, quero o desvinculo apenas na área educacional, essa precisa mudar seu rumo. Mas, alguns falaram que se desvincular a classe irá perder verba destinada pelo MEC pela educação especial, eu disse que não iria perder verba não, por exemplo, olhem o que acontece com os povos indígenas, eles estão vinculados a educação especial? Não, estão vinculados a educação indígena. A educação no campo está vinculada a educação especial? Não, também ela segue um outro caminho. A educação da população quilombola está vinculada também a educação especial? Também não, ela o seu próprio caminho. No Brasil há outros caminhos possíveis a se seguir, tipo a educação respeitando as diferenças culturais das comunidades, então por que o povo surdo não pode? Então, eu só defendo que nós devemos também seguir outro caminho, mas os meus alunos não aceitaram esse meu discurso. A discussão continuou e eles argumentaram que era preciso respeitar o fundamento da educação especial, as pesquisas na área médica, as pesquisas de outros profissionais já renomados na área. Eu “ouvi” tudo e respondi, que aquela era a minha sala então eu usaria meus conceitos e minhas pesquisas, que naquele espaço eu que mandava. Todos os alunos se revoltaram e falaram que eu os estava oprimindo. Tudo bem então, eu disse, lembrem que vocês tinham me pedido para não dar prova escrita para vocês, apenas trabalho? Eu mudei de ideia, melhor eu dar prova escrita para vocês, sabem por quê? Porque eu preciso avaliar o conhecimento de vocês e disse que o conteúdo que eles precisavam estudar profundamente para esta avaliação era o relatório do GT sobre a Política Nacional de Educação Bilíngue Libras/Língua Portuguesa, ele é bem claro sobre os motivos porque devemos nos desvincular da educação especial, do

conceito do surdo enquanto deficiente, explica também porque o melhor caminho para o surdo é a educação bilíngue e assim por diante, então é para vocês lerem e eu vou avalia-los na prova, então vocês não podem utilizar outros conceitos, você não podem dar suas próprias opiniões, pois vocês reclamaram com a minha coordenadora que eu estava oprimindo vocês, que eu não estava dando liberdade de vocês discutirem sobre essas coisas, então vamos ver na prova?!

4-

Esse assunto é muito importante. Primeiro tem o fato de eu ser surda e de já ter internalizado em minha subjetividade que eu sou ativista nessa temática. Na minha atuação profissional de ensino, pesquisa e extensão eu penso ser muito importante incluir essa ativista, não dá para eu separar a minha atuação acadêmica da minha atuação enquanto ativista. Porque Foucault já fala em sua obra sobre o papel dos Intelectuais Específicos. Essa é uma teoria que eu já me apropriei, já está no meu subjetivo a ativista. Então, como eu posso depois do início da minha docência no Ensino Superior esquecer a ativista, tirar do meu eu a luta do povo surdo e friamente separá-la das minhas pesquisas? É impossível. Esse sempre foi apontado como um ponto negativo em minha trajetória profissional na academia, mas eu não sinto essa minha ação como um ponto negativo. As outras pessoas acham como um ponto negativo, mas eu não, para mim esse é um ponto positivo porque eu sinto que tenho uma missão, que preciso ser a articuladora do movimento surdo em prol de sua melhoria, bem como de ações de ensino com o objetivo de dirigir o foco para ela. Como por exemplo, perguntar/ensinar, vocês sabem como foi criada a disciplina? (Libras) como foi criada a Licenciatura? (Letras Libras) como foi criado a Pedagogia Bilíngue? Foi por causa do movimento surdo. Então, se eu faço a articulação dessas questões e que estou bem nesse contexto, é por causa de minhas ações enquanto ativista. Mas se eu separasse a ativista de minhas ações acadêmicas, tirasse tudo isso do meu eu, isso não seria bom, na verdade, eu não posso fazer isso, preciso articular cada vez mais tudo isso pois faz parte do meu eu, constitui a mim enquanto indivíduo.

5-

Antes do decreto havia poucos professores surdos no Ensino Superior, eu lembro da [...] da UFRJ e da [...] que começou em 2004, conheço só essas duas. Na verdade, os professores surdos começaram a trabalhar no Ensino Superior (Público) depois do Decreto n. 5.626. Mas antes, por causa da Lei n. 10.436 que diz da inclusão da disciplina (Libras nas Licenciaturas) algumas faculdades particulares no Brasil começaram a contratar professores surdos, por exemplo, eu comecei em 2004/2005 antes do Decreto, mas o grande bum foi após o Decreto.

6-

Comparando eu surda que tenho e reproduzo a cultura surda com a sociedade ouvinte com sua cultura ouvinte, bem às vezes há conflitos, isso não se relaciona apenas a culturas diferentes, mas as línguas que também são diferentes, eu uso Libras e eles Língua Portuguesa, essa diferença gera as vezes conflitos. O professor surdo precisa ter sua subjetividade, sua identidade surda forte, pois ao usar a língua de sinais ele demonstra o seu poder. Se os ouvintes não conhecem a língua de sinais, não conhecem a cultura surda irá haver conflitos sempre. Mas se os ouvintes são nossos aliados, aí as coisas fluem. Se eles são usuários da língua de sinais, conhecem a cultura surda. Não adianta só usar a língua de sinais no encontro particular com os surdos e nas reuniões de colegiados, em palestras e seminários usam a Língua Portuguesa na modalidade oral, não adianta nada! Por exemplo, as salas de aulas do lugar que trabalho são mistas, 50 por cento surdos e 50 por cento ouvintes, isso acaba sendo complicado porque, as vezes, há conflitos linguísticos, pois os alunos ouvintes sabem Libras mas preferem usar a Língua Portuguesa na modalidade oral com o argumento do seu conforto linguístico, então porque estudam em um ambiente educacional de surdos? Não dá para culpa-los, pois eles copiaram o modelo dos professores ouvintes que não sabem Libras e ministram aulas em Língua Portuguesa na modalidade oral e que são traduzidos para Libras por um profissional junto a eles, é esse o problema. Agora se todos usassem a Língua de Sinais não haveriam esses conflitos. Por isso os professores surdos precisam impor sua cultura surda, eu sei que às vezes isso é complicado.

7-

Antes não haviam professores surdos, todos usavam apenas a língua portuguesa na modalidade oral. Quando professores ouvintes sabiam que iriam dar aula para alunos surdos eles entravam em choque porque não sabiam como dar aulas para eles. Com a chegada dos professores surdos a relações deles com os colegas ouvintes foi conflituosa, pois eles não conheciam a língua de sinais, a cultura surda e com o tempo eles foram se acostumando, isso foi bom porque aumentou a visibilidade da língua de sinais e também da cultura surda. Mas depende também do professor surdo, se ele apenas der aulas e sumir nada acontece, é preciso lutar para conseguir as coisas, como por exemplo, a presença de interpretes de Libras, participar das ações, estabelecer parcerias, mostrar o seu profissionalismo e seu trabalho, se não, não adiante se ele não participa das coisas, é preciso lutar para ter conquistas.

8-

Quando eu cheguei no [...] não tinha professores surdos. Isso foi um choque, pois tradicionalmente somente professores ouvintes davam aulas lá no curso de Pedagogia Bilíngue e, principalmente, os alunos ouvintes falaram que seria ótimo a minha presença lá. Mas eu percebi que os alunos surdos ficavam “babando”, admirandos durante as minhas aulas, eles relatavam que não tinham aprendido sobre a história do povo surdo, que não sabiam que eram fortes, antes achavam que até seria possível, mas agora que sabiam de verdade que eram capazes. Isso foi muito importante para mim, pois eu pude comprovar a importância do meu papel enquanto professora surda em servir de modelo para que os alunos surdos possam lutar e conseguir um futuro melhor. Eles falaram para mim que já tiveram muitas aulas com professores ouvintes mas que somente comigo estavam aprendendo o significado de política, de bilinguismo, antes o aprendizado para eles não era significante, pleno.

9-

O que eu percebo é que a maioria dos professores surdos que estão entrando nas universidades do Brasil tem só a formação mínima exigida para ensinar nelas, é preciso estimular a formação em nível de Mestrado e Doutorado para que eles aprendam como fazer pesquisa, porque a pesquisa é muito importante. Eu penso que as universidades

deveriam priorizar os formados em Letras Libras, porque a maioria dos surdos não pode aproveitar sua formação anterior, pois você sabe o problema da Educação Básica aplicada aos surdos no passado?! Então, eles devem aproveitar o seu trabalho nas universidades para estudar mestrado e doutorado e assim melhorar o seu perfil enquanto pesquisador. É preciso ter uma política de formação de pesquisador surdo, a CAPES, o CNPq precisa criar uma política focada na formação de pesquisadores surdos, pois ainda não há. Eu, por exemplo, sou professora dentro do [...] e comecei a pesquisa sobre a Escola Bilíngue, como implantá-la, porque a questão política já foi conquistada em Brasília fruto do movimento surdo, mas agora falta pesquisar como implementá-la, como orientar o melhor caminho para ela, então estou pesquisando quantas Escolas Bilíngues já foram criadas no Brasil, quantas Leis e Decretos municipais sobre a Escola Bilíngue já foram criados. Estou agora coletando e comparando esses dados para fazer um relatório de como criar Escolas Bilíngues e disponibilizá-lo através do [...], esse é o objetivo da minha atual pesquisa.

10-

Essa pergunta é semelhante com uma outra anterior né? Bem, a minha estratégia é mostrar na minha sala de aula mista, com alunos surdos e ouvintes, boa didática, interação, aspectos políticos, conversa e troca em língua de sinais, é importante que eles percebam tudo isso da minha parte, porque eu quero que cada aluno reflita qual é o melhor caminho para o futuro da educação de surdos, porque não adianta só ministrar aula expositivamente, sem leva-los a reflexão, pois, depois de formados não saberão como ministrar aulas para surdos, então minha estratégia é formar alunos reflexivos, usando, por exemplo, filmes sobre surdos, história de vida de surdos, e outros materiais desse contexto, pois a exibição desses materiais auxilia a apropriação desses conceitos/ideias por eles e da cultura surda.

11-

É isso que já falei, o meu objetivo principal é explicar o que significa pedagogia surda, o que significa política linguística para surdos, a cultura surda, eu exponho tudo isso, pois é importante para que os alunos aprendam qual o caminho, pois não adianta eles aprenderem só o alfabeto manual, também não adianta eles só lerem, é preciso que

eles sintam na pele para que possam fazer a diferença no futuro. Então, eu sou uma professora que tem uma dimensão política, que é militante para o povo surdo, o meu objetivo é pensar como poderemos fazer um mundo melhor no futuro para os surdos, porque no passado não havia professores surdos, então os professores ouvintes davam aula para os surdos “de qualquer jeito” e oprimindo-os bastante usando apenas a língua portuguesa na modalidade oral. Agora temos a disciplina Libras, podemos explicar tudo isso e oportunizar um futuro melhor para os surdos.